

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ORIENTADORA : BEATRIZ ANA LONER**

CÁRCERE E VULNERABILIDADE SOCIAL

GUILHERME RIBEIRO KRATZ

PELOTAS, JULHO DE 2010

GUILHERME RIBEIRO KRATZ

CÁRCERE E VULNERABILIDADE SOCIAL

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas

Orientadora: Professora Doutora Beatriz Ana Loner

PELOTAS

2010

Dissertação intitulada “Cárcere e Vulnerabilidade Social”, de autoria do mestrando Guilherme Ribeiro Kratz, apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, aprovada pela banca examinadora constituída dos seguintes professores:

PROFESSORA DOUTORA BEATRIZ ANA LONER, ISP/UFPEL
Orientadora

PROFESSORA DOUTORA LORENA GILL, ISP/UFPEL

PROFESSORA DOUTORA LIGIA MORI MADEIRA, IFCH/ UFRGS

PROFESSOR DOUTOR LUIZ ANTÔNIO BOGO CHIES, CCJES/ UCPEL

Pelotas, 13 de agosto de 2010.

AGRADECIMENTOS

Após vários anos de dedicação exclusiva ao trabalho, decidimos retornar aos bancos acadêmicos e ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do ISP/UFPEL, pois sentíamos a necessidade de melhor compreender a realidade social dos réus de processos criminais e apenados, bem como a atuação do sistema de justiça criminal. Ao longo do curso, as aulas ministradas e as leituras indicadas pelos professores do programa robusteceram o interesse pelo estudo e compreensão dos efeitos que a aplicação da pena de prisão acarreta na trajetória de vida dos presos. Com o apoio e o incentivo da querida orientadora Professora Doutora Beatriz Loner tornou-se possível construir e desenvolver o projeto de pesquisa que deu origem ao presente trabalho, processo este que também contou, desde sua gênese, com a colaboração inestimável do professor Luiz Antônio Bogo Chies, cujas ponderações e sugestões foram decisivas na delimitação do problema e na construção do marco teórico.

O êxito na conclusão da dissertação também é fruto da convivência com os colegas do curso, que nos despertaram, ao longo das aulas, dos trabalhos em grupo e das conversas informais, as dúvidas e convicções sem as quais não conseguiríamos construir uma linha de raciocínio e argumentação minimamente coerente.

Agradeço, também, a contribuição dos professores que participaram da banca de qualificação do projeto e da banca de defesa da dissertação, os quais se valeram da extensa experiência acadêmica e vasto conhecimento científico de que são portadores para apontar as deficiências do trabalho e sinalizar os caminhos para aprimorá-lo.

Fundamental, de igual sorte, a participação dos egressos, da juíza de direito, do agente penitenciário e dos psicólogos do Presídio Regional de Pelotas, que prontamente aceitaram o convite e não mediram esforços em expor suas experiências e perspectivas.

Por fim, sem o apoio incondicional da minha família, em especial dos meus pais, Hugo e Maria Teresa, dos meus filhos, Pedro e Bruno, e da minha amada, Sandra, não teria sido possível dar cabo de um projeto de tamanha responsabilidade como este.

A todos, então, meu muito obrigado.

RESUMO

Em um contexto de incremento e problematização da criminalidade, impulsionados por mudanças sociais, econômicas e culturais que permeiam as sociedades ocidentais modernas, dentre as quais o Brasil, vive-se um momento histórico de profundo questionamento da legitimidade e eficácia do sistema de justiça criminal. A partir da premissa teórica de que o estado de vulnerabilidade social não só influencia decisivamente a capacidade dos indivíduos de superar as dificuldades presentes na interação social e desenvolver estratégias dirigidas a melhores condições de bem-estar, mas também orienta o exercício do poder seletivo do sistema de justiça criminal, o presente estudo, valendo-se de uma metodologia qualitativa, busca compreender os efeitos do encarceramento, enquanto etapa do processo de criminalização, na trajetória de vida de egressos do Presídio Regional de Pelotas, interferindo no arranjo de seus ativos e estratégias de uso, bem como no conjunto de oportunidades que o mercado, o Estado e a sociedade civil lhes oferecem.

Palavras-chave: criminalidade; sistema de justiça criminal; pena de prisão; reinserção social; reincidência criminal; vulnerabilidade social.

ABSTRACT

In a context of increasing crime and questioning, driven by changing social, economic and cultural factors that permeate the modern Western societies, among them Brazil, lives up a historic moment of profound questioning of the legitimacy and effectiveness of the criminal justice system. From the theoretical premise that the state of social vulnerability not only significantly influences the ability of individuals to overcome the present difficulties in social interaction and develop strategies aimed at better conditions of welfare, but also guides the exercise of selective system criminal justice, the present study, drawing on a qualitative methodology, seeks to understand the effects of incarceration as a step in the process of criminalization, in the life histories of graduates of the Regional Prison in Pelotas, interfering in the arrangement of their assets and strategies use as well as the set of opportunities that the market, the state and civil society offer them.

Keywords: crime, criminal justice system, jail, probation officer, criminal recidivism, social vulnerability.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AVC – Acidente vascular cerebral

CAEX – Comunidade Terapêutica Casa do Amor Exigente

COOSOPEL – Cooperativa Social de Pelotas

COOTRAJOBA – Cooperativa Mista Social de Trabalhadores João de Barro

COPEL – Companhia Paranaense de Energia

CP – Código Penal

CTPS – Carteira de Trabalho e Seguridade Social

HIV – Vírus de Imunodeficiência Humana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFSUL – Instituto Federal Sul-rio-grandense

INSS – Instituto de Seguridade Social

LEP – Lei de Execuções Penais

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PAC – Protocolo de Ação Conjunta

PAD - Procedimento Administrativo Disciplinar

PERG- Penitenciária Estadual de Rio Grande

PIB – Produto Interno Bruto

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

PRP – Presídio Regional de Pelotas

SUS – Sistema Único de Saúde

SUSEPE – Superintendência de Serviços Penitenciários

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

VEC – Vara de Execuções Criminais

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1** - referente à natureza do delito objeto da condenação, à pena aplicada, ao regime prisional e à possibilidade de progressão de regime
109
- QUADRO 2** - traz a data da prisão, a idade do egresso quando da prisão e a data em que colocado em liberdade plena ou condicional
111
- QUADRO 3** – relativo à autorização, ou não, de trabalho interno e externo, à concessão de remição e à frequência a cursos profissionalizante e programas de ensino fundamental e médio
113
- QUADRO 4** – diz respeito ao gozo de saídas temporárias, visitas no interior do presídio, progressão de regime e livramento condicional
121
- QUADRO 5** – referente ao recebimento de indulto e comutação
126

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	11
1.1 Problema de pesquisa.....	14
1.2 Justificativa.....	14
1.3 Objetivos.....	15
1.4 Hipótese de trabalho.....	16
1.5 Metodologia.....	16
2 MARCO TEÓRICO.....	22
2.1 Exclusão social, diferença e criminalidade.....	24
2.1 .1 Transição entre modernidade e modernidade recente.....	25
2.1.2 Privação relativa e individualismo.....	27
2.1.3 Insegurança ontológica.....	29
2.2 A mudança paradigmática do <i>labeling approach</i>.....	31
2.2.1 Os efeitos da rotulação na construção de carreiras criminosas.....	34
2.2.2 A dimensão do poder de rotulação.....	35
2.2.3 A seletividade do sistema de justiça criminal.....	36
2.3 As mazelas da experiência prisional.....	37

2.3.1 A análise crítica da origem da prisão.....	38
2.3.2 A estigmatização inerente ao cárcere.....	40
2.3.3 A essência perversa da prisão: a prisionalização.....	42
2.3.4 Um desafio para a comunidade.....	44
2.4 Vulnerabilidade social.....	45
2.4.1 Explorando e contextualizando a origem do conceito.....	46
2.4.2 Distinções conceituais.....	50
2.4.3 Ativos, estratégias de uso e conjunto de oportunidades.....	51
2.5 Vulnerabilidade social e filosofia prisional.....	56
2.6 O controle do crime na sociedade contemporânea.....	58
3 SELEÇÃO PENAL E VULNERABILIDADE SOCIAL.....	67
3.1 Perfil dos egressos.....	67
3.2 Condição de vulnerabilidade quando do encarceramento.....	69
4 A EXPERIÊNCIA DO CÁRCERE.....	106
4.1 A estrutura do caos.....	106
4.2 Revivendo a segregação: a vida nas galerias.....	113
5 REINSERÇÃO À VIDA EM SOCIEDADE.....	144
6 CONCLUSÕES.....	181
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	195
8 APÊNDICES.....	198

1 INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Vive-se um momento de profundo questionamento do sistema de justiça criminal, tanto no que diz respeito à sua eficácia como no que se refere à legitimidade de sua atuação.

Há, em praticamente todo o mundo ocidental industrializado, como o Brasil, um aumento significativo dos níveis de criminalidade, que expõe as fragilidades de um sistema que não os consegue controlar, mesmo em países que investem maciçamente nas agências formais de controle social, construindo presídios modernos, aumentando e qualificando o policiamento preventivo e de investigação, além de promover o recrudescimento da legislação penal.

Tal incremento e problematização da criminalidade são impulsionados por mudanças sociais, econômicas e culturais que permeiam as sociedades ocidentais modernas, resultantes de um processo que pode ser caracterizado como de transição da modernidade para a modernidade recente, de sociedades dirigidas à inclusão dos desviantes para sociedades de viés excludente.

Trata-se de um processo em que há não só exclusão econômica no mercado de trabalho e exclusão social na interação em comunidade, mas também exclusão no sistema de justiça criminal, que atua de modo seletivo, ao eleger, dentre o universo de condutas violadoras da legislação penal, aquelas praticadas pelos indivíduos socialmente mais vulneráveis, promovendo, assim, a segregação espacial e a contenção dos grupos sociais mais desfavorecidos pelos arranjos econômicos, sociais e culturais do atual momento histórico.

Há mudanças que vicejam nos mercados de trabalho primário e secundário, marcados, cada vez mais, por empregos raros e instáveis, de indignas e incertas remunerações, em um cenário de consolidação e ampliação do desemprego estrutural. Há uma redefinição constante do espaço social urbano, com novos arranjos comunitários aflorando em um contexto multicultural. A revolução tecnológica potencializou e disseminou práticas e representações gestadas em um contexto cultural de escolhas ampliadas, consumo exacerbado e ênfase na auto-

realização. A construção de oportunidades de trabalho, expressão e realização a todos os cidadãos, segundo mérito e necessidade de cada um, encontra-se cada vez mais distante e complexa, por força do advento de um individualismo excessivo que, atuando em conjunto com a privação relativa e a insegurança ontológica, gera generalizado sentimento de revolta, substancial combustível do desvio social.

Por força de tais mudanças, operou-se não apenas um incremento nos números da criminalidade, que se refletem na rotina de todos nós, mas também uma problematização do fenômeno, que se apresenta atualmente muito mais complexo, com o aperfeiçoamento e fortificação de organizações criminosas, com o surgimento de vítimas outrora invisíveis e com o advento de novos valores e interesses a tutelar.

Neste contexto, a deslegitimação do sistema de justiça criminal é flagrante, inclusive em países que investem pesado no combate à criminalidade, como os Estados Unidos, pois salta aos olhos que, sem profundas mudanças na estrutura social e econômica e avanços na atuação do sistema de justiça criminal, sobretudo no manejo da pena de prisão, a injeção de recursos humanos e materiais é incapaz de fazer frente à universalidade e amplitude do desvio social, e sim tão-só ampliar o caráter excludente do sistema, sendo ainda mais dramática a situação dos países periféricos que enfrentam carências de toda sorte.

Tais deslocamentos estruturais produzem reflexos substanciais na eclosão de novas condutas delitivas porque atingem, negativamente, o estado de vulnerabilidade social dos sujeitos, famílias e comunidades, composto pelo arranjo de ativos, estratégias de uso dos ativos e o conjunto de oportunidades que o mercado, o Estado e a sociedade civil lhes oferecem. Aliados em sua capacidade de acessar a maiores níveis de bem estar e de desenvolver estratégias de superação de dificuldades, tais indivíduos, famílias e comunidades tornam-se muito mais vulneráveis frente aos riscos e conflitos que operam no entorno. Sua inabilidade na solução dos conflitos oriundos da vida em sociedade muitas vezes conduz à adoção de meios ilícitos para satisfazer necessidades, objetivos e realizações propostos e valorizados no meio cultural em que estão inseridos.

Por outro lado, destaca-se o caráter seletivo do sistema de justiça criminal, que opera de modo muito mais intenso e frequente entre os indivíduos mais vulneráveis socialmente, ao mesmo tempo em que se fortalece a convicção acerca dos efeitos

que sobre o indivíduo exerce a reação social, mormente quando sob a forma de prisão, submetendo-o à estigmatização e prisionalização, dentre outras consequências intrínsecas à privação de liberdade, que potencializam a reincidência. Assim, a rotulação de um indivíduo como delinqüente, e sua conseqüente criminalização, depende muito menos da qualidade ontológica de sua ação do que da influência que sobre ele exerce o controle do sistema penal.

A seletividade do sistema de justiça criminal e a potencialidade, inerente ao cárcere, de deterioração da personalidade e reprodução da criminalidade, evidentes na experiência da imensa maioria dos países ocidentais, dentre os quais o Brasil, produziram um abalo sem precedentes na legitimidade do sistema de justiça criminal. Tais evidências, em conjunto com a privação relativa, individualismo exacerbado e precariedade ontológica características das sociedades modernas, são aspectos fundamentais do cenário social, econômico e cultural contemporâneo no qual floresceram modificações substanciais no campo do controle do crime, que abandona o ideal da reabilitação dos delinquentes ao mesmo tempo em que aposta no exercício mais incisivo do poder punitivo.

Sendo, pois, evidente que a pena de prisão não se presta a “ressocializar” o indivíduo, há espaço e legitimidade para que se busque, na sua execução, não só a minimização de seus efeitos deteriorantes inevitáveis, mas, sobretudo, a redução da vulnerabilidade social dos presos, critério da seletividade penal, mormente segundo a participação integrada e coordenada da sociedade civil, aproximando-a da realidade carcerária.

Nesta perspectiva teórica e contexto sócio-histórico é que se situa a presente pesquisa, dirigida à compreensão da influência que a experiência do encarceramento, enquanto etapa do processo de atuação do sistema de justiça criminal, exerce sobre o estado de vulnerabilidade social do sujeito, atingindo o arranjo de seus ativos e estratégias de uso, bem como o conjunto de oportunidades que o mercado, o Estado e a sociedade civil lhe oferecem.

A partir dos dados empíricos coletados, nos moldes da metodologia utilizada, buscou-se investigar a influência da experiência prisional na trajetória de vida dos sujeitos, a partir da perspectiva analítica da vulnerabilidade social. Apreendendo e interpretando a influência que as condições sociais de existência, impostas pelo

modelo de desenvolvimento adotado em nossa sociedade, exercem sobre o estado de vulnerabilidade social do sujeito selecionado pelo sistema de justiça criminal, a investigação científica proposta concentra-se na compreensão dos efeitos que o cárcere produz na trajetória de vida dos egressos estudados.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Qual a influência que a experiência do encarceramento, enquanto etapa do processo de atuação do sistema de justiça criminal, exerce sobre o estado de vulnerabilidade social do sujeito, atingindo o arranjo de seus ativos e estratégias de uso, bem como o conjunto de oportunidades que o mercado, o Estado e a sociedade civil lhe oferecem?

1.2 JUSTIFICATIVA

Diante do contexto teórico e histórico antes referido, de incremento e problematização da criminalidade, acompanhado da ineficiência das agências formais de controle social, com forte questionamento acerca da seletividade do sistema de justiça social e da função “ressocializadora” da pena privativa de liberdade, manifesta a relevância de estudar-se a influência da experiência do encarceramento na trajetória de vida dos sujeitos, e eventual construção de carreiras criminosas, sob a perspectiva analítica da vulnerabilidade social.

A compreensão do estado de vulnerabilidade social permite identificar sujeitos e grupos menos capacitados para manejar e desenvolver estratégias de superação de dificuldades, de modo a acessar melhores condições de bem-estar. Estes sujeitos, além de mais predispostos a adotar comportamentos ilícitos dirigidos à satisfação de suas necessidades, desejos e objetivos, são também mais vulneráveis diante da atuação seletiva do sistema de justiça criminal.

A partir da articulação teórica entre vulnerabilidade social e criminalidade emerge a pertinência científica da pesquisa proposta, que buscou, enfim, analisar se o sujeito submetido à prisão tornou-se ainda mais vulnerável, quer diante da seletividade do sistema de justiça criminal, quer para o enfrentamento dos riscos e conflitos que permeiam a vida em sociedade, ou se houve algum êxito, ainda que relativo, diante da deteriorização da personalidade inerente ao cárcere, em

desenvolver e fomentar, ao longo da experiência prisional, sua capacidade de superação das dificuldades.

Há estudos relevantes, dentre os quais se destacam as pesquisas de CHIES (2001 e 2008), focadas na capitalização do tempo social na prisão, por meio da remição, e na prisionalização dos agentes penitenciários, bem como pesquisas referentes à experiência da COOTRAJOBA (Cooperativa de Trabalhadores João-de-Barro), entidade dirigida ao trabalho de egressos do sistema prisional, dentre as quais destaca-se o trabalho de WOLFF (2005). Mesmo referentes à 5ª Região Penitenciária, que engloba o Presídio Regional de Pelotas, são pesquisas científicas que, diferentemente desta, não se voltam ao estudo da influência da experiência prisional no estado de vulnerabilidade social dos sujeitos, ainda que também se insiram, dentro de uma perspectiva teórica mais ampla, na problemática da (perda de) legitimidade do sistema de justiça criminal na sociedade excludente atual.

A compreensão do fenômeno eleito, à luz da realidade social da comarca de Pelotas, é imprescindível para que se possa fundamentar, legitimar, fomentar e construir alternativas de ação, não só enquanto políticas públicas, mas, sobretudo, sob a forma de ações coletivas e individuais, porém organizadas, oriundas da sociedade civil, capazes de promover não só a aproximação da sociedade com a realidade do cárcere, desenvolvendo uma filosofia prisional dirigida à minimização da vulnerabilidade social dos presos, tornando-os menos suscetíveis à reincidência, mas também, em última análise, voltadas à construção de uma sociedade efetivamente mais justa e igualitária, preocupada com o respeito à diversidade e diferença, e dirigida à promoção dos valores de segurança e paz a todos os cidadãos.

1.3 OBJETIVOS

Este estudo objetivou compreender a influência que a experiência do encarceramento, enquanto etapa do processo de atuação do sistema de justiça criminal, exerceu sobre o estado de vulnerabilidade social dos egressos, atingindo o arranjo de seus ativos e estratégias de uso, bem como o conjunto de oportunidades que o mercado, o Estado e a sociedade civil lhe oferecem.

São objetivos específicos:

- a) Investigar e compreender, a partir da reconstrução pontual da trajetória de vida dos sujeitos, seus estados de vulnerabilidade quando da prática delitiva objeto da criminalização e antes da submissão ao cárcere;
- b) Investigar e compreender, contextualizando, o modo como se deu a execução das penas privativas de liberdade impostas aos sujeitos, atentando às particularidades que encerram potencial de influenciar seus arranjos de ativos, estratégias de uso e conjunto de oportunidades que o mercado, o Estado e a sociedade civil lhes oportunizam;
- c) Investigar e compreender, por fim, a influência efetiva da experiência prisional no estado de vulnerabilidade social dos sujeitos, analisando suas trajetórias de vida após o retorno à vida em liberdade.

1.4 HIPÓTESE DE TRABALHO

A pesquisa foi dirigida à verificação da hipótese de que a experiência do encarceramento, enquanto etapa do processo de atuação do sistema de justiça criminal, tende a agravar o estado de vulnerabilidade social do sujeito, atingindo negativamente o arranjo de seus ativos e estratégias de uso, bem como o conjunto de oportunidades que o mercado, o Estado e a sociedade civil lhe oferecem, tornando-o, assim, menos capaz para acessar melhores condições de bem-estar e mais suscetível à reincidência criminal.

1.5 DADOS E METODOLOGIA

Por suas peculiaridades, a pesquisa transita pelas perspectivas macro e microsocial. Macro, porque busca apreender e compreender a influência que a atuação do sistema de justiça criminal, em especial a experiência do encarceramento, e as condições sociais de existência exercem sobre o estado de vulnerabilidade social dos delinquentes, dentro da realidade social escolhida. Microsocial porque preocupada, sobretudo, com as consequências que operam na trajetória de vida e no processo de construção de identidade social dos presos estudados, cujas representações e práticas são imprescindíveis para a compreensão global do fenômeno em questão.

A pesquisa possui um caráter qualitativo, privilegiando a análise mais ampla e profunda de experiências e representações dos sujeitos ao longo do processo de criminalização. Segundo MINAYO (2004), a abordagem qualitativa busca a compreensão particular dos fenômenos sociais estudados, com ênfase em especificidades, significados, significações, representações, simbolizações, percepções, pontos-de-vista, perspectivas, analogias. Sob a perspectiva analítica da vulnerabilidade social, buscou-se compreender aspectos relevantes não só da etiologia da conduta desviante, mas, sobretudo, da reação social a ele dirigida, e assim investigar a interação que se estabelece entre vulnerabilidade social, criminalização e encarceramento.

Considerando-se que a pesquisa foi desenvolvida em um programa de mestrado, que traz limitações temporais, e o trabalho de campo haveria de ser levado a efeito exclusivamente por nós, tornou-se necessário delimitar o campo empírico a experiências de encarceramento levadas a efeito na cidade em que moramos, Pelotas, junto ao presídio regional local que, aliás, por sua estrutura material, de pessoal e população carcerária, de aproximadamente 700 presos ao final de 2009, é representativo do sistema carcerário gaúcho e nacional.

À luz dos objetivos traçados e diante das limitações acima expostas, tornou-se imperativa uma seleção de amostra empírica que, além de capaz de ser explorada nos limites da pesquisa, fosse representativa e válida dentro do universo que se estuda. A partir da coleta de dados em documentos, principalmente processos criminais, laudos, prontuários e registros da administração penitenciária, além de consulta a banco de dados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e da Superintendência de Serviços Penitenciários, foram selecionados presos que tinham sido postos em liberdade plena (após o cumprimento integral da pena privativa de liberdade imposta) ou livramento condicional (benefício previsto no art. 83 do Código Penal Brasileiro), nos últimos dez anos (ou seja, entre 1999 e 2009). Identificados tais sujeitos, restringiu-se o estudo àqueles que tinham sido condenados, naquela oportunidade, de modo definitivo (ou seja, após esgotados todos os recursos possíveis), pela primeira vez, e cuja experiência prisional tivesse perdurado por, no mínimo, dois anos.

Foram eleitos os egressos que haviam sido liberados nos últimos dez anos para que se pudesse ter acesso a um número maior de fontes documentais, e fontes mais completas, já que se sabe que os registros prisionais, não raro, costumam perder-se ou deteriorar-se com o tempo. Ademais, exigiu-se uma experiência prisional de, no mínimo, dois anos, para que se tenha uma amostra de casos nos quais o período de encarceramento tenha sido razoavelmente longo, encerrando, em si, a potencialidade de interferir, substancialmente, na trajetória de vida dos delinquentes.

Após ultimar a seleção dos casos a serem analisados, mormente mediante a localização dos sujeitos, foram novamente consultados documentos, principalmente processos criminais, laudos, prontuários e registros da administração penitenciária, além de consulta a banco de dados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e da Superintendência de Serviços Penitenciários. Na sequência metodológica da pesquisa optou-se pela técnica da entrevista, enquanto processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado, tais como relatos, sentimentos, pensamentos e intenções, as quais seriam de difícil acesso por meio da observação direta (COLOGNESE e MÉLO, 1999).

Em um estudo social no qual se busca estudar as alterações que o encarceramento produziu na trajetória de vida dos egressos, a subjetividade da fonte oral, em vez de ser o maior inconveniente, é sua mais interessante virtude, pois, segundo ALONSO (1998, p. 76),

La entrevista de investigación social encuentra su mayor productividad no tanto para explorar um simple lugar fáctico de la realidad social, sino para entrar en ese lugar comunicativo de la realidad donde la palabra es vector vehiculante principal de una experiencia personalizada, biográfica e intransferible.

Porém, ciente dos problemas inerentes à técnica da entrevista na pesquisa social, visto que, enquanto processo de interação social, cada indivíduo é influenciado e influencia o outro, produzindo alterações no curso da conversação, nas reações do entrevistado e nos protocolos construídos pelo pesquisador, objetivou-se sempre observar as prescrições de prudência de que fala FOUCAULT (1993), a fim de potencializar o alcance do instrumento de coleta de informações e validar o conhecimento adquirido à luz da situação social objeto do estudo, ainda

que se saiba que é impossível controlar completamente os fatores perturbadores da entrevista e, assim, assegurar sua realização sem 'distorções': considerar o caráter assimétrico da interação, a não-neutralidade das indagações, o caráter denotativo (correspondência direta entre linguagem verbalizada e sentido) e conotativo (em que há elementos subjacentes, não verbalizados, que conferem um sentido indireto à comunicação) do discurso, o caráter de censura imposto pelo rol de questionamentos e a posição social dos envolvidos.

Considerando-se que os sujeitos selecionados estavam, quando da pesquisa de campo, em liberdade, ou, eventualmente, presos, quer por força de descumprimento de condições do livramento condicional, quer por força de nova prisão judicial, provisória ou definitiva, e que a empatia entre entrevistador e entrevistado é condição essencial para que se obtenha uma interação social mais intensa e rica (OLABUÉNAGA, 1999, p. 175), visto que a carência de interesse, motivação e confiança pode bloquear a transmissão da informação, optou-se por realizar as entrevistas nas residências dos egressos que se encontravam em liberdade, a fim de conferir mais liberdade à expressão das ideias, ao passo que com aqueles que estavam novamente presos quando do trabalho de campo a interação ocorreu no interior do PRP, porém em uma sala situada no setor administrativo, sem escolta e longe dos demais presos e dos agentes penitenciários, de modo a assegurar a privacidade. Os entrevistados foram informados, previamente, da finalidade e do objeto da pesquisa, da utilidade e destinação das informações colhidas, da voluntariedade da participação e das cautelas na preservação de suas identidades, de modo que eventual publicação do trabalho não pudesse implicar represálias de qualquer espécie. Aliás, a fim de preservar a identidade dos entrevistados foram adotados pseudônimos, assim como extraídas informações, no corpo das transcrições das entrevistas, que pudessem levar à identificação.

Aqui há que se fazer uma importante observação: à época do trabalho de campo atuávamos como promotor de justiça junto à VEC de Pelotas, situação que, à primeira vista, poderia impor significativa hierarquização entre entrevistador e entrevistados, de modo a comprometer a liberdade e confiança daqueles que, sobretudo, estivessem novamente submetidos à pena de prisão. Embora soubéssemos que a entrevista é, em regra, uma interação verbal desigual e assimétrica, o que por si só não afeta a validade dos dados coletados, desde que

adotadas as cautelas antes referidas, cabe destacar que jamais atuamos nos processos judiciais que culminaram na condenação dos egressos, razão por que a relação que se estabelecia com os egressos era exclusivamente na condição de fiscal da aplicação da lei no curso da execução penal. Acreditávamos, assim, que os egressos estudados não se sentiriam constrangidos em expor detalhes e mazelas porventura vivenciados ao longo do encarceramento, na medida em que, tradicionalmente, ao menos na comarca de Pelotas e sob a égide da Constituição Federal de 1988, os apenados enxergam o promotor de justiça da execução penal como um canal para veicular suas reivindicações e fazer valer direitos seus, impressão esta que, ao longo do trabalho de campo, confirmou-se, como adiante evidencia a riqueza dos relatos dos egressos.

Optou-se, ademais, por entrevistar os sujeitos a partir de um roteiro semiestruturado, o qual articula a praticidade e segurança de um roteiro inicial básico, construído de modo a assegurar a apreensão de informações que, *a priori*, são indispensáveis diante do quadro teórico desenvolvido, com a flexibilidade necessária para conferir destaque e aprofundamento às experiências e representações que vêm a baila no curso da interação entre o entrevistado e o pesquisador. Nas entrevistas foram coletados dados referentes: **a)** à reconstrução pontual da trajetória de vida dos sujeitos, seus estados de vulnerabilidade quando da prática delitiva objeto da criminalização e antes da submissão ao cárcere; **b)** ao modo como se deu a execução das penas privativas de liberdade impostas aos sujeitos, atentando às particularidades que encerram potencial de influenciar seus arranjos de ativos, estratégias de uso e conjunto de oportunidades que o mercado, o Estado e a sociedade civil lhes oportunizam e, por fim, **c)** à influência efetiva que a experiência prisional produziu no estado de vulnerabilidade social dos sujeitos, interpretando suas trajetórias de vida após o retorno à vida em liberdade.

A partir da investigação documental do universo de indivíduos cujo histórico carcerário atendia aos recortes metodológicos acima referidos, foram entrevistados 12 egressos, número que se mostrou compatível com os limites materiais e cronológicos da pesquisa, além de potencialmente rico e diversificado o suficiente para viabilizar a extração dos dados necessários à compreensão do fenômeno social em questão. Seguindo a perspectiva teórica de SAUTU (2005), a seleção dos egressos que seriam entrevistados foi feita por amostragem, buscando preservar a

representatividade da amostra, e para tanto utilizou-se o critério da saturação da amostra. Assim, à medida que eram feitas as entrevistas passou-se a dispor de um material cada vez mais rico, consistente e diversificado, sendo que a partir da interação com o décimo segundo egresso atingiu-se suficiente saturação da amostra, diante da repetição dos temas, dinâmicas e conteúdos dos discursos.

Após a realização das entrevistas dos egressos também foram ouvidos agentes do sistema de justiça criminal (uma juíza de direito, titular de vara de execução criminal há mais de 10 anos, dois psicólogos integrantes da equipe técnica do Presídio Regional de Pelotas, também com mais de 10 anos de experiência na profissão, e um agente penitenciário que atua no PRP há mais de 20 anos, tendo sido, anteriormente, diretor do presídio), a fim de apreender, contextualizar e contrastar práticas, representações e pontos-de-vista daqueles que ocupam o pólo oposto na luta simbólica inerente ao sistema penal, e assim coletar dados complementares acerca da estrutura e atuação da casa prisional, necessários à compreensão mais acurada do problema de pesquisa. Por fim, os conteúdos das entrevistas foram organizados, por meio de pastas e fichas, em conjunto com o material empírico coletado em documentos, de modo a oportunizar sua análise e compreensão sob a perspectiva teórica apresentada, visando à reconstrução científica da influência que a experiência do encarceramento traz ao estado de vulnerabilidade social dos sujeitos a ele submetidos, no curso do processo de criminalização.

2 MARCO TEÓRICO

Para compreender a influência que a experiência do encarceramento, enquanto etapa do processo de atuação do sistema de justiça criminal, exerce sobre o estado de vulnerabilidade social do sujeito, atingindo o arranjo de seus ativos e estratégias de uso, bem como o conjunto de oportunidades que o mercado, o Estado e a sociedade civil lhe oferecem, é necessário, primeiramente, compreender a etiologia da criminalidade exacerbada atual, determinada tanto pelas condições estruturais das sociedades ocidentais e capitalistas contemporâneas como pela atuação seletiva e excludente do sistema de justiça criminal, que reproduz e acentua sobremaneira a desigualdade social, em vez de minimizar a vulnerabilidade social dos desviantes, por força de debilidades intrínsecas de caráter ideológico e estrutural.

Na análise das causas da criminalidade em geral, primária e secundária (reincidência), relacionadas às condições estruturais das sociedades ocidentais e capitalistas contemporâneas, dentre as quais o Brasil, adota-se a perspectiva teórica de YOUNG (2002), para quem o aumento da criminalidade tem origem no crescimento da privação relativa, do individualismo e da insegurança ontológica.

Para a compreensão da influência da atuação do sistema de justiça criminal sobre a construção da identidade social dos presos, e eventual desencadeamento de carreiras criminosas, a partir dos dados empíricos coletados, segue-se a perspectiva teórica do *labeling approach*, também denominada teoria da rotulação, ou da reação social, desenvolvida por BECKER (1997), GOFFMAN (1988), BERGER e LUCKMANN (1999), e LEMERT (1967), dentre outros, sob a influência, do ponto de vista sociológico, dos postulados do interacionismo simbólico, da etnometodologia e da teoria do conflito. Segundo tal teoria, a rotulação de um indivíduo como delinquente depende muito menos da qualidade ontológica de sua ação do que da influência que sobre ele exerce o controle do sistema penal, que

atua de forma seletiva, fazendo muito mais presente a reincidência dentre os indivíduos que ostentam o estereótipo do delinquente.

No exame das evidências empíricas relativas às consequências da experiência prisional, parte-se da premissa teórica sintetizada por BARATTA (2002), que permeia toda a criminologia crítica desde a obra de FOUCAULT (2001 e 2004), de que a pena de prisão não se presta a ressocializar o delinquente, pois, exercida em instituição total de modelo panóptico, acarreta efeitos deteriorantes inevitáveis, como a estigmatização e a prisionalização, em relações aos quais são adotados os conceitos de GOFFMAN (1988) e AUGUSTO DE SÁ (2007), dentre outros.

A vulnerabilidade social, enquanto estado ou posição do agente a ser tratado não só no curso da execução da pena de prisão, mas também no período que se segue à libertação, é aqui considerada sob a perspectiva teórica de BUSSO (2001), KATZMAN e FILGUEIRA (1998) e VIGNOLI (2001), que a concebe como um processo multidimensional que conflui no risco ou probabilidade do indivíduo de ser atingido e lesado por mudanças ou permanências de fatores externos ou internos. Vulnerabilidade social que se expressa de várias formas, como fragilidade e suscetibilidade diante das deficiências estruturais, desamparo institucional perante o Estado, debilidade interna para enfrentar e aproveitar as oportunidades que se apresentam ou insegurança permanente que paralisa, incapacita e desmotiva na construção de estratégias voltadas à intervenção no devir rumo a melhores níveis de bem-estar.

No que toca à análise dos instrumentos e medidas voltadas ao controle e redução da reincidência, sua eficácia e possibilidade de incremento, adota-se a filosofia prisional do tratamento da vulnerabilidade, idealizada por ZAFFARONI (2001), segundo a qual se deve buscar, na execução da pena de prisão, a redução da vulnerabilidade social dos presos, objeto da seletividade penal, mormente segundo a participação integrada e coordenada da sociedade civil, aproximando-a da realidade carcerária.

Por fim, a compreensão sociológica do fenômeno da experiência prisional, sob o enfoque de seus efeitos sobre o estado de vulnerabilidade social dos sujeitos, à luz da realidade social, econômica e cultural de Pelotas, demanda a articulação e o manejo de princípios, práticas e discursos que caracterizam o campo do controle do

crime nas sociedades industriais contemporâneas, em sua perspectiva mais ampla. Segundo GARLAND (2008), que parte do conceito de campo de BOURDIEU (1997), o campo do controle do crime sofreu transformações significativas a partir da segunda metade do século XX, por força de deslocamentos estruturais havidos nas esferas da produção, consumo e cultura das sociedades capitalistas atuais, dando lugar a um novo arranjo das práticas das instituições do sistema de justiça criminal, edificado a partir do advento de novos objetivos, novas formas de cálculo e novas prioridades. As representações e práticas acerca do crime e do delinquente ajustaram-se às novas racionalidades e formas de conhecimento emergentes a partir do declínio do previdenciário penal, resultando na concepção da prisão enquanto instrumento “civilizado” e “constitucional” de segregação de populações problemáticas criadas pelos arranjos sociais, econômicos e culturais das sociedades industriais contemporâneas.

2.1 EXCLUSÃO SOCIAL, DIFERENÇA E CRIMINALIDADE

Enfrenta-se, atualmente, em praticamente todo mundo ocidental, um aumento significativo dos níveis de criminalidade, ao mesmo tempo em que se consolida a ineficiência estatal no controle social, principalmente por meio da pena de prisão que, em regra, deteriora a personalidade dos presos e fomenta a reincidência criminal, em vez de promover a prevenção efetiva de novos crimes.

Tal fenômeno ocorre, precipuamente, por força de mudanças materiais que atingiram as esferas da produção e do consumo, bem como mudanças que colocaram em xeque o contrato social da modernidade, gerando intensa precariedade ontológica, as quais tiveram início em meados da década de 60 e que são teoricamente identificadas com a transição da modernidade para a modernidade recente, por autores como BAUMAN (1999) e YOUNG (2002).

Compreendendo a natureza e extensão de tais mudanças na estrutura social, bem como os efeitos que produzem no estado de vulnerabilidade social dos sujeitos, é possível apreender significativo aspecto da etiologia do crime, e assim fundamentar políticas públicas, bem como ações coletivas e individuais, oriundas da sociedade civil, capazes de promover, em última instância, maior igualdade social e respeito à diversidade e diferença, em uma sociedade mais meritocrática e justa, promovendo, deste modo, os valores de segurança e paz a todos os cidadãos.

É importante destacar, desde logo, que não se pretende defender um determinismo social da criminalidade, tampouco atribuir ao delinquente “o rótulo de herói e/ou vítima de um modelo penal influenciado pelas estruturas do capitalismo”, como destacado por SALO DE CARVALHO (2003, fl. 37), mas sim evidenciar a influência que sobre a criminalidade exercem as debilidades intrínsecas da estrutura social e econômica, assim como a reação social a ela dirigida.

2.1.1 Transição entre modernidade e modernidade recente

Os anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, principalmente nos países ocidentais mais desenvolvidos, mas também naqueles periféricos em processo de industrialização, ainda que em menor intensidade, foram “anos dourados”, de efetiva e expressiva cidadania, marcada pela incorporação gradual da classe trabalhadora e pelo ingresso das mulheres na vida pública e no mercado de trabalho. Vigorava um contrato social de plena legitimidade, pois refletia a vontade da imensa maioria, que via a estrutura social como a melhor possível. Contrato social focado em cidadania plena, não apenas de direitos individuais, mas também constituída de direitos sociais: renda mínima digna, emprego, educação, saúde e habitação. Os Estados assumiam uma postura interveniente, voltada para a efetivação da justiça social, e assimilativa, porquanto preocupados em incluir os desviantes, integrando-os no seio social. Por força de uma ordem social aceita amplamente pela sociedade, podia-se distinguir, claramente, o cidadão racional conforme (a lei) e o desviante determinado, pois a grande maioria das populações nacionais adotava livre e racionalmente o consenso de valores, reservando o desvio e o crime a uma minoria de pessoas que assim agiam por força de seus históricos pessoais, de cunho psicológico e social. Na modernidade, portanto, a causalidade do crime é individualizada, ou seja, sua gênese reside no indivíduo, provavelmente em falhas no processo de socialização, sem conexão com as estruturas da sociedade, quer de ordem material ou ontológica (YOUNG, 2002).

Havia, na modernidade, cinturões de pobreza, desigualdades sociais intensas, intolerância e preconceito, dando lugar a práticas e representações muitas vezes opressivas, irrefletidas e discriminatórias, mas o que merece ênfase, de molde a descrever a transição à modernidade recente, é que havia um contrato social que gozava de efetiva e ampla legitimidade, e a sensação, evidentemente mais intensa

nos países centrais, de que se vivia tempos nunca outrora tão bons e prósperos, e a convicção de que se trilhava o melhor caminho em termos de políticas públicas.

No campo do controle do crime, como destaca DAVID GARLAND (2008), eram tempos em que a ideologia penal dominante era dirigida à ressocialização do indivíduo desviante, ao seu tratamento. A criminologia que melhor respondia àquela estrutura de poder preconizava a reinclusão do criminoso no seio social, em vez de excluí-lo. Era, pois, uma criminologia de cunho correcionalista, denominada academicamente de previdenciarismo penal.

A partir de 1960 houve mudanças estruturais rumo a um mundo de viés excludente, marcado pela precariedade material e ontológica, um mundo de incertezas e riscos, em que escolhas individuais são impulsionadas pela crescente demanda de expressão e consumo. Segundo YOUNG (2002, p. 22), a partir das décadas de 60 e 70 tomaram corpo e intensidade dois processos: crise econômica e reestruturação dos mercados de trabalho, que deram lugar à privação relativa e ao individualismo exacerbado, e a emergência de uma sociedade mais pluralista, na qual florescem sentimentos de segurança pessoal e estabilidade de existência vacilantes e precários, gerando um quadro de insegurança ontológica.

Tais deslocamentos, em grande medida gerados pelo denominado processo de globalização (o qual atua em uma escala global que desconhece fronteiras nacionais, integrando e conectando indivíduos, comunidades e organizações sob novas perspectivas de espaço-tempo), deram lugar a uma sociedade muito mais fragmentada e desigual, caracterizada por precariedade material e ontológica, marcadas por Estados voltados à mínima intervenção em questões sociais. Uma sociedade excludente, absolutamente descrente da viabilidade de assimilar os excluídos e os desviantes, porque, realisticamente, percebe que não há espaço para todos na estrutura econômica criada pelo modelo de desenvolvimento que adota, mesmo no mercado de trabalho secundário. Caracterizada por uma criminalidade dissipada por toda a estrutura social, em que a etiologia do desvio não pode ser compreendida sem levar em conta os arranjos sociais, econômicos e culturais que lhe são peculiares.

Por força de tais deslocamentos, teve início, a partir da década de 60, forte questionamento à eficiência do modelo penal-previdenciário, preconizado por

diversos atores sociais e políticos, de várias correntes de pensamento, o que se observou também no Brasil, ainda que com um pouco de atraso, como costuma ocorrer com os países periféricos do sistema mundial capitalista. Houve, a partir de então, radical mudança na orientação das práticas do campo do controle do crime, abandonando-se paulatinamente o ideal da reabilitação, característico do Estado do Bem-Estar Social, em prol da ênfase renovada no caráter retributivo das sanções penais, da demonização do criminoso, do retorno da vítima ao centro dos acontecimentos, da politização da criminalidade para fins eleitoreiros e da disseminação dos discursos de “lei e ordem”, que legitimam políticas criminais repressivas.

2.1.2 Privação relativa e individualismo

Como exposto sucintamente acima, as mudanças na economia geraram privação relativa e individualismo mais acentuado. O processo de revolução cultural do individualismo teve início em meados dos anos 60, criando, como aduz YOUNG (2002), zonas de exclusividade pessoal e de esgarçadura de tradições de comunidade e família. O processo de reestruturação dos mercados de trabalho e a crise econômica, a qual teve 1973 como ponto crítico, segundo HARVEY (1989), acarretaram um processo de exclusão social.

Segundo YOUNG (2002), houve um incremento nos níveis de exclusão, determinado pelo enxugamento da produção, com redução do mercado de trabalho primário, expansão do mercado de trabalho secundário e a criação de uma subclasse de desempregados estruturais (acabando com a proporção relevante de empregos de renda média, estáveis), além de desqualificação do trabalho e ênfase na flexibilidade da força de trabalho.

Consequentemente, disparou o sentimento de privação relativa, disseminado por todas as classes sociais, aqui considerado não só como um olhar para cima, mas também para baixo. Na perspectiva teórica de YOUNG (2002), trata-se da frustração daqueles a quem o acesso e a igualdade no mercado de trabalho foi negado, diante de outros indivíduos que, com mérito e dedicação equivalentes, nele foram aceitos. Mas é também a apreensão, desencadeada pela precariedade dos empregos que ocupam e pela falência do consenso de valores, diante daqueles que, muito embora abaixo na estrutura social, aparentam levar a vida fácil demais, quer por meio do

assistencialismo estatal, quer por meio do crime. Tal apreensão se intensifica quando o cidadão é também vítima do crime, o que é muito comum, pois, na estrutura segregada e fragmentada das cidades, o cidadão que ocupa os mais baixos postos de trabalhos é obrigado a conviver lado a lado com aqueles que fazem do crime seu meio de sobrevivência.

O indivíduo, pois, vivenciando uma sociedade não-meritocrática e excludente, nutre sua insatisfação ao ver, diariamente, a corrupção e imoralidade que corrói o topo da estrutura de classes (orientado pela filosofia de que os fins justificam os meios), de um lado, enquanto os excluídos do mercado, na base da pirâmide societal, são vistos como gente que não quer competir, vivendo de assistência pública ou roubando manifestamente.

Tal transição na economia também implicou alterações substanciais na esfera do consumo, emergindo um novo individualismo que se caracteriza, segundo YOUNG (2002), por escolhas pluralistas, criação irrestrita de estilos de vida e subculturas, ênfase na auto-realização, hedonismo, imediatismo (que subverte a máxima de Keynes, de equilíbrio entre produção e consumo, trabalho e lazer, gratificação adiada e imediatismo) e voluntarismo (a escolha é valorizada, a liberdade parece possível e a tradição é desvalorizada). Caracteriza-se, também, por uma concepção de sucesso e realização pessoal ligados a altas expectativas, fomentado pelos meios de comunicação, segundo o qual as pessoas têm muito menos disposição a aceitar sem contestação imposições de autoridade, tradição ou comunidade. Há, em síntese, uma demanda crescente de expressão, que esbarra na privação relativa do mundo material, o que gera tensão no sistema e, conseqüentemente, incremento da criminalidade.

Porém, há que se destacar que o novo individualismo admite a diversidade, viabiliza a realização pessoal e liberta a criatividade, encerrando, pois, em si, segundo YOUNG (2002, p.30), um paradoxo:

O fim da conformidade do consumidor dá lugar a uma pluralidade diversificada e dinâmica de estilos de vida. Um tal desatamento de criatividade humana encerra claramente possibilidades liberativas e progressivas, ainda que cada projeto tenha a potencialidade de contradizer e obstar os demais. Subculturas estão freqüentemente em colisão: a diversidade pode obstar a diversidade. A insatisfação face à situação social, a frustração de aspirações e o desejo podem dar lugar a

uma variedade de respostas políticas, religiosas e culturais capazes de abrir possibilidades para os imediatamente concernidos, mas também podem, freqüentemente de propósito, fechar e restringir as possibilidades dos outros.

Assim, o individualismo é produto da sociedade de mercado, e pode assumir tanto conseqüências anti-sociais como eminentemente propulsoras de uma cidadania preocupada com igualdade. A busca de auto-realização pode ensejar atitudes egoístas, preconceituosas e excludentes, mas também resistência contra imposições e ofensas à dignidade e justiça sociais.

2.1.3 Insegurança ontológica

A compreensão do conceito de insegurança ontológica passa, necessariamente, pela assunção da segurança ontológica enquanto fenômeno emocional, e não cognitivo, enraizado no inconsciente das pessoas. Segundo GIDDENS (1991, p. 95), segurança ontológica

(...) refere-se à crença que a maioria dos seres humanos têm na continuidade de sua auto-identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes. Uma sensação de fidedignidade de pessoas e coisas, tão central à noção de confiança, é básica nos sentimentos de segurança ontológica.

A projeção de trajetórias e projetos de vida, bem como a previsibilidade das rotinas, inclusive aquelas aparentemente sem importância, são sentimentos inerentes à segurança ontológica, de modo que sua alteração ou supressão é fonte de ansiedade, capaz de estremecer aspectos outrora firmemente embasados de sua personalidade.

O referido autor identifica quatro focos principais de confiança nos contextos sociais ocidentais existentes antes do processo de globalização, que não mais gozam da mesma importância e significado no mundo contemporâneo: **a)** relações de parentesco; **b)** comunidade local; **c)** crenças e práticas religiosas, e **d)** tradição.

Ainda que as relações de parentesco permaneçam importantes para a maioria das pessoas, sobretudo para aquelas que vivenciam a família nuclear, em grande medida não mais asseguram, com tanta eficiência, um feixe de conexões sociais fidedignas capazes de resistir perante as dimensões do tempo e espaço, que se encontram em intensos e constantes processos de desencaixe e distanciamento. O

entrelaçamento entre o local e o global faz com que a comunidade local expresse não apenas significados, práticas e representações intrínsecas à cultura local, mas também, e sobretudo, influências culturais distantes. Religião e tradição, por sua vez, são enfraquecidas pela reflexividade da vida social moderna, orientada pela observação empírica e pelo pensamento lógico e impulsionada pela tecnologia (especialmente de comunicação).

Como expõe GIDDENS (1991), a condição da vida moderna recente é caracterizada por escolhas ampliadas (decorrentes tanto de oportunidade de consumo como de demandas flexíveis de trabalho), por um questionamento constante de crenças e certezas estabelecidas, um nível aumentado de reflexão sobre si mesmo, a falta de uma biografia e trajetórias de vida pertinentemente embasadas e a confrontação constante com uma pluralidade de mundos e crenças sociais.

Tal situação gera insegurança ontológica, pois o indivíduo enfrenta a falta de um núcleo de normalidade, segurança e conforto, premido pela precariedade do trabalho e enfraquecimento da família, em um contexto de pluralidade de escolhas e diversidade de identidades e culturas, marcado pelo individualismo emergente que demanda auto-realização e sucesso em ampla escala, ao mesmo tempo em que diminui a capacidade de aceitação inquestionada de valores impostos e tradições.

Nesta perspectiva, vive-se um momento de contradição social, onde o indivíduo se divide entre o conforto da estabilidade e a necessidade da mudança. Há forte contestação de valores e tradições, questionando estruturas outrora aceitas, motivada por uma demanda de auto-realização, ao mesmo tempo em que o indivíduo se ressentido de um mundo seguro ontologicamente. A revolução cultural engendrou expectativas excessivas diante das deficiências estruturais, as quais debilitam, senão inviabilizam por completo, a aspiração de um mundo calcado na construção social da realidade, de indivíduos voltados à assunção de estilos de vida próprios.

Diante da insegurança ontológica, há uma tendência de criar uma base segura, reafirmar valores como absolutos morais, declarar que outros grupos não têm valores, estabelecer limites distintos do que é virtude ou vício, ser rígido em vez de

flexível ao julgar, ser punitivo e excludente em vez de permeável e assimilativo (YOUNG, 2002).

Tal cenário, evidentemente, encerra a potencialidade de facilitar ainda mais o processo de exclusão social, pavimentando os processos de definição daqueles que serão excluídos, eleitos com base em um estereótipo de vulnerabilidade social, conferindo segurança ontológica ao grupo dominante (pois reafirma sua identidade) e consolidando o quadro de desigualdade social extrema e cidadania enfraquecida.

A exclusão social, por sua vez, ameaça a identidade do indivíduo, tornando-o suscetível à adoção de essências e, por bloquear oportunidades, materialmente e no sentido de adotar identidades alternativas, muitas vezes acaba por ser veículo de realizações do indivíduo, como o caso do homem que, não dispondo de meios capazes de lhe prover uma existência digna, acaba por acreditar que seu papel social é, efetivamente, o de ladrão (YOUNG, 2002, p. 175).

2.2 A MUDANÇA PARADIGMÁTICA DO LABELING APPROACH

A revolução científica desencadeada pela perspectiva teórica do *labeling approach*, também denominada teoria da reação social, somente foi possível por força de avanços alcançados, no âmbito da criminologia e da sociologia do desvio, por teorias que a precederam, que conceberam, em síntese, quatro críticas principais à ideologia penal da defesa social que, ainda hoje, apesar das frequentes e substantivas críticas e das fragilidades que apresenta, orienta e permeia grande parte do sistema de justiça criminal. Assim, antes de analisar os pressupostos do *labeling approach*, imprescindível compreender não só os princípios da ideologia da defesa social, mas também o legado crítico a esta dirigido, construído pelas concepções teóricas que o precederam.

A ideologia da defesa social orienta-se, basicamente, pelos seguintes princípios, segundo BARATTA (2002):

- a) princípio da legitimidade, segundo o qual o Estado, enquanto expressão da sociedade organizada, está legitimado a reprimir a criminalidade, por meio de agentes e instituições que compõem as agências oficiais de controle social, as quais expressam os valores e concepções da sociedade;

- b) princípio do bem e do mal, que concebe o delito e o delinqüente como um mal, enquanto a sociedade constituída e seu consenso de valores constituem o bem;
- c) princípio da culpabilidade, segundo o qual o delito expressa, na sua essência, um comportamento reprovável, contrário ao consenso de valores da sociedade, antes mesmo de sua criminalização formal pelo Estado, por meio do legislador;
- d) princípio da finalidade ou da prevenção, à luz do qual a pena possui não só função retributiva, mas também preventiva, pois, abstratamente prevista na lei, serve para desencorajar comportamentos que lhe sejam violadores, e, concretamente aplicada, visa a prevenir a reincidência do desviante, ressocializando-o;
- e) princípio da igualdade, segundo o qual a lei penal é igual para todos, e portanto igual a reação penal a todos que a violarem, e
- f) princípio do interesse social ou do delito natural: o delito representa ofensa a interesses fundamentais da sociedade, indispensáveis à coexistência pacífica, e portanto partilhados pela imensa maioria dos cidadãos.

A longa trajetória da crítica ao paradigma da defesa social, rumo à construção de um novo paradigma criminológico, o *labeling approach*, teve início nas teorias psicanalíticas da criminalidade e da sociedade punitiva, refinou-se na concepção de orientação sociológica da teoria estrutural-funcionalista do desvio e da anomia, e submeteu-se a ajustes na teoria das subculturas criminais, devidamente corrigida pela teoria das técnicas de neutralização.

Tais teorias, apesar de suas diferenças intrínsecas, comungam de quatro críticas principais ao paradigma da defesa social, segundo BARATTA (2002), que foram, depois, absorvidas pelos teóricos da reação social: **a)** tais teorias colocam a ênfase, no exame da etiologia do crime, não sobre os valores que supostamente orientam todo o sistema de controle social, mas, sim, em características particulares e estruturais que pautam os processos de socialização (e seus defeitos) a que estão sujeitos os desviantes; **b)** mostram que a exposição e vulnerabilidade dos indivíduos, frente a tais circunstâncias, depende muito mais da experiência social e

da participação na subcultura da delinquência, do que da escolha racional dos agentes; **c)** que os reflexos da experiência social e da participação na subcultura sofre a influência das normas e técnicas que as caracterizam, dos fenômenos de estratificação, desorganização e conflitualidade ligados à estrutura social, e **d)** mostram que, dentro de certos limites, não há diferença essencial entre o comportamento desviante e aquele conforme a lei, ou seja, a distinção entre ambos comportamentos depende menos da qualidade ontológica da ação do que da atuação que sobre eles exerce o sistema de justiça criminal, ao eleger os comportamentos que serão tipificados na lei penal como crimes.

Sob este pano de fundo teórico é que se operou a construção do *labeling approach* que, na lição de BARATTA (2002, p. 86)

(....) parte da consideração de que não se pode compreender a criminalidade se não se estuda a ação do sistema penal, que a define e reage contra ela, começando pelas normas abstratas até a ação das instâncias oficiais (polícia, juízes, instituições penitenciárias que as aplicam), e que, por isso, o *status* social de delinquentes pressupõe, necessariamente, o efeito da atividade das instâncias oficiais de controle social da delinquência, enquanto não adquire esse *status* aquele que, apesar de ter realizado o mesmo comportamento punível, não é alcançado, todavia, pela ação daquelas instâncias. Portanto, este não é considerado e tratado pela sociedade como “delinquente”. Neste sentido, o *labeling approach* tem se ocupado principalmente com as reações das instâncias oficiais de controle social, consideradas na sua função constitutiva em face da criminalidade. Sob este ponto de vista tem estudado o efeito estigmatizante da atividade da polícia, dos órgãos de acusação pública e dos juízes.

A teoria da reação social não considera o crime, e o criminoso, como simples ponto de partida, como algo dado, e sim como realidade social que é construída na interação própria da experiência social, o que deixa clara a orientação sociológica que embasa a teoria, advinda dos postulados do interacionismo simbólico e da etnometodologia, para os quais, guardadas as diferenças entre ambos, a realidade social é um processo constituído de inúmeras interações concretas entre os indivíduos, que recebem tipificação, significado e valoração dos próprios indivíduos e seus grupos.

Os teóricos do *labeling* problematizam o processo de criminalização das ações e a atuação das instâncias oficiais de controle social, ao questionar a concepção

tradicional de que os comportamentos criminosos trazem consigo uma qualidade criminal objetiva e intrínseca, ao mesmo tempo em que as normas penais violadas encerram em seu conteúdo a tutela de valores e interesses comungados pela maioria dos cidadãos.

Seus autores pretendiam explicar o crime à luz do contexto social em que se encontra inserido, divergindo diametralmente do paradigma etiológico do positivismo, que se dispunha a compreender o crime enquanto comportamento essencialmente negativo, pressupondo a neutralidade das normas penais, esquecendo que estas são formuladas por homens, evidentemente sob a influência dos valores, ideologias e crenças de que comungam. Trata-se de drástica mudança na perspectiva da investigação criminal: em vez de perguntar “por que o criminoso comete crimes?”, pergunta-se “por que aquele comportamento foi rotulado como crime?”, “qual o tratamento a que a pessoa rotulada como tal é submetida, e quais suas conseqüências?”, “qual a legitimidade deste tratamento?”.

O desvio não é mais considerado uma qualidade ontológica da ação, objetivamente identificável, mas sobretudo produto da reação social, e o delinquente somente difere do homem “normal” por força dos efeitos que esta lhe causa, estigmatizando-o e introjetando-lhe o estereótipo de desviante.

Sua perspectiva teórica fomentou a defesa da intervenção mínima do direito penal, relegando-o a instrumento a ser utilizado apenas em última instância, quando efetiva e estritamente necessário. Muito embora seja objeto de críticas, dentre as quais se destaca a circunstância de não abordar a desviação primária, sugerindo certo determinismo da reação social, a mudança de enfoque que propõe implicou avanço incomparável na criminologia, construindo um novo paradigma científico.

2.2.1 Os efeitos da rotulação na construção de carreiras criminosas

BARATTA (2002) sintetizou como os principais teóricos do *labeling approach* focaram suas pesquisas no processo de formação da identidade social do desviante e no desencadeamento de carreiras delitivas, investigando os reflexos que sobre tais processos exerce a atuação do sistema de justiça criminal, apondo ao indivíduo a etiqueta de criminoso. Em sua obra mostra que a aplicação da sanção penal implica decisiva mudança na identidade social do indivíduo, destacando a distinção entre

desvio primário e secundário, a fim de mostrar como a reação social a um primeiro desvio atua como circunstância potencializadora dos seguintes, surgindo uma tendência do indivíduo de assumir, introjetar o estereótipo de criminoso que a estigmatização gerada pela experiência prisional (principalmente) lhe introduziu.

A reincidência criminal é, em grande medida, determinada pelos efeitos psicológicos desencadeados pela reação social ao primeiro desvio, principalmente quando submetido à pena de prisão, particularmente deteriorante da personalidade. Segundo BARATTA (2002, p. 90), a reincidência “torna-se um meio de defesa, de ataque ou de adaptação em relação aos problemas manifestos e ocultos criados pela reação social ao primeiro desvio”.

Esta primeira direção da pesquisa empreendida dentro do marco teórico do *labeling approach* evidencia a falência do princípio do fim da pena ou da prevenção, que orienta a ideologia da defesa social. Seus resultados mostram que a atuação do sistema de justiça criminal, por meio de suas instâncias oficiais, e principalmente quando há aplicação da pena de prisão, em vez de promover a “ressocialização” do criminoso, via de regra consolida sua identidade social de desviante, fazendo com que assuma o estereótipo que lhe foi introjetado, facilitando, desta forma, a formação de carreiras delitivas.

2.2.2 A dimensão do poder de rotulação

Parte das pesquisas pioneiras da teoria da reação social assumiu uma outra direção, voltada à compreensão da dimensão do poder de rotulação, ou seja, de definir como criminosas determinadas condutas consideradas em abstrato, valendo-se, além da perspectiva do interacionismo simbólico e da etnometodologia, de postulados da sociologia do conflito.

À luz da orientação do *labeling*, a definição de comportamentos como desviantes é um processo que não se limita à atuação das agências oficiais de controle social, mas que tem início nas definições de senso comum, de modo anterior e independente.

BARATTA (2002, p. 94) fornece a seguinte compreensão do processo de rotulação: o desvio é um processo no curso do qual alguns indivíduos, pertencentes a algum grupo, comunidade e sociedade, **a)** interpretam um comportamento como

desviante, **b)** definem uma pessoa, cujo comportamento corresponda a esta interpretação, como fazendo parte de um certa categoria de desviantes, **c)** põem em ação um tratamento apropriado em face desta pessoa. Segundo suas palavras,

(...) não é o comportamento, por si só, que desencadeia uma reação segundo a qual um sujeito opera a distinção entre “normal” e “desviante”, mas somente a sua interpretação, a qual torna este comportamento uma ação provida de significado.

A definição, por parte de um grupo, comunidade ou sociedade, de um comportamento como desviante integra a concepção sociológica do próprio comportamento desviante, o qual não existe sem a rotulação, sem a valoração; por isso, o estudo do crime deve iniciar pela análise da reação social a ele endereçada, e por isso o comportamento desviante é aquele capaz de desencadear a reação social, por meio da perturbação da rotina, indignação, embaraço, irritação, sentimento de culpa, repúdio, dentre outros sentimentos. O desvio é o oposto do normal, aqui considerado o modelo de comportamento pautado pela própria estrutura social, que difere segundo o papel e a posição social do autor da ação.

Para que haja, portanto, a atribuição de uma reprovação moral e de uma reação social a um dado comportamento, segundo o senso comum, é necessário que o comportamento viole o consenso de valores, afastando-se do modelo estabelecido, e que o autor pudesse, na ocasião, ter agido de modo diverso, conforme as normas, ciente do que estava fazendo.

Ainda sob a perspectiva teórica do *labeling approach*, o processo de definição (rotulação) é condicionado pelo exercido em situações análogas antecedentes, em uma espécie de tipificação: a interpretação de uma nova situação é condicionada pelo referente simbólico cristalizado nas situações análogas precedentes. Assim, o processo de definição de uma conduta como reprovável e, conseqüentemente, de rotulação de seu autor como criminoso, sofre a influência do manejo de definições preliminares e convenções provisórias oriundas de experiências análogas antecedentes.

2.2.3 A seletividade do sistema de justiça criminal

O sistema penal opera de modo seletivo, elegendo, dentro da universalidade de condutas que infringem as leis penais, aqueles indivíduos que serão objeto da

reação social, por meio da atuação das agências oficiais. Adota-se, para embasar a apreciação dos dados empíricos a serem coletados, a noção de seletividade pela vulnerabilidade social do agente, formulada por ZAFFARONI (2001), que também se vale da perspectiva analítica da vulnerabilidade social para construir sua teoria relativa ao tratamento prisional. Segundo tal teoria, a seletividade do sistema penal, por motivações ideológicas e/ou pela fragilidade material e estrutural que o impossibilita de punir todos os comportamentos violadores da lei penal (basta imaginar quanto presídios seriam necessários se todos aqueles que violam leis penais fossem criminalizados e recebessem a sanção abstratamente prevista), é dirigida, preponderantemente, às pessoas mais vulneráveis socialmente, verdadeiros excluídos do sistema, privados do acesso ao trabalho e remuneração dignos, à saúde, à educação de mínima qualidade, ao lazer dignificante e à segurança pública, dentre inúmeros outros direitos fundamentais individuais e sociais. Movido tanto pela ideologia de manter e reproduzir a estrutura de poder vigente, como pela maior facilidade de punir e eleger como bodes expiatórios aqueles que são mais vulneráveis socialmente, e portanto incapazes de oferecer resistência, legítima ou não, o sistema penal acaba por ser a expressão final de um processo complexo de exclusão social, administrando, consagrando ou perpetuando iniquidades que permeiam as esferas da produção, consumo e comunidade da sociedade excludente atual.

2.3 AS MAZELAS DA EXPERIÊNCIA PRISIONAL

É vasta a literatura nacional e internacional que trata dos efeitos da experiência prisional sobre o delinquente, expondo como, via de regra, a prisão acaba por deteriorar a personalidade daqueles a quem é aplicada, tornando-os ainda mais vulneráveis diante das pressões e conflitos que permeiam a experiência social e, sobretudo, diante da seletividade do sistema de justiça criminal, em vez de promover a "ressocialização" e "reeducação" previstas abstratamente na legislação penal de grande parte dos países ocidentais industrializados, dentre os quais o Brasil, legislação essa ainda hoje orientada pela ideologia da defesa social, embora com certos avanços pontuais. Tais efeitos deletérios são causados tanto por defeitos e carências de ordem material na estruturação e execução da pena de prisão, como superlotação, falta ou deficiência de assistência médica, psicológica e educacional, alimentação, higiene, e trabalho interno incompatíveis, quando existentes, com a

dignidade humana, dentre outras tantas mazelas, como também pela própria essência da prisão que, executada em instituições desconectadas da vida em liberdade, atinge diretamente a identidade pessoal e social destes, mediante processos de estigmatização e prisionalização, tornando o preso muito menos apto a se adaptar à vida em sociedade conforme as regras, e sim mais propenso a assumir o estereótipo de delinqüente que lhe é imposto pela reação social, desencadeando futuras carreiras criminosas.

Diante de tais constatações históricas, e enquanto não se fazem presentes condições sociais, econômicas e culturais que pavimentem o processo de construção de um novo modelo de reação social ao desvio, comunga-se da perspectiva teórica de um direito penal mínimo, no qual a pena de prisão seja reservada a delitos de maior gravidade, observadas as garantias constitucionais que balizam sua aplicação e execução. Neste contexto, torna-se manifesta a necessidade de compreender os efeitos deletérios da prisão que lhe são inerentes e instrumentalizar medidas que tornem possível minimizá-los ao máximo possível e, quiçá, promover um tratamento prisional capaz de tornar o delinqüente menos suscetível de ser novamente objeto da seletividade do sistema de justiça penal.

2.3.1 A análise crítica da origem da prisão

MICHEL FOUCAULT (1991), em sua obra clássica “Vigiar e punir: nascimento da prisão”, descreve como se operou a transição dos suplícios corporais para a pena privativa de liberdade, enquanto base do sistema criminal moderno, evidenciando como ambas as formas de punição encerram em si a função de instrumento jurídico-político de poder e controle social. FOUCAULT (1991, p.69) mostra como, no curso do século XVIII, houve uma intensificação dos protestos contra a crueldade dos suplícios, embasada nos princípios do Iluminismo:

É preciso punir de outro modo: eliminar essa confrontação física entre o soberano e o condenado; esse conflito frontal entre a vingança do príncipe e a cólera contida do povo, por intermédio do supliciado e do carrasco. O suplício tornou-se rapidamente intolerável. Revoltante, visto da perspectiva do povo, onde ele se revela a tirania, o excesso, a sede de vingança e o “cruel prazer de punir”. Vergonhoso, considerado da perspectiva da vítima, reduzida ao desespero e da qual ainda se espera que bendiga “o céu e seus juízes por quem parece abandonada”. Perigoso de qualquer modo, pelo apoio que nele encontram, uma

contra a outra, a violência do rei e a do povo. Como se o poder soberano não visse, nessa emulação de atrocidades, um desafio que ele mesmo lança e que poderá ser aceito um dia: acostumado a “ver correr sangue”, o povo aprende rápido que “só pode se vingar com sangue”.

Paralelamente, FOUCAULT (1991, p. 72) destacava como o suplício também não se mostrava eficiente e compatível com as mudanças em curso nas esferas da produção e do consumo, engendradas pelo processo de industrialização que estava, naquela época, iniciando sua franca expansão:

Na verdade, a passagem de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude faz parte de todo um mecanismo complexo, onde figuram o desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação; o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas primitivas.

A partir de tal contexto histórico, então, se operou uma mudança radical do paradigma punitivo, como teorizado por BECCARIA (2006), aproximando a punição dos princípios que fundam o Estado Moderno, fundamentando o direito de punir na defesa da sociedade, não mais na vingança do soberano, compreendendo o crime enquanto ofensa ao contrato social, que supõe a concessão, por cada cidadão, de parte de sua liberdade em prol da legitimação do Estado enquanto fiel depositário e garantidor das liberdades individuais e sociais (CHIES, 1997).

Na sequência de sua construção teórica, FOUCAULT (1991) mostra como o advento da prisão coincide, pois, com a formação do Estado Moderno, e como sua finalidade original era, ainda que de forma velada, promover o disciplinamento dos presos para o trabalho nas fábricas, em uma proposta de transformação dos indivíduos. Por outro lado, sustenta que o “fracasso” na realização de tal objetivo, determinado pela absoluta incompatibilidade de se “adestrar” alguém para a vida e trabalho honesto em liberdade em instituições totais de modelo panóptico, conduziu à utilização política da prisão para reprodução, em última análise, das desigualdades estruturais da sociedade, administrando e reproduzindo um contingente de delinquentes e excluídos úteis ao sistema.

Ainda que não se comungue da convicção de BITENCOURT (1993) de que se vive, aliás há mais de dois séculos, uma “crise” da pena de prisão, pois acreditamos que suas mazelas lhe são inerentes, incapazes de serem totalmente eliminadas, e sim tão-só administráveis e passíveis de controle em níveis razoáveis e compatíveis com os direitos fundamentais do cidadão, bastante lúcida sua síntese acerca dos problemas que caminham junto com a execução da pena privativa de liberdade. Segundo ele, sua falência é determinada pelos seguintes motivos, dentre outros:

- a) o ambiente carcerário é incompatível com a realização de trabalho útil à vida em liberdade;
- b) as condições humanas e materiais da imensa maioria dos presídios do mundo, e com muito mais frequência e intensidade nos países periféricos como o Brasil, tornam ainda mais utópico promover a “reabilitação” do preso, porquanto acarretam ofensas de toda ordem à dignidade humana;
- c) o encarceramento e a vigilância total produz efeitos deletérios na saúde mental e no equilíbrio psíquico dos apenados, fomentando a construção de uma identidade social propensa à reincidência, que atinge níveis elevadíssimos;
- d) o encarcerado perde o conceito que tem de si mesmo, na medida em que o cárcere implica uma completa ruptura com sua vida anterior em liberdade;
- e) a prisão estimula a reincidência, por incrementar a condição de vulnerabilidade social dos presos, enfraquecendo seus laços afetivos para com familiares e amigos e tornando-os menos aptos ao labor, e
- f) a prisão é uma instituição total, absorvente, que transforma o preso em um ser passivo, humilhado, dependente e submisso, violando e anulando totalmente sua intimidade.

2.3.2 A estigmatização inerente ao cárcere

Segundo o sociólogo americano ERVING GOFFMAN (1990), o presídio é, em sua essência, uma instituição total, organizada para a proteção da comunidade contra o delinquente, e não para a promoção da “ressocialização” deste, e caracterizada por intensa e permanente vigilância dos internos, imposição de rotina

absolutamente distinta da vida em liberdade, diminuição ou ruptura total dos vínculos com a comunidade em geral e a imposição de uma subcultura própria da carceragem.

A submissão ao cárcere agrega um estigma ao preso que já é, via de regra, quando do processo de criminalização, invisível socialmente, pois privado de condições indispensáveis ao exercício e gozo de uma cidadania plena. Assim, o Estado, até então omissivo quanto aos direitos do cidadão, lança sobre ele o olhar e a atenção apenas para criminalizar sua conduta, eleita na universalidade das condutas contrárias à lei penal, e apor a ele o estigma de criminoso, de preso.

Segundo os interacionistas simbólicos, dentre eles GOFFMAN (1990), a identidade do sujeito não é um dado em si (titular de qualidades positivas e negativas inerentes), mas uma estrutura que se forma na interação entre fatores endógenos e exógenos, na interação entre o sujeito e os outros. Nesse processo, os estigmas, positivos e negativos, assumem influência decisiva.

Para GOFFMAN (1990, p. 116), “as identidades social e pessoal são parte, antes de tudo, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão”.

O conceito de estigma que nesta pesquisa se vai adotar o considera como um atributo profundamente depreciativo. Trata-se, pois, do estigma negativo que é empregado desde os gregos, que se valiam de marcas ou impressões

(....) como indicativos de uma degenerescência: os estigmas do mal, da loucura, da doença. Na Antiguidade Clássica, através do estigma procurava-se tornar visível qualquer coisa de extraordinário, mau, sobre o *status* de quem o apresentasse. O estigma “avisava” e existência de um escravo, de um criminoso, de uma pessoa cujo contato devia ser evitado (GOFFMAN, 1990, p 11).

O indivíduo, que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana, possui um traço distintivo que se pode impor à atenção e afastar aqueles com os quais interage, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus (GOFFMAN, 1990, p. 14).

Sob o prisma criminal, o estigma assume a feição de uma etiqueta, de um rótulo de intensa capacidade depreciativa e difícil remoção. São criados estereótipos e

convicções taxativas preconcebidas sobre o indivíduo, resultantes de expectativas, hábitos de julgamento e falsas generalizações (BECKER, 1997), gerando sistemas de representação que influenciam as pessoas na sua ação cotidiana.

Tratar uma pessoa como se ela fosse desviante em geral, e não especificadamente, produz uma profecia que se auto-realiza. Ela coloca em movimento vários mecanismos que conspiram para moldar o indivíduo segundo a imagem que as pessoas têm dele. Em primeiro lugar, uma pessoa tende a ser excluída, depois de identificada como desviante, da participação em grupos mais convencionais, mesmo que as conseqüências específicas da atividade particular não pudessem nunca, por si próprias, ter causado o isolamento, não fosse o conhecimento e a reação pública a ela. (BECKER, 1997, p.41).

Ao ser rotulada como criminosa, e, sobretudo, quando submetida à prisão, a pessoa passa a ser portadora de um estigma, que altera sua identidade social e o propele a assumir estereótipos antagônicos, transitando entre realidades sociais e culturais distintas, de pouca intersecção entre si, ainda que com pontos de contato oficiais (GOFFMAN, 1999, p. 20).

Portanto o criminoso, a quem foi agregado o estigma pelo olhar do outro, acaba por introjetar o estereótipo que lhe é dado, tornando-se muito mais suscetível de reincidir, ao mesmo tempo que se torna muito mais vulnerável frente à seletividade do direito penal. Como nos mostram inúmeros estudos empíricos ao redor do mundo, a seletividade opera com muito mais freqüência entre os segmentos sociais mais desfavorecidos, que menos instrumentos de “proteção” possuem contra o controle social das agências oficiais, além de não disporem de meios materiais e recursos tecnológicos para a prática de condutas criminosas mais sofisticadas, rentáveis e de difícil apuração.

2.3.3 A essência perversa da prisão: a prisionalização.

O indivíduo, exposto à estrutura totalizante da prisão, e com muito mais intensidade nos presídios que enfrentam maiores deficiências materiais e humanas (como a imensa maioria dos presídios brasileiros e, em especial, o Presídio Regional de Pelotas), sofre um dos principais efeitos da experiência prisional, denominado prisionalização, ou prisionização, que consubstancia a forma pela qual a cultura e o sistema carcerários são por ele absorvidos.

O apenado, imerso na disciplina, vigilância e rotina da instituição total, necessariamente tem que se adaptar àquela forma de vida, assimilando hábitos, usos, costumes, vocabulários, códigos de conduta e relações de poder, expressas ou não, legais e ilegais. Assume ele o papel que lhe é atribuído pela reação social, internalizando o estereótipo do preso.

Trata-se de um processo que, de certa forma, implica uma espécie de antítese do processo de socialização:

Trata-se de uma aprendizagem que implica em um processo de “dessocialização”. Esse processo dessocializador é um poderoso estímulo para que o recluso recuse, de forma definitiva, as normas admitidas pela sociedade exterior. A prisionalização sempre produzirá graves dificuldades aos esforços que se faz em favor de um tratamento ressocializador. A prisionalização é um processo criminológico que leva a uma meta diametralmente oposta a que se pretende alcançar o objetivo ressocializador. (BITENCOURT, 1993, p. 171)

A prisionalização, dessa forma, ao “dessocializar” o preso para socializá-lo na realidade do cárcere, impede por completo o êxito de uma filosofia prisional voltada à ressocialização, como a que permeia a Lei de Execuções Penais Brasileira, pois não se consegue ensinar, disciplinar alguém para a vida em sociedade estando preso em uma instituição absolutamente desconectada da vida em liberdade, mormente quando tal reação social não vem acompanhada de avanços significativos na estrutura social desigual e injusta na qual ele vai ser reinserido quando posto em liberdade.

Ao contrário dos problemas decorrentes da má gestão da coisa pública, que conduz ao sucateamento desumano da estrutura carcerária, a prisionalização, enquanto efeito inerente da privação da liberdade e da natureza do cárcere, é praticamente inevitável, sendo possível, apenas, seu controle e minimização.

AUGUSTO DE SÁ (2007, p. 114-6) refere que a prisionalização é um processo de aculturação, que subverte a identidade social do apenado, transformando-o em um ser anônimo inserido em um grupo subordinado, subalterno. Como ninguém aceita naturalmente um poder disciplinar que o controle 24h por dia, emergem manifestações de poder informais, culturas paralelas e pactos de manutenção da ordem entre a massa carcerária e os agentes penitenciários, que atingem e

influenciam a todos. Há uma geral desorganização da personalidade, o desenvolvimento de um sentimento de inferioridade e um empobrecimento psíquico, que geram estreitamento do horizonte psicológico, pobreza de experiências e dificuldades de elaboração de planos a médio e longo prazos, além de infantilização e regressão, processos marcados por dependência, busca de proteção (religião) e de soluções fáceis e projeção da culpa no outro, dentre outros efeitos.

2.3.4 Um desafio para a comunidade

Como dito acima, a prisionalização é inerente ao cárcere; porém, como bem alerta AUGUSTO DE SÁ (2007), há espaço para a organização e atuação da sociedade no processo de minimização da vulnerabilidade social dos presos. Aliás, sem a aproximação da sociedade com a realidade do cárcere, e a contribuição daquela para viabilizar, ao menos, que o apenado saia em liberdade menos suscetível de ser novamente objeto da seletividade do sistema prisional, a prisão não se reveste de qualquer outra função que não a retribuição pura e simples pelo delito praticado.

Partindo de uma distinção traçada por BARATTA entre marginalização primária (a segregação e exclusão social que, via de regra, atinge o preso ao longo de sua vida) e marginalização secundária (a reação social por meio da criminalização e aplicação da pena), AUGUSTO DE SÁ (2007, p.116) preconiza

Cabe à sociedade preocupar-se diretamente em minorar os efeitos da marginalização secundária e em evitar o retorno do ex-presidiário à marginalização primária, pois, caso contrário, a marginalização secundária facilitará o retorno à primária, daí à prática de novos crimes e, por fim, o retorno ao cárcere.

. O referido autor propõe, também, outras medidas direcionadas à integração entre sociedade e o cárcere, preocupadas com a superação da barreira que os separa (não apenas física, materializada nos muros e grades): a) fomentar um maior empenho do corpo técnico (psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais) na mediação entre preso e sociedade; b) dinamizar e ampliar a ação dos Conselhos da Comunidade; c) promover programas de informações e debates visando ao esclarecimento da população acerca da questão penitenciária, inclusive com a participação dos presos; d) desenvolver e aperfeiçoar programas de reencontro e reconciliação preso-vítima-sociedade; e) promover ações e políticas públicas que se

fizerem necessárias e compatíveis com a realidade de cada presídio, e f) incentivar a participação dos presos na prestação de serviços úteis à sociedade.

2.4 VULNERABILIDADE SOCIAL

Ao longo do marco teórico, vimos como as mudanças havidas na estrutura social, tanto nas esferas da produção e consumo, como na esfera da comunidade, refletiram no incremento e problematização da criminalidade que hoje se enfrenta nos países capitalistas. Analisamos, também, que não se pode compreender o crime descurando da influência que sobre ele exerce a reação social, instrumentalizada pelo sistema de justiça penal, e que este, por motivos ideológicos e/ou premido pelas deficiências materiais e humanas, opera de modo seletivo, elegendo para criminalização, dentre o universo de condutas contrárias à lei penal, aquelas praticadas pelos indivíduos mais vulneráveis socialmente, apondo-lhes o rótulo de criminosos e submetendo-os à prisão a qual, nos mostra a experiência de mais de 200 anos, traz efeitos deletérios intrínsecos, como a estigmatização e a prisionalização.

Vimos, então, que a gênese da criminalidade contemporânea não pode ser compreendida apenas nos limites da dimensão econômica, de modo a sustentar uma associação causal entre pobreza e delinquência, sem inserir na equação as pressões, carências e peculiaridades que caracterizam o individualismo exacerbado e a precariedade ontológica, os quais também atingem, negativamente, a capacidade do sujeito de desenvolver estratégias de superação de dificuldades e ascender a maiores níveis de bem estar, abrindo caminho para a construção de práticas e, quiçá, carreiras criminosas.

Nessa perspectiva, comunga-se do diagnóstico de ADORNO e BORDINI (1986) e ZALUAR (1996) que apontam a insuficiência da associação causal e explicativa entre pobreza e criminalidade, incapaz de compreender porque, em diversos casos, sujeitos e grupos submetidos às mesmas deficiências de ordem econômica alcançam distintos padrões e níveis de criminalidade.

Nas palavras de ADORNO e BORDINI (1986, p. 73),

(.....) se tornaria muito difícil explicar as diferenças da criminalidade entre os sexos, suas elevadas taxas nas faixas etárias de 19 – 25 anos, a relação inversa entre

taxa de desemprego na economia e delinqüência juvenil (...) e mesmo por que uns reincidem e outros não se ambos os segmentos da população criminal estão submetidos a idênticas condições materiais de existência, a despeito da evidência das estatísticas oficiais, recurso de que se valem aqueles que advogam a tese da associação entre pobreza e criminalidade.

ZALUAR destaca que tal associação acaba por reforçar a discriminação dirigida aos pobres, não só no senso comum, mas, sobretudo, na repressão por parte das agências do sistema de justiça criminal, que exercem, assim, uma vigilância muito mais intensa sobre os setores mais desfavorecidos economicamente, o que robustece o caráter seletivo e sua atuação. A partir da concepção que associa pobreza à criminalidade, abre-se espaço à construção de uma imagem do pobre enquanto portador de uma essência delitiva, como se o crime fosse exclusividade sua, pavimentando o espaço social no qual florescem protestos, preconceitos, violência policial, discriminações e arbitrariedades de toda ordem dirigidas às camadas mais pobres da população.

2.4.1 Explorando e contextualizando a origem do conceito

Por força das deficiências explicativas da noção de pobreza, lança-se mão da perspectiva analítica da vulnerabilidade social, desenvolvida, no cenário latino-americano, no seio da discussão teórica mais ampla dirigida a compreender por que, a despeito do significativo crescimento econômico de diversos países da região, dentre os quais o Brasil, tal não se reverteu em melhoria das condições de vida e incremento nos níveis de bem estar para grande parcela das populações. Segundo KATZMAN e FILGUEIRA (1998), o enfoque da vulnerabilidade social traz consigo a promessa de melhor captar a dinâmica da reprodução dos sistemas de desigualdade social, das condições de marginalidade e exclusão, ao mesmo tempo que oferece um instrumental analítico mais efetivo para o desenvolvimento de estratégias de ação e políticas públicas.

Intelectuais preocupados com as mudanças em curso, cientes das contradições que permeiam não só a realidade social dos países do continente americano, mas a imensa maioria das sociedades industriais contemporâneas, nas quais uma opulência sem precedentes convive com a miséria e privação de capacidades fundamentais à realização humana, e percebendo o extremo custo ecológico da economia focada no lucro, destacaram a estreiteza e insuficiência de um modelo de

desenvolvimento calcado apenas no crescimento econômico, dirigido à acumulação de capital para, em um futuro incerto, ser distribuído seu produto a todos os cidadãos. Perceberam, em inúmeros países, dentre os quais o Brasil, que não houve correspondência entre crescimento econômico e desenvolvimento, enquanto promoção de uma vida melhor a todos.

Segundo FURTADO (2004), houve um flagrante descompasso entre o crescimento econômico experimentado no país, desde os anos 50, e a melhora nas condições de vida dos cidadãos, em especial daqueles aos quais é negado, sistematicamente, o acesso à economia de mercado. Pelo contrário, destaca o autor que houve, sim, um incremento extremo das desigualdades sociais, aumentando o fosso que separa aqueles que dispõem de condições para o exercício pleno de suas capacidades e aqueles que sofrem privações de toda ordem.

FURTADO (2004, p. 03) destaca, assim, a distinção de dois conceitos fundamentais:

O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um futuro melhor para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.

Sem combate aos problemas fundamentais, a lógica dirigida à acumulação do capital tende a reproduzir e agravar as desigualdades sociais. Na construção teórica do autor acima transcrito, uma efetiva política de desenvolvimento, capaz de estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade, passa, necessariamente, pela reforma agrária e pela industrialização que facilite o acesso às tecnologias de vanguarda.

JOSÉ ELI DA VEIGA (2005) destaca falhas e deficiências de concepções teóricas extremas no que se refere à temática do desenvolvimento: a corrente de viés otimista, sustentada pelos fundamentalistas de mercado, considera o desenvolvimento consequência natural do crescimento econômico, o que é inadmissível nos planos ético e prático, porquanto pressupõe, em um mundo de

desigualdades sociais, que os ricos se tornem ainda mais ricos para que os necessitados possam se tornar um pouco menos pobres; já a segunda corrente, de viés pessimista, evidenciou a armadilha ideológica do desenvolvimento baseado no crescimento econômico, que perpetua as assimetrias entre as minorias dominantes e as maiorias dominadas, e propôs a evolução rumo a um estágio pós-desenvolvimentista, sem, contudo, explicar como atingi-lo, de modo a superar o desemprego em massa e as desigualdades crescentes.

Para VEIGA (2005) o desenvolvimento não é resultado espontâneo da atuação do mercado, e sim processo dependente da interação entre diversas instituições, a fim de permitir que os indivíduos possam explorar suas capacidades na busca da auto-realização, conjugando esforços coletivos e individuais, manejando estratégias de trabalho adequadas às peculiaridades do entorno e enfatizando a qualidade e eficiência de suas atividades, econômicas ou não. Em outras palavras, desenvolvimento reside em poder escolher o tipo de vida a levar, dispondo das condições materiais e estruturais indispensáveis.

Em seus estudos focados na exclusão social, JOSÉ DE SOUZA MARTINS (1997 e 2002) destaca que o modelo de desenvolvimento brasileiro, centrado no crescimento econômico, revela-se perverso nas extremas desigualdades sociais que dissemina e aprofunda. Assim, são válidos todos os esforços a serem empreendidos na compatibilização do ritmo do crescimento econômico com o desenvolvimento social, porém não restritos à distribuição de renda, e sim dirigidos à distribuição equitativa dos benefícios sociais, culturais e políticos que a sociedade industrial contemporânea conseguiu produzir, porém concentrando-os nas mãos de poucos. O desenvolvimento calcado no crescimento econômico também se manifesta nas estratégias de sobrevivência empreendidas por aqueles que lutam para fazer parte de um sistema que os expõe, estratégias estas nem sempre compatíveis com o bem comum e a ordem estabelecida. Assim, se por um lado o capitalismo expande-se à custa da exploração dos desfavorecidos, concentrando os ganhos nas mãos da minoria dominante, por outro distribui perdas, crises e problemas sociais, que atingem a todos, inclusive os beneficiários da acumulação do capital. O modelo de desenvolvimento brasileiro é, pois, um modelo de antidesenvolvimento, já que o crescimento econômico engendrado vem acompanhado por gravíssimos problemas sociais, como a alta criminalidade.

Os excluídos, que, para MARTINS (1997 e 2002) não são portadores de possibilidade histórica, e sim produto e expressão da lógica de mercado capitalista, desenvolvem formas de contestação social e política, bem como constróem estratégias de sobrevivência dirigidas à inclusão e, conseqüentemente, à reprodução ampliada do sistema que os exclui, em vez de dirigida à transformação social substantiva e superação das contradições responsáveis pela marginalização. Isso explica por que o protesto dos excluídos tende à delinquência e degradação na participação social, através das quais, enquanto consumidores precariamente incluídos, buscam integrar-se ao paradigma cultural do consumo maximizado, na qual a posse e ostentação de bens materiais assumem dimensão ampliada na construção da identidade. Afirmam, assim, os fins e valores da sociedade, ainda que lhes sejam negados os meios necessários para a plena cidadania. Valem-se de meios ilícitos para obter os recursos indispensáveis à integração, deteriorando ainda mais as relações sociais e acentuando o contexto anômico da vida cotidiana, marcada pela violência.

Sem rechaçar a relevância do uso das forças de mercado para o processo de desenvolvimento, e, sim, destacando o caráter primordial do custeio social, da regulamentação pública e da boa condução dos negócios do Estado para promover o efetivo incremento do bem-estar da população, AMARTYA SEN (1999) concebe o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Expansão que é, simultaneamente, fim primordial e principal meio do desenvolvimento, revelando o papel constitutivo e o papel instrumental da liberdade na lógica do processo. As liberdades constitutivas dizem respeito a capacidades elementares indispensáveis ao enriquecimento da vida humana, como ter alimentação, moradia, educação e saúde dignas, bem como participação política e liberdade de expressão, e sua expansão constitui o fim do desenvolvimento que, portanto, deve ser mensurado nestes termos, ou seja, há mais desenvolvimento quando há maior expansão das liberdades reais. Já a liberdade em seu papel instrumental concerne ao modo como contribuem para a expansão da liberdade real, para o desenvolvimento. Os diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, de modo que diferentes tipos de liberdade podem contribuir para a promoção de outros.

SEN (1999) elenca, sem pretensão exaustiva, cinco tipos de liberdades instrumentais: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Todas tendem a contribuir para uma melhor condição de vida e têm o efeito de complementar umas às outras. Assim, políticas públicas podem, sim, aumentar a capacidade das pessoas de viver livremente, mas a eficácia e direção das políticas públicas são influenciadas pelo uso efetivo dessas capacidades. Isso explica por que alguns países, optantes de um modelo de desenvolvimento que visa a conjugar crescimento econômico e expansão concomitante de outras liberdades constitutivas, obtiveram melhoria na vida cotidiana geral de seus cidadãos superior à obtida por outros países, que adotaram a perspectiva ortodoxa de somente repartir ganhos materiais, sociais e políticos quando o desenvolvimento econômico houver crescido o suficiente, segundo a cartilha dos países centrais.

Ao propor um modelo de análise do bem estar centrado nas capacidades e liberdades dos sujeitos, famílias e comunidades, SEN (1999), ao identificar grupos com necessidades básicas não satisfeitas, as associa às capacidades concretas dos mesmos, que dependem dos *entitlements* (conjunto de bens e recursos) sobre os quais têm comando. Ao mostrar como há descompasso, tantas vezes, entre níveis de desenvolvimento baseados no crescimento econômico, medidos por meio do PIB, e o conjunto de capacidades dos sujeitos e grupos, o autor propõe um modelo de desenvolvimento dirigido à expansão e melhor distribuição dos *entitlements*, o que depende do incremento das capacidades.

2.4.2 Distinções conceituais

A partir dos conceitos de SEN, CAROLINE MOSER (1998) desenvolveu a teoria do *asset-vulnerability approach*, na qual incorpora a noção de ativos (não apenas posses e rendas), enquanto recursos com que contam as pessoas para enfrentar os riscos e conflitos da vida em sociedade, bem como acessar melhores condições de bem estar. Em outras palavras, o estado de vulnerabilidade do sujeito depende não só de sua condição econômica, mas do conjunto de ativos sobre os quais tem controle; nessa perspectiva, as políticas adequadas para fomentar a superação da vulnerabilidade dos pobres passam por promover o uso dos ativos e fortalecimento da capacidade de manejá-los.

Segundo BUSSO (2001, p. 08), a vulnerabilidade é um processo multidimensional que conflui no risco ou probabilidade do indivíduo de ser atingido e lesado por mudanças ou permanências de fatores externos ou internos. A vulnerabilidade (que atinge a todos, em maior ou menor grau), se expressa de várias formas, como fragilidade e suscetibilidade diante das deficiências estruturais, desamparo institucional perante o Estado, debilidade interna para enfrentar e aproveitar as oportunidades que se apresentam ou insegurança permanente que paralisa, incapacita e desmotiva na construção de estratégias dirigidas ao acesso a melhores níveis de bem-estar.

O desenvolvimento da noção proposta por MOSER (1998), a partir de pesquisas multidisciplinares levadas a efeito na América Latina, mostrou que a vulnerabilidade não se define apenas em função do acervo de ativos disponíveis aos sujeitos e grupos, mas também pela estrutura de oportunidades, que são probabilidades de acesso a bens, serviços e atividades capazes de maximizar o bem estar dos indivíduos, porque facilitam o uso dos recursos já disponíveis e oportunizam outros novos, todos úteis para a mobilidade social ascendente (VIGNOLI, 2001, p. 04).

Assim, este trabalho se apoia na perspectiva teórica que situa a vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade de recursos materiais e/ou simbólicos dos sujeitos e grupos (acervo de ativos), sobre os quais têm comando, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que o mercado, o Estado e a sociedade civil colocam à disposição (KATZMAN e FILGUEIRA, 2001).

2.4.3 Ativos, estratégias de uso e conjunto de oportunidades

O conceito de vulnerabilidade aqui adotado envolve, pois, três elementos centrais, que interagem entre si: o conjunto de ativos, as estratégias de usos dos ativos e o conjunto de oportunidades que oferece o mercado, o Estado e a sociedade civil, em um dado contexto historicamente situado. A noção de conjunto de oportunidades compreende, principalmente, a possibilidade de acessar emprego, proteção social e direitos de cidadania que permitam aos sujeitos, famílias e comunidades atingir maiores níveis de bem estar (BUSSO, 2001, p. 13).

Assim, o estado de vulnerabilidade social surge quando o conjunto de ativos, habilidades e estratégias apresentam-se como insuficientes ou inadequados para manejar e acessar o conjunto de oportunidades posto à disposição dos sujeitos e comunidades, abrindo espaço não só para a mobilidade social descendente, em um processo de reprodução das desigualdades, mas também para a construção de práticas e representações dirigidas à satisfação forçada de necessidades e objetivos culturalmente aceitos.

Os ativos sociais são, pois, o conjunto de recursos que, em um dado momento, podem ser mobilizados pelos atores na busca por melhores condições de vida, e podem ser classificados da seguinte forma (KATZMAN e FILGUEIRA, 1998, p. 17), segundo os tipos de capital:

- a) **ativos físicos:** casa de moradia, imóveis em geral, animais, máquinas, meios próprios de transporte, dentre tantos outros. Possuem liquidez limitada, porém maior estabilidade, ainda que envolvam custos mais expressivos de manutenção. Tais atributos, em especial a estabilidade, são extremamente significativos para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e integração comunitária das famílias, favorecendo a construção de projetos de vida e a acumulação de outras formas de capital;
- b) **ativos financeiros:** empréstimos monetários, créditos disponíveis (cartões de crédito, limites de contas bancárias, fiados em estabelecimentos comerciais, etc), poupanças, investimentos, ações, bônus e outros instrumentos de uso habitual no sistema financeiro, formal e informal. São capitais de alta liquidez e versatilidade, fundamentais para promover o bem estar básico e fonte de desenvolvimento de outros ativos. Há que se destacar que as rendas indispensáveis à manutenção cotidiana da família não consubstanciam ativo financeiro, e sim tão-só o excedente, capaz de satisfazer e fomentar expectativas e necessidades futuras. As formas de crédito normalmente dependem do capital social, razão por que são disponíveis aos setores mais pobres da população apenas de modo limitado e para atender necessidades específicas. Não se pode descuidar, também, que os empréstimos em geral, a despeito das potencialidades assinaladas, produzem débitos futuros, o que relativiza o peso do ativo no acervo global da família;

- c) **ativos humanos:** diz respeito aos recursos de que dispõem as famílias em termos de quantidade e qualidade de força de trabalho, e ao valor que o mercado de trabalho confere aos atributos de educação e saúde de seus membros. São usados fundamentalmente nos processos de acesso a empregos e no desenvolvimento de atividades remuneradas autônomas, e sua valorização, cada vez mais, por força das condições sociais contemporâneas de existência, escapa ao controle de seu titulares;
- d) **ativos sociais:** redes de reciprocidade, confiança, contatos e acesso à informação. São recursos intangíveis, que se desenvolvem nas relações interpessoais, extremamente importantes no acervo de ativos familiares porque viabiliza o uso mais produtivo de outros ativos e também a acumulação destes; são, pois, fundamentais para compreender as estratégias e ganhos de bem estar de diferentes sujeitos, famílias e comunidades. Por exemplo, o acesso a melhores empregos, a ajuda em situações de emergência, o crédito e o uso de casa de moradia alheia quando se carece da própria dependem, sobretudo nos grupos mais vulneráveis, dos ativos sociais.

A capacidade de resposta dos indivíduos e famílias diante de riscos, mudanças e conflitos que operam na interação em sociedade é influenciada não apenas pelo acervo de ativos de que dispõem, mas também pela forma como conseguem mobilizar tais ativos. Por meio de estratégias adaptativas, defensivas e ofensivas diante das modificações no conjunto de oportunidades, buscam fortalecer a quantidade, qualidade e diversidade dos ativos e, assim, acessar mais eficientemente o conjunto de oportunidades que lhes é oferecido (BUSSO, 2001, p. 14).

As estratégias, portanto, visam a melhores condições de bem estar ou, ao menos, impedir uma mobilidade social descendente, promovendo a articulação entre os diversos tipos de ativos de que dispõem os sujeitos e famílias e as mudanças que operam na realidade social, alterando o arranjo de oportunidades criado a partir da atuação do mercado, Estado e sociedade civil.

No plano individual, as estratégias têm a ver com pautas de condutas dirigidas à manutenção, reprodução e desenvolvimento da qualidade de vida da família, tais como casamento e constituição de novos núcleos familiares, quantidade e

espaçamento de filhos, preservação da vida e saúde, tipo e lugar da moradia, mobilidade territorial, socialização, participação laboral por gênero e idade, níveis de consumo, investimentos em ativos e cooperação extra-familiar (BUSSO, 2001, p. 14).

O estado de vulnerabilidade é condicionado também pelo conjunto de oportunidades relativo aos níveis de bem estar que os indivíduos e famílias podem acessar em um dado momento histórico. O conjunto de oportunidades envolve a possibilidade de acessar o mercado de bens e serviços, a fim de realizar intercâmbios e transações dirigidos ao emprego, proteção social e direitos de cidadania, capazes, ao menos, de impedir a mobilidade social descendente.

Em outras palavras, a estrutura de oportunidades, criada pelo mercado, Estado e sociedade civil, é fonte de ativos sociais. Se os ativos, como antes exposto, são recursos sobre os quais os sujeitos e famílias possuem comando, as fontes desses ativos, enquanto estrutura de oportunidades, não podem ser atingidas por sua ação individual. O mercado, o Estado e a sociedade civil, por meio de suas práticas, regulam a lógica de produção e distribuição de ativos, construindo a estrutura de oportunidades de acesso aos ativos sociais, a serem utilizados, ou não, pelos indivíduos e famílias conforme seus interesses, necessidades e capacidades.

Seguindo a classificação de KATZMAN e FILGUEIRA (1998, p. 19 e 20), o Estado atua na estruturação do conjunto de oportunidades por meio de sua ingerência na condição de cidadania, promovendo *entitlements*, bens e serviços públicos básicos. Assim como o emprego é fonte de ativos, porém não um ativo em si próprio (porque o sujeito sobre ele não tem comando), a condição de cidadão é fonte de diversos ativos, financeiros, físicos e até mesmo sociais.

Além de fonte de ativos, o Estado regula outras esferas de produção e distribuição de ativos, como, por exemplo, ao regulamentar as formas de associação dos cidadãos, a ocupação e divisão do espaço urbano, a questão salarial e as relações de trabalho. Ademais, muitas vezes vincula a posse, ou carência, de determinado ativo ao acesso de outros, tal como ocorre quando concede um auxílio econômico às famílias cujas crianças estão estudando regularmente.

O mercado, por sua vez, intervém sobretudo na construção das oportunidades ligadas ao trabalho remunerado. O mercado de trabalho é, pois, fundamental, dentro do modelo de desenvolvimento adotado nas sociedades latino-americanas, para a criação, apropriação e utilização dos ativos. Ao regular o emprego, sua distribuição, remuneração e estabilidade, o mercado interfere, positiva ou negativamente, na construção das estratégias dos indivíduos e famílias na busca de trabalho remunerado.

Se, por um lado, os ativos sociais, enquanto conjunto de redes, dívidas, canais de influência e sistemas de cooperação e ajuda mútua, são recursos sobre os quais os indivíduos e famílias possuem comando, não se pode descurar a influência dos arranjos culturais e sociais da comunidade em que inseridos sobre o estado de vulnerabilidade de seus membros. As práticas culturais coletivas, de nível comunitário, em especial de cunho associativo, influenciam a estrutura de oportunidades, restringindo ou ampliando estratégias voltadas à manutenção, reprodução ou ampliação do acervo de ativos, sobretudo sociais.

Enfim, as relações de ativos, estratégias de uso e conjunto de oportunidades, articuladas na concepção analítica da vulnerabilidade social, são complexas, dinâmicas e multicausais, como destaca BUSSO (2001, p. 15). A partir da convicção de que fortalecer a capacidade de resposta dos indivíduos, famílias e comunidades implica minimizar seus níveis de vulnerabilidade ante riscos, mudanças e conflitos que operam na vida em sociedade (e assim torná-los menos suscetíveis à reincidência criminal e à seletividade do sistema de justiça criminal), há que se considerar, dentre outros aspectos, a diversidade, consistência e flexibilidade dos ativos, a previsibilidade e o grau de exposição a riscos, a criatividade, proatividade e eficiência das estratégias de uso dos ativos, a organização e participação comunitária (que traduzem o nível de reflexividade dos sujeitos e famílias a respeito de sua práxis) e a intensidade e dimensão dos riscos externos a que estão sujeitos.

Assim, o Estado, o mercado e a sociedade civil organizada não só devem buscar a construção de um cenário mais propício ao desenvolvimento econômico, sociocultural, político e ambiental dos sujeitos e famílias mas, sobretudo, fortalecer a quantidade, qualidade e diversidade dos ativos e fomentar estratégias capazes de diminuir a vulnerabilidade social. O êxito de políticas públicas dirigidas à superação

de privação de capacidades passa, necessariamente, pela atenção à particular condição de vulnerabilidade dos cidadãos, pois, como já exposto, o acesso ao conjunto de oportunidades é condicionado pelo acervo de ativos e estratégias de uso e mobilização de que dispõem.

2.5 VULNERABILIDADE SOCIAL E FILOSOFIA PRISIONAL

Vimos, ao longo do marco teórico, como estudos científicos e a própria constatação cotidiana lastreada no senso comum desnudaram a falta de legitimidade do sistema de justiça prisional. Por força da seletividade de sua atuação, elegendo para criminalização, dentro do universo de condutas contrárias à lei penal, aquelas praticadas pelos indivíduos mais vulneráveis socialmente, e por força dos efeitos deletérios, em especial a prisionalização e a estigmatização, intrínsecos à pena privativa de liberdade, torna-se falacioso falar no caráter ressocializante do cárcere, tal como preconizado na legislação brasileira.

Atribuir à pena uma função de ressocializar o delinquente implica desconsiderar completamente, na etiologia do delito, as pressões exercidas pelas condições contemporâneas de existência, conferindo ao sujeito a responsabilidade plena, absoluta e exclusiva pelo desvio. Implica, pois, admitir que a sociedade deseja e oportuniza ao delinquente sua inclusão, fechando os olhos à evidência de que há um contingente de pessoas que não encontram espaço no modelo de desenvolvimento adotado em nossa sociedade. Implica, também, desconsiderar que a prisão não se presta a corrigir “os defeitos da socialização do delinquente”, por força da eficácia deteriorante da personalidade que lhe é própria.

Ainda assim, o discurso político dos últimos tempos parece depositar e reforçar a confiança no cárcere, colocando a ênfase na necessidade de incrementar o sistema prisional, principalmente por meio da ampliação dos presídios e a construção de novos, sem discutir o porquê da existência do batalhão sempre crescente de delinquentes, sem discutir a conveniência de restringir a aplicação da pena de prisão e sem, sobretudo, promover a aproximação da sociedade civil para com a realidade do cárcere, de modo a construir redes e canais através das quais os presos possam desenvolver estratégias mais eficazes e diversificadas para acessar o conjunto de oportunidades que lhes é oferecido, a partir do acervo de seus ativos.

Sem desconsiderar a importância de investimentos no sistema prisional, principalmente para viabilizar ambientes carcerários menos deletérios, mas atento à evidência empírica de que reforçar o orçamento nunca será suficiente para conter a criminalidade sem promover alterações estruturais que minimizem a privação relativa, a precariedade ontológica e o individualismo exacerbado, comunga-se da concepção teórica de ZAFFARONI (2001) de que se impõe uma filosofia prisional, aqui compreendida como o conjunto de diretrizes, idéias gerais e princípios que norteiam a função da pena, voltada para o tratamento da vulnerabilidade social dos presos.

Partindo da premissa de que a seletividade do sistema de justiça criminal atinge, precipuamente, aqueles que se apresentam como mais vulneráveis, em detrimento da universalidade do crime, e que a experiência prisional provoca, em regra, pelos motivos antes analisados, uma acentuação da condição de vulnerabilidade, tornando-os mais suscetíveis à reincidência, ZAFFARONI sustenta que só se reveste de legitimidade uma filosofia prisional voltada à minimização, ou tratamento, desta condição.

Trata-se de uma proposta cujo objetivo reside em exaurir esforços para que a prisão seja o menos deteriorante possível, tanto para os presos como para os agentes penitenciários, fomentando a cooperação de iniciativas comunitárias dirigidas a tornar o egresso menos vulnerável frente ao poder do sistema de justiça criminal. Segundo ZAFFARONI (2001), o discurso de um tratamento humano redutor de vulnerabilidade passa pela necessidade de convencer o preso acerca da conveniência de egressar da prisão com menos “cara de ladrão” e com uma disposição interna dirigida a não oferecer essa cara à seletividade do exercício do poder punitivo. Demanda, também, a participação da comunidade, como antes destacado por AUGUSTO DE SÁ (2007), por meio de ações coletivamente organizadas, pois é inviável alcançar minoração da vulnerabilidade social dos presos nos limites materiais e humanos dos presídios, com sua estrutura totalizante, muito embora não se possa prescindir, pelo contrário, da mobilização do pessoal penitenciário e do corpo técnico.

Assim, ainda que não possa superar o déficit de legitimidade do sistema de justiça criminal, se ao menos minimizar o estado de vulnerabilidade do delinquente,

a prisão terá cumprido uma função, ainda que limitada, relevante para a contenção da reprodução da violência e controle da reincidência criminal. Ao longo da experiência prisional há que se desenvolver práticas, construir redes e canais de cooperação, sobretudo com setores da sociedade civil, capazes de robustecer a capacidade de resposta dos presos diante dos riscos e pressões presentes na vida em sociedade, fortalecendo, ampliando e diversificando seus acervos de ativos, fomentando estratégias de uso desses ativos e, por fim, ampliando e aproximando o conjunto de oportunidades para acessar melhores condições de bem estar.

2.6 O CONTROLE DO CRIME NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A compreensão da influência que a experiência do encarceramento, enquanto etapa do processo de atuação do sistema de justiça criminal, exerce sobre o estado de vulnerabilidade social dos sujeitos é tanto mais abrangente, e, portanto, mais próxima da realidade social estudada, quanto mais acuradamente se puder situá-la no contexto contemporâneo do controle do crime. Somente a partir da reconstrução teórica deste é que se pode nele situar, com suficiente coerência metodológica e potencial de aplicabilidade prática, os processos e deslocamentos que tem lugar na interação que se estabelece entre a experiência do cárcere e o estado de vulnerabilidade social daqueles eleitos para criminalização, e assim contextualizar, adequadamente, observações e conclusões a serem obtidas ao cabo da pesquisa proposta.

DAVID GARLAND (2008), buscou compreender as significativas mudanças que operaram no campo do controle do crime a partir do final da década de 70 do século XX em diante, por meio da análise dos principais deslocamentos e racionalidades que caracterizam o período histórico contemporâneo, denominado por BAUMAN (1999), dentre outros intelectuais, de pós-modernidade (desnecessário, diante dos objetivos e limites da pesquisa, tentar expor aqui a discussão acadêmica acerca de vivermos atualmente, ou não, uma nova era, distinta da modernidade. Para os propósitos de nosso trabalho, suficiente compreender que a condição da vida atual é marcada por aspectos outrora inexistentes ou insignificantes, os quais ganharam corpo por força do processo de globalização).

Segundo PIERRE BOURDIEU (1997), o campo é um recorte do espaço social global, no qual os agentes, individuais ou coletivos, têm disposições, representações

e ações específicas, que compõem o *habitus*. Cada campo, delimitado por valores e capitais, possui uma dinâmica social própria regida pelas lutas simbólicas travadas entre os agentes, visando a manter ou alterar as relações de poder e de distribuição das várias formas de capital, de modo a elevar seu *status* e, conseqüentemente, sua posição no espaço social. São lutas que se fundam em estratégias, que exprimem o *habitus* dos agentes envolvidos no conflito, ou seja, a posição particular do agente na estrutura de relações determina e condiciona suas representações, disposições e práticas.

Assim, o espaço social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas que possuem uma lógica própria, distinta da lógica que rege outros campos. O campo é tanto um ‘campo de forças’, uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, como “um campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, visando à conservação ou transformação de sua estrutura. (BOURDIEU, 1997, p. 50).

O que determina a vida em um campo é a ação dos indivíduos e dos grupos, constituídos e constituintes das relações de força, que investem tempo, dinheiro e trabalho, cujo retorno é pago consoante as regras particulares de cada campo. Todo campo se caracteriza por agentes dotados de um mesmo *habitus*, pois o campo estrutura o *habitus* enquanto o *habitus* constitui o campo. O *habitus* é a internalização da estrutura social, enquanto o campo é a exteriorização do *habitus*. (BOURDIEU, 1987).

O campo tem propriedades universais, presentes em todos os demais campos, assim como características próprias. Trata-se de um conceito que caracteriza a autonomia de certo domínio de concorrência e disputa interna, servindo de instrumento ao método relacional de análise das dominações e práticas específicas de um determinado espaço social. Cada espaço corresponde, assim, a um campo específico, cultural, econômico, educacional e científico, dentre outros tantos, no qual é determinada a posição social dos agentes e onde se revelam as figuras de “autoridade”, detentoras de maior volume de capital.

Valendo-se do conceito de campo de BOURDIEU, GARLAND (2008) expõe como, no campo do controle do crime, o previdenciarismo penal, centrado no ideal da reabilitação dos desviantes, obteve grande aceitação e relativo êxito nos países

desenvolvidos apenas em uma conjuntura histórica singular, existente dos anos do pós-guerra até meados da década de 70 do século XX, marcada por uma forma particular de Estado, uma estrutura específica de relações de classe e por políticas sociais e econômicas também peculiares, adaptadas ao mercado de trabalho e às instituições democráticas, em um período de prosperidade econômica, de desenvolvimento tecnológico, de ascendente industrialização e baixos índices de desemprego. Por força da crescente demanda de mão-de-obra, impulsionada pela expansão da produção industrial, houve um consistente aumento da renda real dos trabalhadores, inclusive por meio da construção de uma ampla rede de seguridade social, cenário no qual floresceu a economia lastreada no consumo.

A perspectiva criminológica que melhor se adaptava a esta estrutura social era o previdenciário penal, que preconizava a reinclusão do indivíduo no tecido social, no lugar de sua exclusão, e compreendia o crime como um problema social, acreditando na capacidade estatal, por meio de diversas agências específicas, de modificar condições sociais criminógenas e tratar indivíduos desviantes. É justamente esta a ideologia penal que informa a legislação brasileira, em especial a Lei de Execuções Penais, nº 7210/84.

O paradigma previdenciarista começou a ser mais fortemente abalado, em sua legitimidade e eficácia, nos países centrais, a partir das crises econômicas da primeira metade da década de 70 do século XX, ao passo que no Brasil, por força da condição dependente do capitalismo latino-americano e do tardio processo de industrialização, o fenômeno ganhou relevo um pouco mais tarde, intensificando-se no período de redemocratização do país.

A partir de uma tradição histórica de descaso para com os pequenos produtores rurais brasileiros, que se viram forçados a migrar para as cidades por não possuírem ou não conseguirem extrair de suas propriedades a subsistência da família, ou porque não obtinham empregos ou não aceitavam os baixos salários pagos pelos latifundiários (que gozam de privilégios concedidos pelo Estado para fomentar a exportação), o modelo de desenvolvimento industrial adotado a partir dos anos trinta do século XX aprofundou as dificuldades vividas por grande parte da população, robustecendo as desigualdades sociais, mesmo que tenha sido determinante para o

crescimento econômico nunca antes experimentado pelo país, que passou a figurar entre as dez maiores economias do mundo.

O Brasil vivia, então, o chamado milagre econômico, que se desenvolveu em uma conjuntura particularmente favorável, marcada pela expansão da capacidade produtiva, pelo incremento do intercâmbio comercial internacional, pela prosperidade dos países centrais importadores e por um endividamento externo vultoso. A despeito disso, o crescimento econômico e o aumento da produtividade, em um contexto de inflação controlada e desemprego em baixa, não trouxeram incremento na renda média dos trabalhadores ou expansão de outros indicadores sociais.

Segundo dados do IBGE, em 1976, quase metade das famílias brasileiras auferia renda total inferior a dois salários mínimos, e as políticas públicas do regime militar tolhiam os instrumentos reivindicatórios da classe trabalhadora, aprofundando o descompasso, no período de 1967 a 1973, entre o crescimento da economia e o valor real dos salários, ao mesmo tempo em que fomentavam a acumulação do capital através de altas taxas de juro, viabilizando uma política de remuneração favorável às classes mais abastadas. CORRÊA DO LAGO (1990), tomando por base o período de 1960 a 1972, revela que a participação no PIB dos 5% mais ricos da população passou de 28,3% para 39,8%, enquanto que a dos 50% mais pobres declinou de 17,4% para 11,3%, o que o conduz à afirmação de que o “milagre econômico” beneficiou apenas a minoria mais abastada da população.

Na segunda metade do período marcado pela ditadura militar, que então dava início aos arranjos políticos dirigidos à redemocratização, o cenário nacional foi marcado por iniciativas frustradas para equacionar as finanças públicas deficitárias e expansão da economia. A partir da década de 1980, o foco era o controle da inflação e a renegociação da dívida externa, ambas em patamares estratosféricos. Neste contexto é que o Brasil, a fim de obter ajuda dos países centrais, adotou a cartilha do Consenso de Washington, que preceituava, primordialmente, controle da inflação (por meio da indexação de preços e arrocho salarial), redução dos gastos públicos e manutenção de balança comercial favorável às exportações.

A partir do primeiro governo democraticamente eleito em 1989, as políticas públicas foram dirigidas à abertura comercial internacional que, implementada abruptamente, expôs a fragilidade de parte significativa da indústria nacional diante

da competitividade do mercado global, o que levou a índices alarmantes de desemprego. Paralelamente, teve início a reforma administrativa do Estado, tendo como paradigma a gestão privada, por meio de privatizações, da delegação à iniciativa privada de importantes serviços públicos essenciais e de flexibilização da relação de trabalho, dentre outras medidas.

Atualmente, mesmo após o êxito significativo do país em atender as exigências das instituições financeiras internacionais, atingindo um cenário de inflação sob controle, equilíbrio das contas públicas, balança comercial favorável e enxugamento da máquina estatal, o Brasil continua a enfrentar grave crise social, revelando a insuficiência do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico, negligente no enfrentamento de inúmeras privações de liberdades fundamentais. Concentração de renda, analfabetismo e ensino público de baixíssima qualidade, desemprego, sistemas de saúde deficientes, precarização das relações de trabalho e descaso para com os pequenos agricultores são problemas frequentes. Tal contexto acentua a privação relativa, ao mesmo tempo em que o país segue atingido pelos deslocamentos presentes na esfera global, inclusive no campo cultural, razão por que viceja, também aqui, a precariedade ontológica e o individualismo exacerbado, considerados por YOUNG (2002), junto com a privação relativa, as principais causas da alta criminalidade contemporânea.

Por outro lado, nossas taxas de criminalidade e encarceramento vêm crescendo regularmente. Por exemplo, em 1997 o país contava cerca de 170.000 presos, ao passo que dez anos depois o contingente atingia quase 420.000, aumento de 247%, sendo que ainda persiste a tendência de alta. Os delitos cujas taxas de ocorrência mais crescem são justamente aqueles relacionados ao acesso forçado à renda.

A experiência cotidiana de insegurança, pois, intensifica-se a cada dia, impulsionada pela acentuação da desigualdade social, que fomenta a reação dos grupos sociais desfavorecidos, e robustecida pela percepção científica da atuação seletiva do sistema de justiça criminal, que elege, para criminalizar, no universo das condutas tipificadas como crime, as práticas dos indivíduos mais vulneráveis, socialmente considerados. A isso se soma a evidência dos elevados índices de reincidência, que põe em xeque a proposta ressocializadora da pena, em especial a privativa de liberdade, e a incapacidade do sistema de justiça criminal de se adaptar

ao crescimento da criminalização, disseminando, assim, um sentimento generalizado de ineficácia e impunidade.

Com base nos fatores estruturais semelhantes observados nos países centrais, em especial na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, os quais, como destacamos acima, encontram eco na realidade brasileira contemporânea, GARLAND (2008) expôs como a experiência do crime assumiu dimensões nunca antes tão extensas e complexas, alterando substancialmente o campo do controle do crime, pois a introdução de novas racionalidades, práticas e propósitos, enquanto qualidades estruturais ou circunstanciais, implica modificações na operação e significado dos elementos que o compõem.

Esse conjunto de deslocamentos e transformações gerou dois tipos de reação por parte do sistema de justiça criminal, classificadas por GARLAND (2008) de criminalizantes e não-criminalizantes, ambas preocupadas em conciliar a demanda social por mais controle social com as limitações, sobretudo orçamentárias e humanas, das próprias agências estatais, embora absolutamente distintas em suas orientações. Como exemplo das reações não-criminalizantes, porque visam ao controle do indivíduo pelo sistema sem submissão ao cárcere, há medidas legislativas, como a Lei nº 9099/99, que introduziu no direito processual penal pátrio um modelo consensual de resolução de conflitos considerados de menor potencial ofensivo. Dentre suas principais inovações, podemos destacar: criação de instrumentos despenalizadores, como a transação penal e a suspensão condicional do processo; adoção de medidas administrativas que visam à racionalização da atuação das agências do sistema de justiça penal, introduzindo os princípios de gestão da iniciativa privada; introdução de processos de privatização e comercialização do sistema penal, promovendo a aproximação de seus serviços aos interesses comerciais dos grupos economicamente mais influentes; e desenvolvimento de medidas dirigidas ao compartilhamento da tarefa de controle do crime com a sociedade civil. Já como exemplo das respostas criminalizantes, também denominadas de não-adaptação, porque dirigidas a estender ainda mais o sistema de justiça criminal, fechando os olhos para a falência de sua atuação, estão diversas tentativas legislativas de restringir a liberdade provisória.

Contudo, a transformação histórica que se operou nos últimos trinta anos não atingiu as formas institucionais a ponto de abandonar velhas instituições e práticas em prol de novas, em um processo de abolição e reconstrução. O arranjo institucional do modernismo penal permanece o mesmo, assim como a estrutura do sistema de justiça criminal. A transformação envolve, sim, sua disposição, funcionamento e significação social.

O sistema penal, no período de 1970 até nossos dias, assumiu proporções nunca antes tão expressivas, em termos de volume de trabalho, de pessoal e de orçamento. Inúmeras penitenciárias foram criadas (mormente nos países centrais, porque no Brasil as limitações financeiras historicamente impediram que o número de vagas acompanhasse o sempre crescente número de presos) e intensificou-se a penalização, com ênfase em penas privativas de liberdade mais longas e restritivas no que tange à individualização. O policiamento tornou-se mais sensível às circunstâncias locais e à pressão pública, em especial a exercida pela mídia, enfatizando a prevenção, por meio da atuação conjunta da comunidade. A vítima, por sua vez, passou a ocupar lugar de destaque no sistema de justiça criminal, alterando sua rotina, fomentando a utilização de novos mecanismos de reparação e mediação, dirigidos a resultados de viés restaurativo e não punitivo, ainda que pouco significativos, por ora, no funcionamento geral do sistema, que mantém seu enfoque correccionalista. Desenvolveu-se, também, um novo aparato de prevenção e segurança, um terceiro setor governamental composto de parcerias público-privadas, mecanismos de policiamento comunitário e atuações coordenadas das diversas autoridades ligadas ao problema do crime e da segurança, focadas sobretudo em minimizar oportunidades criminógenas, em vez de perseguir, processar e punir os indivíduos. Além disso, o sistema de justiça criminal tornou-se menos autônomo nas últimas décadas, menos capaz de formular suas próprias políticas e decisões, mais sensível às mudanças na opinião pública e à reação dos agentes políticos.

Em síntese, GARLAND (2008, p. 374) identifica que

(...) as instituições da justiça criminal alteraram suas prioridades e o campo do controle do crime se expandiu para novas direções, à medida que as agências do estado e da sociedade civil se adaptaram ao crescimento da criminalidade e da insegurança trazido pela pós-modernidade.

Paralelamente a tais mudanças estruturais, alterou-se a cultura do controle do crime, que outorga significado àquelas, por força de novas racionalidades, compromissos normativos e sensibilidades emocionais que orientam as práticas no interior do campo. Adveio uma maior ênfase em leis e práticas retributivas, neutralizadoras e intimidatórias, acentuando controles que minimizem os custos e maximizem a segurança, em detrimento dos métodos clássicos de reabilitação dirigidos ao tratamento das necessidades do criminoso. A reabilitação tornou-se apenas mais um objetivo, despido de expectativa e idealismo, diluído dentre outros tantos em significado e importância, ao passo que a prisão, como já dito, é hoje concebida como mecanismo de exclusão e controle, em vez de instrumento de última instância a ser adotado àqueles indivíduos que não responderam aos demais métodos do previdenciarismo penal. O encarceramento, hoje, exerce um papel essencial no funcionamento das sociedades pós-modernas de orientação neoliberal, enquanto instrumento de segregação das populações problemáticas criadas pela economia e pelos arranjos sociais atuais.

A criminologia previdenciarista ainda informa a atuação do sistema de justiça criminal, porém compete, segundo GARLAND (2008), com duas outras criminologias bem distintas, desenvolvidas a partir da crítica aos fracassos do modernismo penal: as criminologias da vida cotidiana, que abordam a ordem social como um problema de integração do sistema, buscando minimizar as oportunidades de ruptura e desvio, em vez de tratar os indivíduos desviantes ou modificar as condições sociais determinantes da criminalidade crescente, e a criminologia do Outro, dirigida à manutenção da ordem e da autoridade, à afirmação de padrões morais absolutos e à preservação da tradição e do senso comum. Crê que certos criminosos são intrinsecamente diferentes de nós, incapazes de serem tratados ou de viver harmonicamente em sociedade, razão por que só lhes resta a segregação e a exclusão.

Segundo a pesquisa de GARLAND (2008), os principais atores da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, em uma tendência que também se verifica na imensa maioria dos países industrializados de orientação política neoliberal, dentre os quais o Brasil, vêm optando por responder à demanda generalizada por mais controle e segurança por meio de políticas de punição e exclusão. Nas palavras do autor:

Em vez de trabalhar para construir as complexas instituições de governança e integração necessárias para regular e unir a ordem social e econômica atual, tais políticas criminais sedimentaram uma divisão entre aqueles grupos que podem viver em liberdade desregulamentada e aqueles que devem ser pesadamente controlados. Em vez de reverter os processos de marginalização econômica e de exclusão social, que são endêmicos na presente economia globalizada, a nova ênfase na punição e no policiamento reproduziu e reforçou aqueles mesmos processos. (GARLAND, 2008, p. 426)

Porém, esses novos arranjos no controle do crime, centrados na confiança em mecanismos penais e na manutenção da ordem, envolvem custos sociais de difícil, quiçá insuperável, administração, tais como a intensificação de divisões raciais e sociais, o fomento de processos e situações criminogênicos, a exclusão e alienação de grupos sociais menos favorecidos, o descrédito da autoridade legal, a intolerância para com a diferença e a tendência ao autoritarismo, os quais dificultam a permanência indefinida de tais políticas.

3 SELEÇÃO PENAL E VULNERABILIDADE SOCIAL

Superada a articulação teórica da pesquisa, doravante focamos na análise dos dados coletados a partir da interação com os egressos, sempre à luz da perspectiva teórica adotada. Buscamos, enfim, compreender, articular, contextualizar e interpretar os elementos empíricos que logramos coletar ao longo do trabalho de campo, obtidos por meio dos documentos (principalmente processos criminais, laudos, prontuários e registros da administração penitenciária, além de consulta a banco de dados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e da Superintendência de Serviços Penitenciários) e das entrevistas dos agentes do sistema de justiça criminal e, sobretudo, dos egressos selecionados pelo recorte metodológico.

A partir da exposição sistemática de aspectos do perfil sócio-econômico dos egressos, buscou-se, visando à satisfação dos três objetivos específicos da pesquisa, **a)** reconstruir pontualmente a trajetória de vida dos sujeitos, seus estados de vulnerabilidade quando da prática delitiva objeto da criminalização e antes da submissão ao cárcere; **b)** compreender o modo como se deu a execução das penas privativas de liberdade impostas aos sujeitos, atentando às particularidades que encerram potencial de influenciar seus arranjos de ativos, estratégias de uso e conjunto de oportunidades que o mercado, o Estado e a sociedade civil lhes oportunizam e, por fim, **c)** compreender a influência efetiva que a experiência prisional produziu no estado de vulnerabilidade social dos sujeitos, interpretando suas trajetórias de vida após o retorno à vida em liberdade.

3.1 Perfil dos egressos

Foram selecionados 12 egressos do Presídio Regional de Pelotas, com os quais realizamos entrevistas aprofundadas, a partir de um roteiro semiestruturado (em anexo), visando à obtenção de dados relativos à relação que se estabelece entre a condição de vulnerabilidade social dos presos (já que todos nós somos vulneráveis socialmente, em maior ou menor medida) e a experiência do cárcere, à luz da realidade de Pelotas.

São egressos que, como vimos, haviam sido postos em liberdade plena (após o cumprimento integral da pena privativa de liberdade imposta) ou livramento condicional (benefício previsto no art. 83 do Código Penal Brasileiro) nos últimos dez anos (ou seja, entre 1999 e 2009), e que tinham sido presos, naquela oportunidade, de modo definitivo (ou seja, após esgotados todas as possibilidades de recurso), pela primeira vez, sofrendo uma experiência prisional de, no mínimo, dois anos.

Apurado o número total de egressos que atendiam a tais requisitos, procedeu-se à seleção daqueles que efetivamente participariam do trabalho de campo por amostragem, porque o número obtido era alto diante dos limites materiais, humanos e cronológicos da pesquisa. Na seleção por amostragem, buscou-se preservar a representatividade da amostra, e a disponibilidade de acesso aos egressos norteou o processo, visto que significativa parte deles não foi encontrada nos endereços de que dispúnhamos. Tal circunstância, aliás, sugere, nos limites da realidade social estudada, que tal contingente ingressa, após sair da prisão, de modo precário no mercado de trabalho (pois não possui registro junto ao INSS), não usufrui de aspectos substanciais da condição de cidadania (na medida em que não constam, por exemplo, em acervo estatais de eleitores e pessoas físicas) ou emigra para outras localidades, em busca de melhores condições de bem-estar e possibilidades de mobilidade social ascendente.

Foram eleitos, também, apenas egressos do sexo masculino, visto que a análise de apenas mulheres implicaria trazer ao trabalho questões pertinentes a gênero, que demandariam aprofundamento incompatível com os limites temporais do programa em que inserido. Ademais, dados extraídos da Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul revelam que a imensa maioria da população carcerária é composta por homens, ainda que o número de mulheres presas esteja aumentando cada vez mais, em sua imensa maioria condenadas por delitos relacionados ao acesso forçado à renda, em especial furto e tráfico de drogas. Assim, diante da impossibilidade de ampliar a pesquisa de modo a abarcar o necessário enfrentamento das questões de gênero, a compreensão do fenômeno limitada aos egressos homens assegura, ao menos, a representatividade da maior parte da população carcerária não só do Presídio Regional de Pelotas, mas também do estado e do país.

Os apenados tinham idade, à época da pesquisa de campo (entre junho e outubro de 2009), entre 27 e 62 anos, sendo que oito começaram a cumprir a pena privativa de liberdade com menos de 30 anos de idade, o que vai ao encontro da percepção de que os preditores da criminalidade excessiva atual, segundo YOUNG (2002), atingem mais intensamente os jovens, e não só a privação relativa, que se faz absurdamente presente no contingente de jovens desempregados, mas também a insegurança ontológica e o individualismo exacerbado, que encontram maior eco frente às personalidades em formação e altas expectativas dos jovens. Seis deles são naturais de Pelotas, dois de Pedro Osório, um do Capão do Leão, um de Pinheiro Machado, um de Santa Vitória do Palmar e um é natural de Montevideú, no Uruguai, sendo que é naturalizado brasileiro.

3.2 Condição de vulnerabilidade quando da seleção penal

A fim de investigar o impacto da experiência do encarceramento, enquanto etapa do processo de atuação do sistema de justiça criminal, na condição de vulnerabilidade social dos presos, valendo-se dos conceitos expostos ao longo do marco teórico, há que se analisar, primeiramente, qual a condição de vulnerabilidade social dos egressos estudados quando da seleção para criminalização, em especial quando da submissão à prisão.

O conceito de vulnerabilidade social adotado nesta pesquisa, como anteriormente colocado, tem sua gênese na teoria do *asset-vulnerability approach*, de MOSER (1998), segundo a qual o estado de vulnerabilidade social do indivíduo depende não só de sua condição econômica, mas do conjunto de ativos sobre os quais tem controle. A partir de estudos multidisciplinares realizados na América Latina, desenvolveu-se a noção proposta por MOSER (1998), de modo a compreender a vulnerabilidade social não apenas em função do acervo de ativos, mas também levando em conta as estratégias de uso dos ativos desenvolvidas pelos indivíduos e famílias e o conjunto de oportunidades sociais, econômicas e culturais que o Estado, o mercado e a sociedade civil lhes colocam à disposição.

Os ativos, como já colocado no marco teórico, são classificados, segundo KATZMAN e FILGUEIRA (1998, p. 17), em ativos físicos, financeiros, humanos e sociais. Já as estratégias de uso dos ativos, que dizem respeito à capacidade de resposta dos indivíduos e famílias diante dos riscos, mudanças e conflitos presentes

na interação social, visando a fortalecer a quantidade, qualidade e diversidade dos ativos e, assim, acessar de modo mais eficaz o conjunto de oportunidades que lhes é oferecido, podem ser adaptativas, defensivas ou ofensivas. Já a estrutura de oportunidades, criada pelo mercado, Estado e sociedade civil, é fonte de ativos, mas, enquanto os ativos são recursos sobre os quais os indivíduos e famílias têm comando, a estrutura de oportunidades não pode ser atingida por suas ações individuais.

Visando, portanto, a aferir a condição de vulnerabilidade social dos egressos quando da submissão ao cárcere, levando em conta, inicialmente, o acervo de ativos físicos à disposição, constata-se que, do conjunto de doze egressos estudados, todos moravam em casas “próprias”, ou seja, não pagavam aluguel. Três egressos moravam na companhia dos pais em imóveis destes, sendo que não possuíam qualquer outro ativo físico.

Informa a respeito Caio:

A gente tinha só a casa. Conseguimos o terreno com a prefeitura e meu pai construiu. Nós nunca tivemos terra nossa, a gente plantava na terra dos outros, e dava a terça parte da colheita para o dono da terra. O pai tinha um junta de bois que também não era dele, ele usava e cuidava, mas não era dele. Não tínhamos mais nada....

Os demais moravam em imóveis seus, sendo que Inácio possuía apenas a casa própria, construída por ele, seu pai e um irmão em um terreno cedido pela prefeitura, enquanto Jerônimo, além da casa própria, também tinha um automóvel financiado e uma motocicleta quitada, a qual utilizava como mototáxi, segundo conta em sua entrevista:

A gente tinha comprado uma casinha no parque da Figueira, que é barato, eu tinha o meu Gol, financiado, que eu estava pagando, porque o dinheiro que a gente ganhava dava. E mais a moto, que eu usava como táxi, que eu vendi, logo depois que fui preso, para quitar o carro.

Benedito, além de um apartamento quitado na COHAB-Pestano, possuía, na época de sua prisão, uma motocicleta; Abel, além da casa da família na qual morava com os pais, tinha um automóvel que era utilizado por todos; Danilo, por sua vez, morava com os pais, que possuíam uma casa, um carro e uma caminhonete antiga utilizada pelo pai para o trabalho de pedreiro, enquanto Leopoldo, além da casa própria, tinha uma motocicleta financiada, que era utilizada como moto-táxi.

Já Matias possuía uma casa própria, de moradia, junto à qual havia montado uma lancheria e um ponto de moto-táxi, sendo que a motocicleta utilizada era de sua cunhado. Também faz uso periódico de imóvel pertencente à sua mãe, situado em sua cidade natal Chuí, onde exerce a atividade de camelô durante a temporada de verão.

Segundo seu relato:

Eu tinha uma casa aqui em Pelotas, onde morávamos eu, minha esposa e o filho mais novo. Naquela época eu recém tinha montado uma lancheria com moto-táxi, mas a moto era do meu cunhado. Lá no Chuí temos a casa da minha mãe, que fica em um terreno grande, no qual vários irmãos fizeram suas casas. Eu não cheguei a construir, mas sempre há espaço para ficar, mas é um patrimônio da minha mãe. Carro, moto, essas coisas, não tínhamos nada. Banca de camelô também não, só montava na época do verão...

Por fim, os egressos que possuíam os maiores acervos de ativos físicos eram Horácio e Eusébio. Aquele era dono de uma casa própria de moradia, três apartamentos que eram alugados a terceiros, dois carros e uma moto, os quais eram utilizados pela família, composta pelo casal e dois filhos jovens. Este, por seu turno, embora não tivesse patrimônio exclusivo seu, adquirido pelo trabalho, é filho de pais separados, sendo que a mãe era proprietária de três casas, duas das quais alugadas, enquanto na casa de moradia havia montado uma malharia, equipada com três máquinas, na qual laborava com o filho, que sempre morou consigo. Do lado paterno havia um expressivo acervo de ativos físicos, composto de casas, apartamentos, áreas rurais e até uma madeireira, dos quais, contudo, o egresso nunca usufruiu, como se extrai de sua entrevista:

Meu pai é de família bastante abastada, é filho único dos meus avós, que eram donos de muitos bens em Pelotas e, principalmente, em Pinheiro Machado. Meu pai tem várias casas e apartamentos, além de campos e até uma madeireira. Herdou tudo dos meus avós, mas sofre de transtorno bipolar, e por isso optou por arrendar tudo e viver de renda (.....) Nós tínhamos, eu e minha mãe, as três casas que minha mãe recebeu de herança. Uma onde moramos até hoje e duas que eram alugadas, como já falei. Não tínhamos quaisquer outros bens, como carro, moto. Havia a malharia da mãe, na qual trabalhávamos, que possui várias máquinas específicas para confecções. Havia, por exemplo, três máquinas "overlock". Meu irmão, como já disse, sempre foi independente, e tem as coisas dele, separadas. Meu pai tinha o patrimônio que mencionei, que a gente não usufrui.

No que toca ao acervo de ativos financeiros, que englobam empréstimos monetários, créditos disponíveis (cartões de crédito, limites de contas bancárias, fiados em estabelecimentos comerciais, etc), poupanças, investimentos, ações, bônus e outros instrumentos de uso habitual no sistema financeiro, formal e informal,

os dados coletados na pesquisa mostram que Inácio e Caio não possuíam ativos financeiros de qualquer natureza, inclusive sequer dispunham, quando do encarceramento, de pessoas que pudessem lhes ajudar financeiramente, em caso de necessidade.

Segundo Caio:

Não tinha nada disso aí. A gente tinha só o dinheiro do dia-a-dia. Nunca tive conta em banco. Também não havia ninguém que pudesse ajudar, porque nossos parentes são todos pobres. Minha família é meio desunida, cada um seguiu seu caminho, mas ninguém cresceu na vida. Da parte da minha mãe eu não conheço nenhum parente. Tem uma tia minha, irmã do meu pai, que disse que se eu precisar de um prato de comida ou um canto para dormir posso procurar ela. A família da minha mulher na verdade também não tem condição de ajudar muito. Mas eu não quero pedir nada para ninguém, quero fazer por nós, ter uma casa, um emprego, cuidar do meu filho. Não quero muito, não.....

Já Matias e Gastão também não dispunham de ativos financeiros, mas contavam com membros da família capazes de ajudá-los financeiramente em caso de necessidade, assim como Félix que, além disso, mantinha alguns crediários em estabelecimentos comerciais locais, embora por intermédio de sua mãe, a qual, por ser pensionista do INSS, certamente tem o crédito facilitado pela renda fixa:

Não tinha nada guardado. Também nunca tive conta em banco. A única pessoa que podia me ajudar era minha mãe, mas graças a Deus até hoje nunca fiquei doente nem nada. Mas acho que minhas irmãs, que tem a vida delas, são casadas, se eu precisasse mesmo, também me ajudariam. Na época da minha primeira prisão eu tinha vários conhecidos, por causa do futebol, mas seria muito difícil ajudar com alguma coisa. (.....) Dívida que a gente tinha era só o fiado da minha mãe no armazém, que ela pagava no final do mês. E um ou outro crediário, de fogão, essas coisas de casa

Danilo, por sua vez, também não era titular de ativos financeiros, inclusive conta bancária, embora residisse na companhia dos pais, os quais, às vezes, conseguiam empréstimos bancários de pequeno valor para fazer frente a despesas do dia-a-dia, sendo que também podia contar com familiares em caso de situação emergencial, em especial uma tia.

Eusébio e Jerônimo, que também dispunham da ajuda financeira de parentes em caso de emergência, eram titulares de contas bancárias simples, sem limite automático de crédito, sendo que este havia, na época da prisão, contraído um empréstimo junto ao banco do qual era correntista, a fim de montar um negócio ligado à comercialização de pescados, como extrai-se de sua entrevista:

Eu tinha conta em banco, sim, na época da prisão, inclusive perdi ela quando fui preso. Eu estava montando um negócio de peixe com um amigo meu e nós tínhamos pego algum dinheiro com o banco, aí com a prisão parou tudo, e essa dívida existe até hoje, e agora quero ver se consigo negociar com o banco.

Contando com um acervo de ativos financeiros um pouco mais expressivo, sendo que todos poderiam contar com o apoio financeiro da família em caso de necessidade, estavam Abel, Benedito e Leopoldo, pois aquele, embora também não tivesse nenhum dinheiro guardado, cartão de crédito, poupanças, investimentos ou outros instrumentos de uso habitual no sistema financeiro forma e informal, assim como os egressos anteriores, ao menos dispunha de conta bancária com crédito automático já aprovado, ainda que limitado, visto que se tratava de conta estudantil. Benedito, que nem conta corrente em banco tinha, contava com uma pequena poupança em dinheiro, ao passo que Leopoldo era titular de conta junto ao Banco do Brasil, com limite de crédito pré-aprovado, possuía cartão de crédito, inclusive com transações já realizadas a pagar, e mantinha crediários em lojas:

Não tínhamos dinheiro guardado. Quando fui preso tinha conta no Banco do Brasil, com limite, e por causa da minha prisão esculhambou tudo, não consegui pagar as contas do Ourocard e virou um bola-de-neve, que não consegui pagar até hoje. Estou esperando eles me procurarem para negociar, porque não adianta eu ir até eles porque eles vão me apresentar uma conta deste tamanho que não vou ter condições de pagar. Graças ao sindicato do mototaxistas, que faz uma declaração dizendo que a gente ganha tanto, eu consegui fazer crediário em várias lojas, como Renner, Brascon, porque pagar tudo à vista é muito difícil. Eu comprava tudo sob controle, de acordo com o que eu ganhava, tanto que estava tudo em dia quando fui preso. (....)

Por fim, quem dispunha do maior acervo financeiro quando do encarceramento era Horácio, conforme relata:

Eu tinha uma poupança no antigo Banco Sulbrasileiro, de aproximadamente R\$ 60.000,00, R\$ 70.000,00, que perdi toda, quando o banco quebrou. Todo o dinheiro que ganhava na compra e venda do gado eu colocava ali, e perdi tudo. Minha conta corrente também era no Sulbrasileiro, onde tinha cheque, limite especial, apenas cartão de crédito que ainda não existia. Mas eu tinha crédito no banco, se precisasse de empréstimo não tinha problema. Minha mãe, minha sogra também poderia nos ajudar, se preciso. Havia amigos também, que poderiam ajudar, pois sempre fui muito correto com eles. Naquela época eu tinha uma boa reputação.....

No que toca ao acervo de ativos humanos, que envolvem os recursos de que dispõem as famílias em termos de quantidade e qualidade de força de trabalho, e também o valor que o mercado de trabalho confere aos atributos de educação e saúde de seus membros, fundamentais nos processos de acesso a empregos e no desenvolvimento de atividades remuneradas autônomas, o conjunto de egressos estudado revela, em geral, acentuada condição de vulnerabilidade social, visto que,

tal como ocorre em grande parcela da população brasileira, deficiente a educação e a qualificação profissional.

Horácio, o mais idoso de todos, hoje com 62 anos de idade, filho de mãe professora e pai artista autônomo, trabalha desde os sete, quando ajudava, na feira, um casal de vizinhos que muito o apoiou em sua infância. Na sequência trabalhou em transportadoras, inclusive com CTPS assinada, e depois montou vários negócios próprios, em sua maioria ligados à área da alimentação. Mesmo com o labor prematuro, conseguiu concluir o ensino médio e realizou, já adulto, cursos de culinária no SENAC, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na época da prisão era casado e tinha dois filhos que moravam com o casal, sendo que sua esposa era dona-de-casa, com pouca instrução formal, ao passo que os filhos ainda eram bem jovens e não trabalhavam, só estudavam regularmente, sendo que todos gozavam de boa saúde.

Já Benedito dispunha, quando da prisão, de ativos humanos mais modestos, pois estudou tão-só até a sétima série do ensino fundamental, sem jamais ter participado de curso profissionalizante de qualquer espécie. Filho de pai policial militar, que faleceu quando tinha sete anos de idade, e de mãe dona-de-casa (que com a morte do marido passou a receber pensão por morte), começou a trabalhar aos 15 anos de idade, em uma fábrica de concreto, e logo depois laborou muitos anos como garçom. Também era casado quando da prisão por roubo qualificado, sendo que a esposa, de pouca instrução formal, não trabalhava. Os membros de sua família, naquela época, não padeciam de qualquer problema de saúde.

Dono de histórico familiar bastante conturbado, Danilo é filho de pai alcoólatra, que laborava como mestre-de-obras, ao passo que sua mãe, dona-de-casa, padecia de depressão. Um dos irmãos também era alcoólatra, enquanto o outro havia sido condenado por tráfico de drogas, embora, segundo relatado pelo próprio egresso, não fosse usuário de entorpecentes. O egresso, filho mais novo da família, que morava com os pais quando da prisão (sem filhos), estudou apenas até a sexta série do ensino fundamental e nunca fez curso algum de qualificação. Tornou-se dependente químico (cocaína) na adolescência, condição que persistia quando da prisão. Segundo seu relato:

Eu morava em Pedro Osório e era dependente químico. Comecei nas drogas com uns 14 anos, escondido dos pais. Comecei nas festas, com o cigarro e a bebida, para fazer bonito para os outros. Aliás, por causa da dependência é que me envolvi com o tráfico e fui preso e condenado de novo em 2007, e estou puxando cadeia até hoje. Por causa da droga e das más companhias e eu estava roubando direto, até que fui preso. Eu tinha 18 anos, e era viciado em cocaína. Naquela época eu ainda estudava, na sexta série, mas mais faltava do que ia às aulas. Naquela época eu morava com meus pais, e quando eu sai em liberdade eles já tinham ido embora da cidade, com vergonha do que tinha acontecido. Mas graças a Deus eu larguei as drogas, mas estou dependente de remédio para os nervos. Morava eu, meus pais e meus dois irmãos. O mais velho também foi preso por tráfico, mas não era usuário. A droga destruiu minha família. Mas meu irmão nunca mais se envolveu em crime nenhum. O outro irmão meu tem problema com bebida, inclusive está em fase terminal por causa do álcool. Ele era o que mais apanhava em casa, chegava bêbado em casa, e o pai também bêbado...E tenho também duas irmãs, sendo que as duas são casadas, e uma delas ainda mora em Pedro Osório.(.....) Meu pai era mestre de obra, e eu trabalhava de servente de pedreiro com ele. A minha mãe era dona de casa. O que eu ganhava eu usava para mim, e ainda pedia emprestado para o pai, e usava nas drogas. Às vezes pedia dinheiro para comprar uma roupa e não comprava nada, ou comprava uma usada e usava o resto do dinheiro nas drogas. Quem mantinha a casa era o pai. Acho que ele não ganhava mais que R\$ 1000,00, e eu ganhava uns R\$ 300,00 por mês. Era uma vida simples, mas não faltava nada.(.....) Eu estudei até a sexta série, e nunca fiz curso nenhum. Sei pintar e desenhar com grafite, mas aprendi sozinho.

Caio, por sua vez, que começou a trabalhar na lavoura aos 10 anos de idade, estudou apenas até a quarta série do ensino fundamental e, quando de sua prisão, tampouco havia participado de cursos dirigidos à qualificação profissional. Naquela época, morava com os pais e um irmão e não tinha filhos, sendo que ambos os pais tinham pouco estudo. O pai, que por pouco tempo conseguiu trabalhar na lavoura devido a uma deficiência visual, era aposentado por invalidez, ao passo que sua mãe não trabalhava fora de casa. No que toca à saúde da família, tanto o pai como o irmão padeciam, na época da prisão do egresso, de alcoolismo, doença que, como sói acontecer, trouxe inúmeros problemas à convivência familiar, conforme conta o egresso:

Eu tinha 20 anos e morava para fora, na colônia, em Pedro Osório. Morava com meus pais e mais dois irmãos meus. Eu sou o filho mais moço. Nós morávamos numa vila da prefeitura, a gente não tinha terra.(.....) Eu trabalhava como peão na lavoura, quando tinha trabalho. Não era nada fixo, quando aparecia trabalho, eu pegava. Quando não tinha serviço não tinha o que fazer. Tinha época que tinha serviço, outras não. Assinei carteira uma vez só, numa fábrica, durante uma safra. Eu não sei te dizer quanto ganhava, mas era pouco, não chegava a um salário mínimo. Meu pai era aposentado por invalidez, enxergava pouco, e a gente sempre foi pobre, vivia com dificuldade. A gente vivia com a aposentadoria do pai, que era um salário. Minha mãe era de casa, não trabalhava fora. Desde que me lembro meu pai já não trabalhava mais. Meu irmão mais velho trabalhava, mas pouco parava em casa, já levava a vida dele, independente. E o outro trabalhava na lavoura, como eu, quando tinha serviço.(.....) Eu estudava lá fora, mas não cheguei a terminar a quinta série do primeiro grau. Parei de estudar porque na época o pai dizia que a gente tinha que estudar até a quarta série, depois estudava se quisesse, podia escolher trabalhar, que foi o que fiz. Até comecei a fazer a quinta

série, mas desisti, até porque ficava longe a escola, porque a escola em que estudava antes ia só até a quarta série. Dependeria de condução, o que era caro. Nunca fiz curso técnico ou profissionalizante nenhum.....

O portador da maior qualificação profissional é Abel que, já na época da prisão por tráfico de drogas, era formado em Direito e aprovado no exame da OAB, indispensável ao exercício da advocacia, embora não fosse, ainda, portador da carteira funcional respectiva, por questões burocráticas. Naquela época, morava com os pais e a irmã mais nova, universitária, pois o irmão mais velho, médico, já exercia a profissão em Porto Alegre, cujos ganhos proviam, quase que exclusivamente, a subsistência da família. Seus pais, naturais de outros países, emigraram ao Brasil já adultos, em busca de melhores perspectivas de vida, e receberam, nos países de origem, educação formal equivalente ao ensino médio, assim como cursos de qualificação em administração de empresas. No que tange à condição de saúde dos membros da família, que atinge diretamente o valor que o mercado de trabalho lhes atribuiu, merece destaque o fato de que o pai padecia de câncer, já em estágio avançado, enquanto a mãe sofria de alcoolismo. São suas palavras:

Fui condenado cerca de 07 meses após o flagrante delito, que ocorreu em fevereiro de 2002. Na época já estava formado em Direito pela UFPEL e já tinha sido aprovado no exame da OAB, mas por uma questão burocrática me foi solicitado que não ingressasse com o pedido da inscrição na OAB em janeiro de 2002, porque a carteira iria mudar de formato. Assim, na época do crime, que foi em fevereiro daquele ano, eu não podia exercer a advocacia. Morava com meus pais e minha irmã, sendo que meu pai tinha sério problema de saúde (câncer) e minha mãe, de certa forma, também, pois tinha problemas com o consumo de álcool e um perfil hipocondríaco. Às vezes tomava “algumas fortes “ em casa e não chegava nem na cama. (.....) Os filhos nunca se envolveram com drogas e álcool, gozando de boa saúde. (.....) Meu irmão, que é médico, que estava começando a carreira em POA, mandava o que podia. Nos meses melhores, conseguia mandar, em valores de hoje, cerca de R\$ 1000,00 mensais. Essa era a renda familiar, mais o que eu conseguia contribuir. Minha irmã, pai e mãe não trabalhavam, pois minha irmã tinha que cuidar dos pais. (.....) Comecei (a trabalhar) aos treze anos de idade, quando meus pais tinham uma fábrica pequena de confecções. No colégio eu vendia, desde pequeno, tapa-pós e uniformes aos colegas. Aos treze anos, compramos as máquinas de serigrafia e passei a trabalhar, na fábrica, fazendo as serigrafias das confecções. Quando tinha 16 anos é que abrimos a padaria. (.....) A primeira série do primeiro grau fiz no colégio Gonzaga, logo após chegar ao Brasil, pois nasci e me criei, até os cinco anos de idade, no Uruguai. Depois fui para um colégio público no Laranjal. Depois passei para o Assis Brasil, onde fiquei até a sétima série. Depois a condição econômica deu uma melhorada e voltei ao Gonzaga, no qual fiquei até terminar o segundo grau. Meus irmãos trilham o mesmo caminho. Ingressei na UFPEL, onde coleei grau em Direito dentro do cronograma normal, pois sempre tive desempenho escolar plenamente satisfatório. Obtive até carta de recomendação da diretora da faculdade. (.....) Meus pais estudaram fora do país, mas a formação deles seria equivalente ao ensino médio no Brasil, com cursos em administração. Meu pai é filho de russos e nasceu na China, e depois de passar por vários lugares veio morar no Uruguai, onde

conheceu minha mãe, que é filha de alemães e natural do Uruguai. No Uruguai tiveram os filhos e tinham campo, no qual criavam gado e produziam leite. Acreditando que no Brasil se vivia um melhor momento, no início da década de 80, venderam o campo e vieram para o Brasil....

Gastão concluiu tão-só a segunda série do ensino fundamental, e morava com a mãe e o padrasto quando do encarceramento, sendo que a mãe, dona-de-casa, e o padrasto sabem, ao menos, ler e escrever. O pai, separado de sua mãe há vários anos, possui melhor educação formal, acredita o egresso, porque trabalha na COPEL, no Paraná, na qual ingressou mediante concurso público. Naquela época (de sua prisão), seu irmão mais velho já levava uma vida independente como cobrador de ônibus no Rio de Janeiro, e os irmãos mais novos ainda não trabalhavam, só estudavam regularmente. O sustento da casa vinha principalmente do trabalho do padrasto, que era pedreiro, pois a mãe, que sempre enfrentou problemas de saúde, realizava alguns serviços de costura, ao passo que o egresso não trabalhava: envolvido com drogas e álcool, fazia da prática de delitos contra o patrimônio uma constante em sua vida.

Conforme narra em sua entrevista:

Nessa época eu morava com a minha mãe e meu padrasto. A minha mãe se separou do meu pai quando eu tinha uns 09 anos. Hoje ele mora em Curitiba, não tenho contato com ele. Na verdade a gente morava lá até a separação deles, e daí a mãe veio com os filhos para cá, porque ela é gaúcha, meu pai é que é paranaense. Meu pai trabalha na COPEL, que é a CEEE de lá. Eu era novo, ia a baile, tinha mulheres, fumava maconha. Quando fui preso pelo latrocínio eu tinha problema com bebida, tomava remédio também, era bem loucão, saía para a rua e... Eu não trabalhava, e naquela época eu roubava. De vez em quando aparecia um biscate. Na minha vida, muito pouco trabalhei de carteira assinada, e até ser preso trabalhei muito pouco. Minha mãe e meu padrasto é que sustentavam. Com a gente moravam também meus quatro irmãos. (.....) Era só o meu padrasto que trabalhava, minha mãe era de casa. Ele era pedreiro, e ganhava bem. O equivalente a uns R\$ 1.000,00 hoje em dia. Que eu saiba essa era a principal renda da família. Minha mãe costurava para fora, o que também ajudava. O meu irmão mais velho já tinha a vida dele, era cobrador de ônibus, hoje mora no Rio de Janeiro. Os outros ainda não trabalhavam. (.....) Estudei até a segunda série, não queria saber de colégio, gazeava aula, ia agitar na rua. Minha mãe não sabia de nada. Quando ela descobriu tentou me obrigar a estudar, mas não adiantava. (.....) Bah, não sei dizer quanto a mãe estudou, ela sabe ler e escrever, fazer conta, mas não sei dizer até que série estudou. Meu padrasto também sabe ler e escrever, não sei até quando estudou. Meu pai deve ter estudado mais, pelo serviço dele tem que ter estudo. (.....) Eu me envolvi com bebida e maconha desde os 15 anos. Aí só parei quando vim para a cadeia. Eu agitava muito, me envolvi num homicídio em 1986, pelo qual também fui condenado, mas só fui preso em 1991, aí comecei a pagar as duas penas, 20 anos do latrocínio e 08 do homicídio. Eu descobri há pouco que tenho hepatite C, não sei desde quando. Mas a bebida era o pior, eu acordava tremendo, já tinha que beber na hora, e daí já ia para os bares. A mãe sempre teve vários problemas, não sei bem quais, já se operou de pedra na vesícula. A gente tinha que levar ela para o médico. Ela não conta muito, e eu

também só tenho contato quando saio em temporária. Meus irmãos e meu ex-padrasto são bem de saúde, até hoje.

Parca educação formal também era a condição de Inácio, que estudou até a quarta série, sem jamais realizar curso de qualificação profissional, assim como sua esposa. Ambos tinham três filhos, que apenas estudavam, porque muito jovens, e o sustento da família advinha apenas de seu trabalho como pedreiro, que exerce desde os treze anos de idade, na companhia do pai, que é mestre-de-obras. Quanto à saúde da família, o egresso enfrentou problemas com o consumo de drogas desde os 25 anos de idade até 2007, quando tinha 43, sendo que dois de seus filhos sofriam, na época da prisão, com crises convulsivas, conforme relata:

Estudei até a quarta série, lá no Sílvia Melo. Minha mulher também estudou a mesma coisa. Já ouvi falar muito nesses cursos, mas nunca fiz nada, nem minha mulher. (...) Minha filha mais velha e um dos guris tinha problema de convulsão, essas coisas, mas só numa certa idade, até os oito anos, mais ou menos. No resto sempre tivemos saúde. Eu tive envolvimento com drogas até 2007, comecei com uns 25, 26 anos de idade, era maconha, cocaína. Bebida nunca fui muito, porque eu sempre aguentei pouco. Bebia uma, duas cervejas e já ficava bêbado. Eu parei sozinho, com a ajuda da família, que me mostrou que eu estava botando fora tudo que a gente tinha. Não sou contra os centros de recuperação e tal, mas acho que o importante é a vontade de parar. Querendo parar, o cara pára.

Félix estudou apenas até a terceira série do ensino fundamental, jamais recebeu qualquer qualificação profissional e começou a trabalhar aos quinze anos de idade, cuidando e lavando carros na rua. Filho de mãe analfabeta e de pai com pouquíssimo estudo, morava, na época da prisão, com a mãe, um filho e a mulher, que nunca trabalhou e também estudou muito pouco. Seu pai, então já falecido, era borracheiro, e a mãe passou a trabalhar fora de casa, como cozinheira, apenas depois de sua morte. Não enfrentavam qualquer problema de saúde.

Dono de um histórico escolar um pouco melhor é Jerônimo, que concluiu a primeira série do ensino médio, além de frequentar, também antes da prisão, curso de computação. Morava com a mulher e um filho pequeno, tendo ainda um filho mais velho, de outra relação, que morava com a mãe e ao qual pagava pensão alimentícia. Sua esposa, que estudou até a sétima série do ensino fundamental e participou de curso de costura, trabalhava em um hotel, no setor de lavanderia. O egresso trabalha desde os 16 anos de idade e foi usuário de maconha e álcool por vários anos. No que toca à saúde da família, merece registro apenas o fato de que seu pai, com o qual não convivia muito, e um irmão eram dependentes químicos. Nesse sentido sua entrevista:

Morava com minha esposa e meu filho, que hoje tem 10 anos. Eu tenho outro filho, mais velho, de um relacionamento anterior, ele tem 16 anos, e mora em Rio Grande. Eu ajudo ele também, pago pensão há muitos anos. (.....) Eu não fui criado pelo meu pai, fui criado pelos tios da minha falecida mãe. Fui conhecer ele com 12 anos. Fui criado com um irmão meu e quatro primos, como se fossemos todos irmãos. Éramos pobres, mas era uma família muito unida. Meu tio era representante de vendas, trabalha nisso até hoje. Todos os filhos estudavam. Depois que eu conheci meu pai, que tem 18 filhos, a minha vida só piorou. Conheci as drogas, aprender a fazer as coisas erradas, porque ele fazia tudo na frente da gente, ia roubar ovelha e nos levava junto. Usava droga, traficava na frente de todo mundo. Quis me espelhar nele, foi meu maior erro. Até os 16 anos que me manteve foram meus tios, era muito difícil meu pai me dar alguma coisa. A partir dos 16 comecei a trabalhar e me sustentar. Primeiro trabalhei numa lotérica do pai de uma namorada que eu tive, fiquei lá até os 19 anos de idade. Aí me acidentei, em 1991, e fui morar com meu pai. Fiquei com ele até 1992, aí a gente se desentendeu, porque ele e a mulher dele usavam uma pensão que eu passei a receber da lotérica, me cobravam tudo, até prato de comida. Aí fui para Rio Grande, trabalhar numa locadora, quando conheci a mãe do meu primeiro filho. Compramos um apartamento no trevo, financiado. Trabalhei na locadora até 1995, e depois na Noiva do Mar até 1999. Em 2000 me separei e vim para Pelotas, Trabalhei com meu pai de 2004 até ele ser preso, em 2005. Nunca convivemos muito, porque temos opiniões diferentes, ele acha que o que faz é certo. (.....) Eu parei de estudar em 1991, quando me acidentei. Estudei até o primeiro ano do segundo grau. Tentei voltar a estudar em 2003, mas não consegui conciliar com o trabalho. Mas pensei muito na prisão e resolvi que vou voltar a estudar, para construir alguma coisa para meu futuro. Sempre estudei em colégio público, que era bom. Curso profissionalizante só fiz de computação, antes da prisão, em 1999 e 2000. O artesanato eu aprendi quando me acidentei, meu irmão fazia umas agendinhas e me ensinou, e depois fui tentando fazer outras coisas e fui evoluindo. (.....) Graças a Deus nunca tivemos nada (problemas de saúde), (...) mas meu pai e vários irmãos são usuários de drogas, inclusive fiquei sabendo que meu pai está usando o *crack*. Eu nunca tive problema com drogas, usei maconha por um bom tempo, depois que conheci meu pai, e também usava álcool, mas não era dependente, aquilo não chegava a atrapalhar minha vida. Dos meus irmãos por parte de pai vários tem problemas com drogas e álcool, inclusive um deles já morreu, era soropositivo.

Também de ensino fundamental incompleto é Matias, que estudou até a terceira série, sem jamais receber qualquer qualificação profissional. Era casado (sua esposa estudou até a quinta série do ensino fundamental e fez curso de costura, sendo que não trabalha) e tinha 5 filhos, três dos quais moravam em Córdoba, na Argentina, cujo grau de estudo não sabe precisar, e dois que moravam em Pelotas, estudantes no IFSUL, além de um adolescente que considera como filho seu, filho de sua atual esposa, o qual morava consigo e estudava regularmente. O egresso, que começou a trabalhar aos 11 anos de idade, vendendo pastéis e sorvetes, era filho de mãe analfabeta e dona-de-casa e de pai camelô, que enfrentava problemas de alcoolismo, único senão na saúde familiar. De seu relato extrai-se:

Na época do fato eu morava em Pelotas, mas no verão sempre fui trabalhar no Chuí, e ficava na casa da minha mãe. Eu morava com minha esposa e meu filho mais novo, de quinze anos. Tenho no total seis filhos, três do primeiro casamento, que moram com a mãe em Córdoba, na Argentina, e mais dois que moram aqui em Pelotas, sozinhos, quase se formando no CEFET. (.....) Comecei bem cedo (a

trabalhar), como quase todo mundo de lá. Com 11, 12 anos já vendia sorvete, pastel, essas coisas. Quando criança minha mãe trabalhava na fábrica de fumo que existia naquela época. Meu pai também sempre foi da área de contrabando, trazendo coisas de um lado para o outro, para revender. Nossa condição financeira era muito dura, difícil mesmo, passávamos bastante necessidade. Várias e várias noites que a gente dormia sem comer. Sempre foi muito duro. Cinema mesmo eu fui quando tinha 21 anos. Éramos oito irmãos, e morávamos todos ali. Eu sou o mais velho. Meus pais não tinham qualquer estudo, minha mãe, infelizmente, vai morrer sem saber ler ou escrever. Meu pai sabia ler e escrever, mas muito pouco. Meus pais se separaram há uns trinta anos atrás. Meu pai tinha problema com a bebida, muito sério, e quem lutou mais para criar os filhos foi minha mãe. Morreu por causa da bebida, atropelado por um carro. (.....) Minha mulher teve que fazer várias cirurgias, mas coisas normais. Problemas de saúde, mesmo, a gente não tinha, e nem plano de saúde. Como já disse, nunca me envolvi com drogas e álcool, nem minha esposa, apenas teve uma fase na vida que eu tive vício de jogo, mas faz dez anos que parei.

Leopoldo, por sua vez, concluiu o ensino fundamental e fez cursos profissionalizantes de garçom, datilografia e informática. Casado, morava com a mulher (dona-de-casa, embora tenha o ensino médio completo - magistério) e três filhos pequenos, todos estudantes regulares. Filho único de pai militar e mãe dona-de-casa, começou a trabalhar aos 09 anos de idade, vendendo esfihas, e foi usuário de maconha, sendo que padece com uma hérnia de disco, único problema de saúde familiar. Conforme narra:

Eu comecei a trabalhar com 09 anos de idade, vendendo esfiha na rua, mesmo sem precisar, porque meu pai era militar, ele não ganhava um monte de dinheiro, mas tinha uma vida confortável, nunca faltou nada. Acho que ele ganhava, em valores de hoje, uns R\$ 2000,00 ou R\$ 3000,00. Já minha mãe era dona-de-casa. E eu era filho único. Mas eu sempre gostei de trabalhar para ter o meu dinheiro, para fazer as minhas festas e tal. (.....) Eu terminei o primeiro grau e fiz um supletivo para o segundo grau, mas não terminei. Sempre estudei em colégio público, depois passei para o UNI e por fim fiz as provas da DEE, mas não passei em todas matérias, faltam ainda quatro. Fiz curso de garçom, inclusive trabalhei no Lobão, curso de informática e de datilografia. (.....) Minha mulher é formada professora, mas fez o estágio e parou, não chegou a trabalhar, só ensinou meus filhos. Fora o curso de magistério ela também não estudou mais nada. (.....) Quando fui preso eu tinha uma problema de hérnia, que surgiu de uma operação de apendicite mal feita, que inflamou. (.....) Problema de álcool e drogas nunca tivemos, eu usei maconha um período, principalmente na prisão, mas não era viciado, tanto que quando saí, parei. Na cadeia é difícil não fumar, tu te chapa só com o cheiro...

Por fim, Eusébio chegou ao primeiro ano do ensino médio, única formação que recebeu até sua prisão. Filho de pais separados (ambos com ensino médio completo, ela formada em curso de costura), parou de estudar para trabalhar com a mãe, na malharia desta, enquanto o pai continuou a morar em Pinheiro Machado, vivendo das rendas do patrimônio que herdou. Junto com eles morava seu irmão, que, já naquela época, era independente financeiramente, sendo que ninguém enfrentava problemas de saúde.

Completando o acervo de ativos dos egressos e suas famílias estão os ativos sociais propriamente ditos, que envolvem, como exposto no marco teórico, redes de reciprocidade e confiança, contatos e acesso à informação, todos extremamente influentes na condição de vulnerabilidade social, em face dos efeitos que exercem no uso e acumulação dos demais ativos. Fazem parte dos ativos sociais, pois, os laços familiares e os círculos comunitários, associativos e de amizade, dentre outras redes. Segundo KATZMAN e FILGUEIRA (1998, p.17), os ativos sociais influenciam decisivamente o acesso a empregos, a ajuda em situações emergenciais e o empréstimo de bens indispensáveis à subsistência, como dinheiro, casa, medicamentos, etc..

Caio, que na época do delito (aos 20 anos de idade) morava com os pais na colônia, em Pedro Osório, mantinha tão-só vínculos familiares e algumas amizades, e apenas com a família podia contar em caso de necessidade, em especial com o pai que, aposentado por invalidez junto ao INSS, ao menos tinha uma renda fixa e sustentava a todos da família, à exceção do irmão mais velho do egresso que, naquela época, já levava uma vida independente com a renda de seu trabalho. A respeito, relata o egresso:

Também não havia ninguém que pudesse ajudar, porque nossos parentes são todos pobres. Minha família é meio desunida, cada um seguiu seu caminho, mas ninguém cresceu na vida. Da parte da minha mãe eu não conheço nenhum parente. Tem uma tia minha, irmã do meu pai, que disse que se eu precisar de um prato de comida ou um canto para dormir posso procurar ela. A família da minha mulher na verdade também não tem condição de ajudar muito. Mas eu não quero pedir nada para ninguém, quero fazer por nós, ter uma casa, um emprego, cuidar do meu filho. Não quero muito, não. (.....) Os amigos na hora de necessidade não aparecem. Nunca frequentamos nada disso aí (clube, associação, seita religiosa ou outra forma de convivência comunitária organizada). Participei de alguns cultos na cadeia, de vez em quando...

Titular de acervo de ativos sociais semelhante é Félix, que morava, quando da prisão, na companhia da mãe, da esposa e de um de seus dois filhos, já que o outro morava com a avó materna. Afora, então, o auxílio desta para com a subsistência e criação do seu filho mais velho, o egresso contava, apenas, em caso de necessidade, com a ajuda da mãe e da irmã, que lhe cediam casa para morar com a esposa e auxiliavam no suporte das despesas ordinárias. Tampouco mantinha laços de convivência comunitária organizada e associativa que pudessem lhe viabilizar o uso mais produtivo e a acumulação de outros ativos, sendo que apenas sua mãe participava regularmente de cultos religiosos, segundo descreveu:

A única pessoa que podia me ajudar era minha mãe, mas graças a Deus até hoje nunca fiquei doente nem nada. Mas acho que minhas irmãs, que tem a vida delas, são casadas, se eu precisasse mesmo, também me ajudariam. Na época da minha primeira prisão eu tinha vários conhecidos, por causa do futebol, mas seria muito difícil ajudar com alguma coisa.(.....) Nunca participamos de nada. Minha mãe sempre foi à igreja, mas eu não.

Danilo, por sua vez, quando preso contava 18 anos de idade e morava com os pais, também em Pedro Osório, só que na área urbana. Era sustentado pelo pai, mestre-de-obras, com quem poderia contar diante de uma necessidade excepcional, afora o apoio de uma tia. Também não participava de formas organizadas de convivência comunitária e associativa, apenas sua mãe frequentava a Igreja Católica. Por força da dependência de drogas que lhe acometia desde os 14 anos de idade, seu círculo de amigos era formado, basicamente, por outros viciados e desviados, os quais, ao invés de lhe oportunizar o acesso a melhores condições de bem-estar e à mobilidade social ascendente, enveredavam, em grupo, na prática de crimes, em especial furtos e roubos dirigidos à manutenção do vício, conforme relata:

Eu morava em Pedro Osório e era dependente químico. Comecei nas drogas com uns 14 anos, escondido dos pais. Comecei nas festas, com o cigarro e a bebida, para fazer bonito para os outros. Aliás, por causa da dependência é que me envolvi com o tráfico e fui preso... (....) Por causa da droga e das más companhias e eu estava roubando direto...(.....) Quem mantinha a casa era o pai. Acho que ele não ganhava mais que R\$ 1000,00, e eu ganhava uns R\$ 300,00 por mês. Era uma vida simples, mas não faltava nada. (.....) Eu tenho uma tia que sempre me ajudou, me recebia na casa dela, me dava comida, quando eu não tinha em casa. (.....) Para ajudar com dinheiro e coisas não tinha ninguém, era só a família, até hoje. A minha mãe frequentava a igreja, mas eu não, e a gente não participava de mais nada.

A análise da trajetória de vida de Benedito mostra que, na época de sua prisão em flagrante, mantinha um círculo bastante amplo de pessoas conhecidas por força de seu trabalho como garçom, as quais, segundo acredita, respeitavam-no e acreditavam em sua honestidade e seriedade no trabalho e, acredita, poderiam ajudá-lo em caso de necessidade. No mais, tinha o apoio da família, em especial sua irmã que mora na localidade do Boqueirão, em São Lourenço do Sul, a qual mantém um casamento estável há muitos anos e dispõe de melhores condições de vida. Por fim, não participava de nenhuma forma de clube, associação, seita religiosa ou outra forma de convivência comunitária organizada. O círculo de amigos que mantinha era vinculado à prática do futebol, e composto por pessoas que o incentivaram a cometer o delito pelo qual foi condenado.

Nesse sentido sua entrevista:

....era gerente de uma boate noturna, o Clube da Saudade. Eu sempre trabalhei e era respeitado, já fui garçom, gerente de restaurante etc. Então fui convidado para participar de um assalto em Rio Grande, por uns amigos do futebol, pois um deles sabia que haveria a entrega de uma grande quantidade de dinheiro. Acabei aceitando e acabamos presos, e isso denegriu minha imagem. Aceitei participar por dinheiro, o que foi uma grande besteira, pois com o meu trabalho e minha imagem hoje eu teria uma vida muito melhor. (.....) Naquela época, se precisasse de ajuda podia contar com minha família, principalmente minha irmã do Boqueirão, e também conhecia muita gente, tinha vários amigos, por causa do meu trabalho, que também poderiam me ajudar, pois sabiam que eu ia pagar, pois tinha uma boa imagem, de homem trabalhador, responsável. (.....)eu era trabalhador, e conhecia muita gente, pois eu lidava com público. Se precisasse, poderia pedir auxílio a várias pessoas, além da minha irmã, pois gozava de boa reputação, sabiam que eu iria pagar. (.....) Nunca participei de nenhuma associação, clube, cooperativa ou coisa do gênero. Nem Igreja eu frequento, embora seja católico e acredite bastante em Deus.

Gastão, na época de sua prisão, aos 24 anos de idade, morava com a mãe, os irmãos mais novos e o padrasto, o qual mantinha a casa com a renda de seu trabalho de pedreiro, complementada por serviços esporádicos de costura da mãe. Afora, então, a ajuda da mãe e do padrasto na concessão de moradia e no suporte das despesas diárias, em caso de necessidade poderia contar com o auxílio das irmãs que, casadas, levavam vidas independentes em um padrão de vida mais elevado. Também aqui o egresso não mantinha relações comunitárias e associativas organizadas, ao passo que a mãe participava, com regularidade, de cultos de religião. Em trajetória de vida semelhante a de Danilo, sua dependência de drogas e álcool desde os 15 anos de idade o afastou do estudo e do trabalho e o levou ao convívio com pessoas igualmente dependentes, passando a praticar em grupo incivildades e crimes de toda ordem, voltados, sobretudo, à satisfação do vício. Segundo seu relato:

Eu era novo, ia a baile, tinha mulheres, fumava maconha. Quando fui preso pelo latrocínio eu tinha problema com bebida, tomava remédio também, era bem loucão, saia para a rua e... Eu não trabalhava, e naquela época eu roubava (.....) A minha irmã Cláudia era a pessoa que podia me ajudar se eu precisasse de algo, ela sempre teve uma vida melhor, sempre estudou, é formada, casou direitinho. E também a minha irmã Fernanda, que a mãe também tem contato, porque meu irmão que está em Porto Alegre leva a vida dele separado, a mãe quase nem fala com ele, Não tinha mais ninguém, amigo, conhecido, nada. (.....) Na verdade eu não tenho contato com meus irmãos, e também não peço nada, mas acho que se eu precisasse minhas irmãs me ajudariam, principalmente a Cláudia, porque sempre respeitei eles. (.....) Eu me envolvi com bebida e maconha desde os 15 anos. Aí só parei quando vim para a cadeia. (.....) Mas a bebida era o pior, eu acordava tremendo, já tinha que beber na hora, e daí já ia para os bares. (.....) Não tinha ninguém não (que pudesse ajudar em caso de necessidade), só minhas irmãs. Mas eu também não queria saber de ajuda, só queria zoar, ir para as festas.

A trajetória de vida de Eusébio é marcada pela prática intensa do umbandismo e do africanismo desde os 13 anos de idade. Da religião vinha todo o seu círculo de amizades e conhecidos, e a ela se dedicava a ponto de não participar de qualquer outra forma de convivência comunitária organizada. Acredita que, em caso de necessidade, poderia contar com a família, em especial a mãe, que lhe provia moradia e auxílio na subsistência, o pai, com quem tem pouco contato mas que dispõe de expressivo patrimônio, um tio e o irmão. São trechos de sua narrativa:

Eu me dedicava ao trabalho com minha mãe, embora não houvesse muita cobrança, e também à religião, pois desde os 12, 13 anos de idade pratico o umbandismo e o africanismo. (.....) Quem poderia nos ajudar, financeiramente, na época da prisão, eram os familiares, meu pai, tio e irmão. (.....) Tinha alguns amigos, mas não procurei ninguém, sinto muita vergonha e constrangimento pelo que passei, até hoje. Não sei dizer se eles me ajudariam em algo, se precisasse. Nunca participei de qualquer forma de associação comunitária, partido, associação de bairro, sindicato, o que seja, só participo das coisas relacionadas com a religião. Participo de todos os encontros e atividades, todos os meus conhecidos e amigos tem relação com a religião.

Enquanto Leopoldo poderia contar, na época de sua prisão, com ajuda apenas da família, em especial do pai, militar aposentado que auferia uma renda capaz de lhe prover o sustento sem maiores privações, e participava apenas das reuniões, eventuais, da associação dos mototaxistas, atividade que então desempenhava, Matias acredita que pudesse contar, em situação de necessidade excepcional, com eventual auxílio da família de sua esposa, apenas, e mais ninguém. Trabalhava, à época, como camelô, atividade que exerce desde adolescente, na companhia do pai, que sempre exerceu esta atividade no Chuí. Assim, em grande medida se valeu da experiência e dos contatos profissionais do pai para ingressar na atividade econômica, o que se apresentava muito relevante diante da escassez de empregos da localidade e da parca formação educacional do egresso. Mantinha contatos e estabelecia interações junto à Igreja que frequentava com habitualidade, e desde jovem participava de reuniões e jogos em clube social daquela cidade, ainda que na qualidade de visitante, durante a temporada de verão, na qual lá laborava como camelô. São suas palavras:

Comecei bem cedo (a trabalhar), como quase todo mundo de lá. (.....) Meu pai também sempre foi da área de contrabando, trazendo coisas de um lado para o outro, para revender.(.....) Pessoas que pudessem ajudar era complicado, talvez a família da minha esposa pudesse ajudar um pouco, porque amigos para isso não havia. Na verdade devo muito à minha esposa. Da minha família ninguém tem condições. (.....) A gente frequentava uma igreja pequena lá do Areal, uma igreja evangélica. Aqueles encontros sempre me fizeram bem...(.....) Além disso sempre

joguei futebol, desde guri, e frequento até hoje o clube de futebol lá do Chuí, Clube Social Peñarol, quando estou por lá, mas não sou sócio, vou como visitante.

Por sua vez, Jerônimo, já casado e com filhos quando de sua prisão, podia contar, em caso de necessidade, com a ajuda da própria esposa e da família dela. Se por um lado não participava de qualquer forma de convivência comunitária organizada, por outro vivia, na época da prisão, uma fase de reaproximação e convívio com o pai, com quem sempre teve uma relação conturbada. Usuário de drogas e com histórico de condutas delitivas, o pai convidou o egresso para trabalhar em conjunto em um bar de sua propriedade, junto ao qual mantinha um ponto de tráfico de drogas, sendo que cabia ao egresso laborar como mototáxi, realizando, inclusive, o transporte de drogas encomendadas por clientes. A interação com pai e o acesso a seus contatos e práticas o conduziram, pois, à senda criminosa, culminando no flagrante que o levou à prisão, em vez de lhe pavimentar o caminho à mobilidade social ascendente, de modo a superar as dificuldades. Vale transcrever trechos de sua entrevista:

Naquela época eu tinha um moto-táxi junto ao bar do meu pai, na esquina das Ruas Anchieta com Major Cícero. Era um bar aberto ao público, normal, só que ali meu pai fazia o tráfico. Eu trabalhava com o moto-táxi e, querendo ou não, estava fazendo a mesma coisa que ele. (.....) Eu sabia que meu pai estava traficando no bar, e eu acabava levando e trazendo gente para comprar droga. (.....) Eu não fui criado pelo meu pai, fui criado pelos tios da minha falecida mãe. Fui conhecer ele com 12 anos. Fui criado com um irmão meu e quatro primos, como se fossemos todos irmãos. Éramos pobres, mas era uma família muito unida. Meu tio era representante de vendas, trabalha nisso até hoje. Todos os filhos estudavam. Depois que eu conheci meu pai, que tem 18 filhos, a minha vida só piorou. Conheci as drogas, aprender a fazer as coisas erradas, porque ele fazia tudo na frente da gente, ia roubar ovelha e nos levava junto. Usava droga, traficava na frente de todo mundo. Quis me espelhar nele, foi meu maior erro.(.....) A minha esposa foi quem realmente me ajudou muito, e a família dela também, que nos emprestou dinheiro.(.....) Nunca participei de nada (de clubes, associações, ou outras formas de convivência comunitária organizada), era só família e os jogos do Brasil de Pelotas. Nunca fui de muito ajuntamento.

Inácio, quando da prisão, trabalhava como pedreiro junto ao pai, que era mestre-de-obras, valendo-se, pois, da experiência e rede de contatos e clientela deste. Do círculo de amizades, porém, não advieram contatos e mecanismos que pudessem lhe auxiliar no uso mais produtivo e na acumulação de outros ativos, e sim práticas e incentivos dirigidos a condutas criminosas. Em caso de necessidade, além da ajuda não só da esposa, mas também da filha e de seu irmão, acredita que poderia contar com o apoio das pessoas para as quais prestou serviços, em face da relação de confiança que se estabeleceu. Por fim, o egresso não participava de formas organizadas de convivência comunitária.

Horácio narra que mantinha, quando da prisão, época na qual já contava 40 anos de idade, extenso círculo de amizades e relações, por meio do qual veio a concretizar diversos negócios mas, também, foi apresentado à proposta do ganho fácil por meio do tráfico de drogas, que o levou, por mais de uma vez, à prisão. Revela o egresso que poderia contar, em caso de necessidade, além dos amigos, com sua família, em especial a mãe e a sogra, e que jamais participou de formas organizadas de convivência comunitária, segundo revela em sua entrevista:

Naquela época, em 1988, eu era muito bem casado, e sempre fui muito trabalhador, no sentido de buscar uma vida digna para minha família. Eu sempre trabalhei com cozinha, inclusive tenho cursos de culinária. Mas na época tinha perdido meu pai, as coisas estavam difíceis e um amigo de infância me convidou para buscar drogas, dizendo que seria uma boa, porque ninguém iria desconfiar de mim. E eu, que nunca sequer usei droga, álcool e cigarro, aceitei e fui preso em 1988. E acabei entrando as outras vezes, sempre de olho no dinheiro fácil, movido pela cobiça. (.....) Minha mãe, minha sogra também poderiam nos ajudar, se preciso. Havia amigos também, que poderiam ajudar, pois sempre fui muito correto com eles. Naquela época eu tinha uma boa reputação. (.....) Nunca participei de nada (de clubes, associações, etc), nem mesmo na prisão. Minha vida era com a família e os amigos.

Encerrando a análise do acervo dos ativos sociais dos egressos quando do primeiro contato com o sistema de justiça criminal, por meio do encarceramento, da entrevista de Abel extrai-se que, do conjunto de egressos selecionados, era ele quem dispunha do maior acervo de ativos sociais, visto que membro de uma família de maior condição econômica e maior participação comunitária. Ainda que naquela época enfrentassem inúmeras e severas dificuldades financeiras, desencadeadas principalmente pelo câncer que acometeu seu pai, moravam em uma casa de padrão elevado em um dos bairros mais valorizados da cidade e mantinham relações com famílias detentoras de acervos de ativos mais expressivos, o que, ao menos em tese, lhe oportunizava maior possibilidade de acesso a melhores condições de bem-estar. Tais relações foram construídas, principalmente, na convivência que era travada em um clube social da cidade que goza de razoável prestígio (aliás, única forma de convivência comunitária organizada de que participava). Porém, em vez de abrir portas e pavimentar o acesso a empregos de melhor remuneração, já que inúmeros pedidos de trabalho foram negados, o que revela, em certa medida, o *déficit* de solidariedade e o individualismo exacerbado que se faz presente, não exclusivamente, nos círculos sociais mais abastados, tal rede de contatos acabou, perversamente, por lhe conduzir à criminalidade. Ademais, o egresso contava apenas com o apoio do irmão mais velho, o qual sustentava toda

a família, já que os demais parentes não dispunham de qualquer condição de auxiliá-lo.

A condição de vulnerabilidade dos egresso depende não só do acervo de ativos de que dispõem, mas também da forma como conseguem mobilizar tais ativos, por meio de estratégias adaptativas, defensivas e ofensivas adotadas sob o prisma do conjunto de oportunidades que lhes é oferecido. As estratégias, pois, são pautas de condutas dirigidas ao acesso a melhores condições de vida, por meio da articulação entre o acervo de ativos e a realidade social. Envolvem, portanto, casamento e constituição de novos núcleos familiares, quantidade e espaçamento de filhos, preservação da vida e saúde, tipo e lugar da moradia, mobilidade territorial, socialização, participação laboral por gênero e idade, níveis de consumo, investimentos em ativos e cooperação extra-familiar (BUSSO, 2001, p. 14).

Abel, quando de sua prisão, tinha 28 anos de idade, era solteiro e não tinha filhos, apenas namorava uma menina há pouco tempo. Alguns meses antes da prisão, a padaria da família havia falido, por força de um desfalque causado por um funcionário desonesto, e o pai havia sido acometido por câncer, o que diminuiu drasticamente a renda familiar e o padrão de consumo, ao mesmo tempo em que aumentou sobremaneira as despesas, visto que o pai necessitava de tratamentos e medicamentos não disponíveis na cidade, fazendo com que precisasse se deslocar a Porto Alegre semanalmente. Tal contingência fez com que a irmã do egresso se abstivesse de buscar um emprego externo para cuidar integralmente dos pais, já que a mãe também era enferma, pois padecia de alcoolismo. O egresso, por sua vez, visando a complementar a parca renda da família (composta apenas pela remessa mensal de dinheiro por parte do irmão, que era médico em início de carreira em Porto Alegre) e fazer frente às despesas crescentes, estava em busca de qualquer emprego, não importando o *status* da função e a remuneração, pois, embora já formado em Direito pela UFPEL, ainda não era titular da carteira funcional junto à OAB. Assim, trabalhava, eventualmente, como *barman* e garçom em um restaurante, tipo *pub*, pertencente ao pai de sua namorada na época. Normalmente trabalhava de quinta a domingo, ganhando R\$35,00 por noite, das 20h às 06 da manhã.

Como já exposto quando do exame do acervo de seus ativos sociais, embora possuísse um significativo círculo de amizades, mormente entre famílias de padrão de vida médio/alto, o egresso enfrentou extrema dificuldade em conseguir emprego, razão por que aceitou o convite de um conhecido do clube que frequentava para traficar, trazendo carros de Porto Alegre com grandes quantidades de drogas dentro, o que lhe proporcionava uma renda muito mais expressiva e imediata. Por fim, talvez em virtude de o egresso e sua família não participarem de formas organizadas de convivência comunitária, como visto acima, não desenvolviam, naquela época, estratégias que envolvessem cooperação extra-familiar.

Félix, por sua vez, tinha 29 anos quando de sua prisão em flagrante no processo-crime pelo qual foi condenado, era casado e tinha dois filhos, sendo que apenas um deles morava consigo, enquanto o outro, por força de carência econômica, residia com a avó materna. O egresso morava, com a esposa e filhos, na companhia da mãe, em uma casa (construída pelos pais) situada nos fundos do terreno da casa da irmã, a fim de minimizar as despesas ordinárias de subsistência. Trabalhava como pedreiro e pintor, de modo autônomo e por empreitada, auferindo, em valores de hoje, aproximadamente R\$ 300,00 por mês, sendo que sua esposa era dona-de-casa. Complementava a renda da família o salário da mãe, que era cozinheira em um restaurante, e a pensão recebida em virtude da morte do marido. Não nutria perspectivas de ascender socialmente a melhores condições de bem-estar, desejava apenas a manutenção da subsistência da família por meio de seu trabalho, ciente das dificuldades de acessar melhores empregos diante de sua parca instrução. Os filhos, naquela época, estavam cursando o ensino fundamental, com aproveitamento regular. Segundo sua entrevista:

Quando fui preso pela primeira vez, em 1992, eu era jovem, tinha 28 anos, e trabalhava em obra, como servente de pedreiro. Morava com minha mãe, minha mulher e um filho. Tenho dois filhos, só que um deles morava e ainda mora com a avó materna. (.....) Eu trabalhava por conta, de empreitada, e também fazia serviços de pintura. Ganhava pouco, mas dava para se manter, não faltava nada. Acho que, em dinheiro de hoje, dava uns R\$300,00 e pouco por mês. Minha mulher não trabalhava. (.....) A gente morava em uma casa nos fundos da casa da minha irmã, que meus pais construíram. (.....) Eu queria era ficar junto da família, dos filhos. Gostava muito também de praticar esporte, futebol. Não tinha nenhum plano, assim especial, queria seguir trabalhando de servente, fazer umas pinturas.

Por seu turno, Horácio contava 40 anos de idade quando de seu primeiro contato com o sistema de justiça criminal, por meio do encarceramento. Era casado, tinha dois filhos e morava em casa própria. Já que a esposa era dona-de-casa e os filhos,

adolescentes, somente estudavam (aliás, com aproveitamento regular), a subsistência da família advinha exclusivamente do trabalho do egresso na compra e venda de gado, auxiliando um amigo que dispunha de maiores recursos financeiros, época em que gozavam de um bom padrão de vida, com um patrimônio substancial, embora enfrentassem despesas significativas com o tratamento de um dos filhos, que tinha insuficiência cardiovascular. Pouco antes de sua prisão seu pai faleceu e o negócio com o gado definhou, pois o sócio teve problemas de crédito, o que impulsionou o egresso a aceitar o convite de outro amigo para ingressar no tráfico de drogas, transportando-as de outros lugares. O egresso buscava sempre, naquela época, qualificar-se no ramo da culinária, por meio de cursos profissionalizantes. Desejava o ingresso dos filhos na universidade e, profissionalmente, com o fracasso do negócio de compra e venda de gado, planejava montar um negócio próprio no ramo da alimentação.

Inácio, por sua vez, tinha 37 anos de idade, era casado e tinha três filhos, todos pequenos e estudando regularmente. A esposa, que trabalhava anteriormente como empregada doméstica, então se encontrava desempregada. Moravam em uma casa própria, construída por ele, com a ajuda do pai e do irmão, em um terreno da prefeitura. Viviam todos da renda do egresso em sua atividade de pedreiro junto ao pai, que era mestre-de-obras, auferindo aproximadamente um salário mínimo e meio por mês. Sempre contou com o auxílio do pai, quer por trabalhar em sua companhia, usufruindo da clientela que formou ao longo da vida, quer dele recebendo ajuda em dinheiro e no cuidado diário com os filhos. Levavam um vida sem maiores privações, com um nível de consumo restrito, condizente com a renda familiar. Por força da dependência de drogas (maconha e cocaína), mantinha amizades ligadas à criminalidade em geral, as quais lhe incentivaram a praticar o roubo pelo qual foi condenado, movido pela cobiça do ganho fácil. Desejava, na época, juntar dinheiro para melhorar sua casa, já que nunca almejou trabalhar em outra área senão a construção civil, na qual reside a única habilidade profissional que desenvolveu ao longo da vida. Embora tenha pensado, em certas ocasiões, em mudar-se para outras cidades com mais oportunidades e dinheiro, optou por permanecer em Pelotas por receio de fracassar.

Embora tivesse, quando de sua prisão, cinco filhos, Matias (então com 51 anos) morava apenas com a companheira e o filho desta, de 15 anos de idade, o qual

tratava com se filho seu fosse. Três de seus filhos, oriundos do primeiro casamento, já crescidos, moravam com a mãe deles na Argentina, ao passo que os outros dois moravam em Pelotas, sozinhos, estudando no IFSUL. A companheira não trabalhava, fazia alguns biscates de limpeza e recebia a pensão alimentícia do filho, de aproximadamente R\$ 300,00 mensais, enquanto o egresso, que toda a vida trabalhou como camelô, tal como seu pai, na época da prisão havia recém montado uma lancheria com ponto de mototáxi na casa da família. Como o negócio não ia muito bem, enfrentavam grande aperto financeiro, gerando privações de toda ordem, o que fez com que o egresso aceitasse o convite de um amigo para transportar certa quantidade de droga, em troca de R\$ 500,00. Almejava, na época, acima de tudo, ver os filhos com diploma universitário e, afora a tentativa frustrada da lancheria, nunca se viu trabalhando em outra coisa senão como camelô, visto que tem pouquíssimo estudo e não dispõe de qualquer qualificação profissional. Natural do Chuí, cidade na qual viveu sua infância marcada por privações de toda ordem, optou por vir morar em Pelotas em busca de melhores oportunidades de trabalho e melhor formação educacional dos filhos, trabalhando em sua cidade natal apenas na alta temporada de verão, como camelô na Avenida Internacional.

Jerônimo, então com 33 anos de idade, também era casado e tinha dois filhos, mas apenas o mais novo morava com o casal, em casa própria, pois o mais velho, oriundo de uma relação afetiva anterior, vivia em Rio Grande com a mãe. O filho mais novo, ainda criança, não trabalhava, só estudava, sendo que sua esposa trabalhava no Hotel Manta, no setor de lavanderia, onde recebia cerca de R\$ 600,00 mensais. A renda familiar era complementada pelo labor do egresso como mototáxi junto ao bar de seu pai, durante a noite, pelo artesanato que produzia durante o dia (caixas decorativas), dos quais extraía aproximadamente R\$ 900,00 mensais, e por um benefício por invalidez do INSS decorrente de um acidente de moto sofrido pelo egresso. O egresso, na oportunidade, acreditava no futuro dos trabalhos que exercia, os quais estavam lhe proporcionando uma boa renda, capaz de prover as necessidades da família e manter um razoável padrão de vida. Planejava, contudo, visando a acessar melhores condições de bem-estar, montar uma oficina de retífica de motores em sociedade com um amigo, que tinha experiência na área. Para tanto, pretendiam conseguir um empréstimo bancário dirigido ao fomento de atividades empreendedoras. Segundo sua entrevista:

Com as caixas eu ganhava cerca de R\$ 400,00, R\$ 500,00, e no moto-táxi aproximadamente um salário mínimo, mas era muito perigoso, eu fui assaltado umas três vezes, não valia muito a pena. Eu trabalhava de noite porque minha mulher trabalhava no Hotel Manta e saía por volta das 23h, e daí eu parava de trabalhar e pegava ela no serviço. E sou aposentado também, tive um acidente de moto em 1991 e recebo dois salários. Minha mulher ganhava cerca de R\$ 600,00 no hotel...(.....) Eu estava trabalhando com o artesanato, o que faço há 15 anos, e estava no moto-táxi, que me dava uma renda extra, e eu apostava naquilo ali. Quando meu pai foi preso eu parei de trabalhar com o táxi, segui só com as caixas, me dei conta de que não valia a pena, mas já era tarde. Naquela época meu plano era seguir com as caixas e montar um negócio próprio, uma retífica, com um amigo meu que trabalhava numa empresa de retífica aqui de Pelotas. A gente entra com o projeto no banco, abre uma firma e consegue o financiamento para comprar as máquinas. A gente coloca nosso patrimônio como garantia, e o banco dá um ano de carência para pagar.

Leopoldo, quando de sua prisão, então com 35 anos de idade, era casado e tinha três filhos, todos em idade escolar, estudando regularmente. A esposa, embora tenha concluído o curso de magistério, não trabalhava, dedicando-se às tarefas do lar e à criação dos filhos. O sustento da família, que mora em casa própria, provinha exclusivamente do trabalho do egresso como mototaxista, que lhe oportunizava aproximadamente R\$ 600,00 por mês. Por força da renda insuficiente para conferir à família a satisfação de todas suas necessidades de ordem material, mantinham um padrão de consumo mínimo, dirigido à subsistência, apenas. Envolveu-se no tráfico no exercício do próprio trabalho, visto que um cliente lhe chamava, com frequência, para transportar drogas pela cidade, recebendo pelas corridas o valor de mercado, acrescido de pequenas gorjetas. Seu plano, à época, era continuar na atividade de mototaxista, já que vislumbrava poucas oportunidades para alguém com a sua qualificação profissional e grau de instrução. Conferia à educação dos filhos um grande valor, primando pelo estímulo ao aproveitamento escolar, a fim de conferir-lhes melhores condições de competir no mercado de trabalho. Naquela época a atividade de mototaxista estava regulamentada, e o egresso dispunha de registro funcional, com prefixo e alvará, o que lhe concedia uma maior estabilidade e segurança, tanto que recolhia, mensalmente, o INSS, visando à futura aposentadoria.

Já Eusébio era mais jovem: 21 anos de idade, solteiro e sem filhos. Morava com a mãe, em imóvel desta, visto que não vislumbrava necessidade e/ou conveniência em morar sozinho, o que implicaria maiores despesas e responsabilidades. Trabalhava com a mãe na malharia que mantinham em casa, a qual gerava uma renda de aproximadamente três salários mínimos por mês, que era complementada

por aluguéis de dois imóveis de sua mãe, no valor total de R\$ 300,00 mensais. Com eles morava um irmão do egresso, que levava uma vida mais independente, ainda que recebesse tão-só um salário mínimo em seu trabalho junto a uma empresa. Com a renda familiar levavam uma vida sem maiores privações. Naquela época já havia parado de estudar, por falta de motivação e cobrança familiar, dedicando-se apenas ao trabalho e, sobretudo, porque era o que mais gostava, à religião umbandista e ao africanismo, de cujas atividades participa desde os 12 anos de idade. Considerava-se imaturo quando da prisão, pois não fazia maiores planos para futuro, pensava apenas na religião, ao passo que sua mãe, sim, apostava no sucesso da malharia. Acreditava, na verdade, que talvez pudesse viver da religião no futuro, mantendo uma casa de umbanda própria e viajando prestando serviços. Segundo relatou:

Acabei largando o estudo por falta de motivação, pois estava envolvido com a malharia e, sobretudo, só pensava na religião, que era o que eu gostava. (.....) Quando da minha prisão eu era um pouco imaturo, não estava preocupado com meu futuro, em termos de dinheiro, segurança, essas coisas. Eu ajudava minha mãe na malharia, que era nossa fonte de renda, mas era uma atividade que eu fazia de forma espontânea, não havia muita cobrança. O que eu realmente gostava de fazer eram as atividades ligadas à religião. Eu acreditava que pudesse viver da religião, tirando meu sustento da umbanda, por meio de uma casa própria, além de viajar por aí prestando serviços. Minha mãe, por sua vez, apostava na malharia, ela sempre foi muito dedicada. O futuro de vida dela passava por aí.

Gastão, quando preso, tinha 23 anos de idade, era solteiro, sem filhos e morava com a mãe e o padrasto, na casa destes, porque não dispunha de renda para se manter. Os pais haviam se separado desde quando tinha 09 anos de idade, sendo que o pai se mudou para Curitiba e a mãe constituiu nova união estável em Pelotas, sendo que na companhia da mãe e do padrasto moravam, além do egresso, mais quatro irmãos. A mãe era dona-de-casa e efetuava alguns serviços de costura para terceiros, e o sustento da família advinha do trabalho do padrasto como pedreiro, na qual ganhava aproximadamente R\$ 1000,00 mensais, o que proporcionava um nível de consumo capaz apenas de satisfazer as necessidades básicas. Apenas um dos irmãos já trabalhava como cobrador de ônibus e levava uma vida mais independente, embora residisse com os demais. O egresso, por sua vez, por força do consumo excessivo de drogas e álcool (no que começou muito cedo, no início da adolescência), não trabalhava nem estudava (desde a segunda série do ensino fundamental), levando uma vida desregrada, voltada para festas, badernas e prática de crimes, em especial furtos e roubos. Sem grandes perspectivas para o futuro e

envolvido em amizades vinculadas ao estilo de vida que levava, marcado pelo vício e pela criminalidade, sequer compartilhava do plano da então namorada de um dia casar e ter filhos, e tampouco planejava conseguir um emprego.

Por seu turno, Benedito contava 26 anos quando da prisão e mantinha união estável, mas ainda não possuíam filhos. Moravam em um apartamento próprio, sendo que sua companheira não trabalhava, cabendo exclusivamente ao egresso a manutenção da família, por meio de seu trabalho como gerente de uma casa noturna, que lhe oportunizava uma renda de aproximadamente R\$ 300,00 por cada noite trabalhada. Ainda que levasse uma vida tranquila, sem grandes privações materiais, aceitou convite de amigos do futebol para participar de um assalto que renderia grande quantia em dinheiro, movido pela cobiça, pelo desejo de ganho fácil, de rápida ascensão social. Naquela época, seu plano de vida era continuar a trabalhar em boates e restaurantes até conseguir juntar dinheiro suficiente para montar um restaurante popular, de comida caseira, área na qual tinha experiência, já que jamais trabalhou em outra coisa e tinha muito pouco estudo e nenhuma qualificação profissional. Mas a rotina de trabalho em boates o colocava, diariamente, em contato com várias 'tentações', bebida, drogas, mulheres e casas de jogos, as quais consumiam sua atenção em detrimento da família e da construção de um futuro com melhores condições de bem estar.

Na sequência da análise das estratégias adaptativas, defensivas e ofensivas desenvolvidas pelos egressos na articulação entre o conjunto de oportunidades e o acervo de ativos, os dados relativos a Danilo revelam que, quando da prisão, era solteiro, sem filhos, tinha 18 anos de idade e vivia na companhia dos pais, junto com dois irmãos, já que não gozava de independência econômica para manter-se sozinho. Estudava na sexta série do ensino fundamental de uma escola pública, porém com baixo aproveitamento, porque, em virtude da dependência de drogas e álcool, que lhe acometia desde os 14 anos de idade, faltava excessivamente às aulas e não se dedicava o suficiente ao aprendizado. Ademais, o vício também afetava a dedicação ao trabalho como servente de pedreiro junto ao pai, que era mestre-de-obras, além de o incentivar à prática de furtos e roubos dirigidos à compra de drogas e álcool. Além do egresso, o irmão mais velho e o próprio pai também padeciam do alcoolismo, o que gerava problemas familiares de toda ordem, inclusive de violência, obstando qualquer plano por melhores condições de vida. O sustento

da casa era patrocinado quase que exclusivamente pelo pai, que auferia cerca de R\$ 1000,00 mensais, permitindo à família um padrão de vida muito simples, em que dispunham tão-só do básico. A mãe era dona-de-casa e o egresso auxiliava o pai como servente de pedreiro, mas o pouco que ganhava, aproximadamente R\$ 300,00 por mês, era consumido totalmente no sustento do vício. Enquanto o pai almejava montar uma empresa de construção civil, o egresso não formulava planos para o futuro, imerso que estava no consumo de drogas e álcool.

Por último, Caio também era jovem (20 anos de idade), solteiro, sem filhos e residia na companhia dos pais e de dois irmãos na colônia de Pedro Osório. Não mais estudava há vários anos (largara a escola na quinta série do ensino fundamental, pois a escola era longe e havia grande carência de locomoção, além de não haver incentivo algum da família em prosseguir estudando depois de aprender a ler, escrever e fazer as operações básicas de matemática), e trabalhava como peão na lavoura esporadicamente, quando havia trabalho. Com seu trabalho ganhava pouco, menos de um salário mínimo, e o sustento da família, à exceção do irmão mais velho, que já trabalhava e levava uma vida financeiramente independente, advinha da aposentadoria do pai por invalidez junto ao INSS, no valor de um salário mínimo, pois a mãe era dona-de-casa e o outro irmão não trabalhava. Viviam, assim, com muita dificuldade, em um cenário de grandes privações, ainda mais porque o pai e o irmão mais velho sofriam de alcoolismo, o que lhes dificultava o acesso ao trabalho e à construção de qualquer plano de vida. O egresso almejava continuar a morar na zona rural, pois gostava de tranquilidade, onde planejava montar uma oficina mecânica, atividade que sempre despertou seu interesse, a fim de conseguir bens materiais até então inacessíveis. Conforme relata:

Eu tinha 20 anos e morava para fora, na colônia, em Pedro Osório. Morava com meus pais e mais dois irmãos meus. Eu sou o filho mais moço. Nós morávamos numa vila da prefeitura, a gente não tinha terra. Eu trabalhava como peão na lavoura, quando tinha trabalho. Não era nada fixo, quando aparecia trabalho, eu pegava. Quando não tinha serviço não tinha o que fazer. Tinha época que tinha serviço, outras não. Assinei carteira uma vez só, numa fábrica, durante uma safra. Eu não sei te dizer quanto ganhava, mas era pouco, não chegava a um salário mínimo. Meu pai era aposentado por invalidez, enxergava pouco, e a gente sempre foi pobre, vivia com dificuldade. A gente vivia com a aposentadoria do pai, que era um salário. Minha mãe era de casa, não trabalhava fora. Desde que me lembro meu pai já não trabalhava mais. Meu irmão mais velho trabalhava, mas pouco parava em casa, já levava a vida dele, independente. E o outro trabalhava na lavoura, como eu, quando tinha serviço. (.....) O plano que eu tinha era de poder comprar umas coisas para mim, uma bota, uma casinha. Eu queria seguir morando

lá fora, sempre gostei mais de lá, é melhor, mais calmo e tudo. Queria montar uma oficina mecânica.

Por fim, talvez em virtude de os egressos selecionados e suas respectivas famílias não participarem de formas organizadas de convivência comunitária, como visto acima, não desenvolviam, naquela época, estratégias que envolvessem cooperação extra-familiar, formalmente organizadas ou não.

O terceiro vetor articulado na concepção analítica da vulnerabilidade social é o conjunto de oportunidades criado pelo Estado, mercado e sociedade civil, relativo aos níveis de bem estar que os indivíduos e famílias podem acessar em um determinado momento histórico. Tal estrutura de oportunidades é fonte de ativos mas, ao contrário destes, sobre os quais os sujeitos e famílias têm comando, não pode ser atingida por sua ação individual. Como posto no marco teórico, o mercado, o Estado e a sociedade civil, por meio de suas práticas, regulam a lógica de produção e distribuição de ativos, construindo a estrutura de oportunidades de acesso aos ativos sociais, a serem utilizados, ou não, pelos indivíduos e famílias conforme seus interesses, necessidades e capacidades.

O Estado intervém na estrutura de oportunidades sobretudo por meio de sua ingerência na condição de cidadania e na regulação de outras esferas de produção e distribuição de ativos, como a questão salarial e as relações de trabalho. O mercado, por sua vez, intervém especialmente na construção de oportunidades ligadas ao trabalho remunerado, regulando a criação, distribuição, remuneração e estabilidade do emprego, questão fundamental dentro do modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil. Por fim, a sociedade civil, por meio das práticas culturais coletivas, sobretudo de cunho associativo, restringe ou amplia as estratégias dos indivíduos e famílias voltadas ao acesso a melhores condições de bem estar.

Ainda que a análise pontual da estrutura de oportunidades à disposição de cada um dos egressos guarde suas particularidades, como veremos a seguir, e que o momento histórico de seus encarceramentos seja bastante variável no tempo (de Horácio, de prisão mais remota, em 1988, a Jerônimo, preso em 2006), todos residiam em Pelotas, Capão do Leão ou Pedro Osório, e estavam sujeitos, sob a perspectiva macrossocial, ainda que cada um em sua própria medida, aos mesmos deslocamentos, forças, oportunidades e privações na interação em sociedade, em

termos de acesso à cidadania e ao trabalho remunerado. Inseridos em contexto social de desemprego estrutural e diminuta assistência estatal, enfrentavam grandes dificuldades de acesso a trabalhos remunerados que lhes oportunizassem condições razoáveis de bem-estar social, por força, sobretudo, da deficiente qualificação educacional e profissional, e tampouco tinham acesso a ações e programas estatais e da sociedade civil organizada dirigidos à mobilidade social ascendente.

No exame individual das particularidades, os dados relativos a Caio revelam que, na época de seu encarceramento, vivia na zona rural de Pedro Osório, em condição de acentuada pobreza e quase absoluta ausência de emprego, situação comum àquelas famílias que não dispunham de terra própria. Sem atividades industriais e comerciais e sem oferta de empregos junto a órgãos públicos aos que não dispõem, ao menos, de formação escolar equivalente ao ensino fundamental, a opção de muitas famílias não-proprietárias de terras era o arrendamento de terras alheias, mediante o pagamento da terça parte da produção, ou a prestação de esparsos e escassos serviços braçais e de parca remuneração a terceiros, obviamente sem qualquer estabilidade. O egresso, além de evadir da escola pública já na quarta série do ensino fundamental, pela dificuldade de acesso ao colégio, pelo pouco incentivo familiar e comunitário à formação escolar e pela necessidade de trabalhar desde criança para garantir a subsistência, jamais teve a oportunidade de participar de cursos ou atividades dirigidas ao fomento de sua qualificação profissional. Dependiam, ademais, o egresso e sua família, da assistência à saúde por meio do SUS, por meio de um posto de saúde local, o qual oferecia, sob sua ótica, assistência eficiente e de qualidade, ainda que limitada aos problemas de saúde mais simples e corriqueiros, que demandam menor especialização e equipamentos. O egresso, que não participava de formas organizadas de convivência comunitária, sobretudo associativas, não recebia auxílio algum oriundo das práticas culturais coletivas de sua comunidade, assim como não recebia qualquer assistência por parte do sistema de seguridade social estatal, conforme narra:

Nunca tivemos plano de saúde, mas o posto de saúde lá da vila funcionava bem. E minha família sempre estudou em escola pública. Eu nunca recebi benefício previdenciário, pensão, essas coisas

Por sua vez, os egressos Jerônimo, Gastão, Danilo, Matias e Inácio também tiveram a formação escolar prematuramente interrompida, evadindo da rede pública de ensino antes de concluir o fundamental, principalmente por falta de incentivo

familiar e comunitário e pela necessidade de ingressar no mercado de trabalho para auxiliar no sustento da família, sem que tenham tido acesso, também, a oportunidades de qualificação profissional. Embora tal histórico, os egressos que, à época da prisão, já tinham filhos, incentivavam-nos enfaticamente à dedicação escolar, conferindo grande relevo à formação educacional, inclusive universitária, a fim de lhes oportunizar melhores condições para disputar o mercado de trabalho cada vez mais seletivo. A assistência à saúde advinha, também, exclusivamente dos serviços do SUS, marcados pela escassez e ineficiência, conforme narra Matias:

Problemas de saúde, mesmo, a gente não tinha, e nem plano de saúde. Como já disse, nunca me envolvi com drogas e álcool, nem minha esposa, apenas teve uma fase na vida que eu tive vício de jogo, mas faz dez anos que parei. Se precisasse de médico tinha que ir para a fila, dormir no chão, sem cama, pelos corredores. Se não briga, não grita, morre a pessoa.

Dessa forma, Danilo e Jerônimo, bem como seus pais e irmãos, o pai de Matias, além de Inácio e Gastão, padeciam, todos, de dependência de álcool e/ou drogas e não dispunham de qualquer assistência e tratamento, fazendo com que a doença pudesse avançar sem limites e gerar seus deletérios efeitos, sobretudo degradação da convivência social e familiar e fomento de práticas delitivas. Por força da parca formação educacional e da nula qualificação profissional, os egressos enfrentavam imensas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho remunerado, em especial empregos estáveis e de remuneração mais compatível com a dignidade humana, fazendo com que exercessem, desde sempre, atividades laborais informais e de parca remuneração: três dos egressos eram pedreiros autônomos, um deles camelô e um mototaxista. Tampouco recebiam auxílio estatal na forma de benefícios previdenciários, à exceção de Inácio e Matias, os quais, por terem filhos menores à época da prisão e atenderem aos requisitos estipulados pelo Estado, recebiam bolsa-família, que representava significativo aporte na renda familiar. Ademais, os egressos também não recebiam auxílio de ações e programas desenvolvidos pela sociedade civil organizada, apenas Gastão e Inácio, cujas mães eram religiosas praticantes, recebiam das igrejas respectivas, periodicamente, ranchos de gêneros alimentícios.

Já Eusébio e Leopoldo pertenciam a famílias de melhores condições econômicas, o que lhes oportunizou uma criação marcada por um nível de consumo mais expressivo, sem privações no que tange às necessidades básicas. De toda

forma, em grande medida por não haver incentivo familiar para a formação escolar regular, ambos os egressos, que sempre estudaram em escolas públicas, sequer concluíram o ensino médio, sendo que Eusébio não participou de qualquer curso de qualificação profissional, tal como vimos na análise de seus acervos de ativos humanos, ao passo que Leopoldo realizou cursos profissionalizantes de garçom, datilografia e informática, os quais, contudo, não se mostraram diferenciais capazes de alavancar suas chances no mercado de trabalho. Por força, então, da deficiente formação escolar e do peso curricular que tal acarreta na disputa do mercado de trabalho, enfrentavam grandes barreiras para o acesso a empregos de maior estabilidade e remuneração, o que os incentivaram a enveredar por atividades laborativas autônomas que não demandavam qualificação específica. Eusébio trabalhava na malharia que sua mãe mantinha na própria casa, auxiliando-a em serviços gerais, sobretudo administrativos, ao passo que Leopoldo optou por laborar como mototaxista, contando com o auxílio material do pai para a aquisição da motocicleta, sendo que apenas este recolhia contribuição previdenciária e, assim, contava com certa proteção de seguridade social, além de receber, em nome de seus três filhos, bolsa-família. No que toca à preservação da saúde, ambos não dispunham de qualquer plano de cobertura privado, estando sujeitos (no caso de Leopoldo, também a mulher e os três filhos pequenos) às deficiências do SUS. Também ambos os egressos não recebiam qualquer forma de assistência por parte da sociedade civil organizada, ainda que, no caso de Eusébio, que era umbandista praticante e mantinha intenso contato com a comunidade religiosa respectiva, tal auxílio fosse uma possibilidade latente.

Benedito e Félix, por sua vez, ainda na análise da estrutura de oportunidades a que estavam sujeitos quando do encarceramento, pararam de estudar precocemente, antes de concluir o ensino fundamental, pela conjugação dos fatores que atingiam de igual forma a maioria dos egressos estudados: falta de incentivo familiar e necessidade de trabalhar para auxiliar no sustento da família. Assim, tal *déficit* escolar lhes tolhia a possibilidades de acessar melhores colocações no acirrado mercado de trabalho, impelindo-os a atividades laborais de menor qualificação, mais desgastantes fisicamente e de menor remuneração: enquanto Félix era pedreiro, Benedito ganhava a vida como garçom, sendo que ambos não mantinham relação de trabalho formalmente estabelecida, com CTPS assinada pelo

empregador, e tampouco recolhiam contribuição previdenciária na condição de trabalhadores autônomos, razão por que não tinham qualquer cobertura do sistema público de seguridade social. Ademais, por força da parca formação escolar, elaboravam planos de vida que não contemplavam a obtenção de empregos estáveis (Félix pretendia apenas prosseguir trabalhando com pedreiro autônomo, enquanto Benedito planejava montar um restaurante de comida caseira, como vimos no exame das estratégias), reservados a quem dispunha de maior escolaridade, e sim dirigidos a atividades autônomas. No caso de Benedito, suas iniciativas envolviam grande dose de empreendedorismo e alto grau de risco de insucesso, visto que não dispunha de qualquer apoio do Estado e da sociedade civil organizada, não apenas do ponto de vista financeiro, mas também no que tange à qualificação profissional. Ambos os egressos não contavam com planos de saúde privados, e sim tão-só com a cobertura do SUS, e tampouco recebiam benefícios previdenciários por parte do Estado, mesmo Félix, que, na época, já tinha um filho pequeno. Apenas sua mãe (com quem morava o egresso) recebia pensão por morte do marido, que manteve vínculo trabalhista formal por mais de 30 anos com a mesma empresa, na função de borracheiro. Por fim, nenhum deles recebia qualquer tipo de ajuda oriunda de formas organizadas da sociedade civil, até mesmo porque não participavam de qualquer clube, associação, igreja, etc.

Por seu turno, Horácio, que na época da prisão já contava 40 anos de idade, logrou concluir o ensino médio, sempre em escola pública, e participou de diversos cursos de qualificação profissional, sobretudo na área da culinária, em que pese também oriundo de família de poucas condições econômicas e formação escolar. Também apresentou, desde cedo, espírito empreendedor, que o impulsionou a tentar inúmeros negócios autônomos sem qualquer auxílio do Estado e da sociedade civil organizada, os quais, contudo, não tiveram maior continuidade e sucesso, por força, precipuamente, da carência de crédito e suporte financeiro. Na época da sua prisão, por exemplo, trabalhava com um amigo na compra e venda de gado, negócio que não prosperou porque não dispunham de crédito necessário para injetar capital de giro. Ainda que tenha tido acesso a alguns empregos formais quando mais jovem, optou, quiçá em busca de melhor remuneração, pela iniciativa privada. Também não contava com plano de saúde privado mas, por ter uma reserva de dinheiro fruto de seu trabalho, pôde custear um tratamento de maior

qualidade, celeridade e eficiência que o prestado gratuitamente pelo SUS ao seu filho, quando apresentou problemas de insuficiência cardiovascular. Por fim, como já dito, o egresso não recebia qualquer auxílio por parte da sociedade civil organizada e tampouco benefício previdenciário por parte do Estado.

Por último, Abel, que era bacharel em Direito já aceito nos quadros da OAB, porém não portador da carteira funcional que lhe permitiria laborar como advogado, enfrentava grandes dificuldades no mercado de trabalho para conseguir emprego. Naquela época, como já visto, a família do egresso enfrentava sérias dificuldades financeiras, por força da falência da padaria que gerava o sustento de todos e, sobretudo, pela doença que então acometera seu pai, gerando despesas e dificuldades de toda ordem, diante do caríssimo tratamento em Porto Alegre e da necessidade de acompanhamento ininterrupto do enfermo, sendo que não dispunham de qualquer plano de saúde privado, tendo sido o tratamento e o sustento da família custeado, nesse período, pelo irmão do egresso, que era médico-residente em Porto Alegre. Ainda que o egresso e sua família gozassem de um relevante acervo de ativos sociais, tais redes de contatos e cooperação mostraram-se incapazes de lhe oportunizar acesso a empregos formais e de melhor remuneração, ao contrário do que se poderia esperar, fazendo com que o egresso desempenhasse a atividade de garçom e *barman* por algum tempo e aceitasse, logo depois, o convite de um conhecido para atuar no transporte de drogas entre as cidades de Pelotas e Porto Alegre, o que o levou à prisão. Nenhum dos membros da família recebia qualquer benefício previdenciário ou apoio do Estado, visto que seus pais, embora estrangeiros em situação regular no país, jamais haviam recolhido contribuição ao sistema de seguridade social, assim como também não recebiam auxílio de associações, clubes, igrejas ou outras expressões da sociedade civil organizada. Assim expôs em sua entrevista:

Como dito, meu pai tinha câncer e minha mãe problemas com álcool, sendo que o pai fumou muitos anos, e minha mãe fuma até hoje. Os filhos nunca se envolveram com drogas e álcool, gozando de boa saúde. Nunca tivemos planos privados de saúde, e também nunca recebemos assistência à saúde por parte do Estado. Todo o tratamento do meu pai foi custeado pelo meu irmão que, por ser médico, muitas vezes conseguia facilidades, como medicamentos, internações.

Os dados empíricos analisados nas seções precedentes corroboram a construção teórica de ADORNO e BORDINI (1986) e ZALUAR (1996) de que é deficiente a associação causal e explicativa entre pobreza e criminalidade, na

medida que nenhum dos egressos estudados poderia ser considerado como integrante de uma família extremamente pobre, já que todos dispunham dos recursos materiais necessários para a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência, ainda que, em sua maioria, as famílias estivessem precariamente integradas as mercado de trabalho.

Por outro lado, constata-se que a maioria dos egressos se encontrava, quando da seleção penal e da submissão ao cárcere, em condição de vulnerabilidade social, mesmo que em diferentes graus de intensidade, conferindo lastro empírico à perspectiva teórica de ZAFFARONI (2001), para quem a vulnerabilidade social atua enquanto critério orientador do processo de criminalização, embora a presença, na amostra empírica, de egressos em condição de vulnerabilidade muito menos acentuada que os demais, em especial Abel, denote que a criminalidade não é adstrita às classes sociais mais desfavorecidas, assim como a criminalização por parte do sistema de justiça criminal.

Ademais, a despeito do maior ou menor grau de vulnerabilidade social dos egressos estudados, a análise de suas trajetórias de vida até a submissão ao cárcere expõe a influência da privação relativa, do individualismo exacerbado e da insegurança ontológica em suas práticas e representações, confirmando a premissa teórica de YOUNG (2002) de que tais vetores atingem os mais diferentes estratos da sociais, ainda que em graus e mediante consequências distintas, afetando negativamente a capacidade dos sujeitos de desenvolver estratégias de superação de dificuldades e ascender a maiores níveis de bem-estar, abrindo caminho para a construção de carreiras criminosas.

4 A EXPERIÊNCIA DO CÁRCERE

4.1 A estrutura do caos

A fim de compreender o impacto causado pela experiência prisional na trajetória de vida dos egressos, importante contextualizar e analisar, ainda que de modo sucinto, as condições materiais e de pessoal do PRP durante o período de encarceramento dos egressos estudados, as quais são extremamente influentes, como veremos no capítulo seguinte, no processo de deteriorização inerente à experiência prisional.

Conforme exposto pela magistrada e pelo agente penitenciário ao longo do trabalho de campo, o Presídio Regional de Pelotas, assim como a maioria das casas prisionais do Estado do Rio Grande do Sul, é bastante antigo, pois inaugurado em 1958, portanto há mais de 50 anos, e muito embora as reformas e ampliações levadas a efeito nos últimos tempos, apresenta-se absolutamente obsoleto e defasado diante das necessidades da região e da superpopulação carcerária.

Ainda que nos últimos doze anos tenham sido construídas três novas galerias, com capacidade conjunta para 156 presos, o aumento da população carcerária, no mesmo período, ocorreu em proporção muito mais acentuada, razão por que, atualmente, a casa prisional encontra-se superlotada, abrigando cerca de 850 presos quando dispõe de 426 vagas, conforme relatado pela magistrada em sua entrevista. Ademais, as ampliações realizadas, em especial a construção das três galerias referidas, ocuparam os espaços físicos anteriormente destinados às atividades que, em última análise, guardam relação com a preservação e incremento do acervo de ativos sociais dos apenados e desenvolvimento de suas estratégias de superação das adversidades. Assim, atualmente, já que o terreno em que instalado é bastante limitado em sua extensão e não há para onde expandir-se, não se dispõe de espaço físico suficiente para desenvolver atividades laborais, afora aquelas absolutamente indispensáveis à manutenção da casa prisional, bem como para ministrar aulas de ensino fundamental e médio e cursos de qualificação profissional, fazendo com que a casa prisional se torne, a cada dia, mais limitada à contenção,

tão-somente, daqueles selecionados pelo sistema de justiça criminal, afastando-se de qualquer ideal de 'reabilitação', em situação análoga à preconizada por GARLAND (2008).

Nesse sentido o relato da juíza de direito:

Nos 12 anos em que estou trabalhando como juíza da vara de execuções criminais em Pelotas foram construídas 3 novas galerias, todas no período anterior ao governo estadual da Yeda Crusius. Foram 156 vagas novas, só que o que aconteceu a partir daí? O PRP tinha de tudo antes: tinha uma enfermaria, no primeiro governo municipal do Marroni, que era quase um hospital, uma maravilha, melhor do que muito hospital público. Tinha uma médica que atuava dia e noite lá, havia uma biblioteca também, instalada em uma sala boa, com muitos livros, bons livros, tudo muito bem feito, e conseguimos construir a galeria feminina, sendo que tudo sempre foi conseguido mediante pressão, determinando a interdição do presídio. Porém, para criar essas 156 vagas, todos espaços que eram utilizados para desenvolver as atividades dirigidas à capacitação dos presos viraram celas, então, hoje, não tem mais espaço para criar nada, trabalho, interno, qualificação profissional, ensino, nada. (.....) O terreno do PRP tem 1 hectare e meio. (.....) Não temos mais aulas: antes, costumávamos ter duas professoras dando aula, voluntariamente. (.....) Hoje, estamos com 850 presos ali. (.....) Nas primeiras interdições, em meados de 2002, nós tínhamos 380 presos. (.....) Nós estamos com 850 presos para 426 vagas, aproximadamente.

Por força da superlotação da casa prisional, proliferam problemas de toda ordem, tornando precária não só a habitação, propriamente dita, do preso, já que não há camas nem espaço para colocar colchões nas celas, mas também a higiene e a alimentação, na medida em que o Estado não fornece de modo suficiente o material necessário, conforme exposto pela magistrada em sua entrevista, a seguir parcialmente transcrita:

15) Como a Sra. enxerga as questões relativas a saúde e higiene no interior do PRP, hoje em dia?

Agora a casa prisional possui um médico, porque o governo está com a faca no pescoço: quando tem pressão, o governo contrata um por 6 meses. Material de higiene não há nenhum. As panelas da cozinha estão furadas, extintores de incêndio vencidos e não fazem a desratização do presídio, para combater um dos principais focos de doença, afora a superlotação.

No mesmo sentido a descrição do agente penitenciário:

11) Então quase a metade dos presos fica improvisada, correto?

Sim, improvisada, sem condições adequadas de higiene, alimentação, saúde, sem que haja agentes e material suficientes. Além da estrutura, temos o problema da questão da manutenção que é muito difícil, porque ela é feita por presos, não tem o profissional qualificado, os presos não tem habilidade para fazer o serviço.

Paralelamente ao problema crescente da superlotação, a cada ano que passa mais insuficiente se torna o número de servidores públicos de que se dispõe para manter o funcionamento do presídio, aí considerados agentes penitenciários,

agentes administrativos, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais, conforme relatou o agente penitenciário:

14) E funcionários, quantos são na casa prisional?

Em torno de 70 funcionários, entre pessoal do administrativo, corpo técnico e equipe de segurança.

15) Todo esse pessoal faz parte da SUSEPE?

Sim, todos da SUSEPE.

16) Normalmente, quantos são por turno?

São 10 por turno, na área da segurança.

17) E técnicos, quantos são?

São 7, se não me engano, aí dá aquele problema das férias, licença-prêmio, biometria, etc., pois sempre tem alguém que não pode trabalhar. Normalmente, a casa trabalha com 8 a 12 agentes na segurança.

18) A situação aqui do PRP é parecida com a dos demais presídios?

Ela se torna pior por duas coisas: a nossa comarca tem 4 varas criminais, mais a Justiça Federal e a Justiça do Trabalho, então o número de audiências é muito alto, em comparação às outras comarcas. Aqui nos teríamos um número de presos aproximado ao de Rio Grande, que tem em torno de 35% menos audiências do que Pelotas.

19) E o número de funcionários é o mesmo?

Praticamente, e a população carcerária também. Tem dias que temos 15, 16 audiências, aí são necessários 5 funcionários só para carregar esse número de presos por dia. Acontece que tem dias que só tem 1 ou 2 funcionários para isso. Sem falar que nós atendemos toda região, Arroio Grande, São Lourenço do Sul, etc. É muito trabalhoso, nem se vê o passar dos dias, e sempre tentando trabalhar bem, superar as dificuldades das casas.

Em virtude da falta de agentes penitenciários em número suficiente para assegurar a segurança da casa prisional, evita-se, a todo o custo, a movimentação dos presos e o desenvolvimento de atividades intramuros que impliquem necessidade de supervisão ou participação por parte dos agentes, o que contribui decisivamente para a inexistência quase absoluta de atividades no interior da casa prisional dirigidas ao incremento e desenvolvimento das capacidades dos apenados, além de abrir espaço para o fortalecimento do poder paralelo das chamadas 'prefeituras' que, no vácuo deixado pela inércia estatal, assumem o comando das galerias e estabelecem pautas de conduta que agravam sobremaneira o caráter deteriorizante do encarceramento, conforme será analisado no capítulo seguinte.

Quanto à atuação deficiente do corpo técnico do PRP, composto por psicólogos e assistentes sociais, a experiência dos entrevistados evidencia que o problema advém, em maior medida, não da insuficiência do número de profissionais, mas sobretudo da falta de espaço físico para desenvolver as atividades, em especial quando coletivas, conforme descrevem um dos psicólogos ouvidos no trabalho de campo:

12) Existe carência de pessoal no corpo técnico? É muito grande?

Psicólogo 02: Em termos de pessoal, estamos bem, o problema é a estrutura física: salas, agentes para a segurança do corpo técnico, salas mais seguras, etc. Já aconteceu, em terapias de grupo, de presos se desentenderem e brigarem diante do coordenador que, sozinho, sem qualquer apoio, ficou sem reação, claro, pelo risco que corria.

Também bastante esclarecedor, a respeito, o relato da magistrada:

16) Como está o trabalho do corpo técnico do PRP, psicólogos, assistente sociais? Acho que eles estão cheios de boa vontade, mas sofrem com a falta de tudo. É um grupo pequeno de técnicos para cada vez mais presos, uma desproporção enorme. Para conseguirem tratar alguém, o 'prefeito' da galeria tem que liberar. O corpo técnico sofre muito com isso também: não ter acesso ao preso para prestar a assistência que tanto precisa.

17) O corpo técnico possui um lugar para trabalhar no interior do presídio ou eles também não têm espaço físico?

Não sei te dizer ao certo como está agora, mas até dois meses atrás eram 03 profissionais numa sala. Eles não têm nada, nem segurança, nem apoio, quem dirá espaço.

No mesmo sentido a fala do agente penitenciário:

33) Os psicólogos e assistentes sociais dão conta da demanda? O preso tem acesso ao corpo técnico?

Em geral, sim, porém tem o problema da própria estrutura, pois no presídio não há sala adequada para eles trabalharem, e além disso há problemas de comunicação interna, locomoção, etc. Dentro do possível eles fazem o trabalho deles, mas não atingem 50% do necessário diante da demanda dos presos.

34) Se tivesse um efetivo maior, o atendimento seria melhor?

Sim, às vezes, pela falta de pessoal, não se consegue nem mexer com determinado preso, e tal.

Ademais, os dados coletados a partir das entrevistas da magistrada, do agente penitenciário e dos psicólogos revelam que o PRP não dispõe, com a eficiência e amplitude de que necessita, de assistência jurídica e médica aos presos. O Estado sequer assegura, de forma ininterrupta, a atuação de um único médico no interior da casa prisional, o qual precisa atender 850 presos sem dispor do material e assessoria indispensáveis. Por outro lado, em que pese a ampliação constante da atuação da Defensoria Pública, por força da carência de pessoal de que padece ainda não consegue dar conta da demanda diuturna dos presos por assistência jurídica, a qual é obstaculizada, também, pela barreira imposta pelas 'prefeituras', que impedem o contato direto dos presos com todos os agentes do sistema prisional, filtrando os pedidos e contatos que podem ser encaminhados, orientadas por critérios que passam longe da tutela do bem-estar dos presos, como adiante será analisado.

Por fim, em que pese o discurso atual dos governos federal e estadual de que doravante haverá maior ênfase, no que toca a investimentos, na administração do sistema prisional, colocando na ordem do dia a ampliação de vagas e o incremento das condições materiais e de pessoal dos presídios, o relato dos entrevistados mostra quão longe está o discurso da prática, em especial quanto à aventada preocupação de oferecer aos presos, ao longo da experiência prisional, práticas e oportunidades dirigidas a torná-los mais capazes de suplantar as dificuldades que enfrentam na interação social. O seguinte trecho da entrevista da magistrada mostra a inércia estatal na adoção de iniciativas e medidas dirigidas ao ‘tratamento’ das necessidades e carências dos presos, comportamento que se contrapõe à eficiência com que responde à demanda generalizada por mais controle e segurança, implementando políticas de punição e exclusão, dirigidas, sobretudo, às camadas mais desfavorecidas da população:

5) E como a Sra. vê a disposição, pelo menos em discurso, do Estado de transferir o presídio para outro lugar, visando a criar novas vagas e espaço para atividades dirigidas à qualificação dos presos? O que de concreto tem acontecido nos últimos tempos?

Nada. Não acontece nada, só vejo discurso e mais nada, é só retórica, tudo é politicagem, principalmente agora, em ano eleitoral. Muito pouco acontece, nem o projeto para os presos provisórios votarem aconteceu, aqui em Pelotas, tamanha a falta de estrutura. Eu já encontrei o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, não lembro o nome do deputado, que veio visitar o PRP, e ele não conheceu o PRP, só ficou na sala do administrador, era visível que estava incomodado de estar ali. A política prisional segue nesse ritmo, como acontece com a educação pública, que nunca está em primeiro lugar. Mesmo dentro da área da Segurança Pública, primeiro eles investem nos salários para os policiais, boas delegacias, instrumentos de trabalho, viaturas, que são necessários, mas o PRP está em último lugar, e em razão disso só fazem algo quando está tudo “arrebentando”, aí eles dão uma remendada. Essas 3 galerias que aumentaram em 156 vagas o PRP são resultado de uma luta de 4 anos, em que pressionávamos o poder público. Tudo era difícil e trancava a obra: empreiteiro abandonava a obra porque o Estado não pagava. Havia 4 presos que trabalhavam ali, mas também não recebiam. Infelizmente, as coisas só funcionam abaixo de pressão, interdição e imprensa.

6) Quando o governo estadual e federal fala, hoje em dia: vamos investir! Tu interpreta esse discurso como proposta de investimento só em celas, novas vagas, incremento da segurança, ou percebes preocupação com outros aspectos, como oportunizar ao preso lugar para ensino, trabalho, etc?

Eu, na verdade, vejo só discurso, eu nunca vi nada de concreto. Até mesmo por parte do governo federal, que tem todo um projeto para a área da segurança pública, tudo é somente teórico, nunca vi nada efetivo. É tanta burocracia para implementar os projetos, exigem tanta coisa, que nunca se faz nada. Por exemplo, o terreno da prefeitura que estamos pleiteando para instalar o novo PRP: se o Prefeito fizesse tudo que tem que fazer, se nós conseguíssemos sair aqui do âmbito municipal e o projeto fosse para o governo estadual, eles iriam dizer: “falta isso”, que “isso não é assim”, aquilo “não está bom”, eles exigem coisas

impossíveis de se cumprir. Tudo não passa de discurso. Eu tenho duas fases nesse trabalho junto dos presídios. Até 97 eu trabalhei em outra comarca, em um momento político diferente, e depois, de 98 até então, em outro momento político completamente distinto. Naquela fase, de 89 a 97, a gente conseguiu muita coisa porque fazíamos parcerias com a prefeitura e a comunidade.

7) Eles tinham mais disposição?

O governo não atrapalhava, ao menos. Fizemos muita coisa lá, aumentamos o presídio, instalamos um curtume e uma fábrica de sabão. A prefeitura fez um convênio conosco: ela fornecia a matéria-prima e o presídio a mão-de-obra, sendo que a prefeitura ficava com metade da produção e a outra metade a própria prefeitura comprava, e o lucro era dos apenados. Era muito bom, pois toda comunidade estava envolvida. (.....) A partir dessa época (1997), tudo virou burocracia, tem que pedir permissão, não anda nada, como a galeria que estávamos fazendo para os drogaditos, com recursos da comunidade. O governo, além de não ajudar, acabou parando a obra por entraves burocráticos, enquanto os presos estão sem serem atendidos. Assim é como eu vejo o cenário atual.

Conforme extrai-se do relato acima, os governos, até então, além de ineficientes no trato da questão prisional, acabam por obstaculizar, por intermédio da burocracia excessiva, as iniciativas da sociedade organizada dirigidas a oferecer aos presos e egressos oportunidades de minimizar seus estados de vulnerabilidade social.

Percebe-se, pois, a partir dos dados analisados no presente capítulo, que a estrutura material e de pessoal do PRP adequa-se à perspectiva teórica de ZAFFARONI (2001) e AUGUSTO DE SÁ (2007), segundo os quais as deficiências das casas prisionais potencializam os efeitos deletérios que são inerentes ao encarceramento. Ademais, os relatos e experiências dos entrevistados evidenciam o distanciamento existente entre a rotina da casa prisional e a realidade sócio-econômica que a cerca, o que intensifica o processo de prisionalização dos presos, na medida em que não são desenvolvidas práticas no ambiente prisional, ao menos de modo eficiente e significativo, capazes de fortalecer a capacidade dos presos de lidar com as dificuldades que enfrentam na interação social em liberdade.

Além disso, a fala dos entrevistados, sobretudo da juíza de direito, mostra que as práticas e representações das instituições do sistema de justiça criminal, em especial dos representantes do Poder Executivo e Legislativo, responsáveis por traçar e implementar as diretrizes e prioridades da política de segurança pública, são marcadas pela concepção da prisão como um instrumento de segregação de populações problemáticas criadas pelos arranjos sociais, econômicos e culturais das sociedades industriais contemporâneas, construída no vácuo deixado pelo declínio do previdenciarismo penal (GARLAND, 2008).

4.2 Revivendo a segregação: a vida nas galerias

Nesta seção buscar-se-á expor aspectos pontuais da experiência prisional dos egressos estudados, cuja contextualização e sistematização é necessária para a subsequente compreensão dos efeitos que se fizeram presentes na condição de vulnerabilidade social dos egressos, após o retorno à vida em liberdade. Pretende-se conferir relevo às particularidades de cada execução penal que encerram potencial de influenciar seus arranjos de ativos, estratégias de uso e o conjunto de oportunidades que o mercado, o Estado e a sociedade civil lhes oportunizam. A fim de viabilizar uma melhor sistematização e visualização dos dados coletados ao longo do trabalho de campo, lança-se mão da exposição didática por meio da construção de quadros comparativos.

QUADRO I				
EGRESSO	Natureza do Crime	Pena Aplicada	Regime Inicial	Possibilidade de Progressão
ABEL	Tráfico	7anos 6 meses	Fechado	Não
	Associação			
BENEDITO	Tráfico	31 anos	Fechado	Sim
	Associação			
	Estupro			
	Roubo			
CAIO	Furto qualificado	17 anos 22 dias	Fechado	Sim
	Roubo			
DANILO	Tentativa de Furto	5 anos 6 meses	Semiaberto	Sim
	Furto qualificado			
	Tráfico			
EUSÉBIO	Sedução e Corrupção de Menores	4 anos 11 meses 5 dias	Semiaberto	Sim
FÉLIX	Latrocínio	26 anos 9 meses	Fechado	Sim
	Roubo			
GASTÃO	Furto qualificado	28 anos	Fechado	Sim
	Latrocínio			
HORÁCIO	Tráfico (4 vezes)	38 anos 15 dias	Fechado	Sim
	Associação			
INÁCIO	Roubo	9 anos 8 dias	Aberto	Sim
	Furto qualificado			
JERÔNIMO	Tráfico	6 anos	Fechado	Sim
	Associação			
LEOPOLDO	Tráfico	3 anos 6 meses	Fechado	Sim
MATIAS	Tráfico	4 anos 6 meses	Fechado	Sim

Conforme extrai-se da análise do quadro acima, à exceção dos delitos de sedução e corrupção de menores cometidos por Eusébio e do delito de estupro praticado por Benedito (que também foi condenado por tráfico de drogas, associação para tráfico de drogas e roubo), todos os demais crimes que levaram à condenação dos egressos são delitos relacionados ao acesso forçado à renda, em especial o tráfico de drogas, praticado por 7 dos 12 egressos selecionados por amostragem, o que se coaduna à argumentação teórica de YOUNG (2002), segundo o qual a privação relativa (enquanto frustração daqueles a quem o acesso e a igualdade no mercado de trabalho foi negado, diante de outros indivíduos que, com mérito e dedicação equivalentes, nele foram aceitos, e também a apreensão, desencadeada pela precariedade dos empregos que ocupam e pela falência do consenso de valores, diante daqueles que, muito embora abaixo na estrutura social,

aparentam levar a vida fácil demais, quer por meio do assistencialismo estatal, quer por meio do crime) é um dos principais preditores da criminalidade atual.

Os dados coletados revelam que há grande variação entre o *quantum* de pena total imposto a cada um dos egressos (de 03 anos e 06 meses da pena imposta a Leopoldo aos 38 anos e 15 dias da pena de Horácio), o que se deve, sobretudo, não ao diferente enquadramento legal de cada uma das ações praticadas, mas sim ao número de delitos cometidos que foram objeto das condenações. Pois para a construção do quadro foi considerada não só a pena originalmente aplicada ao egresso, que deu azo à sua primeira prisão definitiva, mas também, se for o caso, as condenações supervenientes, tanto por delitos cometidos antes da condenação primeiro como por crimes praticados no curso da execução penal.

Percebe-se, também, que a grande maioria dos egressos (8 do total) iniciou o cumprimento da pena privativa de liberdade no regime mais gravoso, o fechado, o que lhes implicou a necessidade de permanecer, no mínimo, 1/6 da pena sem a possibilidade de usufruir de benefícios que implicassem maior grau de liberdade e contato com a sociedade fora do cárcere, como saídas temporárias e trabalho externo. Ademais, a Abel foi imposta, na sentença condenatória, por força da natureza do delito praticado (tráfico de drogas, que é considerado delito afim dos delitos classificados por lei como hediondos), a vedação da possibilidade de progredir de regime ao longo da execução penal. Em virtude da grande discussão jurisprudencial que se travava acerca da constitucionalidade, ou não, do dispositivo legal que impunha a vedação da progressão de regime a condenados por tais crimes, hoje revogado, aos demais egressos estudados também condenados por tráfico de drogas não houve aplicação de tal gravame, em exemplo concreto das situações de desigualdade de tratamento penal que a exegese da norma impunha diuturnamente.

QUADRO II			
EGRESSO	Data Início Cumprimento da Pena	Idade quando da prisão	Data da Libertação (Plena ou Liberdade Condicional)
ABEL	26/02/02	26	01/06/05

BENEDITO	24/01/92	27	13/02/04
CAIO	29/06/98	20	15/10/06
DANILO	VER		
EUSÉBIO	23/06/01	21	11/10/05
FÉLIX	13/01/92	29	12/11/07
GASTÃO	02/08/91	25	08/10/02
HORÁCIO	12/07/88	41	24/11/92 (1ª vez) 05/11/04 (2ª vez)
INÁCIO	08/03/01	37	21/07/06
JERÔNIMO	27/11/06	33	29/06/09
LEOPOLDO	30/04/05	36	13/06/07
MATIAS	21/09/05	51	02/05/08

Inicialmente, importa destacar que nos dados relativos a Horácio constam duas datas distintas de libertação, visto que, condenado por cinco crimes ao longo de sua vida até o período da pesquisa de campo (2009), quatro tráfico de drogas e uma associação para o tráfico de drogas, no curso da execução penal foi beneficiado com o livramento condicional em duas oportunidades, sendo que em ambas o benefício foi revogado por conta de nova condenação por crimes cometidos durante o período de prova.

Da análise do quadro extrai-se, também, que a idade com que foram presos cada um dos egressos estudados é bastante variável, entre 20 e 51 anos, o que confirma, dentro dos limites da amostra, a perspectiva teórica de YOUNG (2002) de que a privação relativa, o individualismo exacerbado e a precariedade ontológica, principais vetores da alta criminalidade contemporânea, que se fazem presentes na gênese dos delitos que levaram os egressos à prisão, não são exclusivos dos mais jovens, e frequentemente atingem os indivíduos de modo mais intenso em outras etapas da vida, quando sujeitos a maiores cobranças e responsabilidades (em especial com esposa e filhos menores) e submetidos a condições mais intensas de vulnerabilidade social. Conforme se vê dos dados coletados, metade dos egressos já tinha esposa (ou companheira) e filhos menores quando da prisão e, à exceção de Jerônimo, cuja esposa mantinha emprego fixo em um hotel, o sustento da família dependia exclusivamente do trabalho dos egressos, que, como vimos, eram precários, sem estabilidade e de parca e incerta remuneração.

Por fim, o período de tempo no qual permaneceram presos os egressos, em cumprimento às penas privativas de liberdade aplicadas, também é bastante variável, por força do número de delitos praticados, do comportamento carcerário de cada um e, sobretudo, em virtude da natureza dos crimes, pois há grande variação entre as penas abstratamente cominadas na lei penal para cada um dos delitos que descreve. Leopoldo, por exemplo, permaneceu pouco mais de dois anos recluso no Presídio Regional de Pelotas antes de sair em livramento condicional, ao passo que Félix, condenado por latrocínio e roubo, no outro extremo da questão temporal, cumpriu pena de prisão por mais de 15 anos até ser beneficiado com a liberdade condicional.

QUADRO III					
EGRESSO	Trabalho Interno	Trabalho Externo	Remição	Cursos Profissionalizantes	Ed. Fundamental e Ensino Médio
ABEL	Sim	Não	Sim	Não	Não
BENEDITO	Sim	Sim	Sim	Não	Não
CAIO	Sim	Sim	Sim	Sim (técnicas agrárias)	Não
DANILO	Não	Sim	Sim	Não	Não
EUSEBIO	Sim	Sim	Sim	Não	Não
FÉLIX	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
GASTÃO	Sim	Sim	Sim	Sim (Costura)	Sim
HORÁCIO	Sim	Sim	Sim	Sim (Culinária)	Não
INÁCIO	Sim	Sim	Sim	Não	Não
JERÔNIMO	Sim	Sim	Sim	Não	Não
LEOPOLDO	Sim	Sim	Sim	Não	Não
MATIAS	Sim	Sim	Sim	Não	Não

O quadro 3 diz respeito aos benefícios legais recebidos pelos egressos ao longo da execução das penas privativas de liberdade, relativos ao trabalho e educação, ou seja, relacionados a) ao exercício de atividades laborativas no interior do presídio ou fora dele, com autorização judicial, b) à participação em cursos técnicos dirigidos ao incremento da qualificação profissional dos egressos e, por fim, c) à frequência a programas de ensino fundamental e médio, ministrados no interior da casa carcerária, ou não.

Os dados coletados mostram que a totalidade dos egressos estudados foram beneficiados com autorização judicial para o trabalho interno e externo, sendo que apenas Abel não obteve autorização para trabalho externo ao longo de seu encarceramento, pois permaneceu, como vimos, integralmente em regime fechado de cumprimento da pena, o qual é incompatível com o benefício em questão, exceto quando o trabalho for desempenhado em serviços e obras públicas realizadas por órgãos da administração direta ou indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina, conforme previsto no art. 36, *caput*, da LEP. Por outro lado, Danilo não trabalhou internamente no Presídio Regional de Pelotas, o que pode ser creditado à relação mais conflituosa que mantinha com a direção e agentes da casa carcerária, em virtude de não se resignar diante de desmandos e desrespeitos frequentes a direitos fundamentais dos presos, formulando diversas reclamações dirigidas aos órgãos de fiscalização da execução penal.

Conforme expôs em sua entrevista:

Olha, se o preso não é orientado, se não recebe uma oportunidade durante a prisão, ele vai voltar a delinquir, com certeza. Falta muita oportunidade no presídio, tu tens que ter contatos com os agentes, com a direção, senão não consegue nada. Eu tinha bom comportamento, mas como não tinha cunha, que é alguém que te indica, te ajuda, não consegui trabalho na cadeia. Eu dei umas palestras sobre o sistema prisional, dizendo o que acontece na cadeia, e um agente não gostou, e eu sofri na mão dele, por quase 18 meses viajei por 5 cadeias diferentes, apanhei até, fui para o isolamento. Na PERG fiquei 40 dias no buraco, que é o nome de um isolamento. Me arrumaram 5 PAD's. Isso eu passei quando fui preso de novo. Aí sim não consegui nada, inclusive mandei um pedido para o presidente do Conselho da Comunidade para conseguir um serviço na cooperativa daqui, a COOSOPEL.

Como o trabalho interno depende de indicação da administração da casa carcerária, responsável pela segurança e que conhece, em tese, melhor o comportamento carcerário e a aptidão laborativa e disciplinar de cada preso, Danilo, que não dispunha da confiança e 'simpatia' da administração do presídio, não

obteve uma das vagas, as quais, aliás, são sempre escassas e insuficientes, mormente em virtude da deficiência de pessoal na área da segurança do presídio, como relatou o agente penitenciário entrevistado:

35) Quanto à questão do trabalho interno? O que é mais problemático?

Muitos presos querem trabalhar e não podem. Mais uma vez, eu vejo que o trabalho interno esbarra na estrutura, não temos salas para trabalho, falta espaço. Não há monitores que ministrem cursos profissionalizantes, rápidos que sejam.

37) E como está o trabalho interno atualmente?

Aqui existe o básico: a cozinha, a limpeza da casa, só o que é necessário para o funcionamento da casa.

38) Quantos presos trabalham nessas funções?

Em torno de 60 presos.

39) Como é feita a escolha dos presos? Há trabalho para todos que manifestam interesse?

Não tem trabalho para todos, pelos problemas que falei. Normalmente são escolhidos aqueles que manifestam interesse, sim, mas há o problema da “prefeitura”, que indica quem vai trabalhar nas galerias.

O relato da magistrada revela como a seleção dos presos para a ocupação das poucas vagas de trabalho interno segue critérios nada objetivos, na medida em que o processo está subjugado ao poder das ‘prefeituras’, construído na esteira da inércia estatal em assegurar a segurança da casa prisional:

27) A precariedade do trabalho interno também tem conexão com a falta de agentes para segurança?

Sim, como não há espaço e nem segurança, o trabalho interno é limitado ao mínimo e a seleção dos presos acaba sendo feito por meio de acertos com os agentes, que muitas vezes não leva em consideração critérios objetivos.

No mesmo sentido a entrevista do agente penitenciário:

39) Como é feita a escolha dos presos? Há trabalho para todos que manifestam interesse?

Não tem trabalho para todos, pelos problemas que falei. Normalmente são escolhidos aqueles que manifestam interesse, sim, mas há o problema da “prefeitura”, que indica quem vai trabalhar nas galerias.

Todos os egressos ouvidos, assim como o agente penitenciário, a magistrada e os psicólogos, destacam a importância do trabalho no curso da execução penal, como veículo indispensável à saúde física e mental dos presos e à manutenção de laços de sociabilidade essenciais ao retorno à vida em liberdade, indispensável também para o desenvolvimento e aprimoramento de capacidades laborais, para a manutenção e subsistência das famílias e, sobretudo na visão dos egressos, para a obtenção do benefício da remição, segundo o qual para cada dia efetivamente trabalhado corresponde a redução de três dias no total de pena a cumprir.

Segundo Eusébio:

.....acho duas coisas fundamentais: ocupar os presos, oportunizando trabalho a todos, dentro e fora da prisão, para não ficarem sem fazer nada, o que é ruim para a cabeça. Aliás, acho que os presos deviam ser até obrigados a trabalhar. Ou quem não quisesse trabalhar, pelo menos não poderia reclamar de nada. Hoje em dia, para a maioria dos presos não há trabalho, e muitos deles, a maioria, gostaria de trabalhar, para se ocupar, ganhar remição, mesmo sem ganhar dinheiro.

Abel, no que toca à necessidade de criar novas vagas de trabalho no interior da casa prisional, possui a seguinte percepção:

É possível também criar nova vagas de trabalho interno, fazendo alguns ajustes, como limitar a jornada de trabalho dos já existentes. Assim, são criados turnos de trabalho: em vez de um preso ser cozinheiro 24h por dia, como existe hoje, podem ser criadas três vagas, uma para cada turno, com jornada de 08h, beneficiando assim três em vez de um só. Além de auxiliar os presos na ressocialização, mais presos poderão remir tempo de prisão, e com isso ficarão menos tempo presos, abrindo novas vagas. Basta cumprir o que a LEP determina, que prevê inclusive isenção fiscal para empresas que contratarem o trabalho de presos.

O relato dos egressos destacam a importância do trabalho para a manutenção da saúde mental do preso e para o desenvolvimento de laços de sociabilidade a capacidades indispensáveis à superação das dificuldades inerentes à vida em liberdade. Segundo Inácio:

É preciso um meio de ocupar o preso trabalhando, para ele ganhar alguma coisa, mesmo que pouco, e não ficar focado só no que é errado. Aqueles que estão em regime fechado não podem trabalhar, só remição de cela, que não adianta nada. As cooperativas são só para aqueles que estão no semiaberto.

Para Leopoldo,

se tivesse mais ocupações dentro da cadeia seria possível que alguns se recuperassem, mas não todos. Tem que ter um incentivo para aqueles presos que estão em cima do muro, entre cair para os vagabundos ou seguir o caminho do trabalho. Muitos querem trabalhar e não tem aonde

Jerônimo, por sua vez, destaca a importância da vontade do preso de obter um vaga de trabalho interno e dedicar-se a ele:

Oportunidade existe dentro da prisão, eu só aprendi o que era bom lá, o que era errado eu deixei para trás. Lá os presos acham que quando tu saís da galeria para os trabalhadores tu vai trabalhar para a polícia. Eu trabalhei para mim, para puxar minha pena, ganhar remição (.....) E o próprio preso também precisa querer se ajudar. Tem preso, talvez a maioria, que consegue um trabalho na cadeia e fica dois, três dias, e pede para voltar para a galeria. O preso que se interessa em trabalhar consegue.....

Já Horácio, que trabalhava como chefe da cozinha no presídio, confere relevo ao significado do trabalho na experiência prisional e as dificuldades enfrentadas, na sua visão, para ampliar as vagas existentes, qualificar e diversificar as atividades e oportunizar maior renda aos apenados:

Eu acho que tem que desenvolver mais o trabalho, ampliar a cooperativa por exemplo. Dá para fazer pães, biscoitos aqui dentro para vender na rua. Aliás, em 1998 nós fazíamos isso. Havia mais liberdade da administração para entrar a matéria-prima, e a juíza autorizava presos que queriam trabalhar e não tinham carta de emprego a vender os produtos na rua. Mas aí deu um desentendimento com a direção da casa que me pediu para dar uma parada, pois era muito movimento, o que dificultava a segurança. O problema maior hoje é a ociosidade, que leva o preso a fazer coisas negativas. A área do presídio poderia ter outros galpões, cada um para uma atividade. Mas a garotada de hoje tá difícil, não tem nada a ver com os presos mais antigos. Não têm respeito, não tem nada, são muito ousados. É difícil até de escolher o preso para trabalhar na cozinha. Mas também tem gente boa. Falta ampliar o trabalho, colocar mais presos no artesanato com couro, na horta, na marcenaria, em tudo, inclusive para o preso no fechado, que na maioria dos casos não tem oportunidade alguma. E precisa, organização, fiscalização, orientação. Não adianta tu colocar uma ferramenta na mão do preso e dar as costas. É o que eu faço na cozinha, estou sempre coordenando, ensinando, e por isso a coisa funciona, e todo mundo quer trabalhar comigo. Se tu chegar hoje ali na galeria e perguntar quem quer trabalhar na cozinha, (.....), eles são capazes de se matar. A cadeia precisa de bastante serviço para tirar o pessoal da galeria

Bastante significativa na fala dos egressos entrevistados é a importância conferida ao trabalho dentro do presídio como forma de conseguir sair das galerias e ser abrigado na ala dos trabalhadores que, segundo os egressos, oportuniza melhores condições de sobrevivência e convivência, com alimentação de melhor qualidade, maior limpeza, higiene, respeito entre os presos e maior aproximação com a administração prisional, além de, sobretudo, uma menor influência do poder paralelo dos presos, por meio das chamadas “prefeituras”, na rotina dos trabalhadores. Assim, o trabalho, além das vantagens destacadas anteriormente, atua como veículo capaz de retirar o preso dos lugares mais insalubres e superlotados do presídio, as galerias, colocando-o em uma ala exclusiva dos presos-trabalhadores, que dispõe não só de melhores condições materiais e de pessoal mas, também, de relações de convivência muito mais saudáveis e respeitadas.

Segundo Matias,

Na prisão, graças a Deus, nas galerias, fiquei só sete meses. Não ia aguentar ficar mais tempo. A convivência ali é impossível. Sinceramente, se fosse para a prisão hoje, de novo, me mataria, porque não suportaria. Como sempre tive uma boa imagem, e sempre fui trabalhador e honesto, não bebo e nem fumo, quando fechou sete meses o administrador do presídio me chamou e me convidou para trabalhar. Daí me mudei para a ala dos trabalhadores. Não suportava mais a galeria, aquele abuso de drogas.. E então fiquei com os trabalhadores até sair em condicional.

No mesmo sentido a fala de Eusébio:

Sim, trabalhei internamente por um bom período. Embora a gente fique completamente isolado e sozinho na galeria, mantive uma boa relação com os agentes. Sempre que precisei algo deles, fui atendido, sem problemas. Na prisão acabei conhecendo o Fulano, que é um preso muito respeitado e é o chefe da

cozinha, e ele me convidou para trabalhar com ele na cozinha, onde fiquei por um bom tempo. Era um trabalho muito bom, ele mantinha a disciplina e eficiência de todos, e a gente acaba tendo umas regalias, come melhor, passa a morar na ala dos trabalhadores, que é mais organizada e tranquila, a situação muda bastante, para melhor. Depois eu passei a trabalhar no escritório da SUSEPE, fora do presídio, porque estava no regime semiaberto.

Por fim, embora a quase totalidade dos egressos ouvidos tenha exercido trabalho interno durante o encarceramento (exceto Danilo), desafiando a constatação de todos de que as vagas existentes são insuficientes, a ausência absoluta de remuneração tolhia por completo a possibilidade de auxiliar no sustento da família durante o encarceramento, o que tornou mais dramática a construção de estratégias por parte dos familiares para manterem-se por si sós, sem contar com a renda do egresso, muitas vezes até então a única da família. Apenas os egressos que trabalhavam junto à COOSOPEL recebiam alguma renda, embora diminuta, o que oportunizava, ao menos, a possibilidade de conferir auxílio material à família.

A respeito do drama de estar impossibilitado de auxiliar a família que dependia exclusivamente de si, merece destaque o relato de Inácio:

Nós passamos muita dificuldade. Tivemos um monte de contas para pagar, e depois para colocar em dia não foi mole. A minha filha mais velha começou a trabalhar como babá e ajudou muito em casa. Eu tenho uma irmã, que é casada e mais nova que eu, que trabalhava em casa de família no centro, conhecia muita gente, e ela conseguiu serviço para minha mulher. Começou a fazer faxina junto com ela. Elas duas é que mantinham a casa, porque eu não trabalhava na cadeia, não podia mandar nada. Só quando participei do PAC é que recebia alguma coisa, e mandava para casa, uns R\$ 180,00 por mês

Discorre Félix acerca da insuficiência da renda oportunizada pelo trabalho nas cooperativas de trabalhadores presos:

Enquanto eu fiquei em Charqueadas eu trabalhava na cooperativa, fazendo bola, calçado, prendedor, coisas para vender na rua. Eles perguntavam quem queria trabalhar, e eu peguei, para remir minha pena. Já aqui em Pelotas não cheguei a trabalhar. (.....) Eu não conseguia ajudá-los, porque não tinha renda na cadeia, quando estava no regime fechado. O pouco que eu ganhava da cooperativa, lá em Charqueadas, eu usava para mim mesmo, para as coisas do dia a dia.

No mesmo sentido a entrevista de Matias:

Eu trabalhei um tempo na Cooperativa, junto de um preso que trabalha com couros, mas a remuneração é muito baixa, desmotiva, apenas R\$ 25,00 por mês. É uma coisa insignificante, que não vai te ajudar em nada

No quadro 3 também foram compilados dados relativos à participação dos egressos em atividades capazes de lhes proporcionar ganhos em suas formações

educacionais e qualificações profissionais, incrementando seus acervos de ativos humanos e, assim, minimizando seus estados de vulnerabilidade social. A análise dos dados revela que, dos 12 egressos estudados, apenas três deles participaram de cursos profissionalizantes oferecidos no interior da casa carcerária, ao passo que somente dois assistiram, ainda que por breves períodos, aulas relativas ao ensino fundamental. A pequena expressão dos números evidencia, a partir da experiência dos egressos, que os cursos oferecidos são em número insuficiente, com poucas vagas, pouco atraentes diante das efetivas necessidades dos egressos e, principalmente, incompatíveis, por força da colisão de horários, com a atividade laboral dos presos, que se apresenta mais vantajosa mesmo que sem remuneração, em virtude de o trabalho lhes viabilizar o acolhimento na ala dos trabalhadores, como vimos.

Gastão destaca, em sua entrevista, o significado da qualificação profissional recebida no curso da prisão:

Uma vez teve um curso, muito pouco, sobre uso de drogas injetáveis, sobre o vírus HIV, e eu assisti. Eu participei também da cooperativa de trabalho, fiz um curso de costura com uma senhora que tinha conseguido essa parceria com uma empresa na rua. A gente fazia calça, camisa, jaleco, era muito boa essa época. Depois trabalhei na horta, também com a cooperativa, mas um cachorro me pegou quando eu fui fazer uma limpeza no canil, que um preso que trabalhava na fiscalização do trabalho me mandou, e quando eu estava na enfermaria o (.....), chefe da segurança, disse que eu estava fazendo “mão”, que é o cara que leva e traz droga, estoque, essas coisas, e me tiraram da horta. Eu nunca fiz “mão”, sempre respeitei a guarda, e trabalho só para remir minha pena. Aí me tiraram da ala dos trabalhadores e me botaram na galeria,

Destaque às deficiências e inadequações dos cursos profissionalizantes e do ensino fundamental oferecidos no presídio está presente na fala de Abel, com a clareza sempre presente:

98% dos presos que entram analfabetos ou semianalfabetos sai de lá tal como entrou. Isso é a primeira coisa a mudar: alfabetizar quem está lá dentro, com pessoas capacitadas. Não bastam cursinhos de dois, três meses de marcenaria e o cara sair de lá analfabeto, o que vai lhe impedir de conseguir qualquer emprego melhor. E é preciso fazer o ensino com a participação direta da comunidade, como um ensino comum, fora do presídio, para assim evitar que o preso saia de lá com um diploma em que diz que se formou na prisão, o que vai gerar problemas para ele no mercado de trabalho. Não precisa dizer que foi lá dentro, senão é estampar o rótulo do preso.

O relato de Félix, por sua vez, mostra como decisões administrativas relativas ao manejo da superlotação, da segurança e das carências de toda ordem que

interferem na rotina do presídio podem afetar a participação, ou não, dos presos em cursos profissionalizantes e no ensino fundamental:

Nunca fiz curso nenhum, nem na cadeia. No presídio trabalhei com artesanato, mas aprendi com os outros, não era curso. Também cheguei a ir a algumas aulas, para continuar os estudos, mas em seguida me viajaram para Charqueadas, porque aqui tinha superlotação, e minha pena era alta. Aí fiquei 11 anos lá, sem visita nem nada.

Por fim, a fala da magistrada expôs, com clareza, a precariedade ainda mais intensa presente nos dias atuais, na medida em que a superlotação, a transformação das salas de aula em cela e a falta de agentes de segurança praticamente extinguíram com os cursos de ensino formal e qualificação profissional no interior da casa prisional:

24) Atualmente, existe algum programa no PRP para ministrar o ensino fundamental e médio e cursos profissionalizantes?
Acabou tudo, antigamente havia, mas agora não existe mais. Alguns presos fazem curso à distância. Antes havia salas de aula com professoras, cursos profissionalizantes em andamento. Mas hoje até a padaria está precária, os equipamentos estão caindo aos pedaços.

QUADRO IV				
EGRESSO	Saídas Temporárias	Visitas	Progressão de Regime	Livramento Condicional
ABEL	Não	Sim	Não	Sim
BENEDITO	Sim	Sim	Sim	Sim (Revogado)
CAIO	Sim	Sim	Sim	Sim (Revogado)
DANILO	Sim	Sim	Sim	Sim (Revogado)
EUSÉBIO	Sim	Sim	Sim	Sim
FÉLIX	Sim	Sim	Sim	Sim (Suspendido)
GASTÃO	Sim	Sim	Sim	Sim (Revogado)
HORÁCIO	Sim	Sim	Sim	Sim (Revogado)
INÁCIO	Sim	Sim	Sim	Sim (Revogado)
JERÔNIMO	Sim	Sim	Sim	Sim
LEOPOLDO	Sim	Sim	Sim	Sim
MATIAS	Sim	Sim	Sim	Sim

Buscou-se, por meio do quadro 4, sistematizar a exposição dos dados coletados relativos ao grau de liberdade concedido ao egressos no curso da experiência prisional, o que envolve a fruição, ou não, de benefícios previstos em lei que oportunizam aos presos um maior contato com a vida em sociedade fora dos limites físicos da prisão, bem como a manutenção de vínculos afetivos, de amizade e de parentesco (em regra construídos antes do encarceramento), inclusive dentro do presídio, por intermédio das visitas. Tais benefícios são, além das a) visitas aos presos, que incluem também as chamadas visitas íntimas, de cunho sexual, b) as saídas temporárias (previstas no art. 122 da LEP), que permitem ao presos sair e retornar ao presídio em dias e horários pré-definidos pelo juízo da execução, sem vigilância, para visitas à família, frequência a cursos de ensino e profissionalizantes e participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social, c) a progressão de regime, que diz respeito à execução progressiva da pena privativa de liberdade, segundo a qual o apenado poderá passar a um regime menos gravoso de cumprimento da pena sempre que atender a uma série de requisitos objetivos e subjetivos e, por fim, d) o livramento condicional, enquanto última etapa da execução progressiva da pena, por meio do qual o preso é posto em liberdade, após atender a vários requisitos previsto em lei, sob determinadas condições.

Como extrai-se do quadro 4, todos os egressos estudados usufruíram do direito à visita, que é extremamente importante não só para a manutenção e desenvolvimento dos laços de sociabilidade, mas sobretudo para a preservação da saúde física e mental dos egressos, evitando a integral imersão na realidade cultural e social do cárcere, que potencializa a prisionalização e deteriora a personalidade dos presos.

Do relato dos egressos percebe-se, com certa frequência, que muitas vezes a visita não acontece, é esparsa (não raro restrita à esposa ou companheira) ou vai mingando com o tempo por força do distanciamento físico e cultural entre a realidade do cárcere e a vida em liberdade, afora o constrangimento que atinge os visitantes em geral, em especial familiares e amigos, ao ingressar nas casas prisionais, sobretudo em presídios como o de Pelotas, em que há carências de toda ordem e graves problemas de superlotação. Na realidade social do presídio local, tal distanciamento é agravado pela proibição judicial, hoje vigente, de visita por parte de pessoas menores de 18 anos de idade, o que acaba prejudicando sobremaneira a construção e desenvolvimento do vínculo parental.

Inácio, por exemplo, relata como o constrangimento do encarceramento afasta a interação com alguns parentes:

A minha família sempre foi me ver na cadeia. Minha mulher e filhos foram direto, minha mãe também me visitou algumas vezes, mas meu pai não, não teve coragem de botar os pés lá. Meus irmãos também foram.

No mesmo sentido a percepção de Caio:

No início meus pais demoravam para vir me ver. Às vezes ficavam meses sem aparecer. Meu irmão mais velho também veio me visitar umas vezes, quando estava mais calmo na bebida. Depois que eu conheci minha companheira ela passou a me visitar sempre, e minha mãe não vem mais

Já Inácio, por sua vez, confere destaque à circunstância, bastante frequente, de a experiência prisional afetar intensamente a relação marital dos presos, não raro fomentando a separação dos casais, o que será analisado oportunamente neste trabalho, quando do enfrentamento dos efeitos do cárcere na condição de vulnerabilidade social dos egressos estudados. São suas palavras:

Sempre mantive contato com a família, enquanto preso, minha primeira mulher vinha me visitar com frequência. Na minha falta ela ficou cuidando dos filhos, na casa. Não passaram tanta dificuldade porque naquela época eu tinha um certo dinheiro, que ela foi usando. Eu também tinha uma sociedade com um amigo que

tinha uma transportadora, e então ele ficou ajudando minha família. Mas a prisão atrapalhou muito meu casamento, pois a gente foi se afastando. Ela foi ficando cada vez mais dedicada às crianças, e a nossa relação ficava cada vez mais distante, até que conheci minha atual companheira na prisão. Minhas irmãs, minha mãe, sobrinhos também vinham me visitar.

No mesmo sentido o relato de Gastão:

A mãe vinha me visitar, mas muito pouco, de seis em seis meses, porque na época a Carmem deu a minha filha mais velha para a mãe criar. A Carmem também não chegou a me visitar muitas vezes, porque em seguida me abandonou. O resto da família não vinha.

Leopoldo, por seu turno, destaca que a afetação do encarceramento sobre a visita dos parentes e amigos, e conseqüentemente sobre a manutenção do vínculo afetivo que os une, depende em grande medida da riqueza, solidez e intensidade do vínculo existente antes da experiência prisional, sendo mais provável a mitigação ou rompimento do vínculo afetivo quando este era mais frágil na interação social anterior ao cárcere:

A prisão mexe com a vida da gente, mas se tu tinhas um comportamento de vida correto antes a tua família vai te apoiar. Meu pai no início tinha vergonha de sair para a rua, foi me visitar só depois de dois meses. Mas ele sempre me ajudou, desde o início. Todo mundo me visitou, menos meus filhos, que eu queria evitar que fossem lá.

Por outro lado, muitas vezes o afastamento do preso para com sua família e amigos é gerada pelo comportamento do próprio preso, que sofre os efeitos da privação abrupta da interação social em liberdade ao mesmo tempo em que passa a ser portador de um traço distintivo altamente depreciativo que pode se impor à atenção e afastar aqueles com os quais interage, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus (GOFFMAN, 1990, p. 14). Nesse sentido a experiência de Eusébio:

Quase não recebi visita de ninguém. Minha mãe ia me ver até adoecer, e minha namorada também, até terminarmos. Meu tio e meu pai foram apenas uma vez, e meus amigos não apareceram, muito por minha causa, que não queria contato, queria me isolar de tudo. Recebi visita do meu amigo Paulo, várias vezes, que me ofereceu o emprego em que estou.

Por fim, questões administrativas ligadas à superlotação, a carências físicas e de pessoal, a problemas envolvendo a manutenção da segurança e, sobretudo, à superação de incompatibilidades de convivência entre presos e facções faz com que o preso seja recolhido em estabelecimento prisional distante de sua família, o que,

obviamente, prejudica, senão inviabiliza por completo, a visitação, mormente em família mais carentes economicamente, que não dispõem de recursos para custear o transporte. Exatamente esta foi a dificuldade enfrentada por Félix, que descreve:

E nesse tempo todo que eu ficou lá em Charqueadas quase não vi a família, eles foram só duas vezes lá me ver, em quase 12 anos. Já aqui em Pelotas eles vinham me ver, minha mãe, minhas irmãs, minha companheira atual e meus filhos. Quando eu caí preso foi um baita problema para todo mundo. Minha mulher me deixou, minha mãe ficou cuidando de um dos meus filhos, minha irmã, que era dona do terreno onde a gente morava faleceu, um monte de coisa. Minha mãe passou dificuldade para criar meu filho, que na época tinha 5 anos.

Os dados compilados no quadro 4 também informam que apenas um dos egressos estudados, Abel, não gozou de saídas temporárias e tampouco progrediu de regime no curso do cumprimento da pena, visto que condenado, de modo irrecorrível, por tráfico de drogas, que é considerado, por lei, crime afim dos delitos hediondos, tendo sido imposto o ônus de cumprir sua pena integralmente em regime fechado, em tratamento absolutamente distinto e mais gravoso que o recebido pelos demais egressos estudados condenados pelo mesmo crime, em exemplo contudente das iniquidades que a divergência jurisprudencial outrora presente, relativa à constitucionalidade, ou não, da vedação à progressão de regime a condenados por crimes hediondos ou afins (inserida no art. 2º, parágrafo 1º, da Lei nº 8072/90, e depois suprimida pela nova redação imposta pela Lei nº 11464/07), produzia em larga escala. Atualmente, por força do novo regramento legal que oportuniza a todos os apenados a execução progressiva da pena, dentro dos limites temporais e apresentando o apenado comportamento, aptidão, senso de disciplina e responsabilidade compatíveis com maiores graus de liberdade não mais se afigura possível a imposição, na sentença condenatória, da vedação à progressão de regime de cumprimento da pena.

Por fim, cabe destacar que todos os egressos entrevistados foram beneficiados com o livramento condicional, que consubstancia, desde que atendidos os requisitos legais, a última etapa na execução progressiva da pena. Isso significa, portanto, que os egressos cumpriram previamente, para fins de obtenção do benefício, certa fração da pena privativa de liberdade imposta (variável conforme a natureza do delito e circunstâncias pessoais do agente), apresentaram comportamento carcerário classificado como adequado às normas disciplinares e demonstraram aptidão psicológica e comportamental compatível, aos olhos dos agentes do sistema

de justiça criminal, com a colocação em liberdade, sem fiscalização contínua, mediante o cumprimento de determinadas condições, em especial a obrigação de trabalhar, o que, muito frequentemente, afigura-se uma condição desconectada da realidade social do preso, que muitas vezes não dispõe de acesso ao trabalho, mormente estável e documentalmente atestado. O absurdo de exigir carta de emprego a quem não dispõe de acesso ao mercado de trabalho para obtenção do livramento condicional conduz o preso, muitas vezes, a forjar propostas de emprego, como descreveu Abel:

Quando tu sai em livramento condicional tens a obrigação de assinar uma caderneta mensalmente junto à VEC, mas tu não tens entrevista com assistente social, para saber se precisas de emprego, e tu assume a obrigação de comprovar emprego em 30 dias. Graças às relações familiares e sociais eu consegui uma carta de emprego fria, como 90% são, que me permitiu manter o benefício, mas durante dois ou três meses eu não trabalhei.

Porém, seis dos egressos tiveram o livramento condicional revogado e um deles teve o benefício suspenso por força da prática de novo crime antes do término da pena, no curso do período de prova, o que os levou novamente à prisão. A análise de tais reincidências criminais, aqui consideradas como a prática de novo crime após a condenação à pena privativa de liberdade inicial, será levada a efeito quando do exame da condição de vulnerabilidade social dos egressos após o retorno à vida em liberdade (que considera o período de livramento condicional), conferindo destaque à influência do encarceramento em suas trajetórias de vida.

QUADRO V		
EGRESSO	Comutação	Indulto
ABEL	Não	Sim
BENEDITO	Não	Não
CAIO	Sim	Não
DANILO	Não	Não
EUSÉBIO	Não	Não
FÉLIX	Sim	Não
GASTÃO	Não	Não
HORÁCIO	Não	Não
INÁCIO	Não	Não
JERÔNIMO	Não	Não

LEOPOLDO	Não	Não
MATIAS	Não	Não

Por meio do quadro 5 foram sistematizados os dados relativos ao recebimento, ou não, por parte dos egressos estudados, de indulto e comutação, que são benefícios legais que visam a reduzir o impacto do cárcere e acelerar a reinserção do preso na vida em liberdade, instrumentalizados por meio de decretos do poder executivo, enquanto expressão de suas políticas criminais. O indulto é um ato de clemência do Poder Público em favor de um réu condenado ou de vários condenados que preencherem determinados requisitos, hipótese em que é chamado indulto coletivo. O indulto individual pode ser total, ou pleno, quando abrange todas as sanções impostas ao condenado, ou parcial, ou restrito, quando há redução ou substituição de sanção, hipótese em que recebe o nome de comutação. Tais benefícios, pois, trazem estreita relação com a experiência prisional dos egressos, já que capazes de abreviá-la no tempo.

Conforme exposto no quadro, apenas dois dos egressos receberam comutação de pena, ao passo que apenas um deles foi beneficiado com indulto condicional. Este número pequeno de egressos beneficiados pode ser creditado, em parte, ao fato de que a grande maioria dos egressos estudados foi condenada por tráfico de drogas, o qual, como já dito, é considerado delito afim dos crimes hediondos, e, via de regra, os decretos presidenciais que regulamentam os benefícios não os estendem a condenados por tais crimes. Por outro lado, da fala dos egressos extrai-se que padecem, no interior da casa prisional, ao lado de tantas outras carências, de efetiva e indispensável assistência jurídica qualificada, a qual está na gênese de inúmeras e reiteradas situações em que os presos não recebem benefícios aos quais fariam jus, dentre os quais a comutação e o indulto.

Tal carência fica manifesta na palavra de Abel, que já era bacharel em Direito quando preso e atuou intensamente, durante o encarceramento, prestando assistência jurídica aos demais apenados. Merece destaque, também, a percepção do referido egresso de que a falta de efetiva assistência jurídica ao preso não só o torna refém absoluto do sistema de justiça criminal, tolhido tantas vezes do exercício de direitos seus, como também está na gênese de transtornos psicológicos que

agravam os fenômenos da estigmatização e prisionalização. Conforme sua entrevista:

Eu trabalhei no setor jurídico, que até então não existia, foi criado por força da minha condição. O trabalho jurídico no presídio tem uma demanda constante, e era um jeito de eu minimizar minha situação, diminuindo o tempo de prisão, pela remição e pelo bom comportamento. Desde o início comecei a trabalhar, ainda que isso só fosse reconhecido formalmente, para fins de remição, alguns meses depois, porque a administração não queria que parecesse que eu estava sendo beneficiado, pois o pedido dos outros presos demorava para ser analisado.(.....) Com o corpo técnico do presídio conversei inúmeras vezes, mas não para tratar de questões pessoais, e sim por força do meu trabalho como assistente judiciário, porque há uma espécie de convergência de trabalho. Muitos dos problemas psicológicos que os presos enfrentam são fruto do problema jurídico, pois eles se vêem desamparados em seus direitos. (.....) Muito deficiente (a assistência jurídica aos presos), quem não tem advogado particular está ralado. Se ela fosse eficaz, não teria advogado trabalhando na execução penal. Hoje quem faz o serviço é um bacharel da SUSEPE e a Defensoria Pública, que vai uma vez por semana com uma lista de dez nomes, quando existem 600 presos. No três anos que fiquei preso fiz mais de 7000 atendimentos. Mais de 3000 petições encaminhadas ao juiz. Eu duvido que qualquer bacharel da SUSEPE ou Defensor Público tenha 10% disso. A carência é enorme.

Bastante central na fala não só dos egressos estudados, mas também dos psicólogos, do agente penitenciário e da juíza de direito ouvidos, o destaque conferido às condições insalubres e desumanas da casa prisional, marcada pela incessante carência de recursos materiais e de pessoal. Superlotação, falta de higiene, alimentação deficiente, assistência jurídica, psicológica e médica insuficientes e ineficientes, quando não inexistentes, e *déficit* laboral para a maioria da massa carcerária são alguns dos problemas recorrentes que, na percepção dos entrevistados, agravam o caráter deteriorante da experiência prisional.

Enquanto a deficiente assistência jurídica prestada aos presos e o *déficit* de vagas de trabalho interno já foram objeto de exposição e compreensão anteriores, também a superlotação, a falta de higiene e a alimentação deficiente, assim como as carências de toda sorte que envolvem a assistência médica e psicológica no interior da casa prisional foram deficiências sentidas por todos os egressos estudados, os quais as relatam como fatores decisivos no agravamento dos processos deteriorantes da personalidade do preso inerentes ao cárcere.

Danilo, por exemplo, destaca que o Estado sequer consegue fornecer, em qualidade e quantidade minimamente suficientes, o material de higiene e limpeza indispensáveis, fazendo com que os presos tenham que recorrer às próprias famílias para conseguí-los:

As condições do presídio também geram muita revolta, a comida é feita dentro do banheiro, não tem material de higiene, não tem nem uma vassoura. O próprio preso tem que comprar essas coisas.

No mesmo sentido discorre a magistrada:

10) E em razão disso, como é a realidade das galerias e celas?

É um inferno, os poucos colchões e camas que existem são utilizados pelos mais “graduados” lá dentro, enquanto os mais pobres dormem no chão ou em cima de tábuas. Fazem rede elétrica clandestina. Os poderosos, que comandam as galerias, pressionam os parentes para inserir créditos nos telefones celulares. Existe preso que sequer tem acesso aos guardas. Por exemplo, na revista realizada recentemente com o apoio da BM, na qual foram removidos 26 presos, foi apreendida uma quantidade enorme de facões. No outro dia, por conta da revista teve briga entre facções, e os presos estavam todos armados de novo! Um dia depois da revista!

15) Como a Sra. enxerga as questões relativas a saúde a higiene no interior do PRP, hoje em dia?

Agora a casa prisional possui um médico, porque o governo está com a faca no pescoço: quando tem pressão, o governo contrata um por 6 meses. Material de higiene não há nenhum. As panelas da cozinha estão furadas, extintores de incêndio vencidos e não fazem a desratização do presídio, para combater um dos principais focos de doença, afora a superlotação.

Já Abel, por sua vez, acredita que o problema da superlotação é prioritário, porque sua presença afasta qualquer possibilidade de uma experiência prisional pautada pelo respeito à dignidade dos presos, pois potencializa os efeitos nocivos de outras deficiências:

Primeiro é preciso dar condições básicas de sobrevivência lá dentro. A gente só fala dos deveres do preso, mas se esquece dos deveres do Estado. As condições hoje são insalubres, subumanas, com 15 em cada cela. Assim não se pode querer que alguém possa sair dessa experiência mais humano

Bastante recorrente, também, na narrativa da experiência prisional dos egressos estudados é a disseminação em larga escala do uso e dependência de drogas por parte dos presos, em especial o *crack*, que por seus efeitos imediatos e intensos, preço acessível e oferta disseminada tem sido adotado cada vez mais pela massa carcerária. Não cabe aqui, nos limites desta pesquisa, pretender identificar e compreender as causas do problema, mas é possível extrair da fala dos egressos a conexão que se estabelece entre o consumo de drogas e problemas psicológicos enfrentados pelos detentos, tanto preexistentes ao cárcere como também desencadeados ou potencializados pelas condições desumanas do presídio e pela imersão na subcultura do cárcere.

Danilo, que possui um histórico de consumo de dependência de drogas, descreve a intensidade da disseminação do *crack* no interior do presídio, bem como destaca os efeitos devastadores do entorpecente:

E tem o problema da droga também, que tomou conta do presídio, principalmente o *crack*. Graças a Deus nunca usei o *crack*, se a cocaína já fez tudo isso comigo, se tivesse usado o *crack* estava morto ou tinha matado alguém. Tem conhecidos meus viciados que a gente conversa e não consegue tirar uma ideia boa. É preciso dar um jeito nisso.

Interessante a percepção de Leopoldo de que a oferta e circulação de tanta droga no interior do presídio deve contar, na sua visão, com a conivência, senão facilitação, dos agentes responsáveis pela segurança:

Precisa uma segurança maior, para não entrar tanta droga, celular. Porque para entrar tanta coisa tem que ter auxílio, facilitação, da guarda.

Afora a disseminação do *crack* no interior das galerias, os presos que se tornam dependentes da droga não recebem tratamento adequado por parte do Estado, quer dentro da casa prisional, quer em liberdade, já que a rede pública de saúde da região de Pelotas conta com pouquíssimas vagas, absolutamente insuficientes, como descreve a magistrada:

22) O preso que quer se tratar da dependência do *crack*, existe tratamento para ele?

Apenas precariamente. Um grupo do CAEX dentro do PRP faz reuniões com os viciados, mas isso é muito pouco. Em caso de desintoxicação e tratamento não há para onde mandar. E o IPF não aceita, porque também estão superlotados lá.

23) E na cidade de Pelotas, há algum lugar que receba os presos para tratamento?

Não existe nada, nem para preso nem para ninguém. Só particular. Quem tem dinheiro paga o Hospital Espírita, e o tratamento muitas vezes não é como deveria ser por causa da superlotação.

Horácio, por sua vez, relata que o consumo de drogas por parte dos apenados muitas vezes conta com a ajuda dos familiares, que levam dinheiro ou a própria droga ao interior do presídio:

Também tem que conscientizar as famílias dos presos a não trazer dinheiro para os filhos que são viciados, a maioria no *crack*, porque acaba enterrando ainda mais o futuro deles.

Ainda que o referido egresso não estabeleça relação expressa, em sua narrativa, entre tais fatos e a circunstância de que frequentemente os presos viciados são obrigados a manter o vício ou auxiliar no tráfico pelo poder paralelo dos presos nas galerias, exercido por meio das 'prefeituras', as entrevistas dos egressos revelam que tal conexão é apenas um dos inúmeros efeitos nefastos da ausência quase absoluta da atividade de segurança por parte do Estado no interior das galerias. Aliás, a percepção geral, porque não exclusiva dos egressos, pois compartilhada pelos psicólogos, agentes penitenciário e juíza de direito ouvidos na pesquisa, é de que o exercício de um poder paralelo por parte dos presos no interior do presídio,

construído no vácuo deixado pelas carências materiais e de pessoal do sistema de justiça criminal, fomenta iniquidades de toda ordem e potencializa a degradação da personalidade dos detentos, pois exercido sem qualquer preocupação com a dignidade e respeito a direitos destes.

A entrevista de Matias traz a dimensão do problema:

É muito difícil ficar na prisão, porque não tem segurança, ou tu entras na esquema ou principalmente para quem não quer entrar no esquema, que vai sofrer o tempo inteiro. (.....) Com toda a honestidade, tinha que acabar com o comando dentro da cadeia, que é o mais difícil. Os agentes nem entram na cadeia, não abrem nem porta para preso. Lá é o preso que faz tudo. Agente só entra na galeria para fazer uma revista quando os presos estão no pátio. Na minha opinião, tem que ajudar, dar oportunidade, a quem quer trabalhar. Não podemos colocar todos no mesmo saco, ali tem gente boa, enquanto quem é bandido é bandido, não vai mudar. Acho que falta mão-de-obra para a administração retomar o comando da casa. Mas talvez uma revista mais rígida, mais controle na entrada de droga também ajude no funcionamento do presídio. Tem que controlar o uso de celulares, também, que é o meio usado pelo comando para controlar a casa e a rua. Quantas pessoas são presas por tráfico de drogas por estarem obrigadas pelo comando? Tu vai sair no semiaberto hoje? Então tens que trazer isso, senão não entra mais.

Jerônimo, por sua vez, mostra como o exercício do poder das 'prefeituras' acaba por prejudicar, sobretudo, os presos que não fazem parte do comando, mantidos sem voz no fundo das galerias, sem contato com quaisquer pessoas que possam dar eco às suas reclamações e necessidades:

É uma experiência muito ruim, não tem nada de bom lá dentro. Se a gente não tem uma cabeça boa é muito difícil não se desencaminhar, porque todo mundo quer te prejudicar. Só dá preso pensando em sair em liberdade para voltar a fazer coisa errada, por isso que de cada 10 uns 8 voltam para a cadeia. É um horror ficar na galeria, porque a prefeitura te obriga a sustentar o vício deles, e se tu não faz dá rebelião, apanha, ameaçam a família. Se tu não ajuda eles te roubam os tênis, ventilador, comida, vão te tirando as coisas. Os viciados fazem de tudo para manter o vício, às vezes vendem a própria mulher, o próprio corpo. E o cara que tá no fundo da galeria não tem acesso nem aos agentes, não pode nem chegar muito perto da grade. Para ir na enfermaria é um inferno, porque a prefeitura acha que tu vai entregar algo. Tem muito traficante que prefere ficar lá do que na rua, vende mais e ainda tem comida e tudo. Eu tive a sorte de ficar pouco na galeria, e ir para os trabalhadores. Hoje em dia nem quero passar perto da cadeia. O pastor me convidou para fazer evangelização lá, mas eu não quis continuar a conviver naquele ambiente. A prisão também é um fardo para a família, que sofre mais que a gente que tá preso. A gente fica contando as horas na cadeia, esperando algo que não acontece nunca, eu entrei até em depressão. Teve uma época que a choque entrou três vezes em três meses, apanhei três vezes, a gente fica numa tensão bárbara. Apanha todo mundo, porque a prefeitura não aceita a revista, quer enfrentar. (...) Lá os presos acham que quando tu sais da galeria para os trabalhadores tu vai trabalhar para a polícia. (.....) Difícil é acabar com o poder das prefeituras, aquilo é uma máfia. Toda hora os comandos estão mandando outros para fazer isso e aquilo dentro da cadeia e na rua, é um terror. Para ter uma idéia, uma vez um preso me abordou e perguntou se eu era filho do Vilmar, meu pai. Eu disse que sim, e ele me perguntou se eu não queria que ele desse um fim nele, Por R\$ 200,00 eu mato ele, vou sair agora em temporária e pego ele na rua. Me apavorei.

A respeito dos efeitos deletérios do poder das 'prefeituras' discorre o agente penitenciário:

28) Porque tu achas que a maioria dos presos não procura estudar? Por que não querem?

O sistema hoje empregado dentro das cadeias para garantir a ordem, por meio das 'prefeituras', prejudica muito o preso que quer estudar, trabalhar, construir outra vida. Eu acho que as 'prefeituras' não tinham que existir, aliás, eu tenho dito para a Corregedoria da SUSEPE que esse sistema é um câncer no seio do sistema penitenciário. Não se pode admitir isso dentro do sistema. Por quê? Na minha ótica, se o indivíduo não tem capacidade de se gerenciar na rua, para viver honestamente e não delinquir, como é que vai administrar uma galeria com 60, 80 pessoas?

29) Acontece de algum preso ter uma reclamação, uma necessidade, e não chegar até o conhecimento da direção ou autoridade em virtude da interferência da 'prefeitura' da galeria?

Sim, muitas vezes não chega, o agente perde contato com o preso, por isso digo que é um câncer. Isso tem que terminar.

30) Esse sistema está presente em todas casas prisionais do estado?

Sim, e vai ter que terminar. Sem o sistema das 'prefeituras', não vai mais ter tanto celular lá dentro, a disciplina vai melhorar muito porque vai ter funcionário tomando conta, efetivamente. Hoje quem manda é o chefe da galeria, o 'prefeito'. Se meia dúzia de presos da galeria disser que ali não entra tal preso, tal preso não entra e não adianta. É o maior câncer do sistema penitenciário. (.....)

31) Como o sistema de 'prefeituras' afeta o preso do "fundão" da galeria, que não faz parte do comando?

Esse preso acaba tendo um tratamento bem pior do que os demais, tanto ele quanto a sua família. Qualquer atendimento ou contato para chegar no preso tem que passar pela "prefeitura" para ver o que pode e o que não pode. É uma aberração, na minha opinião. Ocorre, muitas vezes, que um preso não é bem quisto e desce da galeria para se proteger, pressionado pela 'prefeitura', e daí as galerias comunicam-se entre si e o preso não sobe para mais nenhuma. Daí, então, surge o famoso 'seguro', para isolar esses que não tem mais 'espaço' na cadeia, que são muitos, que correm inclusive risco de vida. O problema da "prefeitura" é esse, o domínio da galeria, o poder de decidir qualquer coisa lá dentro.

32) E a SUSEPE enfrenta esse problema?

Exatamente, porque não tem pessoal suficiente para desmanchar a prefeitura e manter a segurança, o que demanda efetivo adequado. Por isso, o funcionamento da cadeia com segurança é um grande problema, pela falta de apoio da SUSEPE à administração. A administração não pode enfrentar esse problema sozinha, e ao solicitar apoio à SUSEPE eles dizem: "não, deixa isso de lado, vai criar problema...".

No mesmo sentido a descrição da juíza de direito em sua entrevista:

13) Qual a origem do problema das prefeituras, na tua visão?

Vem da superlotação dos presídios e do baixo número de agentes trabalhando. Por exemplo, se nós tivéssemos o número suficiente de agentes não aconteceria isso, pois há 15 anos atrás não era assim, quando o número de presos era bem menor e o de agentes quase o mesmo que atualmente. Não é mais o agente que manda nas galerias, é o preso que abre e fecha a porta.

14) E o reflexo desse poder para o preso que não tem poder nenhum, que está lá do fundo da galeria?

Ele sofre duplamente, pelo castigo da prisão aplicada pelo Estado e pela tortura do chefe da galeria que obriga ele a fazer coisa que o prejudicam. Eles não têm acesso às visitas, ao atendimento psicológico porque o chefe da galeria não deixa ninguém entrar na galeria. É uma situação muito perversa.

Abel, que atuou como assistente judiciário durante seu encarceramento porque era bacharel em Direito, destaca, também, que a falta de contato dos apenados para com o trabalho do corpo técnico da casa prisional (médico, psicólogos, assistentes sociais, etc) é determinado, em grande parte, pela barreira física que se estabelece entre eles, desencadeada pela descrença dos agentes de segurança para com a 'recuperação' dos detentos e potencializada pelo exercício do poder paralelo das 'prefeituras', que impede o contato direto do preso com os agentes penitenciários, encaminhando apenas os pedidos que reputarem adequados à manutenção do poder que exercem e à satisfação de seus interesses pessoais. Segundo sua fala:

Com o corpo técnico do presídio conversei inúmeras vezes, mas não para tratar de questões pessoais, e sim por força do meu trabalho como assistente judiciário, porque há uma espécie de convergência de trabalho. Muitos dos problemas psicológicos que os presos enfrentam são fruto do problema jurídico, pois eles se vêem desamparados em seus direitos. Eu não recebi tratamento penal algum, e a grande maioria dos presos também não tem. Há uma descrença muito grande por parte dos agentes penitenciários quanto à possibilidade de ressocialização, então podendo barrar as reivindicações dos presos eles barram. Se o agente não estiver disposto a levar o preso à sala da assistente social ele não vai. Por isso aqueles presos que exercem algum trabalho interno e por isso têm alguma liberdade de locomoção no interior do PRP normalmente são os mais atendidos. Além disso, a maioria dos presos não tem discernimento do que um psicólogo ou assistente social tem a fazer por eles. (.....) Essa carência de tratamento de qualquer espécie é geral dentro do presídio, e muito maior para aqueles que não tem contato com a administração, que estão no fundo das galerias. O pedido deste passa por inúmeras peneiras: do representante da galeria, do agente que está no posto, etc. Se houver qualquer antipatia ou desinteresse de algum deles o pedido não chega em lugar algum

Ainda dentro da análise da experiência prisional dos egressos estudados, através da perspectiva da vulnerabilidade social, importante compreender o significado do encarceramento para cada um deles, para que se disponha, depois, de melhores elementos para o estudo e compreensão dos efeitos da experiência prisional na trajetória de vida dos egressos, à luz das mudanças porventura geradas em seus acervos de ativos sociais, suas estratégias de uso dos ativos e no conjunto de oportunidades oferecido pelo Estado, mercado e sociedade civil.

Em sendo o encarceramento uma privação extrema da liberdade, com ruptura abrupta e intensa do convívio com a sociedade mais ampla e conseqüente imersão na subcultura da prisão, em um contexto marcado por deficiências de toda ordem, evidente que não surpreende a percepção dos egressos de que a experiência prisional é algo extremamente ruim, perverso e deteriorante da personalidade, não

só em virtude dos efeitos inerentes e inevitáveis do cárcere, mas sobretudo por força das condições indignas da casa prisional, que não destoa da realidade nacional.

Bastante rica em detalhes a percepção de Jerônimo:

É uma experiência muito ruim (a experiência prisional), não tem nada de bom lá dentro. Se a gente não tem uma cabeça boa é muito difícil não se desencaminhar, porque todo mundo quer te prejudicar. Só dá preso pensando em sair em liberdade para voltar a fazer coisa errada, por isso que de cada 10 uns 8 voltam para a cadeia. É um horror ficar na galeria, porque a prefeitura te obriga a sustentar o vício deles, e se tu não faz dá rebelião, apanha, ameaçam a família. Se tu não ajuda eles te roubam os tênis, ventilador, comida, vão te tirando as coisas. Os viciados fazem de tudo para manter o vício, às vezes vendem a própria mulher, o próprio corpo. E o cara que tá no fundo da galeria não tem acesso nem aos agentes, não pode nem chegar muito perto da grade. Para ir na enfermaria é um inferno, porque a prefeitura acha que tu vai entregar algo. Tem muito traficante que prefere ficar lá do que na rua, vende mais e ainda tem comida e tudo. Eu tive a sorte de ficar pouco na galeria, e ir para os trabalhadores. Hoje em dia nem quero passar perto da cadeia. O pastor me convidou para fazer evangelização lá, mas eu não quis continuar a conviver naquele ambiente. A prisão também é um fardo para a família, que sofre mais que a gente que tá preso. A gente fica contando as horas na cadeia, esperando algo que não acontece nunca, eu entrei até em depressão. Teve uma época que a choque entrou três vezes em três meses, apanhei três vezes, a gente fica numa tensão bárbara. Apanha todo mundo, porque a prefeitura não aceita a revista, quer enfrentar.

Matias, por sua vez, destaca o caráter deteriorante do cárcere que, a seu ver, nada traz de positivo ao preso:

Foi a pior experiência possível. Com toda a sinceridade, se um dia eu cair na cadeia de novo eu não fico lá. Eu não suporto, é uma coisa completamente negativa. A convivência lá é terrível. O crack é um baita problema, que tem de ter fim. Tem gente ali que vende a irmã, a mãe por causa da droga. É muito difícil ficar na prisão, porque não tem segurança, ou tu entras na esquema ou principalmente para quem não quer entrar no esquema, que vai sofrer o tempo inteiro.

No mesmo sentido o relato de Inácio:

A prisão, para mim, é a pior coisa que tem, se existe inferno é lá. Tudo é ruim, a convivência com os marginais, o alimentação péssima, uma celinha pequena com um monte de preso, um olhar, uma palavra tua já faz tu mudar de lugar. Malandro não pede desculpa, não tem essa aí. Vi coisas que jamais pensei em ver, são coisas que nunca mais quero passar. Eu sofri, mas minha família sofreu três vezes mais.

O relato de Danilo, por seu turno, destaca a intensidade da deteriorização de sua personalidade e de sua saúde mental por força da experiência prisional, em exemplo marcante de intensa prisionalização e estigmatização, nos termos teorizados por GOFFMAN (1988) e AUGUSTO DE SÁ (2007). São suas palavras:

É algo muito ruim, não sei se existe algo pior. É horrível ficar preso numa cela pequena, com mais 07, 08 bandidos que tu não conhece, completamente diferentes

de ti, principalmente quanto à educação e aos valores. Não tens acesso a nada, uma sujeira só, não há respeito. A única coisa boa que a prisão me trouxe foi a maturidade quanto ao futuro. Hoje gosto de ter segurança, ter uma renda fixa, me preocupo com o futuro. Antes eu não me preocupava tanto com isso. No mais, a prisão não me deu nada de bom, pelo contrário.

Segundo Leopoldo, a influência negativa e deteriorante do encarceramento depende, em grande medida, da higidez psicológica e da formação moral do preso:

A prisão foi um temporal que passou na minha vida, que eu nunca imaginei que ia passar. Mas eu soube enfrentar, porque na cadeia tu tens duas opções: ou tu te matas ou tu aguenta. Ou senão entra de cabeça nas drogas. Se tu tens uma cabeça boa tu pega as coisas positivas, senão....Infelizmente não são todos que pensam assim. Mas perdi um ano da minha vida, tive que começar tudo de novo. Se eu fosse um cara com ideias maldosas, imagina? Aquilo lá é um colégio de coisa errada. Não aprendi nada de bom.

Alguns egressos, por outro lado, observaram que o encarceramento, embora intrinsecamente negativo, levou-os a buscar identificar e modificar comportamentos e práticas que os impulsionaram à prática criminosa, visando, assim, a evitar a reincidência, como contou Gastão:

A gente sofre mas aprende. Faz a gente pensar no que fez de errado. Que podia estar na rua trabalhando, podia ter estudado. Mas falta de conselho não foi, porque minha mãe e a Carmem sempre me disseram para mudar. Serviu também para parar de beber, usar droga. Por um lado até foi bom, pois o que seria de mim se eu tivesse continuado naquela vida? Poderia estar morto, ou em fase terminal de HIV, dando mais trabalho ainda para a minha família.

Por outro lado, alguns egressos estudados relatam que a prisão acelerou uma espécie de processo de 'amadurecimento emocional e psicológico', impulsionado, em grande medida, pelo desejo de não mais fraquejar diante de privações e desejos que os levaram à delinquência, como conta Félix:

Eu acho que mudei muito nesses anos todos de cadeia. Larguei o cigarro, a bebida. A dor me fez aprender o que é certo e o que é errado. Hoje me sinto mais maduro, mais preparado, mais calmo. Acho que valeu para alguma coisa, mas perdi muito tempo de vida aqui, se eu pudesse voltar atrás.

Sentimento análogo experimentou Abel:

Dentro de toda privação pela qual se passa, que é a pior experiência que se pode ter, de todo o problema e desgaste familiar, que atinge não só quem está preso, mas todos ao seu redor, para mim foi útil, por ter conseguido quebrar o vínculo com o tráfico, por descobrir quem são efetivamente meus amigos, e poder construir a minha vida, hoje, nos mesmos moldes que eu desejava. Foi um experiência nociva por um lado, mas importante para compreender o valor da liberdade, que não tem preço.

Em apertada síntese, a análise desenvolvida neste capítulo revela que a experiência prisional dos egressos, a despeito das peculiaridades de cada uma,

guarda inúmeras similitudes, sobretudo no que diz respeito à submissão de todos, em maior ou menor grau, às mazelas características do PRP e da maioria das casas prisionais brasileiras, como a superlotação, a falta de higiene, a alimentação deficiente, a disseminação das drogas, a precariedade da assistência à saúde (inclusive psicológica) e assistência judiciária, a ausência de cursos profissionalizantes, a insuficiência e inadequação do trabalho interno e a abrangência do nefasto poder das 'prefeituras' no interior das galerias, dentre diversos outros problemas também potencialmente decisivos na intensificação dos processos deteriorantes da personalidade.

5 REINSERÇÃO À VIDA EM LIBERDADE

Passa-se, adiante, à compreensão do impacto efetivamente causado, ou não, pela prisão no acervo de ativos sociais dos egressos, assim como em suas estratégias de uso dos ativos e no conjunto de oportunidade que lhes é posto pelo Estado, mercado e sociedade civil.

Inicialmente, quanto à disposição dos ativos quando do retorno à vida em liberdade, em especial no que tange ao conjunto de ativos físicos, que são extremamente importantes para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e integração comunitária das famílias e, conseqüentemente, para a construção de projetos de vida e acumulação de outras formas de capital, como já posto no marco teórico, cabe destacar que Gastão e Inácio mantiveram a mesma situação patrimonial anterior à prisão, ou seja, Gastão seguia sem ser titular de nenhum ativo físico, ao passo que sua mãe manteve, no período, a sua casa própria de moradia, enquanto Inácio permanecia dono, em comunhão com sua esposa, de sua casa de moradia, construída em terreno da Prefeitura com a ajuda do pai e de um irmão, os quais também são pedreiros.

Bastante similar a situação de Félix, que tampouco era, quando da prisão, titular de algum ativo físico. A única alteração que se operou ficou por conta da venda da

casa em que moravam por parte da mãe, proprietária do bem, que, durante o encarceramento do filho, utilizou o dinheiro apurado com a venda para a aquisição de outro imóvel de moradia, sem significativo acréscimo de valor.

Muito mais intensa a diminuição patrimonial sofrida por Eusébio, ainda que indiretamente, visto que o patrimônio de que usufruía, antes da prisão, não era seu, próprio, e sim de sua mãe. Por força de sua condenação e prisão, sua mãe sofreu sério abalo emocional e deteriorização em sua saúde, potencializado pelo estreito laço de afetividade e cooperação recíprocas que mantinham, já que moravam e trabalhavam juntos, e a mãe dependia do filho para administrar a contento a malharia da família. Padecendo de depressão e pressão alta, como adiante se analisará com um enfoque mais elástico, a mãe do egresso se viu forçada a fechar a malharia e vender o maquinário, pois sentiu-se incapaz de tocar o negócio por si só, e precisou vender as duas casas próprias que mantinha alugadas a terceiros, para com o produto da venda custear as despesas com o advogado incumbido da defesa do filho no processo-crime e na execução penal. Neste contexto, quando saiu em liberdade o egresso e sua mãe (já que o pai, separado de sua mãe, mantinha uma vida independente e distante, afetiva e financeiramente) possuíam tão-só a casa que utilizavam como moradia.

O acervo de ativos físicos de Abel, que já havia sofrido sério abalo por força da doença terminal do pai e da falência da padaria da família, ocorridos pouco antes da prisão do egresso, não sofreu modificação substancial durante o período de encarceramento. Permanecia composto pela casa de moradia e por um automóvel, que era utilizado por toda a família. Porém, a situação econômica da família estava um pouco mais tranquila, visto que o irmão do egresso já havia concluído a residência médica e estava auferindo renda bem mais expressiva, razão por que enviava um valor maior para o sustento dos pais e irmãos, evitando, assim, que passassem maior dificuldade durante a prisão do egresso, embora subsistissem muitas dívidas. Assim, logo depois do retorno à vida em liberdade, o egresso dispunha de uma vida econômica minimamente confortável, visto que a subsistência básica de todos estava sendo provida pelo irmão, o que lhe oportunizou economizar e investir sua renda, proveniente de seu labor em um escritório de advocacia, na aquisição de pequenos barcos à vela usados, para utilizá-los em aulas de vela que ministrava na casa da família, visando a complementar sua renda. Na mesma época, o egresso recebeu uma indenização por um acidente de trânsito, e utilizou uma fração do dinheiro para quitar parte das dívidas da família e outra para a aquisição de um automóvel, que foi sendo, posteriormente, gradativamente trocado por veículos mais novos, sempre com a ajuda econômica do irmão.

Já Danilo não experimentou qualquer incremento no acervo de ativos físicos da família durante o encarceramento. Enquanto ele próprio permaneceu sem ser dono

de qualquer bem de maior valor, o patrimônio dos pais (com os quais morava), que já era bastante modesto, sofreu forte abalo por força da separação do casal. A casa de moradia e os dois veículos já haviam sido vendidos e partilhado o dinheiro apurado, sendo que a mãe comprou uma nova casa para morar, de menor valor, enquanto o pai em seguida casou-se novamente, e a partir de então prosperou economicamente, conforme narra o egresso:

Depois que eu sai em liberdade o pai já tinha se separado da mãe, e aí eles tinham vendido e dividido tudo. Meu pai deu uma evoluída em termos de dinheiro depois, quando já estava casado de novo.

Caio, que também não era titular de qualquer ativo físico quando do encarceramento, permaneceu na mesma condição vulnerável quando do retorno à vida em liberdade, embora atualmente tenha a potencialidade de usufruir, ainda que indiretamente e de modo limitado, do patrimônio da família de sua companheira (a qual conheceu na prisão), composto, precipuamente, de dois imóveis, um na cidade de São Vicente do Sul e outro em Jaguari, adquiridos pelo sogro, que é policial militar aposentado, ao longo de uma vida de trabalho.

Já Horácio, que dispunha, como vimos, de um acervo de ativos físicos significativo quando de sua prisão, ao ser posto em liberdade condicional não dispunha de mais nada, visto que, conforme será exposto adiante, separou-se de sua esposa durante a experiência prisional, em grande medida em virtude do distanciamento físico inerente ao cárcere, e abriu mão, integralmente, de sua parte no patrimônio familiar em prol da ex-esposa e dos filhos. Atualmente, após várias outras condenações criminais e novas prisões (inclusive estava novamente preso quando da entrevista), havia conseguido adquirir uma casa de moradia, em conjunto com sua atual companheira, que conheceu na primeira experiência prisional.

A trajetória de Benedito ao longo do encarceramento, sob a ótica do acervo de ativos físicos, guarda similitude com os egressos acima estudados. Ele, que era casado e tinha um apartamento próprio e uma moto quando da prisão, separou-se no curso da experiência prisional (cuja exposição será feita quando da análise do acervo de ativos humanos e das estratégias de uso dos ativos após a libertação), sendo que ambos os bens foram vendidos pela ex-esposa, que não repassou qualquer fração do dinheiro apurado ao egresso. Conheceu sua atual companheira na prisão, e os familiares dela possuem algum patrimônio e várias redes de

relacionamentos em Bagé, os quais, de certa forma, podem beneficiar o egresso, facilitando a aquisição de outros ativos e a construção de novas estratégias de uso dirigidas ao acesso a melhores condições de bem-estar.

Por sua vez, Leopoldo, casado e dono de uma casa de moradia e uma motocicleta financiada quando condenado e preso, acabou por perder a moto em prol do agente financeiro por força da experiência prisional, visto que, sem renda e sem trabalho, não conseguiu pagar as prestações do financiamento. Ao ser posto em liberdade condicional continuava, então, apenas com sua casa própria, sendo que conseguiu adquirir outra motocicleta, também financiada, logo depois, a fim de utilizá-la na atividade de mototáxi.

Matias, casado, ao sair em livramento condicional permanecia titular do mesmo acervo de ativos físicos, ou seja, dono apenas de uma casa de moradia, que a mulher conseguiu manter com seu trabalho, já que o egresso, durante a prisão, não conseguia, como vimos, auxiliar materialmente a família. Logo após o retorno à vida em liberdade, o egresso precisou vender a casa para custear a conclusão dos estudos dos filhos do primeiro casamento junto ao IFSUL. Como não são filhos de sua atual esposa, decidiram vender a casa e metade do valor apurado foi destinado aos filhos do primeiro casamento e a outra metade à mulher, sendo que, atualmente, não são mais titulares de qualquer ativo físico, morando em imóvel pertencente à sua sogra.

Por fim, Jerônimo, que em conjunto com a mulher possuía uma casa, uma moto e um carro quando de sua prisão, logo após esta viu-se forçado a vender a moto, a qual utilizava como mototáxi, para quitar o financiamento do carro. Ao sair em liberdade condicional precisou vender o carro para adquirir outro de menor valor, e com o restante do dinheiro quitar parte das dívidas da família, geradas por força da prisão do egresso, que não pode continuar trabalhando. O restante das dívidas foi sendo quitado nos meses que se seguiram à libertação, restando, atualmente, apenas adimplir um financiamento bancário assumido pouco antes da prisão para viabilizar um negócio de compra e venda de pescados.

No que tange aos ativos financeiros que, como vimos, são extremamente importantes para a promoção do bem estar básico, atuando como fomento para a acumulação e desenvolvimento de outros ativos, Caio e Inácio, os quais não

possuíam qualquer ativo financeiro quando do encarceramento, mantiveram tal condição extremamente vulnerável (que, no particular, não tinha como piorar) até a colocação em liberdade condicional. Se os egressos e suas famílias, mesmo antes da prisão, já enfrentavam restrições de toda ordem ao acesso a crédito, formal ou informal, confirmando a premissa teórica de que tais ativos dependem do capital social dos indivíduos e famílias (KATZMAN e FILGUEIRA, 1998), sendo disponíveis aos setores mais pobres da população apenas de modo limitado e para fins específicos, o período de segregação e conseqüente afastamento do convívio social, bem como o estigma inerente ao cárcere, tornam ainda mais distante o acesso ao crédito e mais severa a condição de vulnerabilidade social.

Gastão e Matias, por sua vez, os quais, quando da submissão ao cárcere, dispunham ao menos de familiares que poderiam ajudá-los em caso de necessidade, embora não fossem titulares de quaisquer outros ativos financeiros, mantiveram tal condição até a colocação em liberdade condicional, ou seja, se por um lado não obtiveram, durante a experiência prisional, acesso a crédito, em quaisquer de suas formas, ao menos não perderam o capital social de que eram titulares, expresso na confiança e cooperação depositados por familiares.

Bastante similares as condições de Danilo e Félix que, além do potencial auxílio material de familiares em caso de necessidade, moravam na companhia dos pais (no caso de Félix, na companhia apenas da mãe, pois o pai já era falecido), os quais dispunham, eventualmente, de pequenos empréstimos bancários ou crediários em estabelecimentos comerciais locais para fazer frente a necessidades ordinárias. Tais recursos financeiros, evidentemente, acabavam por beneficiar, também, os egressos, ainda que de modo limitado e indireto. Esta a condição dos egressos em questão, não só quando da submissão ao cárcere, mas também quando do retorno à vida em liberdade.

São palavras de Danilo:

Não tinha dinheiro guardado. Conta em banco, cartão de crédito, essas coisas, a gente também não usava. O meu pai às vezes fazia uns empréstimos no banco, de pequeno valor, no máximo uns R\$ 1000,00, para pagar as contas do dia a dia, mas não tinha conta. Eu tenho uma tia que sempre me ajudou, me recebia na casa dela, me dava comida, quando eu não tinha em casa. Meu pai tinha umas dívidas quando fui preso, de compras em loja, mas acho que já pagou tudo.

A experiência prisional também não alterou o acervo de ativos financeiros de Eusébio e Jerônimo. Embora não contassem com dinheiro guardado (em espécie ou na forma de poupanças, investimentos, ações, bônus e outros instrumentos do sistema financeiro formal e informal) ou créditos automáticos, os egressos dispunham do auxílio de familiares em caso de necessidade e eram titulares de contas bancárias simples, sem limite de crédito pré-aprovado, destinadas, sobretudo, ao recebimento de parte de seus rendimentos. Enquanto Eusébio nunca fez uso de empréstimo bancário, disponível, ainda que modo limitado e presentes certos requisitos, a quem é correntista e dispõe de certa renda fixa, Jerônimo, que já havia feito empréstimos bancários antes de ser preso, voltou a utilizar tal expediente quando posto em liberdade condicional, para viabilizar consertos necessários na casa da família.

Abel contava, quando da libertação, com um acervo de ativos financeiros um pouco mais expressivo do que dispunha quando do encarceramento. Além de manter o potencial apoio material de familiares em caso de necessidade e a titularidade de uma conta bancária com crédito automático já aprovado, ainda que limitado, recebeu, poucos meses após o retorno à liberdade, uma indenização por um acidente de trânsito ocorrido anos antes, no valor aproximado de R\$ 12.000,00, o que lhe permitiu pagar parte das dívidas da família, decorrentes da doença do pai e da falência da padaria e, com o restante do dinheiro, comprar um automóvel.

Já Benedito experimentou um revés em sua condição de vulnerabilidade social, no que tange ao acervo de ativos financeiros. Se contava apenas com a ajuda de familiares em caso de necessidade e com uma pequena poupança quando da prisão, ao sair em livramento condicional não mais dispunha da poupança, utilizada, integralmente, para o custeio do advogado encarregado da defesa no processo-crime.

Leopoldo, por sua vez, que quando do encarceramento, como vimos, dispunha não só do auxílio da família em caso de necessidade mas também de conta junto ao Banco do Brasil, com limite de crédito pré-aprovado, cartão de crédito, inclusive com transações já realizadas a pagar, e crediários em lojas, tornou-se inadimplente por força da prisão, que lhe tolheu a oportunidade de trabalhar mediante remuneração, pelo menos no início do cumprimento da pena, e assim honrar os compromissos

financeiros assumidos antes da experiência prisional. Assim, ao sair em liberdade possuía inúmeras dívidas, infladas pelos juros de mora excessivos, construindo um quadro de insolvência que perdura até hoje, conforme descreveu em sua entrevista.

Por último, Horácio, titular do mais expressivo acervo de ativos financeiros quando da submissão ao cárcere, ao sair em liberdade havia perdido toda sua poupança, de aproximadamente R\$ 70.000,00, por força da quebra da instituição financeira da qual era correntista. Ademais, em virtude da falta de renda, reputação e do endividamento decorrentes de seu encarceramento, bastante dilatado no tempo, em liberdade não conseguiu abrir nova conta bancária, que outrora lhe oferecia, inclusive, crédito automático pré-aprovado, evidenciando os reflexos negativos da prisão no capital social do preso e, conseqüentemente, no acesso a crédito no sistema financeiro formal e informal. Conforme narra:

Eu tinha uma poupança no antigo Banco Sulbrasileiro, de aproximadamente R\$60.000,00, R\$70.000,00, que perdi toda, quando o banco quebrou. Todo o dinheiro que ganhava na compra e venda do gado eu colocava ali, e perdi tudo. Minha conta corrente também era no Sulbrasileiro, onde tinha cheque, limite especial, apenas cartão de crédito que ainda não existia. Mas eu tinha crédito no banco, se precisasse de empréstimo não tinha problema. Minha mãe, minha sogra também poderiam nos ajudar, se preciso. Havia amigos também, que poderiam ajudar, pois sempre fui muito correto com eles. Naquela época eu tinha uma boa reputação, hoje não. Pelo nome que se formou fica muito difícil lidar com quem tu não conhece, com banco por exemplo. Até mostrar que tu pode ser honesto leva tempo. Com aqueles que tenho mais intimidade não tem problema, a questão é que a maioria não tem condição de ajudar. Em 1988 não tinha dívida nenhuma, estava tranquilo. Quando comecei a cair na prisão, surgiram as dívidas, porque eu não conseguia mais honrar meus compromissos, porque não tinha renda.

Superada a análise dos acervos de ativos financeiros dos egressos após o retorno à vida em liberdade, passa-se à exposição e compreensão das alterações geradas nos acervos de ativos humanos por força da experiência prisional, interferindo, assim, na quantidade e qualidade da força de trabalho das famílias e no valor que o mercado de trabalho confere à educação e saúde de seus membros.

Conforme vimos no quadro 3 do capítulo anterior, apenas 3 dos 12 egressos estudados participaram de cursos profissionalizantes oferecidos no interior da casa carcerária, ao passo que apenas dois assistiram, ainda que por breves períodos, aulas relativas ao ensino fundamental, pelas razões lá analisadas. Assim, a condição de vulnerabilidade social dos egressos, em sua maioria, no que toca à educação e qualificação profissional, não sofreu incremento significativo durante a experiência prisional, fazendo com que os egressos retornassem ao convívio social

e às disputas do mercado de trabalho ainda mais vulneráveis, visto que agregaram às suas identidades sociais o estigma de ex-presidiários e sofreram, em maior ou menor grau, os efeitos da prisionalização, fazendo com que se tornassem ainda menos valorizados para o trabalho, confirmando as construções teóricas de ZAFFARONI (2001), GOFFMAN (1988) e AUGUSTO DE SÁ (2007). Conforme posto no capítulo antecedente, a pequena participação em cursos profissionalizantes e em programas de ensino fundamental e médio evidencia, a partir da experiência dos egressos, que os cursos oferecidos são em número insuficiente, com poucas vagas, pouco atraentes diante das efetivas necessidades dos egressos e, principalmente, incompatíveis, por força da colisão de horários, com a atividade laboral dos presos, que se apresenta mais vantajosa mesmo que sem remuneração, em virtude de o trabalho lhes viabilizar o acolhimento na ala dos trabalhadores, como vimos.

Também insignificante o incremento na educação formal ou na qualificação profissional das esposas ou companheiras dos egressos ao longo do encarceramento, reflexo da ausência absoluta de qualquer assistência à família dos presos durante e após o encarceramento, por meio de políticas públicas ou ações da sociedade civil organizada capazes de minimizar a condição de vulnerabilidade social de seus membros e, assim, torná-los mais aptos a superar as adversidades da vida cotidiana e a seletividade do sistema de justiça criminal. Apenas Benedito, que se separou da esposa durante a prisão, obteve certo incremento no acervo de ativos humanos da família porque sua nova companheira dispõe de um nível educacional bem mais expressivo que sua esposa anterior, pois universitária de Direito, o que a torna, desde logo, mais valorizada no mercado de trabalho, sobretudo junto a empregos de melhor remuneração, e com expectativa de valorização ascendente com a colação de grau.

Conforme vimos quando da análise do acervo de ativos humanos das famílias dos egressos quando da submissão ao cárcere, embora a grande maioria deles tenha tido deficiente educação formal, pois sequer concluíram o ensino fundamental, seus filhos em idade escolar estavam, todos, estudando regularmente, o que, de certa forma, demonstra uma maior preocupação e cobrança das famílias para que os descendentes disponham de melhor qualificação profissional e, assim, maiores condições de disputar o mercado de trabalho cada vez mais acirrado e seletivo.

Dessa forma, foi possível observar, dentre as famílias dos egressos cujos filhos ingressaram na idade laboral ao longo do encarceramento do pai, que vários deles já dispunham de formação educacional e qualificação profissional muito superior à da geração antecedente, o que implica substancial incremento no acervo de ativos humanos da família e conseqüente minimização da condição de vulnerabilidade social de seus membros, tal como ocorreu com Matias, cujos filhos do segundo casamento estavam prestes a se formar no IFSUL quando o egresso foi colocado em liberdade condicional. O seguinte trecho de sua entrevista revela a importância que a família atribui à formação educacional e qualificação profissional dos filhos:

Meus filhos sempre estudaram em escolas públicas, apenas o meu filho que agora está no Objetivo, se preparando para o vestibular, enquanto minha filha está se formando no CEFET agora no final do ano. Já o guri mais novo está no Ginásio do Areal, e faz um curso profissionalizante de manutenção de computadores

Houve, contudo, exceção, pois o filho de Félix (que foi criado pela avó paterna), ainda em idade escolar quando da libertação do pai, não mais estava estudando e tampouco laborava, ao mesmo tempo em que enfrentava problemas com o consumo de drogas.

Segundo a perspectiva teórica de KATZMAN e FILGUEIRA (1998, p. 17), a condição de saúde dos membros da família também influencia, e o faz decisivamente, o valor que o mercado de trabalho lhes atribui, interferindo nos processos de acesso a empregos e de desenvolvimento autônomo de atividades remuneradas.

Danilo, que era dependente de cocaína e maconha à época da prisão, conseguiu superar, conforme sua entrevista, durante a experiência prisional, tal vício, ainda que não tenha participado do programa de tratamento precariamente oferecido pela casa prisional (o que soa surpreendente, considerando-se a proliferação das drogas no interior do presídio). Por outro lado, aventando a possibilidade de que a debilidade psíquica intrínseca à dependência química não tenha sido efetivamente controlada ou superada, o egresso desenvolveu, no mesmo período, o consumo abusivo e a dependência do álcool e de remédios para controle da ansiedade, o que o motiva, já que quando do trabalho de campo estava novamente preso, a procurar ajuda junto ao programa de tratamento desenvolvido junto à casa prisional, mesmo que deficiente em qualidade e oferta de vagas. No que toca à condição de saúde dos demais membros da família quando da primeira libertação do egresso, o pai havia

controlado, também sem ajuda externa, seu alcoolismo, o que lhe oportunizou prosperar financeiramente como mestre-de-obras, ainda que de modo limitado, ao passo que subsistia a depressão de que padecia sua mãe e o alcoolismo que acometia seu irmão mais velho.

Gastão e Inácio também narraram superação da dependência química de que padeciam quando da prisão (de maconha, cocaína e *crack*, no caso de Gastão, e de maconha e álcool, quanto a Inácio), também sem qualquer tratamento, em situação análoga à de Danilo, embora este tenha desenvolvido, paralelamente, como posto acima, dependência de outras substâncias, o que não aconteceu com os demais. Gastão, por sua vez, descobriu, no curso da prisão, que era portador de hepatite tipo C, sendo que não sabe identificar o momento em que contraiu a doença. A respeito de sua relação com as drogas, relatou Inácio:

Eu tive envolvimento com drogas até 2007, comecei com uns 25, 26 anos de idade, era maconha, cocaína. Bebida nunca fui muito, porque eu sempre aguentei pouco, Bebia uma, duas cervejas e já ficava bêbado. Eu parei sozinho, com a ajuda da família, que me mostrou que eu estava botando fora tu que a gente tinha. Não sou contra os centros de recuperação e tal, mas acho que o importante é a vontade de parar. Querendo parar o cara para. Em 2007 eu já estava com a corda no pescoço, pois na cadeia eu tinha conhecido a porcaria do *crack*. Nem tinha dinheiro para sustentar o vício, tanto que não mandava nada para casa, não estava trabalhando, mas eu ficava na volta de um e outro e acabava usando junto, mas nunca fiz parte de facção alguma, nem me obrigaram a fazer coisa errada para pagar. Na cadeia sempre tive bom comportamento, quando estava no albergue foragi duas vezes, não voltei de temporária, porque não queria ficar na cadeia, mas só. Nunca tivemos plano de saúde, e também nunca recebi ajuda do CAEX ou outra instituição, até porque não queria. Se eu quisesse poderia ter procurado ajuda. Depois da cadeia ainda fiquei um ano usando droga na rua, estava destruindo minha vida, com 52 kg, o meu normal era 67kg, passava os dias dormindo, gastava todo o dinheiro em droga.

A narrativa de Eusébio revela os efeitos devastadores da experiência prisional sobre a personalidade e a identidade social não só dos presos, mas também de seus familiares mais próximos. Em claro exemplo de estigmatização e prisionalização profundas, o egresso revela que, por força dos efeitos deteriorantes do cárcere, saiu em liberdade com um sentimento intenso de culpa, inferioridade, incompetência e baixa autoestima. Além disso, descobriu, já na prisão, que era portador do vírus HIV, doença que ainda não apresentou sintomas e relativamente à qual recebeu acompanhamento preventivo regular e eficiente no presídio, inclusive com medicação. Dramática, contudo, a condição de saúde de sua mãe. Por força do encarceramento do filho, com quem coabitava e trabalhava junto à malharia da família, a mãe sentiu-se deprimida e incapaz de administrar a empresa, em um

processo progressivo de deteriorização de sua saúde que culminou com um AVC, que a impossibilitou de trabalhar até hoje, além de torná-la dependente de acompanhamento e cuidados constantes e especiais. A respeito do problema, discorreu o egresso:

Minha mãe ficou desolada com minha prisão. Perdeu a motivação, enfrentou dificuldades de toda sorte, para pagar advogado, para tocar a empresa, para viver sozinha. Até que ficou doente e teve o AVC. Na prisão eu não tinha qualquer renda, então eu não pude ajudar com nada, minha mãe viveu da malharia enquanto durou e depois vivia da ajuda do meu tio, que a abrigou em POA, e da minha avó paterna, que mandava algum dinheiro. Mas o dinheiro era insuficiente, principalmente porque gastamos muito com advogado. (.....) Como já disse, desconfio que o AVC da minha mãe tem muito a ver com a minha prisão, pelo desgosto, depressão, falta do meu auxílio na malharia. Eu sou portador de HIV, que está encubado, ou seja, não apresenta sintomas. Descobri o vírus durante minha fuga da prisão, por volta de 2003. Não sei como me contaminei. Naquela época não estava mais namorando, e minha namorada não tem o vírus, e tive alguns relacionamentos sexuais. Acho que foi daí, pois nunca fiz transfusão de sangue. (.....) Depois que saí em liberdade condicional, meus planos de vida mudaram muito, fiquei mais pessimista em geral, com pouca motivação para o futuro. Hoje tenho poucas perspectivas para o futuro.....(.....) Mas não tenho mais disposição e confiança de que posso viver da religião.....(.....) Mas atualmente não tenho grandes planos, me sinto ainda deprimido, envergonhado, descrente de muitas coisas. Quero apenas manter minha vida, que vou levando de modo simples, com poucos recursos. (.....) Na verdade, ainda na prisão e até hoje, eu procurei evitar contato com as pessoas, porque me sinto frustrado, deprimido, sem motivação, perspectiva, talvez por isso não tenha sentido grande problema. Tento levar a minha vida normalmente, superando o trauma da prisão, que é muito grande, aquilo estraga a vida da gente.

Ainda no que tange às mudanças havidas na condição de saúde dos egressos e de suas famílias durante a experiência prisional, importante destacar que o alcoolismo de que padecia o pai de Caio levou-o à morte, ao passo que o irmão do egresso, que sofria da mesma doença, permanece dependente e sem tratamento até hoje. Também foi a óbito o pai de Abel, que se encontrava em fase terminal de câncer, o que, de certa forma, aliviou a situação financeira periclitante da família, que há anos mantinha seu caro tratamento particular, visto que ineficiente a assistência oferecida pelo SUS. Quanto aos demais egressos e familiares, inclusive quanto à dependência do álcool da mãe de Abel e a dependência de maconha, cocaína e *crack* por parte do pai e de um irmão de Jerônimo, a condição de saúde permanecia a mesma da época da submissão ao cárcere, até mesmo porque não foram objeto de qualquer acompanhamento especial ao longo do encarceramento, por meio de políticas públicas ou ações estratégicas e preventivas da sociedade civil organizada.

Encerrando a análise do acervo de ativos dos egressos quando do retorno à vida em liberdade após o cárcere, tem lugar a apreciação dos chamados ativos sociais propriamente ditos, os quais envolvem, como já vimos, redes de reciprocidade e confiança, contatos e acesso à informação, assim como laços familiares e círculos comunitários, associativos e de amizade, dentre outras redes, todos de acentuado caráter instrumental, porquanto potencializam a utilização e a acumulação de outros ativos.

Caio, por exemplo, vivenciou, durante a experiência prisional, a separação de seus pais, cuja relação afetiva há muitos anos já vinha sendo deteriorada pelo alcoolismo do pai que, inclusive, era violento não só com a esposa, mas com toda a família. Pouco tempo após a libertação do egresso seu pai veio a falecer, sendo que sua mãe constituiu nova união estável, gozando, atualmente, de melhores condições de bem-estar, pois além de seu companheiro ser um mestre-de-obras bastante requisitado, passou a receber a pensão relativa à morte de seu ex-marido. Assim, em livramento condicional o egresso podia contar, em caso de necessidade, com o auxílio material de sua mãe, além do suporte da família de sua atual companheira, que conheceu na prisão, filha de um policial militar aposentado que possui dois imóveis e outros bens de valor nas cidades de São Vicente do Sul e Jaguari. Por fim, tal como ocorria antes da submissão ao cárcere, o egresso não participava de formas organizadas de convivência organizada que pudessem lhe oportunizar redes de solidariedade e confiança.

Já Félix, condenado a uma pena de prisão bastante longa, não conseguiu manter seu casamento durante o encarceramento, dura realidade que atingiu cinco dos egressos estudados. Sua jovem esposa sucumbiu à privação da convivência com o marido imposta pela prisão, sobretudo porque logo no início da execução penal ele foi transferido, supostamente por necessidade de segurança, para presídios distantes, que tornavam inviável, economicamente, qualquer visitação, por força do custo do transporte para uma família extremamente pobre. Assim, ao sair em livramento condicional retornou a morar com sua mãe na casa dela, na companhia de um dos filhos (criado e sustentado pela avó paterna desde o nascimento, enquanto sua outra filha vivia com a avó materna, sem qualquer colaboração do egresso), visto que auferia muito pouco como instalador de antenas parabólicas, o que lhe obstaculizava a independência financeira. Assim, embora tenha constituído

nova relação afetiva estável ao longo da prisão, ao sair em liberdade não pôde coabitar com sua namorada, que é independente financeiramente mas reside com seus pais. No mais, seguiu contando apenas com o apoio material da mãe, sendo que continua sem manter laços de convivência comunitária organizada e associativa.

Das palavras do egresso se consegue extrair a dimensão dos efeitos de sua longa transferência para presídios distantes sobre os laços de convivência familiar, sobretudo em seu casamento:

Eu fui preso por um latrocínio, em 1992, e puxei 15 anos no regime fechado, fui sair em livramento só em 2007. Desses 15 anos passei pela PERJ, PASC e pelo PRP. (.....)mas em seguida me viajaram para Charqueadas, porque aqui tinha superlotação, e minha pena era alta. Aí fiquei 11 anos lá, sem visita nem nada. (.....) Fui morar de novo com minha mãe, e um dos filhos. Eu já estava separado da minha mulher desde o primeiro ano que eu estava preso. Me visitou só 04 vezes. Ela era nova, e minha pena era um pouco grande, aí ela foi para outros lados, sabe como é. Eu tenho uma companheira já há 07 anos, mas quando saí ela seguiu morando na casa dela, e eu com a mãe. (.....) E nesse tempo todo que eu ficou lá em Charqueadas quase não vi a família, eles foram só duas vezes lá me ver, em quase 12 anos. Já aqui em Pelotas eles vinham me ver, minha mãe, minhas irmãs, minha companheira atual e meus filhos. Quando eu caí preso foi um baita problema para todo mundo. Minha mulher me deixou, minha mãe ficou cuidando de um dos meus filhos, minha irmã, que era dona do terreno onde a gente morava faleceu, um monte de coisa. Minha mãe passou dificuldade para criar meu filho, que na época tinha 5 anos.

A separação dos pais durante sua prisão também foi realidade para Danilo e, assim como no caso de Caio, a ruptura da união matrimonial ocorreu, sobretudo, devido ao alcoolismo do pai e por causa da prisão do egresso e seu irmão. Enquanto a mãe seguiu morando em Pedro Osório, na casa da filha que a sustenta, já que não possui renda ou aposentadoria alguma, o pai constituiu nova união estável, superou o vício do álcool e veio morar em Pelotas, para seguir trabalhando como pedreiro, visto que em Pedro Osório sofreu grande restrição na procura de seu trabalho em virtude da prisão dos filhos. O egresso, que estava namorando quando saiu da prisão, passou a residir na casa dos pais da namorada, visto que ganhava pouco em seu trabalho junto à COOTRAJOBÁ, sem condições de manter-se por si só. Assim, o egresso contava com o apoio dos pais, sobretudo do pai, atualmente em melhor condição econômica, e da família de sua namorada, que o acolheu em sua casa e o auxiliava decisivamente na subsistência.

Porém, extremamente importante não só no processo de reinserção à vida em liberdade, mas também na construção de sua identidade social e na preservação de

sua autoestima, a atuação da COOTRAJOBÁ, enquanto cooperativa dirigida ao desenvolvimento e organização do trabalho de pessoas em contato com o sistema de justiça criminal ou em condição de vulnerabilidade ante a seletividade deste. Por meio da cooperativa, da qual chegou a ser presidente, o egresso não só encontrou um canal para a obtenção de um trabalho remunerado como passou a desfrutar de uma rede de contatos, solidariedade e confiança muito mais amplos, já que é visto pela comunidade, com o apoio do próprio sistema de justiça criminal e de setores organizados da sociedade civil, como um preso/egresso que deseja trabalhar e imprimir um novo rumo à sua vida. O exame da entrevista de Danilo revela, com riqueza de detalhes, a importância da atuação da COOTRAJOBÁ no processo de preservação e desenvolvimento de suas capacidades, enquanto instrumento de minimização de vulnerabilidade social:

Para ajudar com dinheiro e coisas não tinha ninguém, era só a família, até hoje. A minha mãe frequentava a igreja, mas eu não, e a gente não participava de mais nada. A única associação que me ajudou na vida foi a COOTRAJOBÁ. (.....) A COOTRAJOBÁ foi tudo para mim, e ainda é. Na cadeia eu conheci o projeto, a Cooperativa João-de-barro, e resolvi tentar. Eu achava que não teria chance, porque sentava na cadeira em frente a ele há dez anos, envolvido em problemas, desde menor. Mas me abriu muitas portas, e me deu oportunidade de trabalhar. Pena que com a saída do juiz de direito a coisa meio que desandou, as portas se fecharam, e eu acabei caindo no tráfico e fui preso de novo. Também tive contato com o CAEX, na cadeia, para me ajudar no problema das drogas. Lá conheci uma psicóloga que me auxiliou muito, e que me atende até hoje. Atualmente tenho que pagar, mas pago pouco. Eu fiquei ligado na COOTRAJOBÁ todo o tempo que fiquei em liberdade, parei só quando fui preso, e atualmente trabalho com ela de novo, como trabalho externo. (.....) Já quando sai em livramento meu foco foi na COOTRAJOBÁ, queria crescer ali dentro. Tanto é que levei dez presos para trabalhar lá. Por causa dela eu evolui como pessoa, não só na família mas na sociedade, passei a ser respeitado, recebido. Várias portas se abriram, mas com a saída do Dr. a coisa deu uma esfriada. Hoje a cooperativa está se recuperando, arrendamos a olaria. (.....) Hoje em dia emprego para mim lá só na cooperativa. É ela que me dá um caminho, uma luz. A cooperativa já é bem conhecida, mas falta mais pessoas se conscientizarem de que é único caminho para ressocializar uma pessoa. Se tu não tiver um trabalho tu vais delinquir novamente. (.....) E a ajuda de uma cooperativa na vida da pessoa que passa pelo sistema prisional é muito importante, muda completamente. (.....) Mas a palavra chave é cooperativa, é trabalho.

A trajetória de vida de Benedito ao longo do encarceramento revela mais um caso em que o casamento não resistiu à ruptura da convivência imposta pela prisão. Após separar-se da mulher pouco tempo depois de ser submetido à prisão, o egresso estabeleceu nova relação afetiva que, em liberdade condicional, evoluiu para união estável. Sua atual companheira, como já vimos, integra uma família de melhor condição sócioeconômica em Bagé, que dispõe de significativo círculo de amizades e contatos, do qual, evidentemente, usufruiu o egresso, ainda que de

modo limitado, visto que carrega o estigma de ex-presidiário. Assim, dispunha, quando do retorno à vida em liberdade, não só do suporte da família de sua companheira como também do apoio, em caso de necessidade, de suas irmãs, em especial a que vive na localidade do Boqueirão, em São Lourenço do Sul. Por outro lado, em virtude da experiência prisional o egresso sofreu grande revés em sua reputação junto à rede de contatos que outrora havia construído, ao longo de muitos anos, trabalhando como garçom. Tal como os egressos anteriores, continua sem manter laços de convivência comunitária organizada e associativa.

Da análise dos dados relativos a Gastão extrai-se mais um caso em que houve a ruptura de relação afetiva estável por força do encarceramento que, como se vê, estremece profundamente a convivência do casal e enfraquece sobremaneira a comunhão de vida e os vínculos de afeição e confiança. Ao sair em liberdade condicional o egresso passou a morar, novamente, com a mãe, na casa desta, a fim de minimizar as despesas do dia-a-dia. Sua mãe estava, à época, separada de seu companheiro e criava, desde o nascimento, a filha mais nova do egresso, de 16 anos de idade. Afora a ajuda da mãe na concessão de moradia e no suporte das despesas diárias, em caso de necessidade seguia contando com o auxílio das irmãs, que levavam vidas independentes em um padrão de vida mais elevado. Também aqui o egresso não mantinha relações comunitárias e associativas organizadas, ao contrário de sua mãe, que mantinha o hábito de participar, com regularidade, de cultos de religião. Por fim, em virtude de ter superado (ou, ao menos, controlado), durante o encarceramento, sua dependência de drogas e álcool, encerrou o convívio com os amigos ainda dependentes, que outrora o incentivaram a praticar ilícitos penais dirigidos, principalmente, à satisfação do vício. Ainda no que tange ao seu acervo de ativos sociais após o retorno à vida em liberdade, merece destaque a referência do egresso à importância do círculo de contatos e solidariedade que construiu com a comunidade em sua atuação como “flanelinha”:

E se não der certo posso trabalhar como flanelinha, que também é muito bom, porque a gente conhece um monte de gente na rua, e tem um monte de gente boa, que nos ajuda bastante, com roupa, calçado, comida, remédio, dinheiro, tem que ver no final de ano. A gente ganha porque as pessoas pegam confiança no cara

Como vimos anteriormente, a trajetória de vida de Eusébio é marcada pela prática intensa do umbandismo e do africanismo desde os 13 anos de idade, e da religião vinha todo o seu círculo de amizades e conhecidos, e a ela se dedicava a

ponto de não participar de qualquer outra forma de convivência comunitária organizada. Porém, durante a experiência prisional cessaram completamente suas atividades religiosas, primeiro porque não havia espaço, disposição e autorização administrativa para o ingresso do umbandismo na casa prisional, segundo porque o próprio egresso sentiu-se envergonhado e desmotivado para a manutenção de sua rotina religiosa, por força dos intensos e deteriorantes efeitos da estigmatização e prisionalização que sofreu, como exposto anteriormente. Ao sair em livramento condicional, contudo, retomou sua vivência religiosa, reconstruindo e ampliando o círculo de contatos, amizades e solidariedade que a cerca, com o qual poderia contar em caso de necessidade, além da família, em especial a mãe, com quem voltou a morar quando do retorno à liberdade. Contudo, em virtude do AVC que sofrera, sua mãe não mais pôde trabalhar e necessita de cuidados e acompanhamento constantes, prestados pelo egresso. Ademais, a manutenção da casa e subsistência de ambos advém não só do salário do egresso, mas também de valores mensais enviados por um tio a título de herança dos avós maternos, e também de alimentos pagos ao egresso pelo pai desde a liberdade condicional.

Já Leopoldo e Matias mantiveram, quando da libertação, o mesmo acervo de ativos sociais de que dispunham quando da submissão ao cárcere, bastante limitado, merecendo destaque, no caso de Matias, o valor que confere ao auxílio potencial não só da igreja evangélica frequentada pela família, mas também pela Fábrica de Biscoitos Zezé, que realiza diversas ações de solidariedade junto às famílias carentes que residem no bairro no qual está instalada, onde reside o egresso.

Por sua vez, Jerônimo, que conseguiu manter o casamento ao longo do encarceramento, seguia contando com o apoio, em caso de necessidade, da própria esposa e da família dela, que inclusive lhe emprestou dinheiro para cobrir dívidas decorrentes da prisão. Ainda que a prisão, em regra, implique maior inserção na delinquência por força da aculturação que lhe inerente, o egresso dispunha de laços afetivos e apoio material que foram decisivos para que optasse, durante a experiência prisional, por afastar-se do pai e do círculo de amizades e contatos ligados ao tráfico de drogas, aproximando-se, por outro lado, de uma religião evangélica que atuava na casa prisional, cujas práticas manteve em liberdade, sendo que, inclusive, atualmente, está se preparando para exercer a evangelização.

Conta com a confiança e solidariedade de clientes do artesanato e de hospitais do município, que lhe doam boa parte do papelão que utiliza para fazer caixas decorativas. Ainda durante o cárcere, o egresso contou com o apoio do Conselho da Comunidade (em virtude de seu comportamento carcerário adequado e do interesse que demonstrou em trabalhar), que intermediou seu ingresso na COOSOPEL e sua participação de cursos profissionalizantes.

Inácio também manteve acervo de ativos sociais semelhante ao da época do encarceramento, contando, basicamente, em caso de necessidade, com a ajuda da família, cuja colaboração efetiva foi decisiva para a subsistência da mulher e dos seis filhos do casal ao longo da prisão do egresso. Em situação análoga à de Jerônimo, também conseguiu, porém já em liberdade condicional, afastar-se das drogas e do círculo de contatos e amizades que as cercam, como vimos quando da análise dos ativos humanos. Por fim, o egresso, que não participava de formas organizadas de convivência comunitária, passou a contar, em liberdade condicional, com o auxílio material da igreja frequentada por seus filhos, a qual lhes envia um rancho quinzenal de gêneros alimentícios.

A análise dos dados relativos a Horácio, por sua vez, mostra que também se separou da mulher em virtude do encarceramento, por força da ruptura da convivência e da dificuldade de manter a comunhão de planos, estratégias e expectativas. Conheceu sua atual companheira, assim como os demais egressos que passaram por situação semelhante, na própria casa prisional, e hoje conta, em caso de necessidade, já que sua mãe faleceu nesse interregno, apenas com a família de sua companheira e com o apoio de suas irmãs, com as quais manteve contato, preservando a relação de confiança ao longo da prisão. Da mesma forma que antes da submissão ao cárcere, o egresso não participa de qualquer forma de convivência comunitária organizada.

Por fim, Abel, ao sair em liberdade condicional, voltou a morar na casa dos pais, sendo que pouco tempo depois, como vimos, seu pai faleceu de câncer. Já que sua renda como advogado é insuficiente para manter-se por si só, optou pelo retorno à morada da família, na companhia da mãe e da irmã, a fim de minimizar as despesas, sobretudo com aluguel, sendo que todos dependem, ainda, do auxílio material do irmão, médico em Porto Alegre, que mensalmente remete quantia em dinheiro

suficiente para o custeio das despesas ordinárias. Em liberdade o egresso retomou a frequência ao clube de vela, única atividade comunitária que desenvolvia, porém de modo mais esporádico, na condição de visitante.

Bastante significativa a referência que a maioria dos egressos estudados dirigiu ao preconceito que advém da condição de ex-presidiário, o qual afeta, sobretudo, seus acervos de ativos sociais. Os efeitos deteriorantes do cárcere atingem não só a identidade social e a integridade psíquica dos egressos, mas também o círculo de contatos, amizades e solidariedade que compõem seus acervos de ativos sociais, potencializando suas condições de vulnerabilidade social, na medida em que os torna mais suscetíveis à seletividade do sistema de justiça criminal e menos capazes para lidar com os problemas e obstáculos inerentes à vida em liberdade, já que os ativos sociais, como visto no marco teórico, atuam como potencializadores do uso de outros ativos e da acumulação destes.

Merece destaque o relato de Abel referente ao preconceito sofrido no seu retorno à vida em liberdade, que lhe dificultou e retardou, inclusive, o ingresso nos quadros da OAB/RS, necessário para o exercício da atividade laboral para a qual estudou ao longo de cinco anos:

Havia um grande dúvida das pessoas que me conheciam, porque todas elas sabiam que eu não tinha contato com drogas, sequer como usuário. Para as pessoas que realmente queriam saber o que tinha havido, porque queriam me ajudar, eu me abria. Outras também estavam em dúvida, e se baseavam pela minha conduta anterior, de alguém sem qualquer contato com drogas, de quem trabalhava, estudava, era um cara de família, esportista. Eu acho que tive êxito na reconstrução muito em virtude disso, pois minha conduta anterior sempre foi correta. Me lembro de uma vez, eu tinha 16, 17 anos, e estava passando em frente ao Satolep, um bar da noite que havia na época, quando um amigo me convidou para entrar e eu disse que estava indo trabalhar na padaria. Ele então disse que me admirava. Consegui reconstruir minha vida trabalhando com o Direito porque a imagem que as pessoas tinham de mim era de um cara bom. (.....) Senti preconceito, sim, muita restrição. Tu senti no olhar, percebes que a pessoa que olha com um certo estranhamento, desconfiança. Às vezes é até por curiosidade, de saber o que e como aconteceu. A gente carrega esta cruz, de ser ex-presidiário. Como os presos falam, a gente é marcado na paleta, feito boi. Para muitas pessoas, ex-presidiário não tem recuperação, porque tu és delinquente, não tiveste um fato isolado de delinquência. Outras pessoas, porém, usam outro critério, acham que a gente tem solução, porque analisam o nosso passado, os 26 anos que eu já tinha vivido na época foram considerados. (.....)Da própria OAB (sofri resistência). Eu vim a ter a carteira somente em novembro de 2007, ou seja, dois anos depois de ter sido posto em liberdade condicional. Porque eles entendiam que eu tinha que estar reabilitado criminalmente, pois entendiam que era um crime difamante à profissão. Quem sabe roubar um cliente, apropriar-se de valores de clientes deve ser um crime menos difamante do que cometer um crime antes de ser advogado. Desde o primeiro momento aleguei o direito constitucional do trabalho, a obrigação do trabalho imposta como condição do livramento, mas nada disso foi

levado em conta. Tive, então, que esperar a reabilitação para conseguir a carteira da OAB. (.....) Nós frequentávamos apenas o clube de vela, Veleiros Saldanha da Gama, e nenhuma outra associação de qualquer natureza. Depois da prisão retomei a frequência ao clube, eventual, porque não sou sócio, e enfrentei resistência e preconceito de diversas pessoas, que não me queriam ali. Aliás enfrentei mais resistência em pelotas do que em POA, onde participava de algumas regatas, talvez porque os conceitos das pessoas sejam diferentes. Acho que lá as pessoas não se sentam ameaçadas, porque não estou disputando espaço com elas, e aqui as pessoas tenham essa barreira.

Horácio, em sua entrevista, mostra como a experiência prisional agrega ao preso um estigma, que interfere profundamente na interação social, enfraquecendo sobremaneira sua rede de contatos e confiança e, conseqüentemente, produzindo efeitos deteriorantes sobre o valor que a sociedade confere a seus atributos laborais:

Naquela época (da prisão) eu tinha uma boa reputação, hoje não. Pelo nome que se formou fica muito difícil lidar com quem tu não conhece, com banco por exemplo. Até mostrar que tu pode ser honesto leva tempo. Com aqueles que tenho mais intimidade não tem problema, a questão é que a maioria não tem condição de ajudar.

Por outro lado, Horácio acredita que o preconceito não atingiu as pessoas com as quais mantinha uma relação mais íntima, ou ao menos produziu efeitos menos intensos, em que pese a reiteração criminosa que desenvolveu:

Em relação à minha pessoa, eu não sinto preconceito. O que eu fiz foi em prejuízo só meu, sempre fui correto com as pessoas, e assim eu tenho uma boa imagem, as pessoas me conhecem, sabem que sou responsável e honesto. Meu pai sempre me deu uma boa educação, me ensinou desde cedo a não pegar nada de ninguém. Meu erro foi tentar ganhar dinheiro fácil com o tráfico. Fácil na hora, porque depois tu recebe as conseqüências.

No mesmo sentido a experiência de Inácio:

Quem podia me ajudar, e ajudou, era a minha família. Ninguém mais eu poderia contar, ninguém me ajudou. Bastou sair a notícia de que tinha sido preso para perder 60, 70% da freguesia, por isso a chance de receber um não caso peça ajuda é muito maior. É só sair o nome e a foto da gente no jornal. Antes de sujar o nome tinha gente que poderia me ajudar, caso precisasse, gente conhecida, para quem eu tinha trabalhado, fiz muitas obras. Quem me conhece melhor segue confiando, porque sabe que pode fechar a porta que não vai acontecer nada, sabe que o crime foi um erro isolado. (.....) A gente vê que as pessoas nos tratam diferente. Tu passas por uma pessoa que tu conhecia e parava para conversar, dá um oi e ela mal responde. Isso não foi nem um nem dois. Alguns foram vendo que não é bem assim, que aquilo foi um coisa isolada, mas tem um pessoal, principalmente os mais velhos, que tem mais preconceito. E isso reflete na clientela, como já disse. Perdi muito serviço, gente que dizia que agora não precisava e quando tu via estava outro trabalhando no teu lugar. Os amigos e conhecidos que não tem a ver com trabalho e as loucuras que o cara fazia seguiram me tratando normal. Na Governação não tive problema, me dou bem com todo mundo, e moro lá há 17 anos, o problema maior é no Fragata, que tem o pessoal mais antigo.

Rico em detalhes o relato de Danilo, a respeito da extensão do problema:

O senhor não sabe o que é ser condenado pelo poder judiciário e, quando terminar de cumprir a pena, ser condenado pela sociedade. As pessoas comentando sobre ti, questionando que tu já saíste em liberdade, perguntando quando tu vais voltar para a cadeia. Uma vez eu estava em um bar, lá em Pedro Osório, logo depois de sair em liberdade, e parei do lado de duas senhoras que comentavam que o Fulano tinha sido solto e tal, que estava na cidade, que ia voltar a delinquir. Aí eu perguntei se elas conheciam o Fulano, e elas disseram que sim, que ele era um terror. Daí eu me apresentei e perguntei se eu era tudo isso que elas falavam e deu um branco nelas, só vendo. A condenação da sociedade é que pega mesmo. A chance de emprego é zero. Um dia fui fazer uma entrevista numa loja, levei meu diploma da ESAF, tirei 9,7 de uma prova que valia 10, e a primeira coisa que o cara falou foi para eu trazer minha folha corrida, para começar a conversar.

Jerônimo, por sua vez, revela como a experiência do encarceramento agrega um estigma que atinge não só a pessoa do preso, mas também seus familiares próximos, tanto que sua esposa foi demitida, sem justa causa, evidentemente, por causa da prisão do marido:

Ela perdeu o emprego por causa disso (da prisão). Foi demitida uns 15, 20 dias depois. Falaram para ela que tinham que demitir, senão podia dar problema para o hotel. Eu fiquei preso, em regime fechado, uns dois anos e meio, e durante esse tempo todo ela ficou desempregada, se mantinha, com meu filho, apenas com minha aposentadoria, e mais um pouco que eu mandava pelo meu trabalho dentro do presídio, junto à Cooperativa. (...) Em duas lojas que eu vendo minhas caixas eu senti a resistência, vieram puxar conversa para saber qual era minha situação. O fato de ser presidiário dificulta muito o meu trabalho, porque é complicado o dono de uma loja fazer negócio com um preso, não? Mas eu não tenho como colocar alguém para trabalhar para mim, então tem que seguir em frente. Mas não cheguei a perder serviço, graças a Deus tenho trabalho até demais

Superada a análise dos acervos de ativos sociais dos egressos quando do retorno à vida em liberdade, após a submissão ao cárcere, necessário compreender e contextualizar as modificações que o período de encarceramento trouxe às estratégias adaptativas, defensivas e ofensivas por eles adotadas, por meio das quais mobilizam e manejam os ativos de que dispõem, articulando-os diante dos riscos, mudanças e conflitos que operam na interação social, visando ao acesso mais eficiente do conjunto de oportunidades oferecido pelo Estado, mercado e sociedade civil.

Abel, quando posto em liberdade condicional, voltou a morar na companhia dos pais, na casa deles, visto que não dispunha de renda suficiente para manter-se por si só. A situação financeira da família, então, era um pouco mais confortável e permitia maior nível de consumo, visto que o irmão do egresso, que a mantinha desde a falência da padaria, já gozava de maior *status* profissional enquanto médico e, conseqüentemente, auferia renda bem mais expressiva, o que lhe oportunizava

mandar um valor maior à subsistência da família. Pouco tempo após a libertação o pai do egresso, que padecia de câncer em estágio terminal, veio a falecer, o que, também, implicou significativa redução nas despesas familiares, já que seu tratamento era bastante caro, porque particular e realizado em Porto Alegre. Enquanto a mãe permanecia sem trabalhar, por força da idade avançada e da condição debilitada de saúde, a irmã do egresso havia colado grau em Direito, e busca sua inserção no mercado trabalhando em um escritório de advocacia que montou com dois colegas, o que lhe oportuniza alguma renda, embora diminuta. Já o egresso, por sua vez, tão logo saiu em liberdade condicional buscou trabalhar como instrutor de vela, valendo-se de sua experiência como esportista e da localização privilegiada da casa dos pais, às margens do Arroio Pelotas, e para tanto adquiriu alguns pequenos barcos, de pequeno valor, com recursos que recebia em seu labor junto a um escritório de advocacia de um colega de turma.

Por força do encarceramento, Abel enfrentou grande resistência da OAB/RS para obter a licença para advogar, porque a entidade considerava que o crime pelo qual foi condenado era difamante e incompatível com a profissão, fazendo com que permanecesse todo o período de prova do livramento condicional e mais dois anos sem a carteira funcional, a qual só obteve depois de extinta a pena e declarada, judicialmente, sua reabilitação criminal. No mais, o egresso permanece solteiro, sem filhos, e tampouco desenvolve estratégias que envolvem cooperação extra-familiar.

Já Inácio, que é casado há 25 anos, quando saiu em liberdade condicional voltou a morar com a esposa na mesma casa própria, na companhia dos filhos do casal. Aliás, em vez dos três filhos que tinha quando da submissão ao cárcere, em 2001, quando do trabalho de campo, em 2009, já eram seis os filhos do casal, sendo que a filha mais velha, adulta, não morava mais com os pais. Aliás, todos os filhos estudam, com o incentivo dos pais, a fim de qualificá-los para a disputa do mercado de trabalho. Sua esposa, que era do lar quando da prisão, passou a trabalhar durante o período do encarceramento do marido, a fim de viabilizar o sustento da família. Porém, quando da liberdade condicional do egresso sua esposa parou de trabalhar fora do lar, dedicando-se integralmente às tarefas domésticas e criação dos filhos, dos quais três (afora a filha mais velha, casada) já trabalham e colaboram no orçamento familiar. O egresso, por sua vez, em liberdade retornou a trabalhar como pedreiro, de modo autônomo, mas durante o primeiro ano ainda enfrentava

problemas com o consumo de drogas, em especial *crack*, o que lhe tolhia a capacidade laboral e a disposição para buscar melhores condições de bem-estar, fazendo com que utilizasse quase que toda sua renda para o sustento do vício. Após superar a dependência química com o apoio incondicional da família, passou a dedicar-se integralmente ao trabalho como pedreiro em Pelotas, no qual deposita a esperança de ascender socialmente. Durante o período de retomada do trabalho e reconquista da clientela, o egresso, diante das dificuldades, cogitou migrar, com a família, para Caxias do Sul, Porto Alegre ou até mesmo Santa Catarina, mas desistiu por receio de fracassar. Também em virtude de seu afastamento das drogas, emprega seu tempo livre para a convivência com a família.

Jerônimo, por seu turno, ao sair em liberdade também retornou ao convívio com a mulher e o filho mais moço (que está estudando regularmente, assim como o mais velho, oriundo de uma relação afetiva anterior, que mora com a mãe), na casa própria do casal. A esposa, quando da prisão do marido, como vimos quando da análise dos ativos sociais após a experiência prisional, foi demitida sem justa causa de seu emprego em um hotel, que não queria uma empregada casada com um presidiário, condenado por tráfico de drogas, sendo que permaneceu durante toda a prisão do marido desempregada, dedicando-se apenas ao lar, sobrevivendo da aposentadoria do egresso (que também enviava, mensalmente, algum dinheiro obtido por meio de seu trabalho no interior da casa prisional) e da ajuda material de familiares. Após a concessão do livramento condicional ao egresso, a esposa conseguiu novo emprego formal em uma lotérica, o qual mantém até hoje, ao passo que o egresso, em liberdade, retomou seu trabalho como artesão, produzindo caixas decorativas de papelão, o que lhe oportuniza uma renda familiar significativa, em conjunto com sua aposentadoria e o salário da esposa, capaz de assegurar à família algum conforto. Ademais, o egresso manteve, após a liberdade condicional, seu plano de montar uma empresa de retífica de motores, em sociedade com um amigo, para o que dependem de financiamento, e construiu, ao longo do encarceramento, o hábito de frequentar igreja evangélica, sendo que, em liberdade, inclusive, está estudando para habilitar-se ao exercício da “evangelização”.

Por sua vez, Horácio separou-se da esposa, com quem tem três filhos, por força da privação da convivência imposta pelo encarceramento, e ao sair em livramento condicional passou a morar na companhia de sua atual companheira, que conheceu

no interior da casa prisional, sendo que compraram, em pouco tempo, uma casa própria com recursos advindos do trabalho de ambos e da venda de duas casas pequenas que o egresso possuía. Sem perspectivas de emprego e imerso na subcultura do tráfico, que sempre lhe oportunizou renda significativa e grande perspectiva de ascensão econômica, quando de sua primeira libertação o egresso retomou a traficância e, bastante visado pela atuação repressiva dos órgãos do sistema de justiça criminal, não tardou para ser preso novamente. Novamente beneficiado com o livramento condicional sete anos depois, em 2001, sua história se repetiu, sendo preso em flagrante delito por tráfico de drogas em 2003, cumprindo pena até hoje. Ao longo do relacionamento afetivo com sua atual companheira, a qual conheceu em 1994, o casal teve três filhos, todos ainda em idade escolar, estudando regularmente, com amplo incentivo dos pais. Sua companheira, que havia cumprido pena por delito praticado antes de conhecer o egresso, quando da liberdade condicional deste trabalhava realizando faxinas para agentes penitenciários conhecidos do casal, além de revender roupas de uma malharia de Santa Catarina, auferindo, no total, cerca de R\$ 600,00 mensais, que eram complementados por pensão alimentícia que recebe do ex-marido. Ainda que o egresso não tenha obtido êxito e demonstrado aptidão em construir estratégias efetivas capazes de afastá-lo do tráfico de drogas, seu plano de vida, tanto quando beneficiado, por duas vezes, com o livramento condicional, como atualmente, é montar uma padaria ou lancheria, ramo no qual tem larga experiência, além de ajudar a companheira no negócio de revenda de roupas, que vem apresentando boas perspectivas de crescimento.

Prosseguindo na análise das estratégias adaptativas, defensivas e ofensivas desenvolvidas pelos egressos na articulação entre o conjunto de oportunidades e o acervo de ativos, os dados relativos a Danilo revelam que, ao ser posto em livramento condicional, permanecia dependente químico, sem capacidade laboral e perspectiva profissional e de tratamento, razão por que passou a traficar, em Pedro Osório, para sustentar o vício, o que o levou novamente à prisão, pouco tempo depois. Desde 2007, então, está cumprindo pena novamente, usufruindo dos benefícios de trabalho externo e das saídas temporárias, ambos em sua cidade natal. Durante suas saídas do ambiente prisional, passou a pernoitar na casa dos pais de sua namorada, que conheceu durante a experiência prisional, após breve

período em que permaneceu dormindo na rua, visto que não dispunha de renda suficiente para manter-se por si só e construir um novo núcleo familiar com sua namorada. Pouco tempo após a liberdade condicional, o egresso e sua namorada tiveram um filho, que ainda não atingiu a idade escolar, o qual vive na companhia da mãe e recebe atenção e assistência por parte do egresso. Enquanto sua namorada não trabalha, vivendo de uma pensão que recebe do pai e do salário da mãe enquanto empregada doméstica, o egresso trabalha na COOTRAJOBA, recebendo aproximadamente R\$ 700,00 mensais, em grande parte comprometidos nas despesas de transporte do egresso entre o presídio de Pelotas e a cidade de Pedro Osório (que não tem casa prisional), onde trabalha e mora sua família, razão por que o padrão de consumo da família é bastante baixo, limitado à satisfação, tantas vezes deficiente, das necessidades essenciais. Enquanto sua namorada almeja ingressar na faculdade, pois já formada no ensino médio, inclusive com curso técnico de administração, o egresso aposta em seu futuro profissional junto à COOTRAJOBA que, como vimos, foi extremamente importante não só no processo de reinserção à vida em liberdade, mas também na construção de sua identidade social e na preservação de sua autoestima, oportunizando-lhe desfrutar de uma rede de contatos, solidariedade e confiança muito mais amplos, na medida em que é visto pela comunidade, com o apoio do sistema de justiça criminal e de setores organizados da sociedade civil, como um preso/egresso que deseja trabalhar e imprimir um novo rumo à sua vida.

Os dados empíricos relativos a Caio informam que, ao sair em livramento condicional, foi morar com sua companheira (que conheceu no interior do presídio, em 2003) na cidade natal desta, São Vicente do Sul, levando com eles o filho do casal, então recém-nascido, e os dois filhos da mulher oriundos de uma relação anterior, visto que havia recebido uma proposta de emprego bem interessante. Além da proposta de emprego, contrastante com a dificuldade de obter trabalho aqui em Pelotas, em São Vicente do Sul ainda havia a facilidade de poder residir em imóvel da família de sua companheira, a fim de minimizar gastos com aluguel. Porém, em virtude de problemas com a justiça criminal por parte de outro filho mais velho de sua companheira, optaram por regressar a Pelotas sete meses depois, ainda que aqui ambos não tivessem emprego e houvesse a necessidade de alugar uma casa de moradia, o que implicou uma redução drástica no padrão de vida da família e

extrema carência financeira, fazendo com que o egresso fraquejasse, novamente, diante da tentação do lucro fácil, e fosse novamente preso por roubo cerca de um ano após a libertação, sendo que, durante este período, não cumpriu com as condições do benefício que, por isso, já se encontrava suspenso. Atualmente o egresso permanece preso, ao passo que sua companheira reside em Herval, trabalhando como faxineira, de forma esporádica, e cuidando dos filhos. O egresso, que antes do envolvimento com a justiça criminal sempre desejou morar em Pedro Osório, por ser uma cidade menor e mais tranquila, para lá instalar uma oficina mecânica, atualmente admite estabelecer-se, quando sair novamente em liberdade, em Pelotas, em virtude da rede de contatos e amizades que construiu, sendo que não mantém plano de exercer alguma atividade laborativa em especial, estando disposto a realizar os trabalhos que surgirem, ciente das dificuldades do mercado de trabalho, sobretudo para quem não tem estudo e qualificação profissional. Contudo, acredita que em Pedro Osório existem mais oportunidades para alguém com seu perfil profissional, porque há mais trabalho pesado, e não afasta a possibilidade de retornar a São Vicente do Sul, onde, na sua visão, há mais empregos em geral, sobretudo na indústria, além de contar e usufruir da ajuda material e dos ativos sociais da família de sua companheira.

Por seu turno, Benedito, ao ser beneficiado com o livramento condicional foi residir em Bagé, cidade natal de sua atual companheira, que conheceu durante o período de encarceramento. Afora a facilidade de habitar imóvel e usufruir da rede de contatos, amizades e reciprocidade da família da companheira, contava com proposta de trabalho por parte de um amigo seu, em um contexto social muito mais adequado e promissor diante de sua condição de egresso do sistema prisional sem estudo e qualificação profissional. Sem vislumbrar, na sequência, grande perspectiva de crescimento no emprego oferecido pelo amigo em questão (embora seu auxílio tenha sido muito importante no processo de readaptação à vida em liberdade), decidiu instalar um trailer de lanches, com a ajuda da irmã, negócio que não prosperou conforme idealizado, fazendo com que o egresso, a fim de promover o próprio sustento, optasse por ingressar no tráfico de drogas valendo-se da relação com traficantes edificada durante a prisão, o que o levou, em 2008, novamente à prisão, que perdura até hoje. Sentindo-se despreparado e desqualificado para o crescimento profissional após 12 anos preso, ao sair em livramento mantinha o

mesmo plano de vida anterior à prisão: montar um estabelecimento comercial ligado à área da alimentação, na qual tem alguma experiência. Após o fracasso do trailer e a reincidência criminal, determinados, em grande parte, pelo agravamento de sua condição de vulnerabilidade social em virtude do encarceramento, atualmente o egresso almeja, na iminência de receber nova autorização para o trabalho externo, voltar para Bagé, onde conta com o apoio e a estrutura da família da companheira, ou morar na localidade do Boqueirão, em São Lourenço do Sul, onde reside uma irmã sua, casada, que também dispõe de boa estrutura familiar e profissional. Por fim, o filho do casal é sustentado pela companheira, que trabalha em um escritório de advocacia e tem plano de retomar e concluir a faculdade de Direito.

Ao sair em livramento condicional, era condição do benefício apresentar proposta de emprego por escrito, o que impediu Matias de retornar, desde logo, o exercício do comércio informal como camelô no Chuí, atividade que desempenhou a maior parte de sua vida. Por intermédio de seu advogado, obteve uma proposta de emprego em uma farmácia, para serviços burocráticos, recebendo cerca de R\$600,00 mensais. Ao término do período de prova do livramento condicional, retomou sua atividade de camelô no Chuí, durante a temporada de verão, e planeja trabalhar com um irmão em um bar no lado uruguaio da cidade, durante o inverno. Mora com a mulher e o filho desta, a quem, como já vimos, trata como se filho seu fosse, e a subsistência da casa advém do trabalho do egresso, de faxinas esporádicas exercidas pela companheira e da pensão alimentícia que a criança recebe do pai biológico, em torno de R\$ 300,00 mensais. Por fim, o egresso permanece dedicando apoio e auxílio material para a formação educacional e profissional dos filhos (exceto os que moram na Argentina, aos quais não auxilia e não mantém contato), sendo que um deles está prestes a colar grau junto ao IFSUL, enquanto o mais moço faz curso preparatório para o vestibular, ao passo que o enteado estuda regularmente na rede estadual, tendo feito, inclusive, curso profissionalizante de manutenção de computadores. O egresso aposta, decisivamente, na formação escolar e qualificação profissional dos filhos como instrumento de ascensão social, a fim de que disponham de maiores ativos para superar as dificuldades crescentes do mercado de trabalho, além de incentivá-los e prepará-los para a busca de empregos em regiões mais prósperas, do ponto de vista econômico.

Já Leopoldo, ao sair em livramento condicional, não dispunha mais da motocicleta que utilizava para trabalhar como mototaxista, a qual havia sido retomada pelo agente financeiro, por força do inadimplemento do financiamento por força do encarceramento, que impediu o labor do egresso. Assim, como dispunha de forno e material para fazer pães e bolos, exerceu tal atividade por alguns meses, até que seu pai, que é policial militar aposentado, ajudou-o a comprar uma nova motocicleta, igualmente financiada, e assim pode retornar ao seu ponto de mototáxi anterior. Ganha, com esta atividade, cerca de R\$ 900,00 mensais, complementados com serviços de tele-entrega que exerce aos finais de semana, sendo que sua esposa não trabalha. Almeja, porém, maior estabilidade econômica e previdenciária (já que atualmente não mais recolhe contribuição ao INSS), e para tanto busca obter um emprego como porteiro de condomínio, a seu ver um dos poucos acessíveis a pessoas com pouca instrução e qualificação profissional, e que dá acesso a salários básicos de aproximadamente R\$ 850,00, trabalhando 12h e folgando 36h, período no qual pode exercer outras atividades laborais. O casal permanece morando na mesma casa própria, e os filhos continuam estudando regularmente, com o apoio e incentivo dos pais, e os dois mais velhos estão prestes a ingressar no mercado de trabalho, o filho como militar e a menina como modelo. Ainda que o egresso esteja disposto a trabalhar em qualquer atividade, sofre intensamente com a falta de emprego que assola a região, e está disposto a mudar-se para Santa Catarina, onde possui familiares, a fim de alcançar melhores condições de bem estar, conforme colocou em sua entrevista:

É um campo difícil de entrar, ainda mais com 40 anos. Já não é fácil para quem é moço, imagina para quem já tem uma certa idade. Mas acho que a gente tem que seguir fazendo o que aparece. Eu tenho parentes em Santa Catarina, e se eu não conseguir um emprego por aqui eu estou pensando em ir para lá, porque o campo lá é bem melhor do que aqui. Em Pelotas é preciso criar firmas, firmas mesmo, que antes existiam e hoje não mais. Várias empresas quiseram vir para cá e não tiveram nenhum incentivo do governo. Em vez de chamar eles mandam embora. No meu caso, acho que o estudo não adianta mais, tudo tem um tempo na vida. Se eu conseguir um emprego com carteira assinada já vai ser uma vitória, porque eu não me dediquei ao estudo quando podia.

Por força dos intensos efeitos da prisionalização e da estigmatização sofridos por Eusébio, conforme vimos quando da análise dos ativos humanos após a experiência prisional, e também em virtude do grave problema de saúde que acometeu sua mãe no mesmo período (AVC), tolhendo-lhe a capacidade laboral e tornando-a carente de acompanhamento constante (sendo que possui dificuldade em adaptar-se ao

convívio com estranhos, o que torna indispensável a presença do egresso), o egresso teve que reformular, totalmente, seus planos e estratégias de vida, a fim de adequá-los à nova realidade social. Assim, ao sair em livramento condicional, ainda solteiro e sem filhos, voltou a morar com a mãe, na casa própria desta, tanto para auxiliá-la nas tarefas diuturnas como para minimizar suas despesas de subsistência, já que dispunha de pouca renda, composta por seu salário em um escritório de contabilidade, uma pensão alimentícia que recebe do pai desde que saiu da prisão e algum lucro oriundo das atividades da casa de religião umbandista que mantém. Por outro lado, a renda global da família é complementada por valores enviados por um tio materno, relativos ao inventário da avó do egresso. Considerando-se que a malharia da família já havia sido fechada ao longo do encarceramento, hoje o egresso prefere a estabilidade de seu emprego, ainda que não proporcione grande renda, visto que não encontra motivação, autoestima e disposição suficientes (por força da deteriorização de sua personalidade imposta pelo cárcere) para montar um novo negócio ou investir na sua atividade religiosa, que poderia ser bem mais rentável caso efetuasse viagens a outras cidades para prestar serviços, até mesmo porque os cuidados que dedica à mãe ocupam grande parte de suas horas livres. Sem estratégias para ascender socialmente rumo a melhores condições de bem estar, mantém a si e a sua mãe com um padrão de consumo limitado à satisfação das necessidades básicas, apenas.

Gastão, por sua vez, ao sair em livramento condicional, com a dependência de álcool e drogas sob controle, foi morar com a mãe, novamente, visto que, assim como a maioria dos egressos estudados, foi reinserido à vida em liberdade sem emprego fixo e com renda diminuta, e na companhia da mãe, vivendo na casa própria desta, conseguia reduzir muitas despesas ordinárias, sobretudo com moradia e alimentação. Já que sua mãe estava separada do companheiro, passaram a coabitar, então, na casa, apenas os dois e a filha mais nova do egresso, a qual é criada desde o nascimento pela avó. Pouco tempo depois da libertação o egresso estabeleceu nova união estável, da qual adveio uma filha, e passou a morar com a companheira em uma casa alugada. Porém, aproximadamente 06 anos após ter sido posto em livramento condicional, este foi revogado em virtude de sua não-apresentação ao cartório judicial para informar e comprovar seu endereço residencial e profissional, razão por que foi preso novamente, condição que

permanecia até a coleta dos dados da pesquisa. Quando da libertação, o egresso passou a trabalhar como catador de lixo para reciclagem, de modo autônomo, e como 'guardador' de carros (flanelinha), o que lhe oportunizava renda de aproximadamente R\$ 700,00 mensais. Hoje o egresso aposta no apoio do corpo técnico do PRP, em especial de uma assistente social que o está auxiliando para alcançar um emprego formal junto a uma empresa de coleta de lixo assim que sair em liberdade novamente, a fim de, assim, obter certa estabilidade econômica, ainda que em um padrão de renda bastante limitado, por força de sua parca educação formal. De todo modo, em caso de fracasso no processo de seleção do emprego, o egresso pretende retomar o trabalho como flanelinha ou servente de pedreiro, algumas das poucas atividades laborais compatíveis com sua condição educacional e qualificação profissional.

Por fim, Félix, que havia se separado da esposa por força do encarceramento, em liberdade condicional voltou a morar na casa da mãe, a fim de reduzir as despesas ordinárias de subsistência, e passou a trabalhar como montador de antenas parabólicas em uma empresa, graças a contatos de sua ex-mulher, recebendo R\$ 510,00 mensais. Contudo, imerso na subcultura do cárcere, no qual permaneceu por 15 anos no regime fechado, e premido pela privação relativa, já que a renda que auferia não lhe oportunizava a satisfação do padrão de consumo socialmente imposto, valeu-se dos inúmeros contatos e relações com traficantes de drogas, obtidos durante a experiência prisional, para participar de um transporte de substância entorpecente, durante o qual foi preso em flagrante novamente, retornando ao cárcere, no qual permanece até hoje. Ao sair em livramento condicional já mantinha uma relação afetiva estável há vários anos, sendo que não optou por coabitar com a namorada face à fragilidade financeira de ambos. Pai de dois filhos quase adultos, um deles segue morando na companhia da mãe, sem qualquer assistência material e afetiva do egresso, e o outro, mais jovem, reside com a avó paterna desde o nascimento, e, reescrevendo a trajetória de vida do pai, atualmente não está estudando e não trabalha, em virtude de problemas com o consumo de drogas. Quando sair novamente em liberdade, o egresso deseja voltar ao emprego anterior junto à empresa de antenas parabólicas que, segundo o egresso, está disposta a contratá-lo, em que pese seu histórico de vida. Caso não obtenha o emprego, vislumbra boas perspectivas de trabalhar na construção civil,

como pedreiro, diante do atual crescimento do setor na região de Pelotas. Não nutre grandes perspectivas de ascender socialmente a melhores condições de bem-estar, e sim deseja apenas sua subsistência e de seus filhos, ciente das dificuldades de acessar melhores empregos diante de sua parca instrução.

Ademais, da mesma forma que antes da experiência prisional, talvez em virtude de os egressos selecionados e suas respectivas famílias não participarem de formas organizadas de convivência comunitária, não desenvolviam, quando da libertação, estratégias que envolvessem cooperação extra-familiar, formalmente organizadas ou não.

Na sequência da análise dos efeitos da experiência prisional sobre a condição de vulnerabilidade social dos egressos, necessário identificar e compreender as mudanças que tiveram lugar no conjunto de oportunidades, criado pelo Estado, mercado e sociedade civil, relativo aos níveis de bem estar que eles e suas famílias podiam acessar quando da libertação. Conforme exposto no marco teórico, tal conjunto de oportunidades, assim como o acervo de ativos sociais de que dispõem, molda e condiciona o desenvolvimento das estratégias dos egressos e suas famílias rumo à mobilidade social ascendente ou, no mínimo, à preservação do padrão de vida do núcleo familiar.

Como veremos a seguir, a análise pontual da estrutura de oportunidades à disposição de cada um dos egressos e suas famílias, quando da colocação em liberdade condicional, mostrará que cada caso tem suas particularidades, embora a grande maioria deles (à exceção de Benedito e Caio) estivesse submetida a um contexto social, cultural e econômico bastante semelhante, dentro de uma perspectiva macrossocial, já que retomaram a vida em liberdade em cidades da região de Pelotas (Pedro Osório, Capão do Leão, Chuí e Pelotas), sujeitas a deslocamentos, forças, oportunidades e privações similares na interação em sociedade e, por isso, marcadas pelo desemprego estrutural e diminuta assistência estatal, sobretudo para as famílias mais vulneráveis, de deficiente qualificação educacional e profissional.

Do exame individual dos dados relativos a Caio extrai-se que, quando de sua colocação em liberdade condicional, optou por residir em São Vicente do Sul, na região central do Estado, onde moram os familiares de sua companheira (que

conheceu durante a prisão), visto que lá dispunha de proposta de emprego e da possibilidade de usufruir do acervo de ativos da família, que ofereceu ao casal uma casa de moradia. Afora o apoio substancial da família de sua companheira, sobretudo no plano material, fundamental para o incremento de sua capacidade de lidar e transpor os problemas e dificuldades inerentes à interação social, naquela cidade o egresso vislumbrava um cenário econômico muito mais promissor, com mais empregos e melhor remuneração, sobretudo para pessoas de parca formação educacional, em face da presença de um número muito mais expressivo de indústrias na região. Porém, pelos motivos já expostos quando da apreciação das estratégias construídas pelo egresso após a libertação, a experiência em São Vicente do Sul perdurou apenas sete meses, e a família retornou a Pelotas, tendo sido o egresso novamente preso pouco tempo depois, premido pelo desemprego e pelas inúmeras dificuldades enfrentadas para assegurar a subsistência da família, composta, também, por um filho de tenra idade. Em Pelotas o egresso permaneceu fazendo pequenos biscates, sem qualquer estabilidade e sem receber qualquer suporte previdenciário, porque jamais contribuiu ao INSS, situação semelhante à da sua companheira, que trabalha como faxineira informalmente, sendo que, em Pelotas, não mais contavam com o auxílio material de seus familiares. Ademais, a família do egresso não dispõe de qualquer plano privado de saúde e, em Pelotas, o egresso enfrenta maiores dificuldades na obtenção da assistência pelo SUS do que na área rural de sua cidade natal, Pedro Osório, onde o posto de saúde, proporcionalmente, presta serviços a um número bem mais reduzido de pacientes, o que se traduz, ao menos, em maior celeridade no tratamento dos problemas de saúde mais corriqueiros. Se durante a experiência prisional o egresso teve a oportunidade de trabalhar junto à Prefeitura Municipal de Pelotas, por intermédio de um PAC, e junto à COOSOPEL (ainda que por pouco tempo e mediante diminuta remuneração), ao ser posto em liberdade não contou com o apoio de nenhuma entidade, privada ou pública, que pudesse lhe auxiliar no processo de reinserção no mercado de trabalho. Por fim, o egresso, bem como sua companheira, não participavam de formas organizadas de convivência comunitária, sobretudo associativas, e tampouco recebia auxílio algum oriundo das práticas culturais coletivas de sua comunidade.

Todos os demais egressos, quando postos em liberdade condicional, retornaram ao convívio social nas mesmas cidades que residiam anteriormente, à exceção do referido acima e de Benedito, que passou a residir em Bagé, cidade natal de sua companheira. De todo modo, embora a realidade socio-econômica de Bagé guarde algumas peculiaridades, porque ainda mais dependente da atividade agropecuária do que Pelotas e cidades lindeiras, apresenta carências estruturais e enfrenta problemas de desemprego semelhantes, razão por que se pode concluir que os egressos foram, após a experiência prisional, submetidos a um contexto de oportunidades, estruturado pelo Estado, mercado e sociedade civil, bastante similar ao de outrora, em que pesem os alardeados avanços obtidos, sobretudo, na área econômica, em nível nacional. Ainda que três dos 12 egressos tenham participado de cursos técnicos no interior da casa prisional e dois deles tenham frequentado aulas do ensino fundamental por curtos períodos de tempo, nenhum deles apresentava, quando da libertação, uma maior e efetiva capacitação educacional e profissional para disputar o acirrado mercado de trabalho, o que revela, de forma bastante clara, que os cursos profissionalizantes e os programas educacionais oferecidos são deficientes em termos de qualidade e inadequados frente à realidade social dos egressos, afora insuficientes em número de vagas disponíveis. Apenas Abel obteve substancial ganho em seu acervo de ativos humanos, como vimos, e consequentemente melhores oportunidades no mercado de trabalho, já que algum tempo após a liberdade condicional recebeu habilitação do órgão de classe competente para o exercício da advocacia, tornando efetivo o curso universitário concluído antes do contato com o sistema de justiça criminal. De certa forma, Danilo, Gastão e Inácio, que superaram (ou ao menos controlaram) a dependência de drogas e álcool durante o encarceramento, assim tornaram-se mais capazes para manejar seus ativos e superar as dificuldades da interação social, sobretudo por força do resgate da capacidade laboral e do convívio familiar.

Por outro lado, como já vimos anteriormente, todos os egressos, em maior ou menor medida, sofreram os efeitos deteriorantes do encarceramento, sobretudo a prisionalização e a estigmatização, alterando, assim, sua identidade social, visto que levam consigo um atributo profundamente depreciativo que dificulta a interação social, e absorvendo a subcultura do sistema carcerário, ao menos tempo em que se distanciam das práticas culturais das quais participavam em liberdade. Dessa forma

houve, evidentemente, um *déficit* significativo na valorização que o mercado de trabalho e a comunidade em geral confere aos egressos, fazendo com que a obtenção de postos de trabalho mais estáveis e de remuneração digna seja ainda mais distante do que já é para a maioria deles, por força da deficiente formação educacional e profissional. Até mesmo Abel, que é advogado autônomo, enfrenta, ainda hoje, conforme relatou em sua entrevista, diversos obstáculos para construir um nome e reputação no mercado de trabalho, em virtude do estigma de ex-presidiário de que é portador, o qual, como ensina BECKER (1997), é de difícil remoção.

Houve significativo acréscimo no conjunto de oportunidades à disposição de Danilo, por força da atuação da COOTRAJOBÁ, conforme exposto quando da análise de sua experiência prisional. Quer no curso do encarceramento, quer após a libertação, o egresso pode trabalhar junto à cooperativa que, além de lhe oportunizar renda imediata, franqueou-lhe uma rede de contatos, solidariedade e confiança muito mais amplos, passando a ser visto pela comunidade, com o apoio do próprio sistema de justiça criminal e de setores organizados da sociedade civil, como um preso/egresso que deseja trabalhar e imprimir um novo rumo à sua vida. Aqui, a atuação conjunta do Estado e da sociedade civil organizada, por meio da cooperativa, atuou como importante instrumento de minimização da condição de vulnerabilidade social do egresso, não apenas oportunizando o trabalho remunerado, mas sobretudo pavimentando o árduo caminho de reinserção à vida em liberdade, influenciando positivamente na construção de sua identidade social e na preservação de sua autoestima.

A grande maioria dos egressos, após a libertação, segue contando apenas, na preservação da saúde familiar, com a assistência pública e gratuita do SUS, que permanece marcada, como reiteradamente destacado pelos egressos, pela ineficiência de seus serviços. Apenas Danilo e Jerônimo contrataram plano de saúde privado após o livramento condicional, aproveitando o advento no cenário pelotense de uma modalidade bem mais acessível e que tem assegurado aos beneficiários um serviço de qualidade e presteza bastante razoáveis. Enquanto a companheira e o filho mais novo de Benedito dispõem de plano privado de saúde em Bagé, custeado por familiares (o qual não beneficia o egresso), Matias obteve, após sua libertação, a nacionalidade uruguaia, o que lhe dá acesso ao sistema de saúde daquele país, o

qual, ao seu sentir, é de melhor qualidade, embora não possa ser estendido à sua companheira e filho, que não têm a dupla cidadania.

Segundo os dados empíricos coletados, nenhum dos egressos estudados passou a contribuir, após a libertação, para o sistema de previdência pública, razão por que não contam com a maioria dos benefícios previdenciários previstos em lei em prol do cidadão-trabalhador, tais como aposentadoria, seguro-desemprego, licença-saúde etc. Apenas Jerônimo, que havia sofrido um acidente automobilístico há muitos anos atrás, antes do contato com o sistema de justiça criminal e durante um período em que mantinha vínculo empregatício formal, passou a receber uma aposentadoria do INSS por invalidez para o trabalho. Por outro lado, as famílias dos egressos Horácio, Inácio, Leopoldo e Matias recebem a bolsa-família, benefício de cunho assistencial desvinculado da existência de vínculo trabalhista e de contribuição previdenciária por parte dos beneficiários, concedido pelo Governo Federal a famílias em situação de pobreza desde que atendidas determinadas condições, ligadas à frequência e aproveitamento escolar, participação em programas de saúde e frequência a serviços socioeducativos para crianças e adolescentes até 15 anos de idade em situação de risco. Ademais, Horácio e Inácio receberam, quando da colocação em liberdade condicional, o pecúlio de que tratam os artigos 29, parágrafo 2º, e 41, inciso IV, ambos da LEP, benefícios que sequer foram pleiteados pelos demais, demonstrando não só falta de conhecimento, pois o Estado não promove nenhuma ação dirigida à instrução do preso acerca de seus direitos e sua pena, mas também a intensa deficiência da assistência jurídica gratuita que lhe é prestada.

Com exceção de Félix (cujo filho sempre foi criado pela avó paterna, visto que foi preso quando do nascimento da criança), o qual não participa do desenvolvimento do filho, que hoje não estuda, não trabalha e enfrenta problemas com drogas, todos os demais egressos que possuem filhos conferem grande relevância à formação educacional e profissional destes, a fim de qualificá-los para as disputas cada vez mais acirradas dos mercados de trabalho, para que, assim, não enfrentem as mesmas barreiras que os pais. Aliás, vários egressos, vislumbrando um conjunto de oportunidades de trabalho não muito promissor na região sul do estado, constroem, desde logo, planos e estratégias dirigidas ao deslocamento dos filhos a outros centros urbanos mais industrializados, em busca do acesso a postos de trabalho mais estáveis e rentáveis.

Nesse particular, merece destaque o relato de Matias:

Com certeza meus filhos não vão para o Chuí, isso é certo, porque não quero que eles levem a vida que eu levei. Dentro da minha realidade de vida, desde criança, o que eu achei para sobreviver foi o que eu fiz, mas eles não precisam passar por isso. Minha filha ou vai para Curitiba, Porto Alegre ou Caxias, pois ela se forma e as empresas já convidam para trabalhar. Em Pelotas e Chuí não tem emprego para eles trabalharem. Falta indústria, a gente tinha a Cica, a Coca-Cola, mas nossos governantes cobram muitos impostos e as empresas vão embora. Falta emprego principalmente para quem não tem estudo, tu vê minha mulher: pouco estudou e trabalhou na Cica, na Suprarroz. Hoje a tecnologia diminuiu muito a necessidade dessa mão-de-obra.

Contudo, cabe destacar que, em geral, tal participação e incentivo é, senão restrita, muito mais intensa em relação aos filhos com os quais ainda coabitam, evidenciando que a ruptura do relacionamento com a genitora implicou a ruptura, também, do vínculo afetivo e material para com o filho do casal.

Ademais, encerrando a análise e contextualização dos efeitos do encarceramento sobre o conjunto de oportunidades, criado pelo Estado, mercado e sociedade civil, posto à disposição dos egressos para o acesso a melhores condições de bem estar, os egressos Gastão, Inácio e Matias, cujas famílias participam com regularidade de encontros religiosos, enquanto forma de convivência comunitária organizada, recebem, quando necessário, ajuda material por parte da igreja, sobretudo por meio de ranchos de gêneros alimentícios, sendo que Matias, que reside próximo à maior fábrica de biscoitos de Pelotas, também pode contar, caso precise, com a solidariedade da empresa, que mantém ações de assistência a famílias carentes do bairro.

Por fim, como se extrai dos dados acima compilados, apenas Danilo pôde contar, quando da libertação, com alguma forma de auxílio estatal ou oriundo da sociedade civil organizada no processo de reinserção à vida em liberdade. Por meio da atuação da COOTRAJOBÁ, cuja criação e manutenção depende da articulação entre o Estado, por meio de agentes do sistema de justiça criminal, e a sociedade civil organizada, mobilizando empresas e entidades associativas, o egresso obteve significativo incremento em seu acervo de ativos sociais, já que passou a dispor da rede de contatos e solidariedade da cooperativa, que lhe confere, também, apoio e confiança. Assim, minimizou sua condição de vulnerabilidade social ao potencializar sua capacidade de lidar com as dificuldades inerentes à interação social, que

obstaculizam a mobilidade social ascendente, e ao torná-lo menos suscetível à reincidência criminal e seletividade do sistema de justiça criminal.

Observa-se, pois, da análise dos relatos dos entrevistados, que a experiência prisional acarretou, em regra, enfraquecimento da condição de vulnerabilidade social dos egressos, quer por força dos processos de prisionalização e estigmatização que lhe são inerentes, os quais são potencializados pelas condições deletérias do presídio, quer pela carência de práticas, estratégias e políticas públicas efetivas capazes de aproximar o cárcere da comunidade e da realidade social que o cercam, e de robustecer a capacidade dos egressos de superar as dificuldades e acessar melhores condições de bem-estar.

6 CONCLUSÕES:

No presente capítulo, buscar-se-á compilar as principais conclusões obtidas a partir da análise dos dados empíricos sob a perspectiva teórica adotada, visando, assim, a sistematizar o conhecimento obtido e cotejá-lo com o problema, a hipótese e os objetivos, gerais e específicos, da pesquisa.

Inicialmente, à luz da perspectiva teórica de ZAFFARONI (2001), segundo o qual o sistema penal opera de modo seletivo, guiado pelo estado de vulnerabilidade social do agente, o material empírico coletado ao longo do trabalho de campo revela acentuada condição de vulnerabilidade social dos egressos estudados preexistente ao encarceramento, confirmando, assim, nos limites da pesquisa, o caráter seletivo do sistema de justiça criminal, que opera de modo muito mais intenso dentre os indivíduos que dispõem de acervos de ativos sociais mais deficientes frente às dificuldades inerentes à interação social contemporânea. À exceção de Abel, que dispunha, quando da seleção penal, de maiores níveis de ativos, sobretudo físicos, humanos (pois já havia colado grau em curso universitário) e sociais propriamente ditos, todos os demais egressos ouvidos, assim como suas respectivas famílias, eram titulares de acervos físicos em regra limitados à casa própria de moradia, bem como titulares de parca educação formal e qualificação profissional inexistente, ao mesmo tempo em que integrantes de redes de contatos, reciprocidade e confiança bastante estreitas e deficientes, incapazes de fomentar a mobilidade social ascendente.

Diante do deficiente acervo de ativos dos egressos e suas famílias quando do encarceramento, as estratégias adaptativas, defensivas e ofensivas por eles desenvolvidas, visando a fortalecer a quantidade, qualidade e diversidade dos ativos e acessar de modo mais eficiente o conjunto de oportunidades que lhes é oferecido, são, em geral, pouco criativas, ambiciosas e proativas, visto que os egressos têm consciência de suas fragilidades e da posição social que lhe é imposta, de incluídos precários no mercado de trabalho, razão por que constróem seus planos e pautas de conduta levando em conta, sobretudo, a deficiência de sua educação formal e a ausência de qualificação profissional, excetuado, também aqui, Abel.

Além disso, o estado de vulnerabilidade social dos egressos, antes da experiência prisional, foi em grande parte acentuado pelo franciscano conjunto de oportunidades que lhes era oferecido pelo Estado, mercado e sociedade civil. Afora o pouco valor que o mercado de trabalho atribuía aos seus atributos de saúde, educação e qualificação laboral, os dados coletados evidenciam a parca proteção social e as dificuldades de acesso a direitos de cidadania a que estavam submetidos antes do encarceramento, visto que nenhum dos egressos possuía emprego formal nem recebia seguro-desemprego ou qualquer outra forma de proteção previdenciária, à exceção da bolsa-família, percebida pela maioria dos egressos que, à época, tinham filhos pequenos. Tal constatação confirma, pois, a linha teórica desenvolvida por CARVALHO (2003), de que o processo de criminalização, via de regra, agrega um estigma (GOFFMAN, 1988) ao indivíduo que é invisível socialmente, pois privado de condições indispensáveis ao exercício e gozo de uma cidadania plena, pautada pela dignidade humana. A criminalização de seu agir é, no mais das vezes, o primeiro contato do indivíduo com o Estado e a sociedade civil organizada, os quais, até então, não lho enxergavam socialmente, no sentido de desenvolver ações dirigidas ao incremento de suas capacidades.

Atrelados ao estado de vulnerabilidade dos egressos preexistente à experiência prisional, os dados empíricos coletados, ainda que limitados em sua expressão quantitativa por força da metodologia adotada, confirmam a constatação de YOUNG (2002) de que a privação relativa, o individualismo exacerbado e a precariedade ontológica atuam como importantes preditores da alta criminalidade dos dias atuais, ao considerarmos a amostra de casos selecionados como expressão da criminalidade enquanto fenômeno nacional. Conforme extrai-se da fala dos

egressos, nenhum deles estava inserido, antes do processo de criminalização, em um contexto de pobreza extrema, já que a imensa maioria dispunha de condições econômicas capazes de prover ao menos o necessário para a subsistência própria e de suas famílias, o que vai ao encontro da construção teórica de ADORNO e BORDINI (1986) e ZALUAR (1996), segundo os quais é errônea e insuficiente a associação causal e explicativa entre a pobreza e a criminalidade, ao mesmo tempo em que abre espaço para a adoção de outros instrumentos analíticos mais adequados à apreensão mais nítida da realidade social, como o conceito de vulnerabilidade social empregado na pesquisa, desenvolvido por KATZMAN e FILGUEIRA (1998).

Se por um lado é manifesta a insuficiência explicativa da noção de pobreza para a análise da criminalidade, a trajetória de vida dos egressos estudados evidencia que o descompasso entre o acervo de ativos e oportunidades de que dispõem e o nível de consumo culturalmente imposto gera a frustração, revolta e apreensão típicas da privação relativa, que acaba por impulsioná-los à criminalidade, sobretudo à prática das condutas dirigidas ao acesso forçado à renda e aos bens de consumo, como o furto, o roubo e o tráfico de drogas, pelos quais foram condenados 11 dos 12 egressos estudados. Ademais, se os dados empíricos não permitem a constatação de que os egressos idealizavam o sucesso e a realização pessoal ligados a altas expectativas, já que almejavam apenas uma vida sem privações, com razoável nível de conforto e certa estabilidade, suas entrevistas deixam transparecer a ênfase que colocam na auto-realização, no imediatismo e na demanda crescente de expressão, características do individualismo exacerbado de que fala YOUNG (2002), já que pouco dispostos a aceitar sem contestação suas condições de excluídos, ou incluídos precariamente, no mercado de trabalho. A situação por eles vivenciada é também marcada pela insegurança ontológica, pois enfrentavam, à época do encarceramento, a falta de um núcleo de normalidade, segurança e conforto, premidos pela precariedade do trabalho e enfraquecimento da família, já que, como vimos anteriormente, muitos dos egressos estudados cresceram em núcleos familiares desestruturados, marcados pela ausência ou deficiência das figuras parentais, em especial paterna.

A trajetória de vida dos egressos revela, então, a situação perversa de que trata MARTINS (1997), visto que, antes do cárcere, desenvolviam estratégias de

sobrevivência dirigidas à inclusão precária no mercado de trabalho que os repele, em vez de construir pautas de conduta voltadas à transformação social substantiva e superação das contradições responsáveis pela marginalização. Por tal razão, confirmando a percepção do referido autor, enveredaram pela criminalidade buscando a satisfação do padrão de consumo imposto pelo paradigma cultural contemporâneo, no qual a posse e ostentação de bens materiais assumem dimensão ampliada na construção da identidade.

Satisfeito, assim, o primeiro objetivo específico da pesquisa, o exame dos dados empíricos relativos à experiência prisional dos egressos confirmou, nos limites impostos pela metodologia, a submissão dos mesmos às mazelas apontadas no marco teórico, extraídas da obra de FOUCAULT (1991), BITENCOURT (1993), GOFFMAN (1990), BECKER (1997) e AUGUSTO DE SÁ (2007), as quais são, sempre, inerentes ao cárcere, porém potencializadas pelas condições indignas e deletérias da imensa maioria dos presídios, das quais o PRP é portador e exemplo eloquente, como mostra a pesquisa.

Afora a submissão dos egressos aos efeitos deletérios do encarceramento que lhe são inerentes, por força da privação abrupta da liberdade, da ruptura dos laços de sociabilidade e da imersão na subcultura da delinquência presentes em qualquer experiência prisional, o material coletado mostra, como já dito, que o PRP padece das deficiências comuns à imensa maioria dos presídios nacionais, o que amplia e potencializa a deteriorização da personalidade dos presos, por meio dos processos de prisionalização (AUGUSTO DE SÁ, 2007) e estigmatização (GOFFMAN, 1990).

A fala dos egressos, assim como os relatos dos psicólogos, do agente penitenciário e da juíza de direito, mostra como a superlotação, a falta de higiene, a irrelevância quase absoluta das ações pontuais dirigidas ao ensino e qualificação profissional, a insuficiência e inadequação do trabalho interno e a deficiência manifesta dos instrumentos de assistência à saúde, inclusive psicológica, e assistência jurídica, dentre outras tantas mazelas, tornam indignas as condições de sobrevivência no ambiente carcerário, e assim dificultam sobremaneira a pretensão de desenvolver as capacidades dos egressos e suas famílias para o manejo e superação das dificuldades inerentes à interação social em liberdade. Todos esses problemas, como pudemos ver ao longo da análise do trabalho de campo, têm

origem, mais ou menos direta, na absoluta insuficiência dos recursos investidos pelo Estado no sistema prisional, que se refletem em carências materiais e de pessoal de toda ordem.

A superlotação faz com que tenhamos, atualmente, mais de 800 presos em um estabelecimento penal (aí já considerado o albergue anexo, destinado a acolher os presos sujeitos aos regimes prisionais mais brandos, que possuem autorização para trabalhar externamente) adequado a acolher, com relativa dignidade, cerca da metade dessa população, o que se traduz na transformação da quase totalidade de suas instalações físicas em galerias e celas, obstaculizando o desenvolvimento de atividades dirigidas ao fomento das capacidades dos presos, tais como programas de ensino fundamental e médio, cursos profissionalizantes, grupos de acompanhamento psicológico, instalação de estações de trabalho interno, sobretudo sob a forma de cooperativas, e construção de espaço multidisciplinar dirigido ao tratamento de dependentes químicos. Afora a inexistência de banheiros e rede de esgoto compatíveis com a população carcerária, tampouco há o fornecimento suficiente do material básico de higiene, gerando um quadro de insalubridade disseminada. Há, também, como vimos, a ausência recorrente de médico e material de saúde no interior da casa prisional, afora a carência de um local adequado para receber e tratar os apenados dependentes químicos, sobretudo do *crack*, que, muitas vezes, clamam por auxílio contra o vício e desejam afastar-se das galerias, infestadas pela droga e subjugadas ao poder das prefeituras, estreitamente ligados ao tráfico.

Ademais, o problema da superlotação e da insuficiência de recursos materiais e humanos reflete na ausência quase absoluta de programas de ensino básico e de qualificação profissional, em virtude da falta de espaço físico para as aulas e práticas, carência de professores e insuficiência de agentes penitenciários capazes de assegurar a segurança, sobretudo no deslocamento interno dos presos. Além disso, as esparsas e escassas aulas ministradas, além de acessíveis apenas a uma parcela ínfima dos presos, são oferecidas em horários colidentes com o trabalho destes e inadequadas diante de suas reais necessidades, à luz da realidade sócio-econômica a que estão submetidos. O preso, tendo que optar entre trabalhar (interna ou externamente) ou estudar, opta pelo labor, não apenas pela remuneração, que no mais das vezes inexistente ou é irrisória, mas sobretudo porque,

assim, identifica-se como “preso-trabalhador” e passa a ser depositário de um maior grau de confiança e liberdade dentro do presídio, obtendo acesso à uma galeria destinada exclusivamente àqueles que trabalham, dotada de melhores condições de sobrevivência e convivência, com alimentação de melhor qualidade, maior limpeza, higiene, respeito entre os presos e maior aproximação com a administração prisional, além de, sobretudo, uma menor influência do poder paralelo dos presos, por meio das ‘prefeituras’, na rotina dos trabalhadores. Assim, o trabalho, além das vantagens destacadas anteriormente, atua como veículo capaz de retirar o preso dos lugares mais insalubres e superlotados do presídio, as galerias, colocando-o em uma ala exclusiva dos presos-trabalhadores, que dispõe não só de melhores condições materiais e de pessoal mas, também, de relações de convivência muito mais saudáveis e respeitadas

Todos os egressos ouvidos, assim como o agente penitenciário, o magistrado e os psicólogos, destacaram a importância do trabalho no curso da execução penal, como veículo indispensável à saúde física e mental dos presos e à manutenção de laços de sociabilidade essenciais ao retorno à vida em liberdade, indispensável também para o desenvolvimento e aprimoramento de capacidades laborais, para a manutenção e subsistência das famílias e, sobretudo na visão dos egressos, para obtenção do benefício da remição, segundo o qual para cada dia efetivamente trabalhado corresponde a redução de três dias no total de pena a cumprir.

Contudo, a pesquisa mostrou que os postos de trabalho oferecidos no interior do PRP são insuficientes frente ao número de presos interessados, o que é determinado, em grande medida, pela carência de espaço físico e de recursos humanos capazes de assegurar a segurança e monitoramento das atividades. Ademais, o relato do agente penitenciário vai ao encontro da fala dos egressos ao descrever que as atividades laborais internas, por força das deficiências acima relatadas, são limitadas exclusivamente às tarefas indispensáveis ao funcionamento da casa prisional, tais como limpeza, cozinha, consertos em geral, etc. Assim como não há cursos profissionalizantes dirigidos à qualificação dos presos para o desempenho daquelas atividades mais requisitadas pela comunidade em geral, à luz da realidade sócio-econômica em que inseridos, tampouco há o desempenho, monitorado ou não, de tais atividades no interior da casa prisional, as quais poderiam, ao menos, oportunizar-lhes prática e experiência capazes de torná-los

mais atraentes no mercado de trabalho. Além disso, as atividades laborais internas não contam com remuneração, à exceção daquelas vinculadas à COOSOPEL, o que agravou sobremaneira a condição de vulnerabilidade da maioria dos egressos e suas famílias, na medida em que a experiência prisional interrompe o desempenho da atividade laborativa por parte do egresso, a qual, via de regra, é indispensável à sobrevivência do núcleo familiar, evidenciando que os efeitos deletérios do encarceramento não atingem tão-só os presos, mas também seus familiares próximos. Ainda no que tange ao trabalho interno, a pesquisa evidencia que o processo de seleção dos presos não é pautado apenas por critérios objetivos de aptidão e mérito, aqui considerado como comportamento carcerário conforme as normas disciplinares, já que influenciado decisivamente por relações pessoais travadas com os agentes penitenciários na luta simbólica (BOURDIEU, 1997) e desvirtuado pela corrupção, chaga que se faz presente também na dinâmica social própria do sistema prisional.

Ainda no que toca à compreensão do modo como se deu a execução das penas privativas de liberdade impostas aos sujeitos, atentando às particularidades que encerram potencial de influenciar seus arranjos de ativos, estratégias de uso e conjunto de oportunidades que o mercado, o Estado e a sociedade civil lhes oportunizam, os dados empíricos revelam, quanto ao grau de liberdade conferido ao longo do encarceramento, que todos os egressos foram beneficiados com autorização para visitas, saídas temporárias, progressão de regime e livramento condicional, à exceção do egresso 1, pelos motivos já comentados.

Em um contexto de ênfase na privação da liberdade e na segurança e descaso diante dos direitos dos presos, em detrimento do ideal da reabilitação, tal como exposto por GARLAND (2008), o respeito por parte dos agentes do sistema de justiça criminal para com os benefícios da execução penal acima descritos, que implicam um maior grau de liberdade aos egressos, é reflexo das lutas e negociações travadas entre estes e os agentes penitenciários visando à manutenção da 'ordem' no interior do espaço social da prisão (BOURDIEU, 1997), buscando articular as deficiências materiais e de pessoal do Estado para manter a segurança, de um lado, e a importância conferida pelo egresso para com a fruição desses benefícios, fundamentais não só para a manutenção e desenvolvimento dos laços de sociabilidade, mas sobretudo para a preservação da saúde física e mental dos

egressos, evitando a integral imersão na realidade cultural e social do cárcere, que potencializa a prisionalização e deteriora a personalidade dos presos.

De todo modo, a pesquisa mostra que, com frequência, a visitação não acontece,   esparsa (não raro restrita   esposa ou companheira) ou vai minguando com o tempo por força do distanciamento físico e cultural entre a realidade do cárcere e a vida em liberdade, afora o constrangimento que atinge os visitantes em geral, em especial familiares e amigos, ao ingressar nas casas prisionais, sobretudo em presídios como o de Pelotas, em que há carências de toda ordem e grave problema de superlota o. Na realidade social do presídio local, tal distanciamento   agravado pela proibic o judicial, hoje vigente, de visita o por parte de pessoas menores de 18 anos de idade, o que acaba prejudicando sobremaneira a constru o e desenvolvimento do vínculo parental. Além disso, muitas vezes o afastamento do preso para com sua família e amigos   gerada pelo comportamento do próprio preso, que sofre os efeitos da priva o abrupta da intera o social em liberdade ao mesmo tempo em que passa a ser portador de um traço distintivo altamente depreciativo que se pode impor   aten o e afastar aqueles com os quais interage, destruindo a possibilidade de aten o para outros atributos seus (GOFFMAN, 1990, p. 14). Por fim, questões administrativas ligadas   superlota o, a carências físicas e de pessoal, a problemas envolvendo a manuten o da segurança e, sobretudo,   supera o de incompatibilidades de convivência entre presos e fac es faz com que, muitas vezes, o preso seja recolhido em estabelecimento prisional distante de sua família, o que, obviamente, prejudica, senão inviabiliza por completo, a visita o, mormente em famílias mais carentes economicamente, que não dispõem de recursos para custear o transporte.

Pois tais razões, quatro dos oito egressos estudados que eram casados quando do encarceramento separaram-se durante a experiência prisional, por força do distanciamento determinado, inexoravelmente, pela priva o da liberdade, que acarreta não são a ruptura da convivência mas também da comunhão de estratégias de vida da casal. Ademais, a experiência prisional dos egressos implicou, em maior ou menor medida, o enfraquecimento, a mitiga o ou o rompimento de outros vínculos afetivos, de amizade e de confiança, que compõem seus acervos de ativos sociais, sendo que a afeta o do encarceramento sobre os mesmos depende, em grande medida, da riqueza, solidez e intensidade das rela es existentes antes da

experiência prisional, fazendo-se mais presente a mitigação ou rompimento do vínculo afetivo quando este era mais frágil na interação social anterior ao cárcere.

Os dados empíricos mostram, também, que embora os egressos selecionados tenham sido beneficiados, ao longo da execução penal, com a progressão de regime prisional e com o livramento condicional, à exceção de Abel, nenhum deles recebeu assistência do Estado ou da sociedade civil organizada no processo árduo de reinserção à vida em liberdade, de modo a facilitar o acesso ao trabalho remunerado ou a minimizar seus estados de vulnerabilidade social. Apenas Danilo, que teve a oportunidade de ingressar na COOTRAJOBÁ, da qual chegou a ser presidente, por meio dela encontrou não só um canal para a obtenção de um trabalho remunerado como passou a desfrutar de uma rede de contatos, solidariedade e confiança muito mais amplos, já que passou a ser visto pela comunidade, com o apoio do próprio sistema de justiça criminal e de setores organizados da sociedade civil, como um preso/egresso que deseja trabalhar e imprimir um novo rumo à sua vida.

O cotejo de seu exemplo com a falta total de apoio vivenciada pelos demais egressos confirma a premissa teórica, desenvolvida por AUGUSTO DE SÁ (2007) e ZAFFARONI (2001), de que a participação da comunidade, por meio de ações coletivamente organizadas, tais como a criação e fomento de cooperativas de trabalho, consubstancia importante instrumento de minimização da condição de vulnerabilidade social dos egressos, contrabalançando os efeitos deletérios e inevitáveis da experiência prisional.

Da pesquisa exsurge manifesta, também, a intensidade e a extensão do poder paralelo dos presos no interior das casas prisionais, exercido por meio das 'prefeituras', bem como os efeitos nefastos que produz, sobretudo na personalidade e identidade social dos egressos. Construído no vácuo deixado pelas carências materiais e de pessoal do sistema de justiça criminal, tal poder fomenta iniquidades de toda ordem e potencializa a degradação da personalidade dos detentos, pois exercido sem qualquer preocupação com a dignidade e respeito a direitos destes, atingindo principalmente aqueles que não fazem parte do comando, mantidos sem voz nos fundos das galerias, sem contato com quaisquer pessoas que possam dar eco às suas reclamações e necessidades.

No que tange, especificadamente, aos efeitos produzidos pela experiência prisional no estado de vulnerabilidade social dos egressos, os dados empíricos obtidos revelam a prisionalização e a estigmatização sofridas, em maior ou menor grau, não só pelos próprios egressos, mas também por suas famílias, com quem compartilham acervos de ativos, estratégias de uso e conjunto de oportunidades criado pelo Estado, mercado e sociedade civil, constatação que se harmoniza com as proposições teóricas que permeiam as obras de FOUCAULT (2001 e 2004), GOFFMAN (1988), BECKER (1997) e AUGUSTO DE SÁ (2007). Todos os egressos, em maior ou menor medida, sofreram os efeitos deteriorantes do encarceramento, sobretudo a prisionalização e a estigmatização, alterando, assim, sua identidade social, visto que levam consigo um atributo profundamente depreciativo que dificulta a interação social, e absorvendo a subcultura do sistema carcerário, ao menos tempo em que se distanciam das práticas culturais das quais participavam em liberdade. Dessa forma houve, evidentemente, um *déficit* significativo na valorização que o mercado de trabalho e a comunidade em geral confere aos egressos, fazendo com que a obtenção de postos de trabalho mais estáveis e de remuneração digna seja ainda mais distante do que já era para a maioria deles, por força da deficiente formação educacional e profissional, que não sofreu qualquer acréscimo significativo ao longo da experiência prisional.

O trabalho de campo mostrou que a experiência prisional atinge negativamente os acervos de ativos físicos, financeiros, humanos e sociais dos egressos e suas famílias, embora em casos pontuais tenha havido o incremento do acervo de ativos por força de circunstâncias alheias ao encarceramento, as quais resistiram aos seus efeitos deletérios, como a obtenção da carteira funcional de advogado por Abel logo depois de extinta a pena privativa de liberdade, a conclusão de curso junto ao IFSUL por parte de filho de Matias ou a constituição de nova união estável por Benedito, quando a nova companheira dispõe de formação educacional mais expressiva e ampla rede de contatos, confiança e solidariedade. Por outro lado, tampouco houve o desenvolvimento de ações e medidas capazes de fomentar e desenvolver a habilidade dos egressos e suas famílias de construir estratégias de uso dos ativos mais adequadas e eficientes diante do conjunto de oportunidades de que dispõem, assim como não houve estímulo à proatividade indispensável para colocá-las em prática. E, por fim, ao longo da prisão dos egressos não houve alteração substancial

favorável no conjunto de oportunidades, criado pelo Estado, mercado e sociedade civil, aos quais tinham acesso, à exceção de Danilo que, como vimos, passou a usufruir do apoio da COOTRAJOBA, sobretudo nos processos de obtenção de trabalho remunerado e de construção de uma imagem menos estigmatizada junto à comunidade em que vive. À mingua, pois, de ações e medidas capazes de oportunizar melhores oportunidades rumo à mobilidade social ascendente, os egressos tornam-se ainda menos valorizados no mercado de trabalho, menos aptos a lidar com as dificuldades inerentes à interação social e ainda mais vulneráveis frente à atuação seletiva do sistema de justiça criminal. Trata-se, pois, de um processo perverso: o indivíduo que era, em regra, quando da prisão, privado dos direitos básicos de cidadania, portanto invisível socialmente, recebe o olhar do Estado justamente para criminalizá-lo, sem que, ao longo da execução penal, de algum modo seja beneficiário de ações ou políticas públicas capazes de minimizar sua condição de vulnerabilidade social.

O impacto negativo do encarceramento sobre o estado de vulnerabilidade social dos egressos e a ausência de ações ou políticas públicas efetivas dirigidas ao incremento de seus acervos de ativos, desenvolvimento e diversificação das estratégias de uso e fomento do conjunto de oportunidades rumo a melhores condições de bem-estar, bem como a estigmatização e a prisionalização inerentes à experiência prisional, pavimentaram o caminho de sete dos doze egressos estudados rumo à reincidência criminal. Postos em livramento condicional em estado de vulnerabilidade ainda mais acentuado e sem qualquer apoio do Estado ou da sociedade civil organizada, enveredaram novamente pela criminalidade, retomando a prática de delitos dirigidos à satisfação forçada de suas necessidades e expectativas, construídas em um contexto cultural marcado pelo consumismo e pelo imediatismo (YOUNG, 2002), confirmando a perspectiva teórica de BECKER (1997) e BARATTA (2002) de que a reincidência criminal é, em grande medida, determinada pelos efeitos psicológicos desencadeados pela reação social ao primeiro desvio, principalmente quando submetido à pena de prisão, particularmente deteriorante da personalidade.

Ainda que os dados empíricos não permitam estabelecer uma relação direta entre a duração da prisão e seus efeitos deteriorantes, visto que nos deparamos com casos em que o encarceramento foi relativamente curto (dois ou três anos), em

comparação aos demais, porém marcado por acentuada estigmatização e prisionalização dos egressos, o trabalho de campo mostra que a deteriorização tende a ser mais acentuada quanto mais longa for a experiência prisional, pois o tempo guarda estreita ligação com a ruptura dos laços de sociabilidade, a imersão na subcultura do cárcere, a desorganização da personalidade e a depreciação da habilidade e da proatividade dos presos frente às transformações sociais que operam no entorno.

Muito embora o campo do controle do crime, nos cenários estadual e nacional, esteja marcado por um discurso que reconhece as mazelas do sistema prisional e prescreve investimentos dirigidos ao 'tratamento' dos presos (vejamos, por exemplo, o PRONASCI, do Governo Federal, e o Programa Estruturante Cidadão Seguro, do Governo do Rio Grande do Sul), a pesquisa nos mostra que o discurso ainda não alcançou a prática, marcada, precipuamente, por esparsos e escassos investimentos na manutenção e segurança das casas prisionais, além de tímido aumento no número de vagas, evidenciando que os arranjos descritos por GARLAND (2008), relativamente às experiências contemporâneas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, guardam similitude com o cenário brasileiro e gaúcho atual, na medida em que há ênfase na confiança nos mecanismos penais e na manutenção da ordem (sem maior questionamento acerca da prisão em si, e sua eficiência), sendo o ideal da reabilitação apenas mais um objetivo dentre tantos outros, fazendo com que a prisão atue, efetivamente, enquanto instrumento de contenção das classes desfavorecidas.

A experiência dos egressos, agente penitenciário, psicólogos e magistrada revela que, na rotina diuturna e nas lutas simbólicas que se estabelecem no interior das casas prisionais, não há ênfase e investimento (e tampouco crença por parte de muitos atores) em ações e medidas dirigidas a tornar o egresso mais capaz de enfrentar as dificuldades inerentes à interação social, já que a preocupação mais latente do Estado e da comunidade em geral diz respeito, como dito acima, ao reforço dos mecanismos penais, por meio do reforço da vigilância e criação de novas vagas para presos.

Na medida em que a pesquisa mostra que a perspectiva teórica da vulnerabilidade social é um indicador adequado para tratar as questões relativas ao

sistema prisional, já que capaz de apreender os efeitos do encarceramento na trajetória de vida dos egressos, em especial nas suas capacidades de construir e colocar em prática estratégias de uso dos ativos sociais, à luz das oportunidades de que dispõem, rumo a melhores condições de bem-estar, há espaço para a construção de uma filosofia prisional orientada pela vulnerabilidade social, tal como preconizado por ZAFFARONI (2001).

Se o trabalho de campo confirma que o encarceramento traz, inexoravelmente, efeitos deletérios ao estado de vulnerabilidade social dos presos e suas famílias, os quais são agravados pelas condições desumanas das casas prisionais do país, a construção e adoção de um conjunto de ideias, princípios, políticas públicas e redes de cooperação dirigidas a fazer com o processo de criminalização, em especial quando envolve a aplicação da pena de prisão, seja orientado para a minimização do estado de vulnerabilidade social dos egressos confere, ao menos, alguma legitimidade ao sistema de justiça criminal, fazendo com que sua atuação, ainda que de modo limitado, contribua para a contenção da criminalidade e controle da reincidência criminal, em vez de atuar tão-só como potencializador dos problemas sociais.

Por força da falta de investimentos suficientes do poder público para o sistema prisional, ao menos na realidade local, é imprescindível o fomento da cooperação da comunidade que, por meio de ações coletivamente organizadas, em especial sob a forma de cooperativas, pode contribuir decisivamente para robustecer a capacidade de resposta dos presos diante dos riscos e pressões presentes na vida em sociedade, sobretudo criando canais de cooperação e solidariedade dirigidos a acolhê-los quando da reinserção à comunidade, seguindo a perspectiva teórica de AUGUSTO DE SÁ (2007). Muito embora não se possa, evidentemente, descuidar da necessidade e urgência de minimizar, ao menos, as condições deletérias dos presídios, evidenciadas na presente pesquisa, o êxito de uma filosofia prisional orientada pela vulnerabilidade social depende da mobilização de espaços externos às casas prisionais, mais próximos da comunidade, nos quais possam ser desenvolvidas atividades multidisciplinares dirigidas à assistência e reintegração dos presos, sobretudo envolvendo o ensino, a qualificação profissional, o trabalho externo e a assistência psicológica, inclusive em prol dos familiares. Tal medida beneficiaria em especial os presos submetidos aos regimes mais brandos de

cumprimento de pena, os quais, ao mesmo tempo em que se afastam da superlotação, da falta de segurança, da disseminação do *crack* e do poder das 'prefeituras' para o desempenho destas atividades em espaços externos, minimizando assim a estigmatização e a prisionalização inerentes ao encarceramento, aproximam-se da comunidade na qual serão, depois, integralmente reinseridos, valendo-se de canais e redes de cooperação e solidariedade que se mostram imprescindíveis na pavimentação do caminho rumo a melhores condições de bem-estar.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADORNO, Sérgio e BORDINI, Eliana. Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo: 1924 a 1985. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, volume 09, n. 03, 1986.

ALONSO, Luis Enrique. *La mirada cualitativa em sociología: una aproximación interpretativa*. Caracas: Editorial Fundamentos, 1998.

AUGUSTO DE SÁ, Alvino. **Criminologia clínica e psicologia criminal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

BECKER, Howard. *La desviación y la respuesta de los otros*. Maracaibo: Universidade de Zulia, 1997.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

BUSSO, Gustavo. Vulnerabilidad social: nociones e implicancias de políticas para Latinoamérica a inicio del siglo XXI. In: CEPAL. **Seminário de las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social em América Latina y el Caribe**. Santiago do Chile: CEPAL, 2001.

CARVALHO, Salo de. **Pena e garantias**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. **Prisão e Estado**. Pelotas: EDUCAT, 1997.

_____ **A capitalização do tempo social na prisão: a remição no contexto das lutas de temporalização na pena privativa de liberdade**. 1ª ed. São Paulo: Método IBCCrim, 2008.

_____ **A prisionalização do agente penitenciário: um estudo sobre encarcerados sem pena**. Pelotas: EDUCAT, 2001.

COLOGNESE, Sílvio Antônio e MÉLO, José Luiz Bica de. A técnica da entrevista na pesquisa social. In: **Cadernos de Sociologia**, Porto alegre, v. 9, p. 143 a 159, 1999.

CORRÊA DO LAGO, L. A.. A retomada do crescimento e as distorções do "Milagre":1967-1973. In: ABREU, M. de P. (org.). **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

_____ **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

Vigiar e punir, 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. In: **Jornal dos Economistas**, n. 179, junho de 2004.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

KATZMAN, Ruben e FILGUEIRA, Fernando. **Una mirada crítica al “assets-vulnerability approach”**. Santiago do Chile: CEPAL, 1998.

LEMERT, E. **Human deviance, social problems and social control**. Nova Jersey: Prentice Hall, 1967.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOSER, Caroline. **The asset vulnerability framework, reassessing urban poverty reduction strategies**. Washigton D.C.: World Bank, 1998.

OLABUÉNAGA, José Ignacio Ruiz. **Metodología de la investigación cualitativa**. Bilbao: Universidad de Deusto, 1999.

SAUTÚ, Ruth. **Todo es teoria**: objetivos y métodos de investigación. Buenos Aires: Lumiere, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**. O desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIGNOLI, J.R. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables: um marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes**. Santiago do Chile: CEPAL, 2001 (*Serie Población y Desarrollo*, n. 17).

WOLFF, Maria Palma. **Antologias de vida e histórias na prisão**: emergência e injunção de controle social. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2004, v. 01.

YOUNG, Jack. **A Sociedade excludente**: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. 5ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ZALUAR, Alba. **Da revolta ao crime**. São Paulo: Polêmica, 1996.

APÊNDICES

A seguir é apresentado o roteiro empregado nas entrevistas dos egressos selecionados. Tratando-se de roteiro semiestruturado, ao longo das conversações com os sujeitos houve espaço para a introdução de novas indagações e para a exploração de informações pertinentes surgidas no curso da interação. A linguagem e a sequência de perguntas adotadas, para cada caso, também foram adaptadas ao longo do trabalho de campo, visando à melhor apreensão da realidade social.

Com relação à entrevista da juíza de direito, do agente penitenciário e dos psicólogos, optou-se por introduzir, ao longo da interação, as perguntas sem um roteiro prévio estruturado, em face do carácter complementar dos dados a serem apreendidos e para que se pudesse conferir maior liberdade e espontaneidade aos entrevistados.

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA DOS EGRESSOS

- 1) Na época do fato pelo qual tu foste condenado, como era tua vida? E atualmente, após o retorno à liberdade?
- 2) Naquela época, tu estavas trabalhando? Como era teu trabalho? Quanto ganhavas? E atualmente?
- 3) Com quantos anos começaste a trabalhar? Como era a condição financeira de teus pais?
- 4) Qual teu nível de instrução? Tens alguma qualificação profissional? Recebeste algum tipo de estudo ou curso de capacitação profissional na prisão?
- 5) Naquela época, tinhas algum bem de maior valor, como casa, terreno, campo, animais, máquinas, meio de transporte, negócio próprio ou familiar, dentre outros? E atualmente, após o retorno à liberdade?

- 6) E dinheiro guardado, tinhas algum? Tinhas conta bancária com limite, cartão de crédito ou alguma forma de acesso a empréstimo? Conhecias pessoas que pudessem te emprestar dinheiro? Havia dívidas? E atualmente, em liberdade?
- 7) Tens família? Quem dela faz parte? Quem mora contigo? Alguém depende financeiramente de ti?
- 8) Qual o nível de instrução e qualificação profissional dos membros de tua família? Algum deles trabalha? Como trabalham e quanto ganham?
- 9) Vocês enfrentavam, naquela época, algum problema de saúde? Tu e/ou algum membro da família enfrentava problemas com o consumo de drogas e/ou álcool? Recebiam assistência à saúde por parte do Estado? Possuíam algum plano de saúde? E atualmente?
- 10) Naquela época, tu tinhas conhecidos e/ou amigos que pudessem te ajudar em caso de necessidade? Participavas de algum clube, associação, seita religiosa ou outra forma de convivência comunitária organizada? Durante a prisão, tiveste acesso a estes contatos?
- 11) Durante a prisão, tiveste contato com outras formas de associação, como cooperativas de trabalho para presos e egressos, instituições de auxílio à saúde e à dependência de drogas e álcool, dentre outras? Após retornar à liberdade, estes contatos foram mantidos?
- 12) De que forma tu e tua família tentavam superar as dificuldades que enfrentavam naquela época? Quais eram teus planos para melhorar de vida? E hoje, os problemas e os planos são os mesmos?
- 13) De que forma tu tentaste manter contato e/ou ajudar a família durante a prisão? Como tua família ficou enquanto estavas preso?
- 14) Após sair em liberdade, como tentaste ganhar a vida? Tiveste que mudar teus planos, teu estilo de vida? Enfrentaste preconceito por ser ex-presidiário?
- 15) Nestes anos todos, desde a época do fato que levou à prisão até o retorno à liberdade, houve algum casamento ou união estável tua ou de algum familiar

teu? Terminou algum casamento ou união estável? Nasceram filhos? Mudaram de moradia e/ou de cidade?

- 16) Tu e tua família recebiam assistência do Estado em termos de saúde, educação e outros serviços básicos? Como eram estes serviços? Recebiam algum benefício previdenciário? Como ficou esta ajuda durante a prisão? E depois do retorno à liberdade?
- 17) Recebiam auxílio de alguma associação em geral (fundações, ONG's, sindicatos, órgãos paraestatais, instituições beneficentes, religiosas, etc) para conseguir melhores condições de vida? Como funcionaram em prol da família durante a prisão? E após o retorno à liberdade?
- 18) Quais são as perspectivas de emprego e trabalho para ti e tua família, dentro da realidade do local onde vivem? O que é necessário, na tua opinião, para conseguir melhores condições de vida? A prisão atrapalhou teus projetos de vida? De que forma?
- 19) Como foi e o que significou para ti a experiência prisional?
- 20) Como cidadão, o que achas que pode ser feito na prisão para ajudar os presos a não cometer novos crimes e conseguir melhores condições de vida em liberdade?

ENTREVISTA DE ABEL

- 1) Na época do fato pelo qual tu foste condenado, como era tua vida? E atualmente, após o retorno à liberdade?

Fui condenado cerca de 07 meses após o flagrante delito, que ocorreu em fevereiro de 2002. Na época já estava formado em Direito pela UFPEL e já tinha sido aprovado no exame da OAB, mas por uma questão burocrática me foi solicitado que não ingressasse com o pedido da inscrição na OAB em janeiro de 2002, porque a carteira iria mudar de formato. Assim, na época do crime, que foi em fevereiro daquele ano, eu não podia exercer a advocacia. Morava com meus pais e minha irmã, sendo que meu pai tinha sério problema de saúde (câncer) e minha mãe, de certa forma, também, pois tinha problemas com o consumo de álcool e um perfil hipocondríaco. Às vezes tomava “algumas fortes “ em casa e não chegava nem na cama. Na época morava na Marina Ilha Verde, em uma casa que meus pais construíram há mais de 20 anos, quando aquilo ainda era um campo. Em 2002 o lugar já era considerado um dos melhores bairros da cidade, e isso fez com que eu tivesse dificuldade em conseguir emprego e trabalho, pois as pessoas achavam que eu tinha uma condição social e econômica muito elevada para as funções e trabalhos que precisavam preencher, ou que eu não precisava dos empregos, pelo padrão de vida que nós levávamos antes. Um pouco antes do delito minha família tinha uma padaria, e um funcionário da empresa, que foi contratado porque eu estava muito envolvido com a conclusão da faculdade, envolveu-se com minha irmã e passou a ter acesso às finanças, sendo que deu um desfalque de aproximadamente R\$ 50.000,00, o que foi suficiente para quebrar a padaria. Tiveram que vender os dois carros que a família tinha na época e o maquinário da padaria para pagar parte das dívidas. O sustento da família ficou muito comprometido, pois chegavam a gastar R\$ 2000,00 ou R\$ 3000,00 mensais com medicamentos e viagens a POA para tratamento do pai. Eu namorava uma menina cuja tia tinha um restaurante, no qual eu trabalhei muitas noites, como barman, garçom, recebendo aproximadamente R\$ 30,00 por dia. Eu buscava, então, meu sustento e de minha família de um modo legal, mas não conseguia.

2) Como surgiu o teu envolvimento com a droga e o tráfico?

Eu nunca consumi drogas. Muitas pessoas se enganam achando que o tráfico está restrito às vilas, às pessoas mais pobres. Quem realmente comanda o tráfico não está na periferia, e sim no centro. Frequentava as grandes rodas, os melhores restaurantes, clubes, lugares que então eu também frequentava por força da minha condição social anterior. Uma das pessoas do clube de vela que eu frequentava tinha uma garagem de veículo, e me ofereceu um trabalho de vendedor. Como eu sempre trabalhei com vendas, pois antes da padaria meus pais tinham uma fábrica de confecções, eu achei uma boa oportunidade. Tinha que buscar carros em POA, o que não era problema, pois eu tinha habilitação. Nos primeiros carros que busquei ele pagava as despesas e me dava R\$100,00 ou R\$200,00, o que era ótimo negócio, porque perdia um dia para ir e voltar de POA. Daqui a pouco surgiu a oportunidade de buscar um carro e receber cinco vezes mais o que me deixou intrigado, pois era o mesmo tipo de carro e a mesma viagem. Aí perguntei para ele o que é que tinha, e ele me disse que era porque o carro estava “recheado”. Como eu já vinha fazendo aquilo sem saber e nunca tinha acontecido nada, era uma coisa que não me expunha, resolvi encarar e contar com a sorte, porque eu precisava. É muito diferente tu ganhares R\$ 35,00 por noite e ganhar R\$ 1000,00 num dia, né. Com mil eu consigo pagar contas e colaborar em casa.

3) Com que frequência tu trazias estes carros “recheados”? Conseguias uma renda mensal boa?

Eu trazia de dois a três carros, ganhando R\$ 1.000,00 por dia, era uma grana boa. Mas tu começa a aumentar o teu risco, teu vínculo. Tu começa a conhecer pessoas. Em vez de deixar o carro na garagem, passei a levar direto para a pessoa que era o “destino”. Tu cria uma rede de contatos, e quanto mais permeado tu estás no meio, mais difícil é de sair. Mas eu tinha consciência de que aquilo ali não era minha vida. Chega um momento em que tu tens que decidir: ou tu é bandido ou tu não é. Porque o volume do teu trabalho vai crescendo. Se eu trazia um kg, daqui a pouco tô trazendo dez, e o risco aí é muito diferente. Daqui a pouco eu teria que andar armado não por causa da polícia, mas porque os outros traficantes podiam me roubar, e roubo de droga não dá para registrar na polícia. Se o cara tentar de roubar tu vai matar. Chegou o momento em que a coisa ganhou uma dimensão muito

grande. Eu estaria ganhando muito dinheiro, a ponto de dizer que não precisaria mais. Aliás, era o que eu ia fazer, pois um dia depois do flagrante eu levaria um barco para Brasília, onde eu tentaria conseguir trabalho, pois iria ficar um mês na casa de uma amigo e encaminharia o pedido da minha inscrição na OAB por lá. Eu já tinha um suporte financeiro legal, não há ponto de resolver o problema familiar, mas pelo menos de amenizá-lo. Era o momento de parar. No dia em que fui preso eu estava entregando o carro, com droga, no local combinado, mas o carro já tinha sido usado um dia antes por um rapaz que estava sendo investigado pela polícia, que por causa disso estava rastreando o carro. Quando a polícia deu o “bote” não sabia que era eu que estava no carro. Aí caiu a casa, não tem o que fazer. Da PF fui para o presídio.

4) E quanto tempo ficaste no presídio?

03 anos 03 meses e 06 dias, em regime fechado. Depois entrei em livramento condicional, no qual permaneci um ano e meio. Durante o tempo em que fiquei no presídio não recebi qualquer benefício externo, saída temporária, trabalho externo, nada.

5) E dentro do presídio, trabalhaste em algo?

Eu trabalhei no setor jurídico, que até então não existia, foi criado por força da minha condição. O trabalho jurídico no presídio tem uma demanda constante, e era um jeito de eu minimizar minha situação, diminuindo o tempo de prisão, pela remição e pelo bom comportamento. Desde o início comecei a trabalhar, ainda que isso só fosse reconhecido formalmente, para fins de remição, alguns meses depois, porque a administração não queria que parecesse que eu estava sendo beneficiado, pois o pedido dos outros presos demorava para ser analisado.

6) Durante a prisão, recebeste visita de alguém, em especial dos teus familiares?

Da minha mãe e da minha irmã às quartas e domingos, sendo que minha mãe ia alternadamente, uma vez sim, outra não. Já de outras pessoas não recebia visita. Recebi visitas de apenas dois amigos, uma única vez, e alguns outros amigos que não fizeram visita na cela, e sim foram ao parlatório, onde falamos por alguns minutos, pelo tempo permitido.

7) Durante o período de aprisionamento, frequentaste algum curso dirigido ao teu crescimento pessoal, em especial de aperfeiçoamento, qualificação profissional ou educacional?

Não, nada.

8) Durante a prisão, tiveste contato com outras formas de associação, como cooperativas de trabalho para presos e egressos, instituições de auxílio à saúde, dentre outras? Após retornar à liberdade, estes contatos foram mantidos?

Não tive nenhum contato. Naquela época recém estavam pensando em montar a cooperativa de trabalho, que hoje está funcionando, ainda que de modo tímido. Havia preocupações setoriais, em especial com o encarceramento feminino, que na época trabalhava com confecções. Não sei como está hoje esta atividade.

9) Quando fostes colocado em livramento condicional, como tentastes reconstruir tua vida? Quais as estratégias que adotaste? Como foi o impacto de retomar o convívio social?

Havia um grande dúvida das pessoas que me conheciam, porque todas elas sabiam que eu não tinha contato com drogas, sequer como usuário. Para as pessoas que realmente queriam saber o que tinha havido, porque queriam me ajudar, eu me abria. Outras também estavam em dúvida, e se baseavam pela minha conduta anterior, de alguém sem qualquer contato com drogas, de quem trabalhava, estudava, era um cara de família, esportista. Eu acho que tive êxito na reconstrução muito em virtude disso, pois minha conduta anterior sempre foi correta. Me lembro de uma vez, eu tinha 16, 17 anos, e estava passando em frente ao Satolep, um bar da noite que havia na época, quando um amigo me convidou para entrar e eu disse que estava indo trabalhar na padaria. Ele então disse que me admirava. Consegui reconstruir minha vida trabalhando com o Direito porque a imagem que as pessoas tinham de mim era de um cara bom.

10) E da parte das demais pessoas, que não te conheciam? Como foi a interação? Sentiste algum preconceito pela tua condição de egresso da prisão?

Senti preconceito, sim, muita restrição. Tu senti no olhar, percebes que a pessoa que olha com um certo estranhamento, desconfiança. Às vezes é até por

curiosidade, de saber o que e como aconteceu. A gente carrega esta cruz, de ser ex-presidiário. Como os presos falam, a gente é marcado na paleta, feito boi. Para muitas pessoas, ex-presidiário não tem recuperação, porque tu és delinquente, não tiveste um fato isolado de delinquência. Outras pessoas, porém, usam outro critério, acham que a gente tem solução, porque analisam o nosso passado, os 26 anos que eu já tinha vivido na época foram considerados. Já vivi episódio de curiosidade feminina, de mulheres que querem um envolvimento sexual com o cara achando que é algo diferente, por fetiche, como para muitas é andar com policial. Vivi situações delicadas, como a de chegar atrasado em casa, depois das 22h, o que era uma obrigação do livramento condicional, o que aconteceu uma única vez, porque eu estava em um encontro acadêmico de questões penitenciárias na UCPEL, apresentando um trabalho que fiz junto com um psicólogo, sobre o atestado de conduta carcerária para fins de progressão de regime. Fiquei muito contrariado, porque sempre fui cumpridor de minhas obrigações. Aliás, é muito difícil cumprir as condições do livramento condicional, que envolve uma liberdade vigiada. As condições são de um contra-senso muito grande, porque benefícios menos amplos, que são concedidos mediante menores requisitos, como a saída temporária quase não têm condições, enquanto o livramento condicional possui muitas. Por exemplo, o preso sob livramento tem de estar em casa às 22h, enquanto o preso em saída temporária pode ficar na rua a hora que quiser, sem restrição. A meu ver estas condições devem ser reavaliadas, até porque o estado não cumpre suas obrigações para com o egresso. Pela LEP, o Estado deve fornecer moradia, deve procurar trabalho para ele, e nada disso é feito. Quando tu sai em livramento condicional tens a obrigação de assinar uma caderneta mensalmente junto à VEC, mas tu não tens entrevista com assistente social, para saber se precisas de emprego, e tu assume a obrigação de comprovar emprego em 30 dias. Graças às relações familiares e sociais eu consegui uma carta de emprego fria, como 90% são, que me permitiu manter o benefício, mas durante dois ou três meses eu não trabalhei. Depois tive contato com alguns colegas, e um deles me convidou para trabalhar no escritório dele, no qual eu estou até hoje. Fui para o escritório em setembro de 2005.

11) Houve resistência por parte da OAB e/ou de colegas advogados neste processo de obtenção de tua inscrição na OAB, e também na construção de teu espaço no mercado de trabalho?

Da própria OAB. Eu vim a ter a carteira somente em novembro de 2007, ou seja, dois anos depois de ter sido posto em liberdade condicional. Porque eles entendiam que eu tinha que estar reabilitado criminalmente, pois entendiam que era um crime difamante à profissão. Quem sabe roubar um cliente, apropriar-se de valores de clientes deve ser um crime menos difamante do que cometer um crime antes de ser advogado. Desde o primeiro momento aleguei o direito constitucional do trabalho, a obrigação do trabalho imposta como condição do livramento, mas nada disso foi levado em conta. Tive, então, que esperar a reabilitação para conseguir a carteira da OAB.

12) Antes de começar a trazer os carros de POA, no que estavas trabalhando, e qual era tua renda?

A padaria já estava fechada há algum tempo, e eu trabalhava, eventualmente, como *barman* e garçom em um restaurante, tipo *pub*, que o pai de minha namorada na época tinha. Normalmente de quinta a domingo, ganhando R\$35,00 por noite, das 20h às 06 da manhã.

13) Naquela época, quem auxiliava no sustento da família?

Meu irmão, que é médico, que estava começando a carreira em POA, mandava o que podia. Nos meses melhores, conseguia mandar, em valores de hoje, cerca de R\$ 1000,00 mensais. Essa era a renda familiar, mais o que eu conseguia contribuir. Minha irmã, pai e mãe não trabalhavam, pois minha irmã tinha que cuidar dos pais. Nenhum deles tem aposentadoria ou benefício previdenciário até hoje.

14) Com quantos anos começaste a trabalhar?

Comecei aos treze anos de idade, quando meus pais tinham uma fábrica pequena de confecções. No colégio eu vendia, desde pequeno, tapa-pós e uniformes aos colegas. Aos treze anos, compramos as máquinas de serigrafia e passei a trabalhar, na fábrica, fazendo as serigrafias das confecções. Quando tinha 16 anos é que abrimos a padaria.

15) Quando começaram os problemas de saúde na família?

Aos dezoito anos de idade. Até então vivíamos como família de classe média, não passamos nenhum tipo de necessidade, ainda que não tivéssemos dinheiro

sobrando. Passamos algum aperto quando era mais novo, durante a construção da casa própria, mas era uma necessidade momentânea, não chegou a comprometer a vida familiar. O grande baque veio com o desfalque causado pelo funcionário da padaria, que desviou entre R\$ 35.000,00 e R\$ 50.000,00, o suficiente para quebrar o padaria, pois era nosso capital de giro. Vendemos carros, maquinário da padaria, e nesse momento eu tive que buscar alternativas para me sustentar e auxiliar no sustento da família. Procurei emprego, fui a inúmeros escritórios de advocacia e não consegui nada, por isso fiquei fazendo bico no restaurante do pai de minha namorada. Amigos e conhecidos me fechavam as portas, acreditando que o trabalho que eles ofereciam não estava à altura de minha condição social, por morar em um dos bairros mais nobres da cidade, sendo que compramos o terreno quando aquilo ainda era um campo, de baixo valor.

16) Como foi a tua educação, desde o ensino fundamental até a conclusão do curso de Direito?

A primeira série do primeiro grau fiz no colégio Gonzaga, logo após chegar ao Brasil, pois nasci e me criei, até os cinco anos de idade, no Uruguai. Depois fui para um colégio público no Laranjal. Depois passei para o Assis Brasil, onde fiquei até a sétima série. Depois a condição econômica deu uma melhorada e voltei ao Gonzaga, no qual fiquei até terminar o segundo grau. Meus irmãos trilharam o mesmo caminho. Ingressei na UFPEL, onde coleí grau em Direito dentro do cronograma normal, pois sempre tive desempenho escolar plenamente satisfatório. Obtive até carta de recomendação da diretora da faculdade.

17) Naquela época, além da casa, tinhas algum bem de maior valor, como terreno, campo, animais, máquinas, meio de transporte, negócio próprio ou familiar, dentre outros? E atualmente, após o retorno à liberdade?

O patrimônio que restava era um carro, para toda a família. O outro carro já tinha sido vendido. A casa foi passado aos três filhos com usufruto à mãe, razão por que é difícil de vender, porque depende da vontade de todos. Depois dos três anos de prisão, o patrimônio da família era o mesmo, porém a situação era um pouco mais confortável porque meu irmão estava ganhando mais, e com isso conseguia mandar mais dinheiro. Como médico, há um período inicial em que não se ganha muito, mas depois a renda melhora bastante. Ele sempre trabalhou muito, fazendo inúmeros

plantões. Então meu irmão conseguiu manter a família em um padrão razoável, sem passar maiores necessidades. Mas até hoje pagamos dívidas daquela época, de luz, IPTU, etc. Meu irmão mantém a família até hoje. Eu consigo colaborar, mas não manter.

18) E dinheiro guardado, tinhas algum? Tinhas conta bancária com limite, cartão de crédito ou alguma forma de acesso a empréstimo? Conhecias pessoas que pudessem te emprestar dinheiro? Havia dívidas? E atualmente, em liberdade?

Não havia dinheiro guardado algum. Tudo o que entrava era para o sustento da família, até porque os gastos com o tratamento do pai eram muitos. E quem está em situação de falência está sempre tapando furo, atrasa uma dívida, paga outra, e assim vai, tentando manter o nome limpo e ter algum crédito. Não havia ninguém para ajudar nessa época, até porque pessoas para ajudar nessas horas são sempre raras. Os parentes, que moram em outros países, também não tinham condições de ajudar. Nós tínhamos a conta bancária da padaria, com algum limite, porém tivemos que pagar as contas e encerrá-la. Eu tinha uma conta pessoal de estudante, cujo limite do cheque especial era muito baixo, cerca de R\$200,00. Eu estava numa espécie de limbo: não era mais estudante, mas também não era advogado. Tu perdes a proteção assistencial que cerca o estudante, que te permite estágios remunerados e alguns benefícios, e ainda não ingressaste no mercado de trabalho. E algumas dívidas nós pagamos até hoje, embora a maioria delas esteja quitada.

19) E atualmente, conseguiste algum bem de valor?

Consegui juntar alguma coisa. Logo que sai em liberdade condicional, uma das principais estratégias era dar aula de vela, pois sempre fui ligado ao esporte e nossa casa fica na margem do Arroio Pelotas. Para isso, precisava de alguns barcos, de pequeno valor, os quais fui adquirindo aos poucos, com o dinheiro que eu ganhava no escritório, sempre comprando-os por ótimos preços, após muita pesquisa. Tenho algum dinheiro guardado na poupança, que não é muito. Hoje tenho um carro novo, um Gol, que compramos através da troca do velho e utilizando um consórcio do meu irmão e um dinheiro que recebi por força de uma indenização por um acidente de trânsito que sofri em 1998. Recebi R\$ 12.000,00 meses após sair. Desse dinheiro R\$ 4.000,00 eu dei para a família, para pagar parte das dívidas, e com o resto

comprei um Santana 1991, que depois gradativamente foi sendo trocado até chegar no carro atual. Mas este carro atual se deve ao meu irmão, 90% do carro é dele.

20) Tens família? Quem dela faz parte? Quem mora contigo? Alguém depende financeiramente de ti?

Na época do fato moravam na casa eu, minha irmã e meus pais, o que permanece até hoje, com exceção do meu pai, que morreu ano passado. Quem mantém a família, como já disse, é meu irmão, sendo que eu consigo ajudar no sustento. Minha mãe não trabalha, e hoje ninguém dá emprego para uma senhora de mais de 60 anos de idade, sendo que ela não tem nenhum benefício previdenciário. Minha irmã conseguiu concluir o curso de Direito na UCPEL, que era pago pelo meu irmão, e hoje está trabalhando em um escritório que montou com dois colegas, mas ainda não ganho quase nada, está começando a carreira.

21) Qual o nível de instrução e qualificação profissional dos teus pais?

Meus pais estudaram fora do país, mas a formação deles seria equivalente ao ensino médio no Brasil, com cursos em administração. Meu pai é filho de russos e nasceu na China, e depois de passar por vários lugares veio morar no Uruguai, onde conheceu minha mãe, que é filha de alemães e natural do Uruguai. No Uruguai tiveram os filhos e tinham campo, no qual criavam gado e produziam leite. Acreditando que no Brasil se vivia um melhor momento, no início da década de 80, venderam o campo e vieram para o Brasil.

22) Vocês enfrentavam, naquela época, algum problema de saúde? Tu e/ou algum membro da família enfrentava problemas com o consumo de drogas e/ou álcool? Recebiam assistência à saúde por parte do Estado? Possuíam algum plano de saúde? E atualmente?

Como dito, meu pai tinha câncer e minha mãe problemas com álcool, sendo que o pai fumou muitos anos, e minha mãe fuma até hoje. Os filhos nunca se envolveram com drogas e álcool, gozando de boa saúde. Nunca tivemos planos privados de saúde, e também nunca recebemos assistência à saúde por parte do Estado. Todo o tratamento do meu pai foi custeado pelo meu irmão que, por ser médico, muitas vezes conseguia facilidades, como medicamentos, internações.

23) Naquela época, tu tinhas conhecidos e/ou amigos que pudessem te ajudar em caso de necessidade? Participavas de algum clube, associação, seita religiosa ou outra forma de convivência comunitária organizada? Durante a prisão, tiveste acesso a estes contatos?

Todos os conhecidos que eu achei que pudessem me ajudar, não dando dinheiro, mas trabalho, eu procurei, mas ninguém me ajudou, à exceção do dono da garagem, que provavelmente me chamou já percebendo minha fragilidade. Talvez eu tenho aceito o negócio com drogas por não ter enxergado outra solução. Vivia uma situação de desespero interior, porque procurava não demonstrar, não mais suportando o drama familiar. Então, ninguém nos ajudou, e alguns negaram até que me conheçam, quando precisei de declaração, logo após o flagrante, de que trabalhei em alguns lugares. Não quiseram associar seus nomes ao meu. Nós frequentávamos apenas o clube de vela, Veleiros Saldanha da Gama, e nenhuma outra associação de qualquer natureza. Depois da prisão retomei a frequência ao clube, eventual, porque não sou sócio, e enfrentei resistência e preconceito de diversas pessoas, que não me queriam ali. Aliás enfrentei mais resistência em pelotas do que em POA, onde participava de algumas regatas, talvez porque os conceitos das pessoas sejam diferentes. Acho que lá as pessoas não se sentam ameaçadas, porque não estou disputando espaço com elas, e aqui as pessoas tenham essa barreira.

24) Durante a prisão, recebeste auxílio médico e psicológico por parte do estado? Tiveste contato com outras formas de associação, como cooperativas de trabalho para presos e egressos e instituições de auxílio à saúde e à dependência de drogas e álcool, dentre outras? Após retornar à liberdade, estes contatos foram mantidos?

Com o corpo técnico do presídio conversei inúmeras vezes, mas não para tratar de questões pessoais, e sim por força do meu trabalho como assistente judiciário, porque há uma espécie de convergência de trabalho. Muitos dos problemas psicológicos que os presos enfrentam são fruto do problema jurídico, pois eles se vêem desamparados em seus direitos. Eu não recebi tratamento penal algum, e a grande maioria dos presos também não tem. Há uma descrença muito grande por parte dos agentes penitenciários quanto à possibilidade de ressocialização, então

podendo barrar as reivindicações dos presos eles barram. Se o agente não estiver disposto a levar o preso à sala da assistente social ele não vai. Por isso aqueles presos que exercem algum trabalho interno e por isso têm alguma liberdade de locomoção no interior do PRP normalmente são os mais atendidos. Além disso, a maioria dos presos não tem discernimento do que um psicólogo ou assistente social tem a fazer por eles. Eu precisei apenas de assistência odontológica, que não existe dentro do presídio, razão por que fui escoltado até meu dentista, com agentes fortemente armados, criando um constrangimento imenso, humilhante mesmo. Entraram empunhando metralhadoras no consultório. Essa carência de tratamento de qualquer espécie é geral dentro do presídio, e muito maior para aqueles que não tem contato com a administração, que estão no fundo das galerias. O pedido deste passa por inúmeras peneiras: do representante da galeria, do agente que está no posto, etc. Se houver qualquer antipatia ou desinteresse de algum deles o pedido não chega em lugar algum.

25) E a assistência jurídica aos presos, como é?

Muito deficiente, quem não tem advogado particular está ralado. Se ela fosse eficaz, não teria advogado trabalhando na execução penal. Hoje quem faz o serviço é um bacharel da SUSEPE e a Defensoria Pública, que vai uma vez por semana com uma lista de dez nomes, quando existem 600 presos. No três anos que fiquei preso fiz mais de 7000 atendimentos. Mais de 3000 petições encaminhadas ao juiz. Eu duvido que qualquer bacharel da SUSEPE ou Defensor Público tenha 10% disso. A carência é enorme.

26) De que forma tu e tua família tentavam superar as dificuldades que enfrentavam naquela época? Quais eram teus planos para melhorar de vida? E hoje, os problemas e os planos são os mesmos?

Meu plano era melhorar de vida trabalhando com advocacia, e ainda é. Continuo acreditando no potencial da advocacia. Durante o período de encarceramento tu conheces todo mundo que trafica no cidade, e eu teria imensa facilidade em traficar quando em liberdade, o que certamente me daria um bom dinheiro, mas não é isso que eu quero. A escolha de exercer a profissão é muito mais trabalhosa. Em vez de ter a mácula de ter sido preso, eu hoje uso essa experiência como ferramenta para

exercer meu trabalho, principalmente na execução penal, onde conheço as carências dos presos e as maneiras de agilizar a análise dos pedidos.

27) De que forma tu tentaste ajudar a família durante a prisão? Como tua família ficou enquanto estavas preso?

Eu não tinha como ajudar, porque meu trabalho como assistente judiciário não era remunerado. Quem sustentava a família era, e é, meu irmão.

28) Nestes anos todos, desde a época do fato que levou à prisão até o retorno à liberdade, houve algum casamento ou união estável tua ou de algum familiar teu? Terminou algum casamento ou união estável? Nasceram filhos? Mudaram de moradia e/ou de cidade?

Não, não houve nenhuma mudança. Eu e meus irmãos temos relacionamentos afetivos, namoros, mas nenhum é casado ou vive junto. Na época do fato eu tinha uma namorada, que acabou terminando a relação por causa do que aconteceu. Durante a prisão não tinha ninguém.

29) Já falaste a respeito da assistência à saúde. Tu e tua família recebiam assistência do Estado em termos de educação e outros serviços básicos? Como eram estes serviços? Recebiam algum benefício previdenciário? Como ficou esta ajuda durante a prisão? E depois do retorno à liberdade?

Não recebemos auxílio previdenciário de qualquer espécie, quer pela saúde do pai, quer pela experiência da prisão. A educação pública que eu recebi, do ensino fundamental à faculdade, eu achei boa.

30) Recebiam auxílio de alguma associação em geral (fundações, ONG's, sindicatos, órgãos paraestatais, instituições beneficentes, religiosas, etc) para conseguir melhores condições de vida? Como funcionaram em prol da família durante a prisão? E após o retorno à liberdade?

Nenhum tipo de assistência, tanto para mim, enquanto preso, como para minha família.

31) Quais são as perspectivas de emprego e trabalho para ti e tua família, dentro da realidade do local onde vivem? O que é necessário, na tua opinião, para

conseguir melhores condições de vida? A prisão atrapalhou teus projetos de vida? De que forma?

Antes de tudo temos que aprender a lidar com a questão da rotulação, que é muito séria. Todos nós podemos nos envolver em algum delito, um acidente de trânsito, um homicídio numa briga, e por isso podem ser submetidos à prisão. As pessoas são suscetíveis ao delito. Nem todas as pessoas que cometem um delito têm isso como vocação. Quando a gente considera que todos os presos têm essa vocação e portanto vão reincidir em liberdade acabamos por impedir que vários deles possam reconstruir as vidas em liberdade de modo honesto. Já há uma sentença que condena, a execução da pena não é para condenar, e sim para restabelecer laços, rumos na vida da pessoa, de maneira boa, legal, eficiente. Enquanto a sociedade achar que a execução da pena deve ser condenatória, nós vamos permanecer com altos graus de reincidência. Precisamos mostrar às pessoas que dar oportunidade ao egresso é um dever de todos. É preciso acreditar no preso, e se eu não acredito no preso eu não acredito no agente penitenciário, na polícia, que participam do processo de encarceramento diretamente, apenas do outro lado da grade. Porque o contato entre eles é íntimo. E há previsão para isso na própria lei, que, por exemplo, prevê o trabalho em órgãos públicos, que hoje não existe, mesmo para os presos em regime fechado. Há que se considerar cada preso na sua individualidade, em vez de tratá-los como farinha do mesmo saco..

32) Como cidadão, o que achas que pode ser feito na prisão para ajudar os presos a não cometer novos crimes e conseguir melhores condições de vida em liberdade?

Primeiro é preciso dar condições básicas de sobrevivência lá dentro. A gente só fala dos deveres do preso, mas se esquece dos deveres do Estado. As condições hoje são insalubres, subumanas, com 15 em cada cela. Assim não se pode querer que alguém possa sair dessa experiência mais humano. 98% dos presos que entram analfabetos ou semianalfabetos sai de lá tal como entrou. Isso é a primeira coisa a mudar: alfabetizar quem está lá dentro, com pessoas capacitadas. Não bastam cursinhos de dois, três meses de marcenaria e o cara sair de lá analfabeto, o que vai lhe impedir de conseguir qualquer emprego melhor. E é preciso fazer o ensino com a participação direta da comunidade, como um ensino comum, fora do presídio, para

assim evitar que o preso saia de lá com um diploma em que diz que se formou na prisão, o que vai gerar problemas para ele no mercado de trabalho. Não precisa dizer que foi lá dentro, senão é estampar o rótulo do preso. É possível também criar nova vagas de trabalho interno, fazendo alguns ajustes, como limitar a jornada de trabalho dos já existentes. Assim, são criados turnos de trabalho: em vez de um preso ser cozinheiro 24h por dia, como existe hoje, podem ser criadas três vagas, uma para cada turno, com jornada de 08h, beneficiando assim três em vez de um só. Além de auxiliar os presos na ressocialização, mais presos poderão remir tempo de prisão, e com isso ficarão menos tempo presos, abrindo novas vagas. Basta cumprir o que a LEP determina, que prevê inclusive isenção fiscal para empresas que contratarem o trabalho de presos. É possível construir novos presídios e ampliar os já existente utilizando a mão-de-obra dos presos, que é a mias barata que existe, basta fornecer o material. A cooperativa dos trabalhadores presos é limitada em sua atuação, porque não consegue abarcar todos os que querem e precisam trabalhar, e também porque não conta com recursos suficientes. Falta muito apoio. São criadas muitas barreiras, como para a entrada de fornecedores, compradores e matéria-prima no presídio, por questões de segurança, sem que sejam implementadas medidas para incrementar a eficiência.

33) Como foi e o que significou para ti a experiência prisional?

Dentro de toda privação pela qual se passa, que é a pior experiência que se pode ter, de todo o problema e desgaste familiar, que atinge não só quem está preso, mas todos ao seu redor, para mim foi útil, por ter conseguido quebrar o vínculo com o tráfico, por descobrir quem são efetivamente meus amigos, e poder construir a minha vida, hoje, nos mesmos moldes que eu desejava. Foi um experiência nociva por um lado, mas importante para compreender o valor da liberdade, que não tem preço.

ENTREVISTA DE BENEDITO

1) Na época do fato pelo qual tu foste condenado, como era tua vida? E atualmente, após o retorno à liberdade?

A primeira vez que fui condenado foi em 1992, por assalto, não tinha qualquer passagem pela polícia. Eu tinha um apartamento na COHAB Lindóia e era gerente de uma boate noturna, o Clube da Saudade. Eu sempre trabalhei e era respeitado, já fui garçom, gerente de restaurante etc. Então fui convidado para participar de um assalto em Rio Grande, por uns amigos do futebol, pois um deles sabia que haveria a entrega de uma grande quantidade de dinheiro. Acabei aceitando e acabamos presos, e isso denegriu minha imagem. Aceitei participar por dinheiro, o que foi uma grande besteira, pois com o meu trabalho e minha imagem hoje eu teria uma vida muito melhor. Naquela época eu vivia com uma companheira, e não tínhamos filhos, pois recentemente minha mulher tinha perdido um filho no parto. Fui condenado a 25 anos de cadeia, pois meus companheiros praticaram outros crimes e eu acabei condenado junto por todos. Fiquei 12 anos recluso, até sair em livramento condicional, em 2004.

2) Quando saíste em livramento condicional, o que foste fazer?

Fui trabalhar em Bagé, com um amigo meu, porque a família da atual minha companheira é toda de lá. Além disso, tenho uma irmã, que mora no Boqueirão, em São Lourenço do Sul, que sempre me ajudou, ela e seu marido, que tem um condição econômica boa. Foi em Bagé, então, que depois eu comecei a traficar, o que me levou a outra prisão em flagrante e condenação.

3) Tu vivias com quem, então, em Bagé, e como era tua vida?

Eu morava com minha atual companheira, com quem estou desde 2000. Quando estive preso no presídio de Bagé conheci um senhor de idade, que era empresário e gostava bastante do meu trabalho na prisão, e ele me convidou para trabalhar com ele quando saísse. Me deu carta de emprego, me dava carona quando saía da

prisão, me ajudou muito. Mas, infelizmente, acabei entrando para o tráfico, em um local bem perto do foro.

4) E por que começaste no tráfico se estavas trabalhando bem com este senhor?

Pois é, o senhor estava me ajudando mas eu sabia que tinha que fazer por mim mesmo. Por isso tinha montado um trailer de lanches, com a ajuda da minha irmã, mas o movimento estava fraco, ficando difícil o sustento da família. Como tinha conhecido traficantes na prisão, resolvi me aproximar de alguns deles e entrei no tráfico. Do período de um ano e três meses que fiquei em livramento, acho que trafiquei por aproximadamente 05 ou 06 meses. Quando fui preso em flagrante estava no carro que eu tinha comprado, junto com minha senhora, quase todo com recursos da família dela, e acabamos perdendo o carro, pois a justiça entendeu que era um bem adquirido com o dinheiro do tráfico, o que não era verdade. Era o único bem que nós tínhamos, na época.

5) Retomando, na época da tua primeira prisão tu trabalhavas como gerente de boate. Como era teu trabalho? Quanto ganhavas?

Ganhava muito bem, pois além dos 10% do total de lucro da boate, tinha os 10% que ganhávamos dos clientes. Em valores de hoje, ganhava cerca de R\$300,00 por noite, com certeza. Se eu tivesse seguido no meu trabalho hoje eu teria minha própria casa, carro, e não teria passado por tudo que passei. Não sei te dizer porque entrei no tráfico, talvez porque achava que ia ganhar mais, e de modo mais fácil, só que o que vem fácil vai fácil. Hoje eu não tenho nada, tenho 44 anos e dependo da minha família.

6) Quando saíste em livramento condicional e começaste a trabalhar com este senhor de Bagé, como era teu trabalho, e quanto ganhavas?

Eu fazia biscates, e ganhava pouco, embora a ajuda dele tenha sido importante para mim, pelo momento que estava vivendo, pois eu não tinha casa lá, não tinha onde tomar banho e trocar uma roupa. Então este senhor, além do dinheiro que me pagava, que era pouco, me dava tudo isso. Mas desperdicei esta chance entrando no tráfico, que me levou para cadeia de novo, onde estou, até hoje, desde 2005.

7) De que forma tu e tua família tentavam superar as dificuldades que enfrentavam naquela época? Quais eram teus planos para melhorar de vida? E hoje, os problemas e os planos são os mesmos?

Antes de ser preso eu não tinha muita experiência de vida, e tampouco muita preocupação com o futuro, mas queria seguir trabalhando em boate, restaurante, que era o que eu sabia fazer, até conseguir montar um PF, que é meu sonho até hoje. Depois de 12 anos preso, quando entrei em livramento, meu objetivo de vida era o mesmo, porque é só o que sabia fazer, não aprendi mais nada, só que acabei fraquejando e entrei para o tráfico, que atrasou ainda mais a minha vida. Hoje em dia, quando sair de novo, e já estou prestes a receber o trabalho externo, já que estou no regime semiaberto, tenho dois planos: ou vou para Bagé, onde tenho o apoio e a estrutura da família da minha esposa, lugar para morar e tudo, sendo que tenho uma carta de emprego para trabalhar numa empresa de telemensagem, ou vou para o Boqueirão, junto à família de minha irmã, que sempre me ajudou, trabalhar com eles na plantação de fumo e na pecuária, até conseguir um dinheiro para montar um PF. Eles tem uma propriedade grande, onde posso construir minha casa e meu restaurante. Qualquer uma das opções é boa, embora reconheça que em Bagé a coisa seria mais difícil, porque tive um desentendimento com um agente penitenciário, que acabou criando uma imagem ruim de mim no presídio de lá, que não me aceita no regime fechado. Além disso, como fui preso lá, a gente acaba ficando muito visado pela polícia, que pode ir toda hora na tua casa, o que criaria um transtorno muito grande para a família da minha esposa, que é de lá e nunca se envolveram em nada errado, e para o meu filho, hoje com 05 anos, que sofre muito na escola pelo fato de eu estar preso.

8) Com quantos anos começaste a trabalhar? Como era a condição financeira dos teus pais?

Com 15 anos, em uma fábrica de concreto aqui em Pelotas, na saída para Rio Grande. Morava com minha mãe, que me criou, pois meu pai já era falecido desde meus 07 anos de idade, ele era brigadiano. Minha mãe era pensionista do IPE, recebia a pensão do meu pai, e vivíamos todos desta pensão. Ela trabalhou como cozinheira por um período, quando meu pai faleceu, até conseguir a pensão. Enquanto meu pai era vivo morávamos em uma chácara no Capão do Leão, depois

minha mãe vendeu a chácara e comprou uma casa em pelotas, perto do aeroporto. Levávamos uma vida confortável não faltava nada, porque a pensão era boa, não sei dizer exatamente o valor que seria hoje, mas era um bom dinheiro, além do rancho que a Brigada dava. Morávamos eu, minha mãe e os dois irmãos mais novos, pois os mais velhos já eram todos casados, éramos 09 irmãos no total, e só eu tive problema com a justiça.

9) Qual teu nível de instrução? Tens alguma qualificação profissional? Durante o período de aprisionamento, frequentaste algum curso dirigido ao teu crescimento pessoal, em especial de aperfeiçoamento, qualificação profissional ou educacional?

Estudei até a sétima série do ensino fundamental, quando parei porque não conseguia conciliar o estudo com o trabalho. Durante a prisão não estudei mais. Até pensei em fazer o supletivo, que seria possível, mas senti muita dificuldade, pois durante todos estes anos sem estudar, preso, sem qualquer acompanhamento, as matérias mudaram muito. Aliás, até na rua a gente sente dificuldade, pois tu ficas 12 anos preso e depois te largam na rua, com tudo mudado. Até hoje me sento fraco, perdido, por isso quero me agarrar numa coisa “sólida” e não me envolver com nada que possa me trazer de volta à prisão, que é um atraso de vida. Quero ter com meu filho mais novo o que eu não tive com meu pai e nem com meu filho mais velho, que hoje tem 25 anos. Quero poder brincar com ele, jogar bola, ir à praia etc. Nunca fiz nenhum curso profissionalizante, inclusive na prisão. Agora há pouco o administrador do PRP me convidou para fazer um curso de cozinheiro, o que seria muito importante para mim, mas até agora não me chamaram. Essa foi a única vez que me ofereceram algum curso, mas até agora nada.

10) Na época da tua prisão, em 1992, tu e tua companheira tinham algum bem de maior valor, como casa, terreno, campo, animais, máquinas, meio de transporte, negócio próprio ou familiar, dentre outros? E atualmente, após o retorno à liberdade?

Eu tinha um apartamento próprio, na COHAB Pestano, e uma moto, os quais comprei com meu trabalho. Não tínhamos mais nenhum bem, mas se eu tivesse seguido trabalhando, hoje com certeza estaria muito bem. Quando sai em livramento em 2004, tudo isso já tinha sido vendido pela companheira, de quem me separei no curso da prisão. Ela então foi embora da cidade, e não dividimos nada, ficou tudo

para ela. Hoje não tenho nada, a família da minha atual companheira é que tem patrimônio, eles são meu porto seguro. São uma família tradicional, aliás eles cobram dela o porquê de ter se envolvido comigo, embora me tratem bem, temos um filho em comum. Eles são muito respeitados em Bagé, tem um círculo de amizades muito grande, são bem relacionados. Hoje, por causa deles, tenho uma condição social e econômica melhor da que quando fui preso, muito mais oportunidades.

11)E dinheiro guardado, tinhas algum? Tinhas conta bancária com limite, cartão de crédito ou alguma forma de acesso a empréstimo? Conhecia pessoas que pudessem te emprestar dinheiro? Havia dívidas? E atualmente, em liberdade?

Tínhamos uma poupança pequena, que foi toda usada para pagar advogados. Não tinha dívidas. Conta em banco nunca tive, até hoje. Naquela época, se precisasse de ajuda podia contar com minha família, principalmente minha irmã do Boqueirão, e também conhecia muita gente, tinha vários amigos, por causa do meu trabalho, que também poderiam me ajudar, pois sabiam que eu ia pagar, pois tinha uma boa imagem, de homem trabalhador, responsável. Já quando sai da prisão a visão das pessoas é bem diferente. Ficam desconfiadas, com um pé atrás. Muitas vezes de ajudam para ficar livres de ti. Minha companheira tem conta no banco, até vez um empréstimo quando do aniversário do nosso filho, que estamos pagando com dificuldade. Minha irmã segue me ajudando até hoje, paga a passagem da minha mulher, de Bagé até Pelotas para me visitar, por exemplo, o que é muito caro, ainda mais por todos estes anos. Até em Charqueadas, onde fiquei preso um tempo, ela foi me visitar.

12)A tua companheira trabalhava, quando da tua prisão, em 1992? Quem dependia financeiramente de ti?

Vivíamos apenas minha companheira e eu, não tínhamos filhos, como já disse. Ela não trabalhava, era do lar e tinha pouca instrução.

13)E atualmente, quem depende financeiramente de ti? Qual o nível de instrução e qualificação profissional da tua companheira?

Graças a Deus ninguém, pois minha mulher trabalha e faz parte de uma família com recursos, que consegue sustentar nosso guri. Ela trancou a faculdade de Direito,

mas vai retomar, falta aproximadamente 02 anos para se formar, é muito inteligente. Ela também tem muita experiência como secretária, trabalhou em um escritório de advocacia por um bom período, cerca de 04 ou 05 anos.

14) Vocês enfrentavam, naquela época, quando da tua primeira prisão, em 1992, algum problema de saúde? Tu e/ou algum membro da família enfrentava problemas com o consumo de drogas e/ou álcool? Recebiam assistência à saúde por parte do Estado? Possuíam algum plano de saúde? E atualmente?

Não, naquela época, eu, minha mulher e minha mãe não tínhamos nenhum problema de saúde, nem problemas com drogas e álcool. Eu usei drogas apenas num período da minha vida, entre 1986 e 1987, mas parei sozinho, sem ajuda nenhuma. Como trabalhei um bom tempo na noite, em boate, tinha o hábito de tomar uísque, mas nunca me atrapalhou. Enquanto morei com minha mãe nós tínhamos o IPE, que ela possui até hoje. Mas quando fui morar com minha primeira companheira já não tinha plano de saúde algum, se precisasse era SUS. Hoje em dia minha mulher e meu filho tem plano de saúde particular, que a família dela paga, mas eu não tenho, não. Além disso, a família dela é muito bem relacionada em Bagé, tem parente dentista, conhece o pessoal da Santa Casa, o que ajuda muito em caso de necessidade. Esses dias meu filho precisou fazer uns exames neurológicos e eles conseguiram vaga, leito, rapidinho.

15) Na época da tua primeira prisão, tu tinhas conhecidos e/ou amigos que pudessem te ajudar em caso de necessidade? Participavas de algum clube, associação, seita religiosa ou outra forma de convivência comunitária organizada? Durante a prisão, tiveste acesso a estes contatos?

Como disse, eu era trabalhador, e conhecia muita gente, pois eu lidava com público. Se precisasse, poderia pedir auxílio a várias pessoas, além da minha irmã, pois gozava de boa reputação, sabiam que eu iria pagar. Quando sai em livramento condicional, como passei muitos anos preso, perdi esses contatos, e a coisa ficou muito mais difícil, também porque as pessoas ficam desconfiadas da tua honestidade, por causa do meu passado. Tanto é que não consegui emprego em Pelotas, apenas um ou outro biscate, ganhando pouco. Por isso fui para Bagé, por causa dos contatos da família da minha mulher, e um conhecido me ofereceu um trabalho na eletrônica dele. Nunca participei de nenhuma associação, clube,

cooperativa ou coisa do gênero. Nem Igreja eu frequento, embora seja católico e acredite bastante em Deus. Enquanto fiquei preso não me ofereceram nenhum acesso a associação alguma, apenas fui convidado a participar da cooperativa dos trabalhadores, mas não deu certo, porque um companheiro de cela meu se envolveu com tráfico e os agentes encontraram dinheiro e coisas suspensas com ele, fazendo com que ele e mais dez presos fossem afastados do trabalho, e eu era um deles, e isso acabou me atrapalhando. Cheguei a trabalhar um período na cooperativa, mais ou menos três meses, no almoxarifado, mas não estava formalmente ligado. Inclusive já estava até combinando com a Dona Verinha, responsável pelo setor, para montarmos um restaurante comunitário, o que poderia dar muito dinheiro, fazendo um PF de qualidade. Criaria oportunidade para muitos presos que tem experiência ou aptidão para trabalhar na cozinha, como garçom, etc.

16) Durante a prisão, tiveste contato com outras formas de associação, afora a cooperativa de trabalho, tais como instituições de auxílio à saúde e à dependência de drogas e álcool, dentre outras? Após retornar à liberdade, estes contatos foram mantidos?

Não tive nenhum contato, pois graças a Deus não precisei. E quando saí em livramento também não tive ajuda de associação ou cooperativa alguma, pois não tive acesso à Cooperativa João-de-Barro, de Pedro Osório, para egressos do sistema prisional. inclusive

17) Quando precisaste, tivesse auxílio, na prisão, do corpo técnico: psicólogos, médicos, assistentes sociais?

Aqui em Pelotas sempre que precisei tive acesso, por diversas vezes. Era só solicitar à casa que a visita era providenciada. Tive problema na vesícula e o Seu João me levou ao plantão, para tomar o remédio na hora. Mas só tive isso aqui em Pelotas. Na PASC (Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas), tu só sai da cela com autorização do juiz, o que dificulta bastante, pela demora no atendimento.

18) Quando da tua prisão, de que forma tu e tua família tentavam superar as dificuldades que enfrentavam? Quais eram teus planos, estratégias para melhorar de vida?

Como já disse, eu trabalhava como gerente de boate, e na noite a gente tem contato com muita coisa que não presta, que só afunda a gente. É bebida, mulher, casas de jogos, que na época eram muitas, tudo isso consome o dinheiro e a atenção da gente, que acaba deixando a família de lado. É que nem o tráfico, que te dá uma vida fictícia, ganha um monte de dinheiro e vai lá e gasta tudo em droga, bebida, leva três, quatro mulheres para um motel. Mas ao lado de tudo isso eu queria mostrar um restaurante próprio, que é meu sonho até hoje, pois cozinha é o que sei fazer, e acho que consigo administrar bem também, dividir as tarefas para um restaurante funcionar.

19) De que forma tu tentaste manter contato e ajudar a família durante a prisão? Como tua família ficou enquanto estavas preso?

Todo o tempo que fiquei preso minhas irmãs vieram me visitar, e sempre me disseram que desta vez iam me ajudar, mas se eu pisasse na bola de novo nunca mais vamos estar contigo, elas são muito corretas e minhas amigas. Minha primeira companheira não chegou a me visitar muito, porque nos separamos em seguida da prisão. Mas minha atual mulher me acompanha em tudo, sempre vem me visitar. Durante o tempo que fiquei preso nunca pude ajudar minha família, porque não tenho renda. Eles é que me ajudam, trazendo material de higiene, uma alimentação um pouco melhor. Como minha mulher tem uma condição financeira boa, por causa da família dela, eles conseguem se manter bem sem mim, e inclusive me ajudar.

20) Quando saíste em livramento condicional, enfrentaste muito preconceito?

A gente carrega uma imagem muito negativa. Até dentro da própria família a gente percebe que há muita desconfiança, principalmente pelas pessoas que não são tão próximas, com vínculo de sangue, como um namorado de uma sobrinha por exemplo. Para tu conseguir quebrar essa imagem é muito difícil, tem que ter muita vontade e trabalhar bastante. É importante também não se envolver com quem tá envolvido, essa é uma conclusão que já cheguei. Emprego também é muito difícil para quem sai da cadeia, só um conhecido ou alguém da família é que te oferece, por isso são tão importantes as relações sociais. Já não tem trabalho para que nunca se envolva em nada, tu imagina para o preso.

21) Como foi a tua educação? Estudei até a sétima série, em colégio público, estadual. O ensino era muito bom, gostava de ir às aulas. Parei de estudar apenas porque tive que trabalhar desde cedo, e não consegui conciliar as duas coisas.

22) Depois que tu saíste da casa da tua mãe, que é pensionista do IPE, tu recebes ou recebeste por algum período benefício previdenciário?

Não, nunca recebi benefício do governo, assim como minha ex-mulher e minha companheira atual. Nem bolsa-família, nem nada. E já preso, também não recebi auxílio-reclusão, nada.

23) Durante estes anos todos preso, gozaste de quais benefícios legais na execução da pena?

Recebi trabalho externo e interno, saídas temporárias, livramento condicional. Também progredi de regime prisional. Remição eu não me lembro, mas acho que o advogado pediu também.

24) Recebiam auxílio de alguma associação em geral (fundações, ONG's, sindicatos, órgãos paraestatais, instituições beneficentes, religiosas, etc) para conseguir melhores condições de vida? Como funcionaram em prol da família durante a prisão? E após o retorno à liberdade?

Nunca recebi nenhum tipo de assistência, tanto antes da prisão como durante a cadeia. Apenas nos últimos tempos tenho sido procurado pelo reverendo Ramasés, que presta bastante assistência religiosa no presídio. Passava por um momento difícil, de pouco dinheiro, quando tivemos que entregar uma casa que alugávamos em Pelotas para voltar a Bagé, onde minha mulher tem casa. O reverendo nos ajudou até com a alimentação.

25) Quais são as perspectivas de emprego e trabalho para ti e tua família, dentro da realidade do local onde vivem? O que é necessário, na tua opinião, para conseguir melhores condições de vida?

26) Quando sair em liberdade vou ter que partir do zero de novo, porque não temos nada, a família da minha mulher é que nos sustenta. Eu enxergo essa possibilidade de trabalhar com telemensagens como uma boa chance, capaz de

nos oportunizar um vida digna. Claro que dinheiro iria nos ajudar no negócio, e o governo oferece alguns empréstimos, como o PROGER, mas para conseguir é preciso uma estrutura, um série de coisas, que hoje não temos. Mas, na verdade, hoje em dia só dependo de mim mesmo para conseguir um vida melhor, basta não errar de novo. Se a gente sobrevive aqui dentro do presídio, como não vai sobreviver lá fora? Eu estou cansado de cadeia, depois de 18 anos. O dia-a-dia aqui dentro está muito difícil. Mas é preciso muita força de vontade, porque depois de tanto tempo preso a gente fica completamente perdido quando sai, fica despreparado.

27) A prisão atrapalhou teus projetos de vida? De que forma?

A prisão, na verdade, não me atrapalhou, até me ensinou muito. Hoje sei que o que fazemos de errado a gente paga aqui. Com o tráfico a gente estraga quantas famílias? Quantas desgraças eu já cometi na minha vida. Na cadeia se aprende a dar valor a um monte de coisa que a gente não vê quando está na rua.

28) Como foi e o que significou para ti a experiência prisional?

Eu acho que se tu carregar pra sempre toda essa negatividade que existe aqui dentro, toda a mágoa e raiva, tu não vai conseguir ser feliz. Senão tu sai pior, rancoroso, porque aqui tu passa muita coisa ruim.

29) Como cidadão, o que achas que pode ser feito na prisão para ajudar os presos a não cometer novos crimes e conseguir melhores condições de vida em liberdade?

Precisa de profissionais humanos, capazes de entender os problemas da prisão, o drama de quem está lá dentro, e também de uma sociedade mais presente, que se preocupe com o preso, que dê uma oportunidade de recomeçar a vida.

ENTREVISTA DE CAIO

- 1) Na época do fato pelo qual tu foste condenado pela primeira vez, em 1998, como era tua vida?

Eu tinha 20 anos e morava para fora, na colônia, em Pedro Osório. Morava com meus pais e mais dois irmãos meus. Eu sou o filho mais moço. Nós morávamos numa vila da prefeitura, a gente não tinha terra.

- 2) Naquela época, quanto ganhavas? Qual era a renda e o padrão de vida familiar?

Eu trabalhava como peão na lavoura, quando tinha trabalho. Não era nada fixo, quando aparecia trabalho, eu pegava. Quando não tinha serviço não tinha o que fazer. Tinha época que tinha serviço, outras não. Assinei carteira uma vez só, numa fábrica, durante uma safra. Eu não sei te dizer quanto ganhava, mas era pouco, não chegava a um salário mínimo. Meu pai era aposentado por invalidez, enxergava pouco, e a gente sempre foi pobre, vivia com dificuldade. A gente vivia com a aposentadoria do pai, que era um salário. Minha mãe era de casa, não trabalhava fora. Desde que me lembro meu pai já não trabalhava mais. Meu irmão mais velho trabalhava, mas pouco parava em casa, já levava a vida dele, independente. E o outro trabalhava na lavoura, como eu, quando tinha serviço.

- 3) E quando saíste em livramento condicional, no que foste trabalhar? E o padrão de vida da família, com era?

Eu fui embora para São Vicente do Sul, porque minha mulher é de lá, e tinha voltado para lá para ter o meu filho, que quando saí em livramento era recém nascido, não era nem registrado. Eu consegui um dinheiro para comprar a passagem para lá, mas não tive dinheiro para voltar e assinar minha condicional. Tinha conseguido um serviço lá, com um cara que tinha um caminhão, e eu ia viajar com ele, ajudando com a carga. Dormia na carroceira do caminhão para cuidar a carga, essas coisas. Tava levando uma vida normal, sabe, com a família, morando na casa que o sogro tinha deixado para nós. Morávamos nós três e outros dois filhos da minha mulher. Só que aí minha mulher quis voltar para Pelotas, porque um filho mais velho, de outra relação, tava com problemas com a justiça e fugiu da cadeia de lá, uma cadeia pequena, e veio para Pelotas. Os outros dois filhos dela ficaram lá, porque a guarda deles está com uma irmã. Fiquei aproximadamente sete meses lá em São Vicente, e depois voltamos para cá, alugamos uma casa no Fragata e fiquei desempregado, até porque tava em falta com a justiça, por causa da condicional, e não tinha como apresentar documento. Fiquei fazendo biscate aqui, para mim foi tudo de ruim, perdi uma boa chance lá. Quando fechou cerca de um ano em liberdade eu cai em cana de novo, por roubo. Na verdade não roubei nada. Eu fui levar um carro roubado para um cara que alugava a casa para nós, em troca do aluguel que estava atrasado, mas aí eu fui preso no carro. Tava sem dinheiro, devendo o aluguel, com criança pequena em casa.

4) Qual teu nível de instrução? Tens alguma qualificação profissional? Recebeste algum tipo de estudo ou curso de capacitação profissional na prisão?

Eu estudava lá fora, mas não cheguei a terminar a quinta série do primeiro grau. Parei de estudar porque na época o pai dizia que a gente tinha que estudar até a quarta série, depois estudava se quisesse, podia escolher trabalhar, que foi o que fiz. Até comecei a fazer a quinta série, mas desisti, até porque ficava longe a escola, porque a escola em que estudava antes ia só até a quarta série. Dependeria de condução, o que era caro. Nunca fiz curso técnico ou profissionalizante nenhum, nem na prisão. Até tinham alguns cursos, de vez em quando, mas nunca participei. Na verdade, uma vez fiz um curso de agronomia, com uns estudantes, ensinavam a fazer adubo orgânico e outras coisas. Valeu bastante. Nuca estudei na cadeia porque queria trabalhar, para remir minha pena.

5) Com quantos anos começaste a trabalhar?

Desde pequeno, com uns dez, doze anos já ajudava meus pais na lavoura. Depois dos treze comecei a trabalhar para fora, primeiro com os vizinhos, e depois com aqueles que ficavam sabendo do meu trabalho.

6) Na época da tua primeira prisão, tu e tua família tinham algum bem de maior valor, como casa, terreno, campo, animais, máquinas, meio de transporte, negócio próprio ou familiar, dentre outros? E atualmente, após o retorno à liberdade?

A gente tinha só a casa. Conseguimos o terreno com a prefeitura e meu pai construiu. Nós nunca tivemos terra nossa, a gente plantava na terra dos outros, e dava a terça parte do colheita para o dono da terra. O pai tinha um junta de bois que também não era dele, ele usava e cuidava, mas não era dele. Não tínhamos mais nada, e quando saí da prisão, em livramento condicional, também não tinha nada. A família da minha companheira, que na época morava em São Vicente do Sul, é que tem algum patrimônio. O meu sogro é brigadiano aposentado, e tinha uma casa em São Vicente e outra recém construída em Jaguari. Por isso ele não ofereceu a casa de São Vicente para morar.

7) E dinheiro guardado, tinhas algum? Tinhas conta bancária com limite, cartão de crédito ou alguma forma de acesso a empréstimo? Conhecias pessoas que pudessem te emprestar dinheiro? Havia dívidas? E atualmente, em liberdade?

Não tinha nada disso aí. A gente tinha só o dinheiro do dia-a-dia. Nunca tive conta em banco. Também não havia ninguém que pudesse ajudar, porque nossos parentes são todos pobres. Minha família é meio desunida, cada um seguiu seu caminho, mas ninguém cresceu na vida. Da parte da minha mãe eu não conheço nenhum parente. Tem uma tia minha, irmã do meu pai, que disse que se eu precisar de um prato de comida ou um canto para dormir posso procurar ela. A família da minha mulher na verdade também não tem condição de ajudar muito. Mas eu não quero pedir nada para ninguém, quero fazer por nós, ter uma casa, um emprego, cuidar do meu filho. Não quero muito, não. E dívida, dívida mesmo, não tinha, meu pai fazia fiado na venda, que a gente pagava todo mês. Hoje em dia é a mesma coisa, não tenho nada.

8) Tens família? Quem dela faz parte? Quem mora contigo? Alguém depende financeiramente de ti?

Eu conheci minha atual companheira em 2003, dentro da cadeia. Ela ficou 07 meses presa, e nessa época nos conhecemos e começamos a namorar. Depois que saiu em liberdade ela seguiu me visitando. Como disse, tivemos um filho em 2006, que mora com ela, no Herval. Minha mulher trabalha, quando arruma serviço, principalmente faxina. Hoje em dia ela tá trabalhando numa casa de família, sem carteira, é como ela está se mantendo. Quero conseguir um trabalho desde logo, para quando sair da cadeia poder trazer ela para cá, alugar uma casa e colocar nosso filho numa creche, para ela poder trabalhar. Mas primeiro tenho que fazer um dinheiro, até para poder trazer as coisas.

9) Tu já disseste que na época do delito teu pai tinha problema com álcool. Como era o caso dele? Mais alguém tinha problemas com o consumo de drogas e/ou álcool? Recebiam assistência à saúde por parte do Estado? Possuíam algum plano de saúde? E atualmente?

Meu pai, desde que me conheço por gente, não trabalhava mais, por causa da visão, e ficava por casa. Quando moço, dizem que ele trabalhava em circo, e que quando começou a pior a visão ele passou a trabalhar na lavoura. E sempre com problema de bebida, que prejudicava todo muito, principalmente minha mãe. Ele batia nela, e nos filhos também. Muitas vezes falei com ela porque era judiada, sem culpa de nada, e nunca teve boca para nada, o pai fazia o que queria. A mãe deixava a casa sempre arrumada, a comida pronta, e ele sempre insatisfeito. Acabou morrendo da bebida. Já a mãe sempre teve saúde. Dos filhos, só meu irmão mais velho tem problema com a bebida, inclusive se isolou da família. Ele trabalhava, tinha uma oficina de carro, mas começou a beber, beber, e botou tudo fora. Hoje em dia nem sei ao certo onde ele está. Nunca tivemos plano de saúde, era tudo no postinho, não havia hospital lá na colônia. Se fosse um caso mais grave tinha quer ir para a cidade.

10) Lá em 1998, tu já disseste que não tinhas conhecidos e/ou amigos que pudessem te ajudar em caso de necessidade. Participavas de algum clube, associação, seita religiosa ou outra forma de convivência comunitária organizada? Durante a prisão, tiveste acesso a estes contatos?

Os amigos na hora de necessidade não aparecem. Nunca frequentamos nada disso aí. Particpei de alguns cultos na cadeia, de vez em quando.

11) Tiveste contato com outras formas de associação, como cooperativas de trabalho para presos e egressos e instituições de auxílio à saúde e à dependência de drogas e álcool, dentre outras? Após retornar à liberdade, estes contatos foram mantidos?

Eu particpei da cooperativa de trabalhadores, quando trabalhei na horta. Recebia muito pouco, o máximo foi R\$ 30,00 por mês. Mas pelo menos era alguma coisa. Eu que pedi para entrar, procurei o chefe da disciplina. Sempre fui recebido pelos agentes, porque respeito eles, estão ali fazendo o trabalho deles. Mas muito preso não tem acesso aos agentes diretamente, tem que falar com os presos que estão no comando da galeria e explicar o que quer, e se eles não concordam não vão pedir. São presos que não tem lugar para ir e tem que ficar ali mesmo.

12) E assistência médica, jurídica e psicológica durante a prisão, como era?

Na realidade nunca precisei de nada. Às vezes pedia para ir na enfermaria, quando estava meio doente, e sempre fui atendido.

13) De que forma tu e tua família tentavam superar as dificuldades que enfrentavam na época da tua primeira prisão? Quais eram teus planos para melhorar de vida? E hoje, os problemas e os planos são os mesmos?

O plano que eu tinha era de poder comprar umas coisas para mim, uma bota, uma casinha. Eu queria seguir morando lá fora, sempre gostei mais de lá, é melhor, mais calmo e tudo. Queria montar uma oficina mecânica. Mas depois de puxar tanta cadeia em Pelotas acabei conhecendo mais gente aqui, então hoje prefiro ficar por aqui. Hoje em dia eu não escolho o que fazer, o serviço que aparecer eu faço, que me dê um salário, segurança para mim e para a família. Até tenho vontade de, no futuro, montar um negócio aqui, quando conseguir juntar um dinheiro. Pode ser um bar, pois sei tratar a freguesia. Já montar um oficina é muito difícil, envolve mais grana. Quem sabe amanhã ou depois?

14) De que forma tu tentaste manter contato e ajudar a família durante a prisão? Como tua família ficou enquanto estavas preso?

No início meus pais demoravam para vir me ver. Às vezes ficavam meses sem aparecer. Meu irmão mais velho também veio me visitar umas vezes, quando estava mais calmo na bebida. Depois que eu conheci minha companheira ela passou a me visitar sempre, e minha mãe não vem mais. Enquanto fiquei preso não consegui ajudar mais ninguém, não tinha renda. Graças a Deus minha mulher está conseguindo se sustentar e cuidar do filho com o trabalho dela, mas a gente pensa em montar um negócio junto quando eu sair.

15) Já disseste que quando saíste em livramento condicional foste tentar a vida em São Vicente do Sul. Enfrentaste preconceito por ser ex-presidiário?

Preconceito tem bastante. Até porque eu não escondo minha condição de preso. Tem gente que sabe e já trata a gente diferente, já fecha a cara. Com relação às pessoas que já me conheciam não tive problema. Hoje em dia vou lá fora e o pessoal que me conhece desde pequeno me trata bem. Para conseguir trabalho já é mais difícil. Ainda mais agora, que estou no semiaberto e tenho que dormir no presídio, isso limita ainda mais, por causa do horário. Teve até um senhor que me ofereceu um serviço de caseiro, mas era para cuidar à noite, e aí não dava, porque eu tenho que dormir no presídio.

16) Nestes anos todos, desde a época do fato que levou à prisão até o retorno à liberdade, houve algum casamento ou união estável tua ou de algum familiar teu? Terminou algum casamento ou união estável? Nasceram filhos? Mudaram de moradia e/ou de cidade?

Os meus pais se separaram um pouco antes de eu ser preso. Eles tinham problemas de relacionamento, meu pai bebia muito, e morreu por causa disso. Minha mãe foi morar na cidade, em Cerrito. Eles já tinham se separado antes outras vezes, e eu mesmo sempre tentava reconciliar, queria ver eles juntos. Mas chegou num ponto em que eu e meu irmão concordamos com a mãe, que não aguentava mais, estava cansada de passar trabalho. Aí meu pai saiu de casa, e ficamos nós três, eu, meu irmão e a mãe. Nós dois trabalhávamos para manter a casa, já que a mãe não trabalhava fora, daí pouco depois fui preso, e então minha mãe conheceu o companheiro dela, com quem vive até hoje. Eles conseguiram comprar uma casa juntos, ele trabalha como empreiteiro de obras e minha mãe conseguiu uma

aposentadoria, além de receber pensão do meu falecido pai. Como já disse, conheci minha companheira na cadeia, em 2003, e estamos juntos até hoje.

17) Tu e tua família recebiam assistência do Estado em termos de saúde, educação e outros serviços básicos? Como eram estes serviços? Recebiam algum benefício previdenciário? Como ficou esta ajuda durante a prisão? E depois do retorno à liberdade?

Nunca tivemos plano de saúde, mas o posto de saúde lá da vila funcionava bem. E minha família sempre estudou em escola pública. Eu nunca recebi benefício previdenciário, pensão, essas coisas. Recebi só um pecúlio quando saí em livramento condicional, mas era pouco, uns R\$ 300,00.

18) Durante a prisão, gozaste de trabalho interno ou externo, remição, saída temporária, livramento condicional etc?

Nunca tive qualquer indisciplina na cadeia, então recebi todos os benefícios.

19) Recebiam auxílio de alguma associação em geral (fundações, ONG's, sindicatos, órgãos paraestatais, instituições beneficentes, religiosas, etc) para conseguir melhores condições de vida? Como funcionaram em prol da família durante a prisão? E após o retorno à liberdade?

Nunca recebi ajuda alguma. Apenas uma época eu participei de um PAC que teve com a prefeitura, para os presos do semiaberto que não tinham carta de emprego. Não durou muito tempo.

20) Quais são as perspectivas de emprego e trabalho para ti e tua família, dentro da realidade do local onde vivem? O que é necessário, na tua opinião, para conseguir melhores condições de vida? A prisão atrapalhou teus projetos de vida? De que forma?

Boa opção não tem, mas o negócio é pegar o que aparecer. Acho que em Pedro Osório é um pouco mais fácil de conseguir serviço, e eu prefiro morar lá, é mais calmo. Lá tem serviço mais pesado, como olaria, essas coisas, mas pelo menos tem. Em São Vicente também é mais fácil. A gente chega de fora e as pessoas veem que a gente quer trabalhar e já convidam para alguma coisa. Aqui em Pelotas falta emprego, não tem indústria. Para conseguir empréstimo, que é importante para

montar um negócio, o meu problema são os documentos, que estão atrasados, não me alistei no exército, título de eleitor, essas coisas.

21) Como foi e o que significou para ti a experiência prisional?

Atrasou a minha vida. Eu tinha 19 anos e hoje tenho 31 anos, ainda estou enredado, não tenho nada. Na real a prisão foi uma lição de vida, vi que isso aqui não é para mim. Quero levar outra vida, para amanhã o meu filho não passar pelo o que eu passei. Tive que ser muito forte para aguentar todo esse tempo preso. Tem gente que ficou louco com muito menos tempo. A gente vê na prisão muita coisa errada, e tem que ter cabeça para saber o que é certo.

22) Como cidadão, o que achas que pode ser feito na prisão para ajudar os presos a não cometer novos crimes e conseguir melhores condições de vida em liberdade?

Tem que ter um PAC que permita ao preso uma oportunidade quando sair, um serviço certo, para não sair uma mão na frente e outra atrás. Vários presos querem mudar, mas muitas vezes não conseguem por causa das dificuldades. Lutam, lutam, não conseguem e acabam cometendo crime de novo. Ter um apoio quando sair. Ter trabalho é mais importante do que as condições do presídio. O mais importante é aqui fora, em liberdade.

ENTREVISTA DE DANILO

1) Na época do fato pelo qual tu foste condenado pela primeira vez, como era tua vida?

Eu fui condenado primeiro por furto, e o juiz tinha me dado prestação de serviço à comunidade, que eu não cumpri. Pouco depois fui condenado por tentativa de furto, e daí somaram as duas condenações e eu fui para a cadeia. Eu morava em Pedro Osório e era dependente químico. Comecei nas drogas com uns 14 anos, escondido dos pais. Comecei nas festas, com o cigarro e a bebida, para fazer bonito para os outros. Aliás, por causa da dependência é que me envolvi com o tráfico e fui preso e condenado de novo em 2007, e estou puxando cadeia até hoje. Por causa da droga e das más companhias e eu estava roubando direto, até que fui preso. Eu tinha 18 anos, e era viciado em cocaína. Naquela época eu ainda estudava, na sexta série, mas mais faltava do que ia às aulas. Naquela época eu morava com meus pais, e quando eu sai em liberdade eles já tinham ido embora da cidade, com vergonha do que tinha acontecido. Mas graças a Deus eu larguei as drogas, mas estou dependente de remédio para os nervos. Morava eu, meus pais e meus dois irmãos. O mais velho também foi preso por tráfico, mas não era usuário. A droga destruiu minha família. Mas meu irmão nunca mais se envolveu em crime nenhum. O outro irmão meu tem problema com bebida, inclusive está em fase terminal por causa do álcool. Ele era o que mais apanhava em casa, chegava bêbado em casa, e o pai também bêbado...E tenho também duas irmãs, sendo que as duas são casadas, e uma delas ainda mora em Pedro Osório.

2) Naquela época, quanto ganhavas? Qual era a renda e o padrão de vida familiar?

Meu pai era mestre de obra, e eu trabalhava de servente de pedreiro com ele. A minha mãe era dona de casa. O que eu ganhava eu usava para mim, e ainda pedia emprestado para o pai, e usava nas drogas. Às vezes pedia dinheiro para comprar uma roupa e não comprava nada, ou comprava uma usada e usava o resto do dinheiro nas drogas. Quem mantinha a casa era o pai. Acho que ele não ganhava mais que R\$ 1000,00, e eu ganhava uns R\$ 300,00 por mês. Era uma vida simples, mas não faltava nada.

3) E quando saíste em livramento condicional, no que foste trabalhar? E o padrão de vida da família, como ficou?

Meus pais vieram para Pelotas, e em seguida se separaram. Hoje o pai está trabalhando em lavoura, também. Quando eu saí minha namorada morava em Pedro Osório, e eu resolvi ir para lá, mas não fui morar com ela. Chegava lá e dizia que ia dormir na casa do fulano, e ficava no banco da praça. Ela é de uma família que tem um pouco mais de condição, e eu não queria ficar tão por baixo e dizer que não tinha nem onde ficar. Mas um dia ela descobriu, foi até a praça e me xingou. Aí a mãe dela me chamou na casa, e me disse que eu poderia ficar lá nas temporárias, porque na época eu estava saindo em temporária, mas se eu roubasse algo ela iria ao foro me denunciar. E até hoje eu moro com eles. Já vivo com ela há quase nove anos.

4) Qual teu nível de instrução? Tens alguma qualificação profissional? Recebeste algum tipo de estudo ou curso de capacitação profissional na prisão?

Eu estudei até a sexta série, e nunca fiz curso nenhum. Sei pintar e desenhar com grafite, mas aprendi sozinho. Na cadeia também não estudei nada. Um pouco antes de preso pela segunda vez eu tinha feito a prova do EJA, e fui aprovado, para terminar o primeiro grau, mas aí não pude continuar.

5) Naquela época, tu e tua família tinham algum bem de maior valor, como casa, terreno, campo, animais, máquinas, meio de transporte, negócio próprio ou familiar, dentre outros? E atualmente, após o retorno à liberdade?

Meu pais tinham uma casa própria, onde a gente morava, uma Brasília e uma caminhonete que o pai usava para levar as coisas para as obras. Não havia mais nada, era uma família de baixa renda. Depois que eu sai em liberdade o pai já tinha

se separado da mãe, e aí eles tinham vendido e dividido tudo. Meu pai deu uma evoluída em termos de dinheiro depois, quando já estava casado de novo.

6) E dinheiro guardado, tinhas algum? Tinhas conta bancária com limite, cartão de crédito ou alguma forma de acesso a empréstimo? Conhecias pessoas que pudessem te emprestar dinheiro? Havia dívidas? E atualmente, em liberdade?

Não tinha dinheiro guardado. Conta em banco, cartão de crédito, essas coisas, a gente também não usava. O meu pai às vezes fazia uns empréstimos no banco, de pequeno valor, no máximo uns R\$ 1000,00, para pagar as contas do dia a dia, mas não tinha conta. Eu tenho uma tia que sempre me ajudou, me recebia na casa dela, me dava comida, quando eu não tinha em casa. Meu pai tinha umas dívidas quando fui preso, de compras em loja, mas acho que já pagou tudo.

7) Tu companheira trabalha? Quem depende financeiramente de ti?

Hoje em dia eu estou preso, saindo em temporária e para o trabalho externo. Quando saio fico na casa da minha sogra, e quando sair completamente vou morar lá, com minha mulher e a filha. Hoje eu posso dizer que tenho uma família. Tenho uma filha que vai fazer uma ano de idade. A gente vive da minha renda na cooperativa, a minha mulher recebe uma pensão do pai dela, de uns R\$ 190,00, e minha sogra trabalha de doméstica, ganha uns R\$ 700,00. Da cooperativa eu chego a ganhar uns R\$700,00, mas o problema são as despesas, só de ônibus, para ir e voltar todos dias de Pedro Osório eu gasto quase R\$ 600,00. Mas como eu tenho que pagar as passagens todo o dia, não dá para pagar no final do mês, eu conta com a ajuda da minha sogra, das minhas irmãs.

8) Qual o nível de instrução e qualificação profissional dos teus pais e da tua companheira?

Minha mulher é formada no segundo grau, quer entrar na faculdade e já faz um curso de administração. Os meus pais estudaram até a quinta série, por aí.

9) Tu já disseste que na época do delito tu era dependente químico. Mais algum membro da família enfrentava problemas com o consumo de drogas e/ou álcool? Havia outro problema de saúde? Recebiam assistência à saúde por parte do Estado? Possuíam algum plano de saúde? E atualmente?

Meu pai tinha problema de bebida, o que trazia muita briga para dentro de casa. Um dos meus irmãos também era dependente do álcool. Eu e meus irmãos apanhamos muito. Já a minha mãe tomava remédio para depressão, e toma até hoje. Hoje eu estou cansado de tomar tanto remédio, e por isso eu ando bebendo demais. Até quero começar a ir às reuniões do CAEX para me ajudar nesta parte, porque não posso beber tomando remédio, senão no outro dia nem me lembro o que fiz. Hoje meu pai não bebe uma gota de álcool, está casado de novo, eu visito ele, tenho uma boa relação, Plano de saúde nunca tivemos, era tudo SUS. Hoje em dia eu fiz o Descont'Saúde, para minha esposa e filha.

10) Naquela época, tu tinhas conhecidos e/ou amigos que pudessem te ajudar em caso de necessidade? Participavas de algum clube, associação, seita religiosa ou outra forma de convivência comunitária organizada? Durante a prisão, tiveste acesso a estes contatos?

Para ajudar com dinheiro e coisas não tinha ninguém, era só a família, até hoje. A minha mãe frequentava a igreja, mas eu não, e a gente não participava de mais nada. A única associação que me ajudou na vida foi a COOTRAJOBÁ.

11) Durante a prisão, recebeste auxílio médico, psicológico e jurídico por parte do Estado? Como foi teu contato com a COOTRAJOBÁ. Tiveste contato com outras formas de associação, como instituições de auxílio à saúde e à dependência de drogas e álcool, dentre outras? Após retornar à liberdade, estes contatos foram mantidos?

A COOTRAJOBÁ foi tudo para mim, e ainda é. Na cadeia eu conheci o projeto do Dr. Marcelo, a Cooperativa João-de-barro, e resolvi tentar. Eu achava que não teria chance, porque sentava na cadeira em frente a ele há dez anos, envolvido em problemas, desde menor. Mas me abriu muitas portas, e me deu oportunidade de trabalhar. Pena que com a saída do Dr. Marcelo a coisa meio que desandou, as portas se fecharam, e eu acabei caindo no tráfico e fui preso de novo. Também tive contato com o CAEX, na cadeia, para me ajudar no problema das drogas. Lá conheci uma psicóloga que me auxiliou muito, e que me atende até hoje. Atualmente tenho que pagar, mas pago pouco. Eu fiquei ligado na COOTRAJOBÁ todo o tempo que fiquei em liberdade, parei só quando fui preso, e atualmente trabalho com ela de novo, como trabalho externo.

11) De que forma tu e tua família tentavam superar as dificuldades que enfrentavam naquela época? Quais eram teus planos para melhorar de vida? E hoje, os problemas e os planos são os mesmos?

12) O meu pai queria abrir uma firma de construção no nome dele, só que não chegou a vingar. Eu vivia uma fase de juventude, achava que tudo podia, tudo era fácil, mas não pensava muito no futuro. Já quando sai em livramento meu foco foi na COOTRAJOBA, queria crescer ali dentro. Tanto é que levei dez presos para trabalhar lá. Por causa dela eu evolui como pessoa, não só na família mas na sociedade, passei a ser respeitado, recebido. Várias portas se abriram, mas com a saída do Dr. a coisa deu uma esfriada. Hoje a cooperativa está se recuperando, arrendamos a olaria. Mas o meu sonho mesmo é me formar advogado, eu já trabalhei como jurídico na cadeia.

13) De que forma tu tentaste manter contato e ajudar a família durante a prisão? Como tua família ficou enquanto estavas preso?

Na minha primeira prisão só recebia visita da minha irmã, meu irmão e do meu pai, a minha esposa não podia, era menor. Já minha mãe nunca gostou de ir. Na segunda prisão vinha todo mundo, menos a mãe. E como disse, meus pais foram embora de Pedro Osório quando fui preso, por vergonha, vieram para Pelotas, a prisão e o que fiz destruíram a família.

14) Após sair em liberdade, enfrentaste preconceito por ser ex-presidiário?

O senhor não sabe o que é ser condenado pelo poder judiciário e, quando terminar de cumprir a pena, ser condenado pela sociedade. As pessoas comentando sobre ti, questionando que tu já saíste em liberdade, perguntando quando tu vai voltar para a cadeia. Uma vez eu estava em um bar, lá em Pedro Osório, logo depois de sair em liberdade, e parei do lado de duas senhoras que comentavam que o Cebolinha tinha sido solto e tal, que estava na cidade, que ia voltar a delinquir. Aí eu perguntei se elas conheciam o Cebolinha, e elas disseram que sim, que ele era um terror. Daí eu me apresentei e perguntei se eu era tudo isso que elas falavam e deu um branco nelas, só vendo. A condenação da sociedade é que pega mesmo. A chance de emprego é zero. Um dia fui fazer uma entrevista numa loja, levei meu diploma da

ESAF, tirei 9,7 de uma prova que valia 10, e a primeira coisa que o cara falou foi para eu trazer minha folha corrida, para começar a conversar.

15) Nestes anos todos, desde a época do fato que levou à prisão até o retorno à liberdade, houve algum casamento ou união estável tua ou de algum familiar teu? Terminou algum casamento ou união estável? Nasceram filhos? Mudaram de moradia e/ou de cidade?

Meus pais vieram para Pelotas e se separaram logo depois. Acredito que eles se separaram por causa minha e do meu irmão, a gente destruiu a família. Meu pai sofreu muito, começou a perder serviço, porque as pessoas achavam que a gente ia roubar. Já aqui em Pelotas ele sofre menos, porque a cidade é maior, e eu não sou tão conhecido. Minha mãe nesse aspecto sofreu menos, porque sempre foi do lar. E a minha filha nasceu ano passado. A minha mãe eu consegui trazer de volta para Pedro Osório, e ela vive da ajuda da minha irmã.

16) Tu já disseste que tu e tua família sempre dependeram do SUS. E a educação, era pública? Recebiam algum benefício previdenciário? Como ficou esta ajuda durante a prisão? E depois do retorno à liberdade?

Eu recebi uma vez um pecúlio, quando estava preso em Rio Grande. Benefício do INSS nunca recebemos, meus pais não são aposentados até hoje.

17) Durante a prisão, gozaste de algum benefício da execução, como trabalho interno ou externo, remição, saída temporária, livramento condicional etc?

Enquanto eu fiquei no regime fechado eu não ganhei serviço nenhum, para remir pena. Depois fui para o albergue e trabalhei no PAC com a prefeitura. Peguei saída temporária e depois livramento condicional. Agora, na segunda cadeia, recebi saída e estou no trabalho externo, junto à cooperativa.

18) Recebiam auxílio de alguma associação em geral (fundações, ONG's, sindicatos, órgãos paraestatais, instituições beneficentes, religiosas, etc) para conseguir melhores condições de vida? Como funcionaram em prol da família durante a prisão? E após o retorno à liberdade?

Não, nada. Mas na verdade o Conselho da Comunidade me ajudou a encaminhar minha carta de emprego junto à cooperativa, os psicólogos e assistentes sociais do

judiciário de Pedro Osório. Aqui no presídio para ser atendido pelo psicólogo tem que mandar carta todos os dias.

19)Quais são as perspectivas de emprego e trabalho para ti e tua família, dentro da realidade de Pedro Osório? O que é necessário, na tua opinião, para conseguir melhores condições de vida? A prisão atrapalhou teus projetos de vida? De que forma?

Mesmo com essa minha recaída, e por tudo o que passei, muitas pessoas não deixaram de acreditar em mim. Mas eu sofro um preconceito muito grande, e a própria polícia me persegue, não podem me ver que é pau na certa. Hoje em dia emprego para mim lá só na cooperativa. É ela que me dá um caminho, uma luz. A cooperativa já é bem conhecida, mas falta mais pessoas se conscientizarem de que é único caminho para ressocializar uma pessoa. Se tu não tiver um trabalho tu vais delinquir novamente.

20)Como foi e o que significou para ti a experiência prisional?

É uma experiência muito ruim. Quando sai em livramento estava com síndrome de pânico, nem sabia o que era. Uma ansiedade, uma angústia, um rancor, uma mágoa, uma revolta. Ela não tem nada de bom, mas eu aproveitei aquilo para nunca mais querer voltar.

21)Como cidadão, o que achas que pode ser feito na prisão para ajudar os presos a não cometer novos crimes e conseguir melhores condições de vida em liberdade?

Olha, se o preso não é orientado, se não recebe uma oportunidade durante a prisão, ele vai voltar a delinquir, com certeza. Falta muita oportunidade no presídio, tu tens que ter contatos com os agentes, com a direção, senão não consegue nada. Eu tinha bom comportamento, mas como não tinha cunha, que é alguém que te indica, te ajuda, não consegui trabalho na cadeia. Eu dei umas palestras sobre o sistema prisional, dizendo o que acontece na cadeia, e um agente não gostou, e eu sofri na mão dele, por quase 18 meses viajei por 5 cadeias diferentes, apanhei até, fui para o isolamento. Na PERG fiquei 40 dias no buraco, que é o nome de um isolamento. Me arrumaram 5 PAD's. Isso eu passei quando fui preso de novo. Aí sim não consegui nada, inclusive mandei um pedido para o presidente do Conselho da Comunidade

para conseguir um serviço na cooperativa daqui, a COOSOPEL. E a ajuda de uma cooperativa na vida da pessoa que passa pelo sistema prisional é muito importante, muda completamente. E tem o problema da droga também, que tomou conta do presídio, principalmente o crack. Graças a Deus nunca usei o crack, se a cocaína já fez tudo isso comigo, se tivesse usado o crack estava morto ou tinha matado alguém. Tem conhecidos meus viciados que a gente conversa e não consegue tirar uma ideia boa. É preciso dar um jeito nisso. Também tem que ter cursos profissionalizantes em maior número, para as pessoas terem uma profissão. Mas a palavra chave é cooperativa, é trabalho. As condições do presídio também geram muita revolta, a comida é feita dentro do banheiro, não tem material de higiene, não tem nem uma vassoura. O próprio preso tem que comprar essas coisas.

ENTREVISTA DE EUSÉBIO

1) Na época do fato pelo qual tu foste condenado, como era tua vida?

Eu tinha 20 anos e morava em Pelotas, com minha mãe e meu irmão, na mesma casa em que moramos até hoje. Minha mãe é separada do meu pai desde 1992. Eu já havia parado de estudar, antes de completar o ensino médio. Depois de sair da prisão, em 2005, eu entrei no supletivo, mas acabei trancando, e hoje falta uma matéria para concluir. Eu trabalhava na malharia de minha mãe, ajudando nas vendas, e meu irmão trabalhava em uma empresa. Eu levava uma vida tranquila, não me faltava nada, ainda que não tivéssemos dinheiro sobrando. Eu me dedicava ao trabalho com minha mãe, embora não houvesse muita cobrança, e também à religião, pois desde os 12, 13 anos de idade pratico o umbandismo e o africanismo. Nunca tive qualquer problema de disciplina, contato com a polícia, até minha prisão, que aconteceu em meados de 2000. Eu estava em uma casa com um amigo e alguns conhecidos, quando um deles acabou lesionando outra pessoa. Como a polícia não acreditou que eu pudesse estar lá e não saber do ocorrido, acabei sendo preso porque acharam que eu era, no mínimo, conivente.

2) Naquela época, quanto ganhavas? Qual era a renda e o padrão de vida familiar?

Como disse, não nos faltava nada, levávamos uma vida sem privações. Conseguíamos aproximadamente 03 salários mínimos por mês com a malharia, a minha mãe era dona de três imóveis: a casa na qual morávamos e mais duas, um delas em condomínio com meu tio, e recebia aluguel por estas duas casas, aproximadamente R\$ 300,00. Meu irmão ganhava o suficiente para ele, cerca de 01 salário mínimo. Desde aquela época meu irmão é independente, e não se envolve muito com a família. Não pede nada e também não gosta que peçam a ele.

3) E atualmente, no que trabalhas? E o padrão de vida da família, com está?

Desde que saí em condicional trabalho como auxiliar de contabilidade em um escritório de um amigo meu, Paulo. Continuo morando na nossa casa, com minha mãe, que sofreu um AVC enquanto eu estava na prisão. Ela foi operada aqui em Pelotas e depois meu tio a levou para POA, onde mora, pois precisava fazer tratamento de fisioterapia e psicologia. Ficou morando lá, com meu tio, até eu sair da prisão, quando então a trouxe de volta. Durante esse tempo meu tio a sustentou, pagando todo o tratamento, que foi particular, apenas a cirurgia em Pelotas foi pelo SUS. Quando a trouxe para Pelotas passamos a viver com aproximadamente R\$ 800,00, somando meu salário, uma ajuda do meu tio, que desde a morte da minha avó passou a receber um dinheiro do inventário, e por isso repassa uma parte à minha mãe, e uma pensão alimentícia que meu pai paga para mim desde que saí da prisão. Recebi alimentos até os 22 anos de idade, depois o pai parou de pagar, retomando apenas quando saí da prisão, com a mãe doente. Meu irmão morou um período na Espanha, enquanto eu estava preso, e hoje mora em POA, mas não ajuda com nada. A malharia fechou pouco depois da prisão, porque minha mãe sofria de pressão alta, ficou muito deprimida com o que aconteceu. Além disso, ela nunca foi muito boa em administrar as coisas, e como eu não estava mais ao lado dela na empresa, ela achou melhor fechar, pois ao poucos o negócio estava diminuindo o movimento. Eu sempre gostei de administração, e era eu quem cuidava dos negócios, minha mãe se preocupava com a produção, com a costura. Se eu não tivesse sido preso, provavelmente o negócio tivesse continuado até hoje, embora eu fosse um pouco imaturo naquela época, pouco preocupado com futuro, questões materiais, e sim interessado na umbanda. Vivemos, então, com muito mais dificuldade do que antes, pois minha mãe não pode mais trabalhar, ficou com um lado do corpo paralisado, caminha com muita dificuldade. Precisa de acompanhamento constante, e é de difícil convivência, não aceita qualquer pessoa para cuidá-la. Eu passo envolvido com ela, dia e noite, não posso me afastar daqui. Além de não trabalhar, por força do AVC ela tem despesas de medicamentos e de tratamento, com precisa fazer consultas regulares ao médico, que são pagas, pois a assistência gratuita é tão demorada e complicada que eu acabo desistindo, até porque não tenho tempo. Além do meu emprego no escritório tenho uma casa de religião, própria, que me dá alguma renda, ainda que incerta. Se pudesse viajar e me dedicar mais à religião provavelmente conseguiria melhor renda.

4) Como era a condição financeira dos teus pais?

A família da minha mãe tinha algum patrimônio, tanto que ela ficou com as três casas, uma delas em condomínio com meu tio, Hoje só tem a casa na qual moramos, pois as outras foram vendidas, uma por causa de incêndio e outra para custear as despesas que tive com advogado. Meu pai é de família bastante abastada, é filho único dos meus avós, que eram donos de muitos bens em Pelotas e, principalmente, em Pinheiro Machado. Meu pai tem várias casas e apartamentos, além de campos e até uma madeireira. Herdou tudo dos meus avós, mas sofre de transtorno bipolar, e por isso optou por arrendar tudo e viver de renda. Quando meus pais se separaram, minha mãe recebeu um valor, com o qual montou a malharia. Hoje minha mãe só tem a casa, não tem nenhuma renda, e meu pai não vendeu nada, mas nos ajuda com muito pouco. Eu e minha mãe ganhamos cerca de R\$ 800,00, somando tudo, e a renda do meu pai eu não sei, mas com certeza ganha bem, não tem preocupações com dinheiro.

5) Qual teu nível de instrução? Tens alguma qualificação profissional? Recebeste algum tipo de estudo ou curso de capacitação profissional na prisão?

Como disse, ainda não concluí o ensino médio, quero ver se termino este ano o supletivo. Acabei largando o estudo por falta de motivação, pois estava envolvido com a malharia e, sobretudo, só pensava na religião, que era o que eu gostava. Nunca fiz nenhum curso profissionalizante, só aqueles cursinhos antigos de informática. Na prisão não recebi estudo algum, pois na época era oferecido o ensino fundamental, que eu já tinha. Houve uma época em que se anunciou cursos profissionalizantes em várias áreas, mas que não acabaram saindo, ou pelo menos não fiquei sabendo.

6) Naquela época, além das casas, tu, tua mãe e teu irmão tinham algum bem de maior valor, como terreno, campo, animais, máquinas, meio de transporte, negócio próprio ou familiar, dentre outros? E atualmente, após o retorno à liberdade?

Nós tínhamos, eu e minha mãe, as três casas que minha mãe recebeu de herança. Uma onde moramos até hoje e duas que eram alugadas, como já falei. Não tínhamos quaisquer outros bens, como carro, moto. Havia a malharia da mãe, na

qual trabalhávamos, que possui várias máquinas específicas para confecções. Havia, por exemplo, três máquinas “overlock”. Meu irmão, como já disse, sempre foi independente, e tem as coisas dele, separadas. Meu pai tinha o patrimônio que mencionei, que a gente não usufrui. Após minha prisão, como disse, minha mãe sofreu de depressão e pressão alta, assim como enfrentou dificuldades em administrar o negócio sem mim, acabando por fechar a malharia e vender o equipamento. As duas casas de aluguel também foram vendidas, e dinheiro apurado com estas vendas foi usado para custear meu advogado. Hoje em dia só temos a casa de moradia, não temos mais nada de valor.

7) E dinheiro guardado, tinhas algum? Tinhas conta bancária com limite, cartão de crédito ou alguma forma de acesso a empréstimo? Conhecias pessoas que pudessem te emprestar dinheiro? Havia dívidas? E atualmente, em liberdade?

Não, não tínhamos dinheiro algum guardado. O dinheiro que havia era todo usado no sustento da família. Eu nunca tive conta com limite, até hoje. Naquela época tínhamos um conta bancária normal, para depositar os pagamentos, mas sem crédito, não tínhamos contas pessoais. Hoje, tenho um conta para receber o salário, que é a conta que usam para depositar a pensão alimentícia e a ajuda do meu tio. Nunca nos interessamos por crédito no banco, sempre procuramos fazer as coisas com o dinheiro que temos. Quem poderia nos ajudar, financeiramente, na época da prisão, eram os familiares, meu pai, tio e irmão. Dívidas nunca tivemos, apenas pagávamos algumas contas da malharia com algum prazo.

8) Além da tua mãe, alguém mais mora com vocês? És casado ou tens companheira? Quem depende financeiramente de ti?

Não, moramos só nós dois. Não tenho namorada, tenho alguns relacionamentos afetivos, mas nada muito sério e estável. Minha mãe, que está doente, também não tem namorado. Na época da prisão eu tinha uma namorada, que ainda ficou comigo uns dois anos, ela me visitava na prisão, mas depois brigamos, mas por outros motivos, nada a ver com a cadeia. Só minha mãe depende de mim. Financeiramente ela tem uma certa renda, do dinheiro que meu tio manda, mas eu preciso ajudar bastante no pagamento das despesas. Além disso ela precisa da minha ajuda no dia-a-dia, pois não consegue fazer muitas coisas sozinhas, e não temos dinheiro para pagar uma acompanhante.

9) Qual o nível de instrução e qualificação profissional dos teus pais?

Meus pais tem o equivalente ao ensino médio, nenhum deles estudou bastante. Meu pai nunca fez curso de capacitação profissional, e minha mãe fez vários cursos de costura, ela é bem preparada para a profissão.

10) Tu já disseste que na época do delito tua família não enfrentava nenhum problema de saúde grave, e que durante a prisão tua mãe sofreu um AVC, ficando com graves sequelas, e que teu pai sofre de transtorno bipolar, que o impede de trabalhar. Tu e/ou algum membro da família enfrentava problemas com o consumo de drogas e/ou álcool? Recebiam assistência à saúde por parte do Estado? Possuíam algum plano de saúde? E atualmente?

Como já disse, desconfio que o AVC da minha mãe tem muito a ver com a minha prisão, pelo desgosto, depressão, falta do meu auxílio na malharia. Eu sou portador de HIV, que está encubado, ou seja, não apresenta sintomas. Descobri o vírus durante minha fuga da prisão, por volta de 2003. Não sei como me contaminei. Naquela época não estava mais namorando, e minha namorada não tem o vírus, e tive alguns relacionamentos sexuais. Acho que foi daí, pois nunca fiz transfusão de sangue. Toda a minha família gosta de bebidas alcoólicas, inclusive eu, mas nenhum é alcoólatra, todos bebem socialmente. Já tomou porre e tudo, mas nada que atrapalhasse a vida social e o trabalho. Nunca tive qualquer doença antes do HIV, por isso nunca tinha usado o SUS. Após o HIV, realizo regularmente as consultas, gratuitamente, e tudo funciona bem. Minha mãe fez a cirurgia do AVC aqui em Pelotas, pelo SUS, mas depois, como disse, fez todo o tratamento particular, até hoje, pois é muito demorado e complicado agendar consultas e conseguir medicamentos do Estado, é muita burocracia. Prefiro me sacrificar e pagar particular, pois não tenho tempo e disposição. Nunca tivemos qualquer plano de saúde.

11) Naquela época, tu tinhas conhecidos e/ou amigos que pudessem te ajudar em caso de necessidade? Participavas de algum clube, associação, seita religiosa ou outra forma de convivência comunitária organizada? Durante a prisão, tiveste acesso a estes contatos?

Tinha alguns amigos, mas não procurei ninguém, sinto muita vergonha e constrangimento pelo que passei, até hoje. Não sei dizer se eles me ajudariam em algo, se precisasse. Nunca participei de qualquer forma de associação comunitária, partido, associação de bairro, sindicato, o que seja, só participo das coisas relacionadas com a religião. Participo de todos os encontros e atividades, todos os meus conhecidos e amigos tem relação com a religião. Mas, durante a prisão, não mantive contato com o umbandismo, porque não me sentia bem comigo mesmo, queria ficar sozinho, tinha vergonha. E dentro da prisão não há espaço para a umbanda, pelo menos nunca vi nada. A maioria das atividades é para evangélicos.

12) Durante a prisão, recebeste auxílio médico, psicológico e jurídico por parte do Estado? Tiveste contato com outras formas de associação, como cooperativas de trabalho para presos e egressos e instituições de auxílio à saúde e à dependência de drogas e álcool, dentre outras? Após retornar à liberdade, estes contatos foram mantidos?

Sempre que precisei de médico fui atendido. Depois que soube do HIV, fazia as consultas e exames de rotina dentro do presídio. Não precisava nem pedir, a própria casa mantinha uma tabela dos presos e ia chamando. Tudo sempre funcionou sem problemas, não posso reclamar de nada, sempre que precisei falar com os agente fui bem recebido. Atendimento psicológico não tinha, só quando tu ia fazer exame para algum benefício, e era uma coisa muito rápida. Nunca tive contato com qualquer associação ou cooperativa, de qualquer tipo. Aliás, a cooperativa dos trabalhadores estava apenas começando naquela época, com a horta e a marcenaria, e quem está na galeria não tem acesso às coisas, se não tiver alguém que te ajude. Nunca precisei de atendimento jurídico, pois tinha advogado particular. Meus pedidos era ele quem fazia, e às vezes em mesmo escrevia em um papel, e encaminhava pelo chefe da galeria aos agentes. Sempre receberam meus pedidos, nunca houve problema também.

13) De que forma tu e tua família tentavam superar as dificuldades que enfrentavam naquela época? Quais eram teus planos para melhorar de vida? E hoje, os problemas e os planos são os mesmos?

Quando da minha prisão eu era um pouco imaturo, não estava preocupado com meu futuro, em termos de dinheiro, segurança, essas coisas. Eu ajudava minha mãe na

malharia, que era nossa fonte de renda, mas era uma atividade que eu fazia de forma espontânea, não havia muita cobrança. O que eu realmente gostava de fazer eram as atividades ligadas à religião. Eu acreditava que pudesse viver da religião, tirando meu sustento da umbanda, por meio de uma casa própria, além de viajar por aí prestando serviços. Minha mãe, por sua vez, apostava na malharia, ela sempre foi muito dedicada. O futuro de vida dela passava por aí. Depois que saí em liberdade condicional, meus planos de vida mudaram muito, fiquei mais pessimista em geral, com pouca motivação para o futuro. Hoje tenho poucas perspectivas para o futuro: a malharia não existe mais, sigo o meu trabalho no escritório, que é a fonte do sustento, e montei minha casa de religião. Mas não tenho mais disposição e confiança de que posso viver da religião, principalmente porque fico muito preso por causa da minha mãe, que precisa de cuidados constantes. Para ganhar dinheiro com a religião, teria que ter mais tempo, inclusive para viajar, que é uma coisa muito rentável, porque a gente agenda uma série de trabalhos em lugares que tem muita demanda. Como não tenho esse tempo, e também preciso de uma garantia, de uma renda certa, pois não gosto, atualmente, de viver na incerteza, prefiro manter meu emprego no escritório, que me dá essa renda fixa, e me dedicar à religião nas horas livres, que são poucas. Mas atualmente não tenho grandes planos, me sinto ainda deprimido, envergonhado, descrente de muitas coisas. Quero apenas manter minha vida, que vou levando de modo simples, com poucos recursos. Minha mãe, como já disse, não tem plano nenhum, porque não pode sequer trabalhar.

14) De que forma tu tentaste manter contato e ajudar a família durante a prisão? Como tua família ficou enquanto estavas preso?

Minha mãe ficou desolada com minha prisão. Perdeu a motivação, enfrentou dificuldades de toda sorte, para pagar advogado, para tocar a empresa, para viver sozinha. Até que ficou doente e teve o AVC. Na prisão eu não tinha qualquer renda, então eu não pude ajudar com nada, minha mãe viveu da malharia enquanto durou e depois vivia da ajuda do meu tio, que a abrigou em POA, e da minha avó paterna, que mandava algum dinheiro. Mas o dinheiro era insuficiente, principalmente porque gastamos muito com advogado. Como contei, minha mãe teve até que vender duas casas para se sustentar e pagar ao advogado. Quase não recebi visita de ninguém. Minha mãe ia me ver até adoecer, e minha namorada também, até terminarmos. Meu tio e meu pai foram apenas uma vez, e meus amigos não apareceram, muito

por minha causa, que não queria contato, queria me isolar de tudo. Recebi visita do meu amigo Paulo, várias vezes, que me ofereceu o emprego em que estou.

15) Após sair em liberdade, enfrentaste preconceito por ser ex-presidiário?

Sinceramente, não muito. Não sofro qualquer restrição lá no meu trabalho e também não percebo nada na casa de religião. Meus amigos, família e conhecidos anteriores também não me evitaram. Na verdade, ainda na prisão e até hoje, eu procurei evitar contato com as pessoas, porque me sinto frustrado, deprimido, sem motivação, perspectiva, talvez por isso não tenha sentido grande problema. Tento levar a minha vida normalmente, superando o trauma da prisão, que é muito grande, aquilo estraga a vida da gente.

16) Nestes anos todos, desde a época do fato que levou à prisão até o retorno à liberdade, houve algum casamento ou união estável tua ou de algum familiar teu? Terminou algum casamento ou união estável? Nasceram filhos? Mudaram de moradia e/ou de cidade?

Não, permanece tudo igual. Eu tinha uma namorada quando fui preso, cujo relacionamento durou algum tempo, mas desde que saí não tenho nada fixo. Não tenho filhos e minha mãe mora comigo, sem ter namorado. Não mudou nada.

17) Tu e tua família recebiam assistência do Estado em termos de saúde, educação e outros serviços básicos? Como eram estes serviços? Recebiam algum benefício previdenciário? Como ficou esta ajuda durante a prisão? E depois do retorno à liberdade?

Como disse, nunca tivemos plano de saúde. Até a doença da minha mãe e o HIV, nunca precisamos do SUS, a não ser para pequenas coisas, então não posso te dizer se era bom ou não o sistema. Depois do AVC da mãe, só a cirurgia inicial foi pelo SUS, o resto todo foi e é particular, porque é muito ruim o serviço. É uma burocracia agendar consultas e conseguir remédios, demanda um tempo absurdo. Prefiro gastar o pouco de dinheiro que temos para não passar por isso, porque tenho que trabalhar e cuidar da mãe. Quanto à educação, eu e meu irmão sempre estudamos em escola pública estadual, e naquela época a qualidade era boa, não tinha muito o que reclamar, eu acabei parando porque não estava a fim, queria trabalhar, lidar com a religião, e não sofri muita cobrança por parte da família.

Quanto aos demais serviços públicos, sofremos o mesmo que o resto da população, principalmente com a segurança, que é horrível, e com a falta de emprego. Nunca recebemos benefício previdenciário, até porque não pedimos, preferimos, até hoje, nos manter por nós mesmos. Agora quando a mãe fizer 60 anos, talvez a gente peça. Durante a prisão também não recebemos ajuda financeira alguma. Como já disse, na prisão recebi assistência à saúde sempre que precisei, não tenho do que reclamar. Em termos de educação, não me ofereceram nada, porque já tinha o ensino fundamental.

18) Durante a prisão, gozaste de algum benefício da execução, como trabalho interno ou externo, remição, saída temporária, livramento condicional etc?

Sim, trabalhei internamente por um bom período. Embora a gente fique completamente isolado e sozinho na galeria, mantive uma boa relação com os agentes. Sempre que precisei algo deles, fui atendido, sem problemas. Na prisão acabei conhecendo o Paquito, que é um preso muito respeitado e é o chefe da cozinha, e ele me convidou para trabalhar com ele na cozinha, onde fiquei por um bom tempo. Era um trabalho muito bom, ele mantinha a disciplina e eficiência de todos, e a gente acaba tendo umas regalias, come melhor, passa a morar na ala dos trabalhadores, que é mais organizada e tranquila, a situação muda bastante, para melhor. Depois eu passei a trabalhar no escritório da SUSEPE, fora do presídio, porque estava no regime semiaberto. Nessa época gozei de várias saídas temporárias, sendo que numa delas eu fugi, não retornei ao presídio, porque estava de saco cheio, não me sentia bem, estava deprimido. Quando fui preso, quase um ano e meio depois, regressaram meu regime para o fechado, e retornei a trabalhar na cozinha. Não sei se recebi remição, talvez sim, eu era um pouco desligado dessas questões jurídicas.

19) Recebiam auxílio de alguma associação em geral (fundações, ONG's, sindicatos, órgãos paraestatais, instituições beneficentes, religiosas, etc) para conseguir melhores condições de vida? Como funcionaram em prol da família durante a prisão? E após o retorno à liberdade?

Nenhum tipo de assistência, tanto para mim, enquanto preso, como para minha família.

20)Quais são as perspectivas de emprego e trabalho para ti e tua família, dentro da realidade do local onde vivem? O que é necessário, na tua opinião, para conseguir melhores condições de vida? A prisão atrapalhou teus projetos de vida? De que forma?

A situação de Pelotas é muito difícil, tu não enxerga emprego e oportunidade de trabalho em lugar nenhum, principalmente para quem não tem qualificação. Por isso, sigo minha vida no escritório, que me dá minha subsistência, e não tenho grandes planos para o futuro. Se surgir um emprego melhor, eu pego. Não tenho como me dedicar mais à religião, por causa da minha mãe. Mas não me sinto em condições de começar um novo negócio, tentar uma novo projeto, caminho, porque estou, ainda, muito desolado com tudo. A prisão mudou completamente minha vida, principalmente na questão psicológica, acabou com minha auto-estima, me sinto muito culpado por tudo que aconteceu. Acho que isso atinge meus planos futuros, meu modo de ser. Mesmo sem sofrer preconceito, não tenho motivação para crescer, juntar dinheiro.

21)Como foi e o que significou para ti a experiência prisional?

É algo muito ruim, não sei se existe algo pior. É horrível ficar preso numa cela pequena, com mais 07, 08 bandidos que tu não conhece, completamente diferentes de ti, principalmente quanto à educação e aos valores. Não tens acesso a nada, uma sujeira só, não há respeito. A única coisa boa que a prisão me trouxe foi a maturidade quanto ao futuro. Hoje gosto de ter segurança, ter uma renda fixa, me preocupo com o futuro. Antes eu não me preocupava tanto com isso. No mais, a prisão não me deu nada de bom, pelo contrário.

22)Como cidadão, o que achas que pode ser feito na prisão para ajudar os presos a não cometer novos crimes e conseguir melhores condições de vida em liberdade?

É difícil para mim dizer, mas acho duas coisas fundamentais: ocupar os presos, oportunizando trabalho a todos, dentro e fora da prisão, para não ficarem sem fazer nada, o que é ruim para a cabeça. Aliás, acho que os presos deviam ser até obrigados a trabalhar. Ou quem não quisesse trabalhar, pelo menos não poderia reclamar de nada. Hoje em dia, para a maioria dos presos não há trabalho, e muitos

deles, a maioria, gostaria de trabalhar, para se ocupar, ganhar remição, mesmo sem ganhar dinheiro. Por outro lado, seria importante separar os presos conforme o tipo de crime, a educação, a periculosidade, etc. Hoje é tudo misturado, o que gera muitas brigas e acaba por prejudicar muitos presos, que têm uma educação melhor, são pessoas de bem e são obrigados a conviver com bandidos da pior espécie, que fazem extorsão dentro da cadeia, traficam, roubam e tudo mais. Por isso tantos presos acabam saindo da prisão muito pior do que entraram, porque tiveram que dividir cela com esses caras.

ENTREVISTA DE FÉLIX

1) Na época do fato pelo qual tu foste condenado, em 1991, como era tua vida?

Nessa época eu morava com a minha mãe e meu padrasto. A minha mãe se separou do meu pai quando eu tinha uns 09 anos. Hoje ele mora em Curitiba, não tenho contato com ele. Na verdade a gente morava lá até a separação deles, e daí a mãe veio com os filhos para cá, porque ela é gaúcha, meu pai é que é paranaense. Meu pai trabalha na COPEL, que é a CEEE de lá. Eu era novo, ia a baile, tinha mulheres, fumava maconha. Quando fui preso pelo latrocínio eu tinha problema com bebida, tomava remédio também, era bem loucão, saía para a rua e... Eu não trabalhava, e naquela época eu roubava. De vez em quando aparecia um biscate. Na minha vida, muito pouco trabalhei de carteira assinada, e até ser preso trabalhei muito pouco. Minha mãe e meu padrasto é que sustentavam. Com a gente moravam também meus quatro irmãos.

2) Na época da tua prisão, qual era a renda e o padrão de vida familiar?

Era só o meu padrasto que trabalhava, minha mãe era de casa. Ele era pedreiro, e ganhava bem. O equivalente a uns R\$ 1000,00 hoje em dia. Que eu saiba essa era a principal renda da família. Minha mãe costurava para fora, o que também ajudava. O meu irmão mais velho já tinha a vida dele, era cobrador de ônibus, hoje mora no Rio de Janeiro. Os outros ainda não trabalhavam.

3) E quando saíste em livramento condicional, em 2002, no que foste trabalhar? E o teu padrão de vida da família, como ficou?

Fui trabalhar como reciclador, juntava garrafa PET, papelão, sucata. Eu juntava e vendia por mês. Quando eu sai fui morar com a minha mãe de novo, e ela já tinha se separado do padrasto. Morávamos nós e minha filha mais nova, de 16 anos, que minha mãe cria. E arrumei também uma família para mim na rua, uma mulher que eu conheci na reciclagem, com quem tenho uma filha de três anos, mas a gente não

vive junto. Cheguei a morar com ela cerca de um ano depois de sair em liberdade condicional, comprei uma casa no bairro Navegantes. Depois nos mudamos para o bairro Getúlio Vargas, porque ela queria ficar mais perto da mãe dela. Fiquei com ela até pouco tempo antes de ser preso de novo, em 2008, porque não me apresentei em juízo no final do livramento. Aí o benefício foi revogado, e eu passei a cumprir pena no semiaberto, até que não retornei de uma saída temporária, quando foi regredido o regime e desde então estou no fechado, desde setembro de 2008. Em 2002, na reciclagem, eu ganhava quase um salário, porque era bom o preço do PET, R\$ 0,80 o quilo, o papelão R\$ 0,50, o alumínio R\$ 3,00, o cobre R\$ 7,00. Dava um dinheiro bom, tanto que comprei a minha primeira casa, lá no Navegantes. Hoje em dia caiu um pouco a renda da reciclagem. E naquela época eu também trabalhava de flanelinha, que também dá uma renda boa. Como flanelinha eu ganhava quase R\$ 700,00 por mês, se eu soubesse disso quando era mais novo, na época que fui preso, não teria me envolvido.

4) Qual teu nível de instrução? Tens alguma qualificação profissional? Recebeste algum tipo de estudo ou curso de capacitação profissional na prisão?

Estudei até a segunda série, não queria saber de colégio, gazeava aula, ia agitar na rua. Minha mãe não sabia de nada. Quando ela descobriu tentou me obrigar a estudar, mas não adiantava. Curso eu fui fazer só aqui dentro da cadeia, de costura. Já faz um bom tempo, eu tinha bom comportamento e pedi um oportunidade para a direção. Valeu muito a pena, nós fazíamos até roupa para vender na rua. É uma coisa que a gente não esquece mais. É um pena que agora aquilo está parado, tem uma sala com as máquinas e tudo, se me dessem a oportunidade de tocar aquilo lá... no início da minha cadeia até tentei continuar os estudos, mas depois comecei a sair para trabalhar e não fui mais às aulas. Hoje em dia, se eu tiver a oportunidade de continuar os estudos por que não vou querer? Além de aprender passa o tempo da gente, é uma terapia.

5) E qual o grau de instrução dos membros da tua família?

Bah, não sei dizer quanto a mãe estudou, ela sabe ler e escrever, fazer conta, mas não sei dizer até que série estudou. Meu padrasto também sabe ler e escrever, não sei até quando estudou. Meu pai deve ter estudado mais, pelo serviço dele tem que ter estudo.

6) Na época da tua prisão, em 1991, tu e tua família tinham algum bem de maior valor, como casa, terreno, campo, animais, máquinas, meio de transporte, negócio próprio ou familiar, dentre outros? E atualmente, após o retorno à liberdade?

A gente tinha só a casa, que é da minha mãe até hoje. Não tínhamos carro, moto, essas coisas. E quando eu sai em livramento, em 2002, era a mesma situação.

7) E dinheiro guardado, tinhas algum? Tinhas conta bancária com limite, cartão de crédito ou alguma forma de acesso a empréstimo? Conhecias pessoas que pudessem te emprestar dinheiro? Havia dívidas? E atualmente, em liberdade?

Eu não tinha nada guardado, já minha mãe eu não sei, porque ela não falava essas coisas para a gente. Também nunca trabalhei com banco. A minha irmã Cláudia era a pessoa que podia me ajudar se eu precisasse de algo, ela sempre teve uma vida melhor, sempre estudou, é formada, casou direitinho. E também a minha irmã Fernanda, que a mãe também tem contato, porque meu irmão que está em Porto Alegre leva a vida dele separado, a mãe quase nem fala com ele, Não tinha mais ninguém, amigo, conhecido, nada, e é assim até hoje. Na verdade eu não tenho contato com meus irmãos, e também não peço nada, mas acho que se eu precisasse minhas irmãs me ajudariam, principalmente a Cláudia, porque sempre respeitei eles. Dívida também não tinha nem quando fui preso, nem agora, a mãe apenas pedia para a Cláudia pagar o INSS dela, para poder se aposentar. Mas a gente não faz crediário, financiamento, nada.

8) Tens família? Quem dela faz parte? Quem mora contigo? Alguém depende financeiramente de ti?

Hoje em dia estou preso de novo, porque foi revogado o livramento condicional, mas quando sair novamente vou morar com minha mãe. Eu tenho três filhos, um de 18, uma filha de 16 e a menor, de 03 anos, filha da minha ex-companheira. Eu também cheguei a conviver com a mãe dos dois mais velhos, mas não morávamos na mesma casa, e quando fui preso nos separamos, ela me deixou, a minha cadeia era muito longa, e eu só queria agitar, beber. A filha mais velha mora com a minha mãe, e a mais nova com a mãe dela, e eu ajudo as duas. Quem sustenta a casa é minha mãe, com a aposentadoria dela, porque a Fabiana não trabalha, e eu ajudo no que

posso, de acordo com o que eu ganho. Hoje ganho cerca de R\$ 25,00, R\$ 30,00 por dia como flanelinha, às vezes até mais, quando consigo fazer umas lavagens de carro. Mas as despesas fixas da casa, água, luz, telefone, quem paga é a mãe, mas se ela precisa eu ajudo.

9) Já disseste que na época do delito tu tinhas problema com álcool e drogas. Como era o teu caso? Mais alguém tinha problemas com o consumo de drogas e/ou álcool? Recebiam assistência à saúde por parte do Estado? Possuíam algum plano de saúde? E atualmente?

Eu me envolvi com bebida e maconha desde os 15 anos. Aí só parei quando vim para a cadeia. Eu agitava muito, me envolvi num homicídio em 1986, pelo qual também fui condenado, mas só fui preso em 1991, aí comecei a pagar as duas penas, 20 anos do latrocínio e 08 do homicídio. Eu descobri há pouco que tenho hepatite C, não sei desde quando. Mas a bebida era o pior, eu acordava tremendo, já tinha que beber na hora, e daí já ia para os bares. A mãe sempre teve vários problemas, não sei bem quais, já se operou de pedra na vesícula. A gente tinha que levar ela para o médico. Ela não conta muito, e eu também só tenho contato quando saio em temporária. Meus irmãos e meu ex-padrasto são bem de saúde, até hoje.

10) Lá em 1998, tu já disseste que não tinhas conhecidos e/ou amigos que pudessem te ajudar em caso de necessidade. Participavas de algum clube, associação, seita religiosa ou outra forma de convivência comunitária organizada? Durante a prisão, tiveste acesso a estes contatos?

Não tinha ninguém não, só minhas irmãs. Mas eu também não queria saber de ajuda, só queria zoar, ir para as festas.

11) Tiveste contato com outras formas de associação, como cooperativas de trabalho para presos e egressos e instituições de auxílio à saúde e à dependência de drogas e álcool, dentre outras? Após retornar à liberdade, estes contatos foram mantidos?

A minha mãe sempre foi de participar da igreja, até hoje. Na época da minha prisão ela ia junto com o meu padrasto. Eu, na verdade, muito pouco ia à missa. Fora isso nunca participamos de mais nada. Depois que fui preso, larguei a bebida e comecei a trabalhar como catador e guardador de carro eu participava das reuniões das

associações junto à prefeitura. Quando eu entrei na cadeia no tinha CAEX, não tinha nada, só as reuniões do AA, mas não era na cadeia, só na rua, e como eu estava no fechado não podia participar. Uma vez teve um curso, muito pouco, sobre uso de drogas injetáveis, sobre o vírus HIV, e eu assisti. Eu participei também da cooperativa de trabalho, fiz um curso de costura com a Dona Eloá, que tinha conseguido essa parceria com uma empresa na rua. A gente fazia calça, camisa, jaleco, era muito boa essa época. Depois trabalhei na horta, também com a cooperativa, mas um cachorro me pegou quando eu fui fazer uma limpeza no canil, que um preso que trabalhava na fiscalização do trabalho me mandou, e quando eu estava na enfermaria o Seu Hamilton, chefe da segurança, disse que eu estava fazendo “mão”, que é o cara que leva e traz droga, estoque, essas coisas, e me tiraram da horta. Eu nunca fiz “mão”, sempre respeitei a guarda, e trabalho só para remir minha pena. Aí me tiraram da ala dos trabalhadores e me botaram na galeria, onde estou até hoje. Eu quero voltar a trabalhar, quero trabalhar na Delta, empresa de reciclagem, com carteira e tudo, para ajudar minha mãe e meus filhos.

12) De que forma tu e tua família tentavam superar as dificuldades que enfrentavam na época da tua primeira prisão? Quais eram teus planos para melhorar de vida? E hoje, os problemas e os planos são os mesmos?

Eu pensava em ter a minha família, mas o problema eram os amigos, sempre convidando o cara para fazer isso e aquilo. A Carmem, minha mulher na época da prisão, mãe dos meus filhos mais velhos, me dizia para a gente morar junto, ter uma casa, formar uma família, mas eu ficava só em plano. E plano de trabalho eu não tinha, nem pensava nisso, estava envolvidos nas drogas e álcool. Quando saí em livramento mudei completamente meu estilo de vida, porque consegui largar o vício. Já hoje eu quero é trabalhar, porque o crime não compensa, o que eu ganhei até hoje? Eu quero, quero não, eu vou trabalhar na Delta, a Dona Cátia, assistente social, está com os meus documentos, vou pedir para ela bater um papel para mim, dizendo que sou preso, tenho bom comportamento e tal, para levar lá na empresa. Essa é a minha vontade, trabalhar lá, com carteira assinada, INSS, tudo, dá para levar a vida muito bem.

13) De que forma tu tentaste manter contato e ajudar a família durante a prisão? Como tua família ficou enquanto estavas preso?

Eu não conseguia ajudar com nada, porque eu não ganhava. O pouco que eu ganhei na prisão foi quando trabalhei na faxina, que de três em três meses eu ganhava um dinheirinho, que eu usava para comprar minhas coisas só, porque era muito pouco. A mãe vinha me visitar, mas muito pouco, de seis em seis meses, porque na época a Carmem deu a minha filha mais velha para a mãe criar. A Carmem também não chegou a me visitar muitas vezes, porque em seguida me abandonou. O resto da família não vinha.

14) Sentiste muito preconceito por ser ex-presidiário, quando saíste em livramento condicional?

Serviço de carteira assinada, que era o que eu queria, eu não consegui, mas depois descobri que podia trabalhar com reciclagem e foi o que eu fiz, comprei até uma charrete. E naquela época dava dinheiro, hoje ainda dá, mas é menos. Com mais o dinheiro que ganhava como flanelinha, fui tocar minha vida. Na rua eu não sinto muito não, quero ver agora quando eu levar os papéis lá na Delta.

15) Tu e tua família recebiam assistência do Estado em termos de saúde, educação e outros serviços básicos? Como eram estes serviços? Recebiam algum benefício previdenciário? Como ficou esta ajuda durante a prisão? E depois do retorno à liberdade?

A gente é pobre, sempre dependeu do SUS, que é difícil, é muita luta, muita fila. Eu e meus irmãos também sempre estudamos em colégio público. A mãe passou a receber a aposentadoria dela quando eu já estava na cadeia. E minhas filhas eu acho que não recebem benefício nenhum, bolsa-família, essas coisas, porque uma já tem 16 e a outra ainda nem estuda, e acho que tem que estar estudando para receber.

16) Durante a prisão, recebeste assistência jurídica, médica e psicológica?

Sempre que precisei eu tive, inclusive quando fiz os exames para ver se eu estava com a hepatite C. Assistência jurídica também.

17) Recebiam auxílio de alguma associação em geral (fundações, ONG's, sindicatos, órgãos paraestatais, instituições beneficentes, religiosas, etc) para conseguir

melhores condições de vida? Como funcionaram em prol da família durante a prisão? E após o retorno à liberdade?

Quando a gente precisa de alguma coisa pede para a igreja, que sempre nos ajudou, e ajuda até hoje. Não é com muito, mas sempre ajuda. Outras instituições nunca ajudaram com nada. Agora aqui dentro da cadeia eu frequento a missa.

18)Quais são as perspectivas de emprego e trabalho para ti e tua família, dentro da realidade do local onde vivem? O que é necessário, na tua opinião, para conseguir melhores condições de vida? A prisão atrapalhou teus projetos de vida? De que forma?

O meu objetivo é a Delta. E se não der certo posso trabalhar como flanelinha, que também é muito bom, porque a gente conhece um monte de gente na rua, e tem um monte de gente boa, que nos ajuda bastante, com roupa, calçado, comida, remédio, dinheiro, tem que ver no final de ano. A gente ganha porque as pessoas pegam confiança no cara. E se eu tivesse condições eu abria uma reciclagem para mim, que dá muito dinheiro. Fora isso dá para trabalhar como servente de pedreiro, que ganha uns R\$ 15,00 por dia, porque o resto precisa de estudo, né? Tá faltando mais emprego, mais serviço. Principalmente para quem é preso e não tem estudo, não dá para ser cobrador de ônibus, *office-boy*, um monte de coisa.

19)Como foi e o que significou para ti a experiência prisional?

A gente sofre mas aprende. Faz a gente pensar no que fez de errado. Que podia estar na rua trabalhando, podia ter estudado. Mas falta de conselho não foi, porque minha mãe e a Carmem sempre me disseram para mudar. Serviu também para parar de beber, usar droga. Por um lado até foi bom, pois o que seria de mim se eu tivesse continuado naquela vida? Poderia estar morto, ou em fase terminal de HIV, dando mais trabalho ainda para a minha família.

20)Como cidadão, o que achas que pode ser feito na prisão para ajudar os presos a não cometer novos crimes e conseguir melhores condições de vida em liberdade?

Força de vontade de largar a vida do crime, a vida das drogas. Oportunidade tem, e não tem muita firma aqui dentro porque tem muita droga, muito roubo. Tem preso aí

que não respeita nem a guarda, que não tem nada que ver. O cara tem que ter vontade de seguir outra vida, que foi o que eu fiz. Para que voltar para cadeia se a vida é boa lá na rua?

ENTREVISTA DE GASTÃO

1) Na época do fato pelo qual tu foste condenado, como era tua vida?

Eu fui preso por um latrocínio, em 1992, e puxei 15 anos no regime fechado, fui sair em livramento só em 2007. Desses 15 anos passei pela PERJ, PASC e pelo PRP. Aí em 2009 eu fui preso de novo, por transporte de droga, ainda não fui condenado. Quando fui preso pela primeira vez, em 1992, eu era jovem, tinha 28 anos, e trabalhava em obra, como servente de pedreiro. Morava com minha mãe, minha mulher e um filho. Tenho dois filhos, só que um deles morava e ainda mora com a avó materna.

2) Naquela época, quanto ganhavas? Qual era a renda e o padrão de vida familiar?

Eu trabalhava por conta, de empreitada, e também fazia serviços de pintura. Ganhava pouco, mas dava para se manter, não faltava nada. Acho que, em dinheiro de hoje, dava uns R\$300,00 e pouco por mês. Minha mulher não trabalhava.

3) E quando saíste em livramento condicional, no que foste trabalhar? E o padrão de vida da família, com ficou?

Eu fui trabalhar com antenas parabólicas, como montador de uma empresa. Eu ganhava R\$ 510,00 por mês, comecei antes até de sair em livramento, como serviço externo. Consegui o emprego através de um conhecido da minha primeira mulher. Além de mim, minha mãe também trabalhava, como cozinheira, ganhando um salário mínimo. Mas além disso ela passou a receber pensão do meu pai, e recebe até hoje.

4) Com quantos anos começaste a trabalhar? Como era a condição financeira dos teus pais?

Comecei com uns 15 anos, quando meu pai faleceu. Passei a cuidar carro na rua, lavava carro, trabalhei de garçom, depois consegui serviço em obras, tive vários

trabalhos. Meu pai trabalhava há quase 30 anos no Pizarro Pneus, e minha mãe era do lar. Quando o pai faleceu ela começou a trabalhar, foi cozinheira do Forno.

5) Qual teu nível de instrução? Tens alguma qualificação profissional? Recebeste algum tipo de estudo ou curso de capacitação profissional na prisão?

Estudei até a terceira série, parei porque não tinha muita motivação, gazeava aula. Nunca fiz curso nenhum, nem na cadeia. No presídio trabalhei com artesanato, mas aprendi com os outros, não era curso. Também cheguei a ir a algumas aulas, para continuar os estudos, mas em seguida me viajaram para Charqueadas, porque aqui tinha superlotação, e minha pena era alta. Aí fiquei 11 anos lá, sem visita nem nada.

6) Naquela época, além das casas, tu e tua família tinham algum bem de maior valor, como casa, terreno, campo, animais, máquinas, meio de transporte, negócio próprio ou familiar, dentre outros? E quando saíste em livramento condicional, qual era a situação?

A gente morava em uma casa nos fundos da casa da minha irmã, que meus pais construíram. Além da casa não tinha mais nada. Quando saí em livramento seguia a mesma situação, só que minha mãe tinha trocado de casa, e fui morar com ela, até ser preso de novo.

7) E dinheiro guardado, tinhas algum? Tinhas conta bancária com limite, cartão de crédito ou alguma forma de acesso a empréstimo? Conhecias pessoas que pudessem te emprestar dinheiro? Havia dívidas? E atualmente, em liberdade?

Não tinha nada guardado. Também nunca tive conta em banco. A única pessoa que podia me ajudar era minha mãe, mas graças a Deus até hoje nunca fiquei doente nem nada. Mas acho que minhas irmãs, que tem a vida delas, são casadas, se eu precisasse mesmo, também me ajudariam. Na época da minha primeira prisão eu tinha vários conhecidos, por causa do futebol, mas seria muito difícil ajudar com alguma coisa. E hoje em dia segue a mesma coisa, só posso contar com a mãe. Dívida que a gente tinha era só o fiado da minha mãe no armazém, que ela pagava no final do mês. E um ou outro crediário, de fogão, essas coisas de casa. E em 2007 eu também não devia nada.

8) Quando saíste em livramento, foste morar com quem? Quem depende financeiramente de ti?

Fui morar de novo com minha mãe, e um dos filhos. Eu já estava separado da minha mulher desde o primeiro ano que eu estava preso. Me visitou só 04 vezes. Ela era nova, e minha pena era um pouco grande, aí ela foi para outros lados, sabe como é. Eu tenho uma companheira já há 07 anos, mas quando saí ela seguiu morando na casa dela, e eu com a mãe. Ela trabalha fazendo material de limpeza e higiene, por conta, não tem renda certa. Acho que ganha um salário mínimo por mês, por aí. Quem sustentava mesmo a casa, quando saí em livramento, era a mãe, com o salário e a pensão dela. Hoje ela não trabalha mais, já está velha, com ponte de safena. O meu filho que mora conosco não trabalha e, atualmente, também não está estudando. Ele teve problema com drogas, mas agora parece que parou.

9) Qual o nível de instrução e qualificação profissional dos teus pais?

Minha mãe é analfabeta, e meu pai acho que tem pouco estudo, mas sabe escrever o nome. Ele era borracheiro na Pizarro Pneus.

10) Em 1992, vocês enfrentavam algum problema de saúde. Tu e/ou algum membro da família enfrentava problemas com o consumo de drogas e/ou álcool? Recebiam assistência à saúde por parte do Estado? Possuíam algum plano de saúde? E atualmente?

Que eu saiba éramos todos saudáveis. Droga não, mas naquela época eu bebia. Não chegava a ter problema com a bebida, mas no dia do assalto eu tinha bebido. Hoje em dia eu larguei tudo. E plano de saúde a gente nunca teve.

11) Quando da tua primeira prisão, participavam de algum clube, associação, seita religiosa ou outra forma de convivência comunitária organizada? Durante a prisão, tiveste acesso a estes contatos?

Nunca participamos de nada. Minha mãe sempre foi à igreja, mas eu não.

12) Durante a prisão, tiveste contato com outras formas de associação, como cooperativas de trabalho para presos e egressos e instituições de auxílio à saúde e à dependência de drogas e álcool, dentre outras? Após retornar à liberdade, estes contatos foram mantidos?

Enquanto eu fiquei em Charqueadas eu trabalhava na cooperativa, fazendo bola, calçado, prendedor, coisas para vender na rua. Eles perguntavam quem queria trabalhar, e eu peguei, para remir minha pena. Já aqui em Pelotas não cheguei a trabalhar. E ajuda para droga e álcool nunca precisei. Quando saí da cadeia, em livramento, nenhuma instituição me ajudou, a minha companheira é que conseguiu a carta de emprego.

13) De que forma tu e tua família tentavam superar as dificuldades que enfrentavam naquela época? Quais eram teus planos para melhorar de vida? E quando saíste em livramento, os problemas e os planos eram os mesmos?

Eu queria era ficar junto da família, dos filhos. Gostava muito também de praticar esporte, futebol. Não tinha nenhum plano, assim especial, queria seguir trabalhando de servente, fazer umas pinturas. E quando sai em livramento eu queria continuar no emprego das antenas, que tinha um salário bom, que dava para tocar a vida.

14) De que forma tu tentaste manter contato e ajudar a família durante a prisão? Como tua família ficou enquanto estavas preso?

Eu não conseguia ajudá-los, porque não tinha renda na cadeia, quando estava no regime fechado. O pouco que eu ganhava da cooperativa, lá em Charqueadas, eu usava para mim mesmo, para as coisas do dia a dia. E nesse tempo todo que eu ficou lá em Charqueadas quase não vi a família, eles foram só duas vezes lá me ver, em quase 12 anos. Já aqui em Pelotas eles vinham me ver, minha mãe, minhas irmãs, minha companheira atual e meus filhos. Quando eu caí preso foi um baita problema para todo mundo. Minha mulher me deixou, minha mãe ficou cuidando de um dos meus filhos, minha irmã, que era dona do terreno onde a gente morava faleceu, um monte de coisa. Minha mãe passou dificuldade para criar meu filho, que na época tinha 5 anos.

15) Após sair em liberdade, enfrentaste preconceito por ser ex-presidiário?

Essa parte aí eu não senti muito. Apesar de passar esses anos todos preso eu saí de cabeça erguida, porque eu sabia que não tinha a ver com a morte do cara, eu só queria assaltar, meu parceiro é que perdeu a cabeça e atirou. E meus conhecidos também sabem disso, e por isso seguem se dando comigo. Já para conseguir

emprego é mais difícil, poucos dão chance para ex-presidiário. Mas dá para trabalhar como autônomo.

16) Nestes anos todos, desde a época do fato que levou à prisão até o retorno à liberdade, houve algum casamento ou união estável tua ou de algum familiar teu? Terminou algum casamento ou união estável? Nasceram filhos? Mudaram de moradia e/ou de cidade?

Como disse, eu me separei da minha mulher no primeiro ano que fiquei preso. E hoje tenho uma companheira há sete anos. Conheci dentro da cadeia, ela vinha visitar o filho.

17) Tu e tua família recebiam assistência do Estado em termos de saúde, educação e outros serviços básicos? Como eram estes serviços? Recebiam algum benefício previdenciário? Como ficou esta ajuda durante a prisão? E depois do retorno à liberdade?

Sempre dependemos do SUS, a gente não tinha muito recurso, éramos cinco irmãos, e só o pai trabalhava. E todo mundo estudou em colégio público. Nunca recebi nada do INSS, só minha mãe que recebe a pensão do meu falecido pai. Bolsa-família, essas coisas, também não recebo.

18) Durante a prisão, gozaste de algum benefício da execução, como trabalho interno ou externo, remição, saída temporária, livramento condicional etc?

Sim, tudo direitinho. Nunca me envolvi com nada.

19) Recebiam auxílio de alguma associação em geral (fundações, ONG's, sindicatos, órgãos paraestatais, instituições beneficentes, religiosas, etc) para conseguir melhores condições de vida? Como funcionaram em prol da família durante a prisão? E após o retorno à liberdade?

Que eu saiba não. A igreja ajuda a mãe, no lado psicológico, mas com coisas, assim, não.

20) Quais são as perspectivas de emprego e trabalho para ti e tua família, dentro da realidade do local onde vivem? O que é necessário, na tua opinião, para

conseguir melhores condições de vida? A prisão atrapalhou teus projetos de vida? De que forma?

Quero ver se consigo voltar para o mesmo trabalho, acredito que eles vão me receber. Eles ficaram até surpresos quando fui preso, e disseram para minha mulher que qualquer coisa os procurasse. Mas na rua a gente tem muita possibilidade, pode trabalhar autônomo. Depois desses anos todos preso a gente sai na rua e vê como a cidade cresceu, acho que onde trabalhar existe, tem muita obra por aí. Em geral acho que falta um apoio maior da sociedade, quando a gente sai da cadeia, dar a possibilidade de o preso trabalhar. Também faz falta o estudo, porque com a idade que tenho, 46 anos, sem muito estudo a coisa é difícil.

21) Como foi e o que significou para ti a experiência prisional?

Eu acho que mudei muito nesses anos todos de cadeia. Larguei o cigarro, a bebida. A dor me fez aprender o que é certo e o que é errado. Hoje me sinto mais maduro, mais preparado, mais calmo. Acho que valeu para alguma coisa, mas perdi muito tempo de vida aqui, se eu pudesse voltar atrás.

22) Como cidadão, o que achas que pode ser feito na prisão para ajudar os presos a não cometer novos crimes e conseguir melhores condições de vida em liberdade?

O sistema precisa oferecer trabalho para o preso, para ele ter uma ocupação, ganhar algum dinheiro, senão fica ali só vendo televisão, deitado. Até tem trabalho na cadeia, mas não para todo mundo. Precisa também de um apoio psicológico, chamar para conversar, isso aí ajuda muito. A droga também complica muito, isso está uma epidemia, tem preso que parece mendigo, fica atirado pelos cantos.

ENTREVISTA DE HORÁCIO

1) Na época do fato pelo qual tu foste condenado, como era tua vida?

Eu tenho hoje 62 anos, e fui condenado no dia 12-07-1988. Daí fiquei preso até 1992, quando sai em livramento condicional. Depois entrei na cadeia de novo em 1994, por flagrante de tráfico, onde fiquei até 2001, quando ganhei o livramento de novo. Daí enfrentei problemas pessoais, terminei um relacionamento com uma companheira, com quem tenho três filhos, e ela foi presa, sendo que fiquei tomando conta dos filhos. Vieram as ofertas e acabei caindo no tráfico outra vez, o que me levou à cadeia em 2003. Dali para cá não sai mais, até 2006, quando tinha o benefício do trabalho externo, e recebia saída temporária, mas numa dessas eu foragi, porque tinha várias coisas para resolver na rua, dívidas pendentes, questões dos meus filhos. Permaneci na rua até 13-03-2008, quando cai mais uma vez por tráfico, e estou no regime fechado até hoje. Aqui dentro do PRP sempre tive uma boa relação, nunca fiz nenhuma indisciplina, tanto que comando a cozinha há 17 anos, organizo festas de Natal, Ano-Novo, Dia dos Pais etc, eu que faço os bolos, doces. Naquela época, em 1988, eu era muito bem casado, e sempre fui muito trabalhador, no sentido de buscar uma vida digna para minha família. Eu sempre trabalhei com cozinha, inclusive tenho cursos de culinária. Mas na época tinha perdido meu pai, as coisas estavam difíceis e um amigo de infância me convidou para buscar drogas, dizendo que seria uma boa, porque ninguém iria desconfiar de mim. E eu, que nunca sequer usei droga, álcool e cigarro, aceitei e fui preso em 1988. E acabei entrando as outras vezes, sempre de olho no dinheiro fácil, movido pela cobiça. Eu era casado e tinha dois filhos, morávamos em casa própria.

2) Naquela época, tu estavas trabalhando? Quanto ganhavas? Qual era a renda e o padrão de vida familiar?

Em 1988 eu estava trabalhando com um amigo meu na compra e venda de gado. Ele era da marinha e participava das feiras de gado, e eu viajava com ele. Mas um

dia ele teve problema com o nome dele e ficou sem crédito, e teve que parar com o negócio, foi quando recebi o convite do meu amigo para entrar no tráfico, que acaba funcionando como um crédito rápido, essa é a realidade, pelo menos para mim. Eu ganhava bem com a compra e venda do gado, minha família tinha um bom padrão de vida, tínhamos dois carros, casa, meus filhos tinham moto. A minha vida era bem tranquila, minha esposa era uma grande pessoa, meus filhos estudavam. Não me faltava nada.

3) Por que tu aceitaste a proposta do tráfico, se tu levavas uma vida tranquila, sem privações?

É a vontade de ganhar um dinheiro rápido, uma cobiça que bate na gente. Parece que quando a gente tem aquele desespero de adquirir alguma coisa sempre aparece a oportunidade de fazer algo errado. Minha mulher não trabalhava, e meus filhos já eram mocinhos, mas morávamos todos juntos, e todos dependiam de mim. Naquela época eu tinha um patrimônio razoável, que juntei ao longo dos anos, porque sempre fui trabalhador. Tinha casa, três apartamentos do BNH, etc, de 1988 para cá é que dei essa decaída.

4) E quando foi a separação da tua primeira mulher?

Em 1994 eu conheci minha atual companheira dentro da prisão, e a gente acabou se namorando, e meu casamento já não vinha bem, porque ela é de uma família de bem, com nome na cidade, e a minha cadeia abalou ela muito. Aí a gente acabou se separando, porque eu conheci essa pessoa, com quem estou até hoje, há 13 anos. Me separei no papel em 1999, quando deixei todo o patrimônio para ela e para os filhos. Aí tive que começar do zero, com minha atual companheira, que também é uma ótima pessoa. Mas a família é grande, e eu sempre correndo atrás da máquina, o que me levou ao tráfico nas outras vezes.

5) Com quantos anos começaste a trabalhar?

Eu trabalho desde os 07 anos de idade. Eu ia para a feira com um casal vizinho nosso, que me pegou para cuidar de mim. Durante uns 08 anos eu trabalhei na feira. Depois trabalhei no Rio e em São Paulo, em transportadoras, e depois voltei para Pelotas, porque estava noivo da minha primeira companheira. Aí trabalhei na Leal

Santos, por uns três anos, na Transportadora Tresmaiese, e depois tive vários negócios, sempre no ramo da alimentação, até minha prisão em 1988.

6) Qual teu nível de instrução? Tens alguma qualificação profissional? Recebeste algum tipo de estudo ou curso de capacitação profissional na prisão?

Eu terminei o segundo grau, sempre fui um aluno regular. Fiz também vários cursos de qualificação. Comecei no SENAI, no curso de culinária, um dos primeiros alunos da cidade. Fiz também no Rio e São Paulo, e agora mesmo perdi de participar do Cozinha Brasil, aqui no presídio. Mas fiz vários cursos aqui dentro, sempre me aperfeiçoando na culinária.

7) Na época que tu começaste a trabalhar, tu moravas com quem? Como era a condição financeira dos teus pais?

Eu morava com meus pais. Minha foi professora, por um bom tempo, e meu pai sempre trabalhou como artista. Era um idealizador, era compositor de músicas carnavalescas, sempre envolvido com arte. A condição financeira deles era média, nunca faltou nada, a gente não tinha luxo, mas tinha todo o básico, para dizer assim.

8) Na época da tua primeira prisão, em 1988, tu disseste que tinhas casa, dois carros, três apartamentos e moto. Quando saíste em liberdade condicional em 2001, quais eram teus bens de maior valor, como casa, terreno, campo, animais, máquinas, meio de transporte, negócio próprio ou familiar, dentre outros?

Quando saí em livramento não tinha mais nada, porque me separei da minha primeira mulher em 1989, e deixei tudo para ela e para os filhos. Conheci minha atual companheira em 1995, e desde então temos tentado construir alguma coisa juntos. Já temos uma boa casa, que inclusive já está no nome dela. Hoje este é nosso patrimônio.

9) Quando da tua primeira prisão, tinhas algum dinheiro guardado? Tinhas conta bancária com limite, cartão de crédito ou alguma forma de acesso a empréstimo? Conhecias pessoas que pudessem te emprestar dinheiro? Havia dívidas? E quando saíste em liberdade, em 2001?

Eu tinha uma poupança no antigo Banco Sulbrasileiro, de aproximadamente R\$60.000,00, R\$70.000,00, que perdi toda, quando o banco quebrou. Todo o

dinheiro que ganhava na compra e venda do gado eu colocava ali, e perdi tudo. Minha conta corrente também era no Sulbrasileiro, onde tinha cheque, limite especial, apenas cartão de crédito que ainda não existia. Mas eu tinha crédito no banco, se precisasse de empréstimo não tinha problema. Minha mãe, minha sogra também poderiam nos ajudar, se preciso. Havia amigos também, que poderiam ajudar, pois sempre fui muito correto com eles. Naquela época eu tinha uma boa reputação, hoje não. Pelo nome que se formou fica muito difícil lidar com quem tu não conhece, com banco por exemplo. Até mostrar que tu pode ser honesto leva tempo. Com aqueles que tenho mais intimidade não tem problema, a questão é que a maioria não tem condição de ajudar. Em 1988 não tinha dívida nenhuma, estava tranquilo. Quando comecei a cair na prisão, surgiram as dívidas, porque eu não conseguia mais honrar meus compromissos, porque não tinha renda.

10) Além da tua companheira, quem mais morava contigo quando saíste em liberdade condicional, em 2001? Quem dependia financeiramente de ti? Qual tua condição financeira?

Minha mulher mora na nossa casa, com nossos três filhos, todos crianças. Ela trabalha fazendo faxinas na casa de agentes aqui do presídio, e também revende produtos de uma malharia de Santa Catarina, principalmente calcinhas, sutiãs, roupas de baixo. Ela ganha em torno de R\$ 600,00 nesta atividade, e também recebe uma pensão do ex-marido. Nos vendemos também duas casas, pelas quais recebemos R\$ 12.000,00 de entrada, que estão guardados. Um dos compradores nos paga R\$ 300,00 mensais, e o outro R\$ 250,00, e esse dinheiro minha mulher usa para ajudar nas despesas da casa.

11) Qual o nível de instrução e qualificação profissional da tua companheira?

Ela cursou o equivalente ao primeiro grau. Quando ela estava presa fez um curso de costura. Inclusive cheguei a comprar para ela uma máquina destas modernas, que ela pretende usar para criar umas confecções.

12) Vocês enfrentavam, na época da tua primeira prisão, algum problema de saúde Tu e/ou algum membro da família enfrentava problemas com o consumo de drogas e/ou álcool? Recebiam assistência à saúde por parte do Estado? Possuíam algum plano de saúde? E atualmente?

Naquela época um filho meu tinha insuficiência cardiovascular, e a gente gastou muito dinheiro no tratamento dele, que era todo particular. Na época eu tinha dinheiro e resolvemos que valia a pena pagar por um tratamento melhor que o do SUS, que era muito ruim. Era não, ainda é, pois faz 06 anos que eu tento me operar da vesícula e não consigo, sempre tem uma coisa pegando, mas parece que agora vai sair. O nosso médico de confiança, o Dr. Paulo Ribeiro nos disse que ele teria que aprender os limites dele. Mas ficamos sabendo, depois, que nas quintas-feiras ele parava de tomar o remédio, para poder ir para as festas com os amigos. Quando ele teve uma parada séria, por volta de 2000, o Dr. conversou com ele, para ele cuidar mais da saúde, e aprender a respeitar as limitações do corpo dele. Daí ele parou de fumar, se cuidou mais, e tudo, mas perdi ele em 2001, aos 24 anos de idade. Mas as demais pessoas da família não tinham nenhum problema de saúde. Tirando esse filho, todos nós éramos sadios. Nós nunca tivemos plano de saúde. Problemas com álcool e drogas graças a Deus nunca tivemos. Aliás minha mãe, que morreu recentemente, sempre me disse que foi uma graça eu ter filhos que nunca se envolveram com drogas, tendo passado pelo o que eu passei. Mesmo com todos os erros eu cometi, sempre procurei passar uma boa educação para os filhos.

13)Naquela época, tu tinhas conhecidos e/ou amigos que pudessem te ajudar em caso de necessidade? Participavas de algum clube, associação, seita religiosa ou outra forma de convivência comunitária organizada? Durante a prisão, tiveste acesso a estes contatos?

Nunca participei de nada, nem mesmo na prisão. Minha vida era com a família e os amigos.

14)Durante a prisão, recebeste auxílio médico, psicológico e jurídico por parte do Estado? Tiveste contato com outras formas de associação, como cooperativas de trabalho para presos e egressos e instituições de auxílio à saúde e à dependência de drogas e álcool, dentre outras? Após retornar à liberdade, estes contatos foram mantidos?

Sempre que precisei de atendimento nunca tive problemas, pois sempre mantive uma boa relação com a casa, com disciplina e trabalho. Nunca tive contato com nenhuma forma de associação, nem mesmo a cooperativa de trabalho, até porque sempre trabalhei na cozinha do presídio, antes mesmo de ela existir.

15) De que forma tu e tua família tentavam superar as dificuldades que enfrentavam na época da tua primeira condenação? Quais eram teus planos para melhorar de vida? E hoje, os problemas e os planos são os mesmos?

Meu sonho era que meus moleques entrassem na faculdade, e eu queria seguir trabalhando com o gado, que estava dando certo. Mas como meu parceiro precisou parar com a atividade, meu objetivo era montar um negócio próprio, como uma padaria ou lancheria, que é um ramo que eu gosto e tenho experiência, pois já tive vários negócios anteriores. Hoje em dia, como já disse, que ajudar minha mulher no negocio de roupas dela e juntar um dinheiro, para depois montar uma padaria ou lanchonete lá em casa, onde também dá para trabalhar com lava-jato, pois já tenho duas máquinas.

16) De que forma tu tentaste manter contato e ajudar a família durante a prisão? Como tua família ficou enquanto estavas preso?

Sempre mantive contato com a família, enquanto preso, minha primeira mulher vinha me visitar com frequência. Na minha falta ela ficou cuidando dos filhos, na casa. Não passaram tanta dificuldade porque naquela época eu tinha um certo dinheiro, que ela foi usando. Eu também tinha uma sociedade com um amigo que tinha uma transportadora, e então ele ficou ajudando minha família. Mas a prisão atrapalhou muito meu casamento, pois a gente foi se afastando. Ela foi ficando cada vez mais dedicada às crianças, e a nossa relação ficava cada vez mais distante, até que conheci minha atual companheira na prisão. Minhas irmãs, minha mãe, sobrinhos também vinham me visitar.

17) Após sair em liberdade, enfrentaste preconceito por ser ex-presidiário?

Em relação à minha pessoa, eu não sinto preconceito. O que eu fiz foi em prejuízo só meu, sempre fui correto com as pessoas, e assim eu tenho uma boa imagem, as pessoas me conhecem, sabem que sou responsável e honesto. Meu pai sempre me deu uma boa educação, me ensinou desde cedo a não pegar nada de ninguém. Meu erro foi tentar ganhar dinheiro fácil com o tráfico. Fácil na hora, porque depois tu recebe as consequências.

18) Tu e tua família recebiam algum benefício previdenciário? Como ficou esta ajuda durante a prisão? E depois do retorno à liberdade?

Eu nunca recebi benefício algum, porque tenho pouco tempo de carteira assinada. Mas minha mulher recebe a bolsa-família e o auxílio-reclusão.

19) Durante a prisão, quais os benefícios da execução que gozaste, como trabalho interno ou externo, remição, saída temporária, livramento condicional etc?

Sempre trabalhei na cozinha, e também recebi autorização para o trabalho externo. Ganhei remição, saídas temporárias e livramento condicional. Já recebi o pecúlio por duas vezes, e agora fiz o pedido de novo, pois tenho R\$ 1400,00 para receber, que é um dinheiro que faria muita diferença em casa. É um benefício que a gente recebe só no final da pena, mas com autorização do juiz dá para receber antes.

20) Recebiam auxílio de alguma associação em geral (fundações, ONG's, sindicatos, órgãos paraestatais, instituições beneficentes, religiosas, etc) para conseguir melhores condições de vida? Como funcionaram em prol da família durante a prisão? E após o retorno à liberdade?

Não, nada.

21) Quais são as perspectivas de emprego e trabalho para ti e tua família, dentro da realidade do local onde vivem? O que é necessário, na tua opinião, para conseguir melhores condições de vida?

Para melhorar de vida só dependo de mim. Um crédito mais fácil ajudaria, mas o mais importante para mim é a força de vontade, pois já tenho casa, já tenho ponto. Porque empréstimo tem, basta ter o nome limpo.

22) Como foi e o que significou para ti a experiência prisional?

A prisão serviu para eu querer outra vida, junto com meus filhos, minha mulher, sem me envolver mais com o tráfico, que só atrasou minha vida. Eu quero viver com minha família. Nós nos conhecemos na cadeia, não tivemos uma vida na rua. Fiz muitas amizades também, com agentes, juizes, que pessoas que me deram chances,

23) Como cidadão, o que achas que pode ser feito na prisão para ajudar os presos a não cometer novos crimes e conseguir melhores condições de vida em liberdade?

Eu acho que tem que desenvolver mais o trabalho, ampliar a cooperativa por exemplo. Dá para fazer pães, biscoitos aqui dentro para vender na rua. Aliás, em 1998 nós fazíamos isso. Havia mais liberdade da administração para entrar a matéria-prima, e a juíza autorizava presos que queriam trabalhar e não tinham carta de emprego a vender os produtos na rua. Mas aí deu um desentendimento com a direção da casa que me pediu para dar uma parada, pois era muito movimento, o que dificultava a segurança. O problema maior hoje é a ociosidade, que leva o preso a fazer coisas negativas. A área do presídio poderia ter outros galpões, cada um para uma atividade. Mas a garotada de hoje tá difícil, não tem nada a ver com os presos mais antigos. Não têm respeito, não tem nada, são muito ousados. É difícil até de escolher o preso para trabalhar na cozinha. Mas também tem gente boa. Falta ampliar o trabalho, colocar mais presos no artesanato com couro, na horta, na marcenaria, em tudo, inclusive para o preso no fechado, que na maioria dos casos não tem oportunidade alguma. E precisa, organização, fiscalização, orientação. Não adianta tu colocar uma ferramenta na mão do preso e dar as costas. É o que eu faço na cozinha, estou sempre coordenando, ensinando, e por isso a coisa funciona, e todo mundo quer trabalhar comigo. Se tu chegar hoje ali na galeria e perguntar quem quer trabalhar na cozinha, com o Paquito, eles são capazes de se matar. A cadeia precisa de bastante serviço para tirar o pessoal da galeria. Também tem que conscientizar as famílias dos presos a não trazer dinheiro para os filhos que são viciados, a maioria no crack, porque acaba enterrando ainda mais o futuro deles.

ENTREVISTA DE INÁCIO

- 1) Na época do fato pelo qual tu foste condenado pela primeira vez, em 2001, como era tua vida? E atualmente, após o retorno à liberdade?

Eu morava na mesma casa que moro hoje, lá no Passo do Salso, na Vila Governação. Eu trabalhava de pedreiro, e morava com minha mulher e os três filhos, naquela época eu só tinha três, hoje tenho seis filhos, sendo que um já é adulto e leva a vida dele sozinho, não mora mais com a gente. Sou casado há 25 anos com minha mulher. Eu levava praticamente a mesma vida que levo hoje. Logo que saí em livramento condicional, em 2006, voltei para casa, graças a Deus, depois de quase seis anos preso. Sempre trabalhei como pedreiro, por conta, desde novo, meu pai também era pedreiro.

- 2) Na época da tua prisão, como estava teu trabalho de pedreiro? Quanto ganhavas?

Eu trabalhava como autônomo, junto com meu pai. Trabalhávamos nós dois e mais um primo meu, que era o servente. Ele se aposentou faz pouco, e agora tenho trabalhado com a freguesia dele, que é forte no Fragata, no Areal, onde tem muitos conhecidos. Eu ganhava mais ou menos um salário mínimo e meio. Hoje em dia tenho ganho nessa mesma base, cerca de R\$ 200,00 por semana. Eu trabalho por empreitada, mas calculo o tempo que vai levar a obra para conseguir ganhar por volta desse valor. Procuo valorizar meu serviço, e muita gente sabe a qualidade dos meus acabamentos.

- 3) Com quantos anos começaste a trabalhar? Como era a condição financeira de teus pais?

Comecei com uns treze, quatorze anos, junto com meu pai. Morava com meus pais e seis irmãos. Graças a Deus nunca passamos necessidade, o pai sempre conseguiu manter a família com o trabalho dele. Criou os filhos e agora está

ajudando a criar os netos e bisnetos. Minha mãe não trabalhava, era do lar. A gente morava lá no Fragata, atrás do Colégio Silva Melo, sempre moramos ali.

4) Qual o nível de instrução teu e da tua esposa? Tens alguma qualificação profissional? Durante o período de aprisionamento, frequentaste algum curso dirigido ao teu crescimento pessoal, em especial de aperfeiçoamento, qualificação profissional ou educacional?

Estudei até a quarta série, lá no Silva Melo. Minha mulher também estudou a mesma coisa. Já ouvi falar muito nesses cursos, mas nunca fiz nada, nem minha mulher. Na prisão chegaram a me oferecer curso e trabalho, eles estavam construindo uma galeria nova, mas não quis. Não queria trabalhar dentro da cadeia, queria ficar na minha. Não sei te dizer bem porque, mas talvez porque sempre trabalhei por conta, não estou acostumado a ter patrão. Nunca assinei a carteira.

5) Tu levavas uma vida aparentemente tranquila com tua família, quando foste preso. Por que te envolveste com o crime?

Eu fui cair na cadeia com 37 anos, o que é difícil, normalmente os caras completam 18 e já vão presos. Eu tinha umas amizades erradas, fui no embalo, disseram que ia dar dinheiro e tal, e eu fui junto fazer o roubo, isso em 2000. Fui por sem-vergonhice mesmo. Se eu tivesse continuado a colocar os azulejos que eu estava fazendo eu teria ganho até mais. Em 1989 eu já tinha sido condenado por um furto na chácara da Brigada Militar, eu trabalhava lá e a polícia achou que eu estava envolvido no assalto, mas não era verdade. Quando eu fui preso pelo roubo, condenado a seis anos de cadeia, é que foram mexer nos papéis de descobriram essa condenação anterior, e aí somaram as penas.

6) Na época da tua prisão, em 2000, tu e tua esposa tinham algum bem de maior valor, como casa, terreno, campo, animais, máquinas, meio de transporte, negócio próprio ou familiar, dentre outros? E atualmente, após o retorno à liberdade?

A gente tinha a casa que temos até hoje. Lá é uma área verde da Prefeitura, e eu, meu pai e meu irmão construímos a casa, que é nossa mesmo. Não temos mais nada, só a casa.

7) E dinheiro guardado, tinhas algum? Tinhas conta bancária com limite, cartão de crédito ou alguma forma de acesso a empréstimo? Conhecias pessoas que pudessem te emprestar dinheiro? Havia dívidas? E atualmente, em liberdade?

A gente não tinha nada, só o dinheiro do dia-a-dia, tanto que na primeira visita da minha mulher na cadeia a família já teve que ajudar ela, pois não tinha dinheiro. Enquanto eu estava em liberdade não faltava nada, eu sempre me virava, mas depois a coisa ficou feia. Se a minha filha e a minha irmã não tivessem conseguido serviço para a minha mulher não sei se estaria com a mesma família quando saísse da cadeia. Teria perdido até a mulher. Conta em banco, essas coisas, eu nunca tive. Na real nunca pedi dinheiro para ninguém, conto só com o meu trabalho. Minha família é pobre, como vou pedir dinheiro? Nunca fiz dívida também, nunca fiz conta, crediário.

8) Quem mora contigo? Quem ainda depende financeiramente de ti?

Uma filha já casou, mas os outros cinco estão em casa. O guri de 16 anos estuda de noite e trabalha comigo de dia. O de 17 trabalha e estuda também, e agora já está alistado para o quartel. E minha guria de 13 anos faz a mesma coisa que fazia minha mais velha, cuida de um bebê dos vizinhos do lado. Trabalha meio turno e ganha cerca de R\$ 150,00 por mês. Agora minha mulher não está trabalhando. Os dois gurus trabalham em obra, um comigo, direto, e o outro com um vizinho meu, que é empreiteiro. Ganham R\$ 20,00 por dia. Não é porque são meus filhos, mas a primeira coisa que fazem quando pegam o dinheiro no fim da semana é perguntar para a mãe se precisa comprar alguma coisa para casa. E todos estudam.

9) Vocês enfrentavam, naquela época, quando da tua prisão, em 2000, algum problema de saúde? Tu e/ou algum membro da família enfrentava problemas com o consumo de drogas e/ou álcool? Recebiam assistência à saúde por parte do Estado? Possuíam algum plano de saúde? E atualmente?

Minha filha mais velha e um dos gurus tinha problema de convulsão, essas coisas, mas só numa certa idade, até os oito anos, mais ou menos. No resto sempre tivemos saúde. Eu tive envolvimento com drogas até 2007, comecei com uns 25, 26 anos de idade, era maconha, cocaína. Bebida nunca fui muito, porque eu sempre aguntei pouco, Bebia uma, duas cervejas e já ficava bêbado. Eu parei sozinho, com

a ajuda da família, que me mostrou que eu estava botando fora tu que a gente tinha. Não sou contra os centros de recuperação e tal, mas acho que o importante é a vontade de parar. Querendo parar o cara para. Em 2007 eu já estava com a corda no pescoço, pois na cadeia eu tinha conhecido a porcaria do crack. Nem tinha dinheiro para sustentar o vício, tanto que não mandava nada para casa, não estava trabalhando, mas eu ficava na volta de um e outro e acabava usando junto, mas nunca fiz parte de facção alguma, nem me obrigaram a fazer coisa errada para pagar. Na cadeia sempre tive bom comportamento, quando estava no albergue foragi duas vezes, não voltei de temporária, porque não queria ficar na cadeia, mas só. Nunca tivemos plano de saúde, e também nunca recebi ajuda do CAEX ou outra instituição, até porque não queria. Se eu quisesse poderia ter procurado ajuda. Depois da cadeia ainda fiquei um ano usando droga na rua, estava destruindo minha vida, com 52 kg, o meu normal era 67kg, passava os dias dormindo, gastava todo o dinheiro em droga.

10) Na época da tua primeira prisão, tu tinhas conhecidos e/ou amigos que pudessem te ajudar em caso de necessidade? Participavas de algum clube, associação, seita religiosa ou outra forma de convivência comunitária organizada? Durante a prisão, tiveste acesso a estes contatos?

Quem podia me ajudar, e ajudou, era a minha família. Ninguém mais eu poderia contar, ninguém me ajudou. Bastou sair a notícia de que tinha sido preso para perder 60, 70% da freguesia, por isso a chance de receber um não caso peça ajuda é muito maior. É só sair o nome e a foto da gente no jornal. Antes de sujar o nome tinha gente que poderia me ajudar, caso precisasse, gente conhecida, para quem eu tinha trabalhado, fiz muitas obras. Quem me conhece melhor segue confiando, porque sabe que pode fechar a porta que não vai acontecer nada, sabe que o crime foi um erro isolado.

11) Durante a prisão, tiveste contato com outras formas de associação, afora a cooperativa de trabalho, tais como instituições de auxílio à saúde e à dependência de drogas e álcool, dentre outras? Após retornar à liberdade, estes contatos foram mantidos?

Nunca tive contato. Lá dentro só trabalhei para a Prefeitura, no PAC que foi feito. Trabalhei na Secretaria Municipal de Obras, fiz meu comercial e o chefe me disse que eu poderia trabalhar com ele quando saísse em liberdade, sem fazer curso nem nada, com carteira assinada. Gostou do meu trabalho, que durou uns seis meses, por aí. Dentro da cadeia nunca trabalhei, até recebia remição por artesanato dentro da cela, mas na verdade não fazia quase nada, nem sei usar um formão direito, era só fachada. Quando saí da cadeia fui seguir minha vida, nem queria ajuda de cooperativa nenhuma.

12) Quando da tua prisão, de que forma tu e tua família tentavam superar as dificuldades que enfrentavam? Quais eram teus planos, estratégias para melhorar de vida? E hoje?

Quando o cara me convidou para meter o assalto eu pensava em conseguir um dinheiro para melhorar minha casa, só isso, nunca pensei em montar um negócio, essas coisas. Meu objetivo sempre foi seguir trabalhando como pedreiro. Houve vezes que pensei em ir para Santa Catarina, Caxias ou Porto Alegre, porque uns colegas diziam que lá o cara ganha mais e tal, mas resolvi ficar por aqui, tinha medo que quebrar a cara. Hoje em dia continuo querendo trabalhar, para juntar um dinheiro e ficar mais tranquilo quando mais velho. Depois de sair em liberdade condicional mudei 100% meu comportamento. Antes eu não sabia ficar em casa, e hoje eu não consigo ficar na rua, porque nunca andei bem acompanhado na rua. Para mim e minha família foi a melhor coisa que podia acontecer.

13) De que forma tu tentaste manter contato e ajudar a família durante a prisão?
Como tua família ficou enquanto estavas preso?

Nós passamos muita dificuldade. Tivemos um monte de contas para pagar, e depois para colocar em dia não foi mole. A minha filha mais velha começou a trabalhar como babá e ajudou muito em casa. Eu tenho uma irmã, que é casada e mais nova que eu, que trabalhava em casa de família no centro, conhecia muita gente, e ela conseguiu serviço para minha mulher. Começou a fazer faxina junto com ela. Elas duas é que mantinham a casa, porque eu não trabalhava na cadeia, não podia mandar nada. Só quando participei do PAC é que recebia alguma coisa, e mandava para casa, uns R\$ 180,00 por mês. Mas minha família ajudava também, meu pai, meus irmãos, meus cunhados, todo mundo mandava um pouco de dinheiro, comida.

Até hoje me ajudam. Senão não sei como teria sido, minha mulher com cinco filhos em casa. A minha família sempre foi me ver na cadeia. Minha mulher e filhos foram direto, minha mãe também me visitou algumas vezes, mas meu pai não, não teve coragem de botar os pés lá. Meus irmãos também foram.

14) Tu e tua família recebiam assistência do Estado em termos de saúde, educação e outros serviços básicos? Como eram estes serviços? Recebiam algum benefício previdenciário? Como ficou esta ajuda durante a prisão? E depois do retorno à liberdade?

A gente sempre estudou em escola pública, e dependemos do SUS, porque não temos plano de saúde. Nunca recebi benefício do INSS, só o bolsa-família, que minha mulher recebe há alguns anos, hoje tá em R\$ 167,00. Quando saí em livramento condicional também recebi um pecúlio, cerca de R\$ 700,00, que me ajudou muito, comprei móveis para casa e fiz um rancho. Meus guris também frequentam a Igreja São José, que tem no Fragata e na Governação, e a cada 15 dias, nas quintas-feiras, eles dão um rancho.

15) Quando saíste em livramento condicional, enfrentaste muito preconceito?

A gente vê que as pessoas nos tratam diferente. Tu passas por uma pessoa que tu conhecia e parava para conversar, dá um oi e ela mal responde. Isso não foi nem um nem dois. Alguns foram vendo que não é bem assim, que aquilo foi um coisa isolada, mas tem um pessoal, principalmente os mais velhos, que tem mais preconceito. E isso reflete na clientela, como já disse. Perdi muito serviço, gente que dizia que agora não precisava e quando tu via estava outro trabalhando no teu lugar. Os amigo e conhecidos que não tem a ver com trabalho e as loucuras que o cara fazia seguiram me tratando normal. Na Governação não tive problema, me dou bem com todo mundo, e moro lá há 17 anos, o problema maior é no Fragata, que tem o pessoal mais antigo.

16) Nos anos que ficaste preso, houve algum casamento ou união estável de algum familiar teu? Terminou algum relacionamento? Nasceram filhos?

A minha filha mais velha casou há uns seis anos atrás, quando eu estava preso, e já tem dois filhos, um com 05 anos e outra com 07 meses. O meu genro fez a carteirinha para me conhecer dentro da cadeia. Ela hoje mora lá no Barro-Duro.

17)Na cadeia, recebeste assistência médica, jurídica e psicológica? Como era?

Os agentes sempre me trataram bem, eles fazem o trabalho, o problema é quando o preso não trata eles com respeito. Sempre que eu precisei de algo fui atendido, até porque sempre soube o meu lugar. Quiseram, quando cheguei, que eu entrasse em facção mas não quis, só queria puxara pena na minha.

18)Durante estes anos preso, gozaste de quais benefícios legais na execução da pena?

Recebi trabalho externo, no PAC e no coleginho lá no lado do presídio, e trabalho interno, saídas temporárias, livramento condicional. Progredi de regime prisional, também.

19)Recebiam auxílio de alguma associação em geral (fundações, ONG's, sindicatos, órgãos paraestatais, instituições beneficentes, religiosas, etc) para conseguir melhores condições de vida? Como funcionaram em prol da família durante a prisão? E após o retorno à liberdade?

Meus guris frequentam a Igreja São José, que tem no Fragata e na Governação, e a cada 15 dias, nas quintas-feiras, eles dão um rancho de horti-fruti, até hoje. A igreja ajuda um monte de gente, e nós não recebemos mais nada de outra instituição.

20)Quais são as perspectivas de emprego e trabalho para ti e tua família, dentro da realidade do local onde vivem? O que é necessário, na tua opinião, para conseguir melhores condições de vida?

Em matéria de serviço, na minha área, tá bom. Tem muita obra, vai de a gente querer trabalhar. Eu digo para os meus filhos: o serviço não vai bater na porta, mas se pegar a bicicleta e passar pelas obras vai ter serviço. Cada rua tem uma obra. Um dos meus guris vai para o quartel, a gente vai fazer de tudo para ele engajar, seguir a carreira militar. Os mais novos também, Eu quis servir e não consegui. Acho que falta oportunidade para quem não tem experiência. Para correr atrás do caminhão do lixo tem que ter o segundo grau. Quem não tem carteira assinada tem dificuldade para conseguir serviço.

21)Como foi e o que significou para ti a experiência prisional?

Na cadeia eu vi o quanto a minha família estava sofrendo, e eu não podia fazer nada, por isso o que eu mais queria era sair dali e mudar minha vida, viver junto dela, me afastando das coisas que me prejudicavam. Se não parar agora, quando vou parar? Estou com 45 anos, não quero virar cadeeiro. Os conhecidos passavam lá em casa para me convidar para fazer assalto e furto e eu dizia que não, podia me chamar de bunda-mole, mas eu queria era ficar junto da família e levar minha vida. A prisão, para mim, é a pior coisa que tem, se existe inferno é lá. Tudo é ruim, a convivência com os marginais, o alimentação péssima, uma celinha pequena com um monte de preso, um olhar, uma palavra tua já faz tu mudar de lugar. Malandro não pede desculpa, não tem essa aí. Vi coisas que jamais pensei em ver, são coisas que nunca mais quero passar. Eu sofri, mas minha família sofreu três vezes mais.

22) Como cidadão, o que achas que pode ser feito na prisão para ajudar os presos a não cometer novos crimes e conseguir melhores condições de vida em liberdade?

É preciso um meio de ocupar o preso trabalhando, para ele ganhar alguma coisa, mesmo que pouco, e não ficar focado só no que é errado. Aqueles que estão em regime fechado não podem trabalhar, só remição de cela, que não adianta nada. As cooperativas são só para aqueles que estão no semiaberto. A alimentação não vai mudar, porque é feita pelo próprio preso, sempre foi ruim.

ENTREVISTA DE JERÔNIMO

1) Na época do fato pelo qual tu foste condenado, em 2006, como era tua vida? E atualmente, após o retorno à liberdade?

Naquela época eu tinha um moto-táxi junto ao bar do meu pai, na esquina das Ruas Anchieta com Major Cícero. Era um bar aberto ao público, normal, só que ali meu pai fazia o tráfico. Eu trabalhava com o moto-táxi e, querendo ou não, estava fazendo a mesma coisa que ele. De dia eu trabalhava fazendo e vendendo caixas decorativas, artesanato, e de noite no moto-táxi, até a meia-noite. Meu pai foi preso, ainda em 2005, e a mulher dele me ligou e me chamou para ir na Federal. Chegando lá, a polícia me associou ao tráfico, porque eu sou filho dele, e meu pai tinha dito que a droga era minha. Mas naquele momento não fui preso, e segui tocando minha vida, inclusive visitava o pai. Fui processado junto com ele e nas audiências ele não disse, expressamente, que a droga era minha, mas também não disse que não. Quase um ano depois eu fui puxar uma consulta de pena para meu pai, que tinha me pedido, e fui preso lá no fórum. Aí caiu minha ficha. Eu sabia que meu pai estava traficando no bar, e eu acabava levando e trazendo gente para comprar droga. Só transportar droga eu não fazia, mas levava o pessoal. Quando cheguei na cadeia meu pai já era prefeito da galeria A, e uns dias depois ele saiu na primeira temporária dele, e me pediu meu carro emprestado, e eu emprestei, mesmo eu não gostando de emprestar. Ele ficou na rua uns três, quatro dias e quando voltou já era outra pessoa, porque ele queria ficar com carro. Queria que eu vendesse minha coisas de dentro de casa. Aí eu disse para ele que não ia fazer nada, que só queria pagar minha pena e conseguir um serviço, e aí ele se virou contra mim. Depois disso ele já tentou arrombar minha casa, com minha esposa dentro, e outras coisas, e por isso eu pedi para juíza um seguro, para ficar longe dele na cadeia.

2) Com quem moravas, naquela época? E atualmente?

Morava com minha esposa e meu filho, que hoje tem 10 anos. Eu tenho outro filho, mais velho, de um relacionamento anterior, ele tem 16 anos, e mora em Rio Grande. Eu ajudo ele também, pago pensão há muitos anos. Hoje sigo morando com a mulher, que trabalha, e o filho, que só estuda, é pequeno, sendo que pago pensão para o mais velho, e agora mando mais R\$ 80,00 por mês porque ele está fazendo tratamento nos dentes.

3) Como era e quanto ganhavas com o teu trabalho, naquela época? E depois de sair em livramento condicional, como ficou teu trabalho?

Com as caixas eu ganhava cerca de R\$ 400,00, R\$ 500,00, e no moto-táxi aproximadamente um salário mínimo, mas era muito perigoso, eu fui assaltado umas três vezes, não valia muito a pena. Eu trabalhava de noite porque minha mulher trabalhava no Hotel Manta e saía por volta das 23h, e daí eu parava de trabalhar e pegava ela no serviço. E sou aposentado também, tive um acidente de moto em 1991 e recebo dois salários. Minha mulher ganhava cerca de R\$ 600,00 no hotel, mas não trabalha mais lá, hoje em dia trabalha numa lotérica.

4) Ela mudou de emprego na época da tua prisão?

Ela perdeu o emprego por causa disso. Foi demitida uns 15, 20 dias depois. Falaram para ela que tinham que demitir, senão podia dar problema para o hotel. Eu fiquei preso, em regime fechado, uns dois anos e meio, e durante esse tempo todo ela ficou desempregada, se mantinha, com meu filho, apenas com minha aposentadoria, e mais um pouco que eu mandava pelo meu trabalho dentro do presídio, junto à Cooperativa. Eu trabalha com a farmácia, fazia sabão, xarope, pomada, várias coisas. No final do mês a gente via quanto tinha dado e dividia entre os cooperados, dava cerca de R\$ 70,00, às vezes R\$ 100,00. A situação da família ficou difícil, mas ela conseguiu superar. Ficaram muitas dívidas, mas agora a gente está conseguindo pagar, porque ela voltou a trabalhar, em uma lotérica, Graças a Deus eu também estou trabalhando muito bem com o artesanato desde que recebi o trabalho externo e depois, em livramento, e agora planejo montar uma retífica com um amigo meu. Hoje estou ganhando uns R\$ 700,00 com as caixas, fora a aposentadoria e o salário da minha mulher.

5) Com quantos anos começaste a trabalhar? Como era a condição financeira dos teus pais?

Eu não fui criado pelo meu pai, fui criado pelos tios da minha falecida mãe. Fui conhecer ele com 12 anos. Fui criado com um irmão meu e quatro primos, como se fossemos todos irmãos. Éramos pobres, mas era uma família muito unida. Meu tio era representante de vendas, trabalha nisso até hoje. Todos os filhos estudavam. Depois que eu conheci meu pai, que tem 18 filhos, a minha vida só piorou. Conheci as drogas, aprender a fazer as coisas erradas, porque ele fazia tudo na frente da gente, ia roubar ovelha e nos levava junto. Usava droga, traficava na frente de todo mundo. Quis me espelhar nele, foi meu maior erro. Até os 16 anos que me manteve foram meus tios, era muito difícil meu pai me dar alguma coisa. A partir dos 16 comecei a trabalhar e me sustentar. Primeiro trabalhei numa lotérica do pai de uma namorada que eu tive, fiquei lá até os 19 anos de idade. Aí me acidentei, em 1991, e fui morar com meu pai. Fiquei com ele até 1992, aí a gente se desentendeu, porque ele e a mulher dele usavam uma pensão que eu passei a receber da lotérica, me cobravam tudo, até prato de comida. Aí fui para Rio Grande, trabalhar numa locadora, quando conheci a mãe do meu primeiro filho. Compramos um apartamento no trevo, financiado. Trabalhei na locadora até 1995, e depois na Noiva do Mar até 1999. Em 2000 me separei e vim para Pelotas, Trabalhei com meu pai de 2004 até ele ser preso, em 2005. Nunca convivemos muito, porque temos opiniões diferentes, ele acha que o que faz é certo.

6) Qual teu nível de instrução? Tens alguma qualificação profissional? Durante o período de aprisionamento, frequentaste algum curso dirigido ao teu crescimento pessoal, em especial de aperfeiçoamento, qualificação profissional ou educacional?

Eu parei de estudar em 1991, quando me acidentei. Estudei até o primeiro ano do segundo grau. Tentei voltar a estudar em 2003, mas não consegui conciliar com o trabalho. Mas pensei muito na prisão e resolvi que vou voltar a estudar, para construir alguma coisa para meu futuro. Sempre estudei em colégio público, que era bom. Curso profissionalizante só fiz de computação, antes da prisão, em 1999 e 2000. O artesanato eu aprendi quando me acidentei, meu irmão fazia umas agendinhas e me ensinou, e depois fui tentando fazer outras coisas e fui evoluindo.

Na cadeia não cheguei a fazer curso, mas me convidaram para um curso de farmácia, homeopatia e massoterapia, que acabei não fazendo porque fiquei doente. Mas mesmo assim aprendi muito coisa trabalhando com a farmácia, na cooperativa.

7) E a tua esposa, qual o grau de instrução dela? Realizou algum curso de qualificação profissional?

Ela estudou até a sétima série. Fez alguns cursos de costura, e agora quer fazer de cabeleireira.

8) Na época da tua prisão, em 2006, tu e tua esposa tinham algum bem de maior valor, como casa, terreno, campo, animais, máquinas, meio de transporte, negócio próprio ou familiar, dentre outros? E atualmente, após o retorno à liberdade?

A gente tinha comprado uma casinha no parque da Figueira, que é barato, eu tinha o meu Gol, financiado, que eu estava pagando, porque o dinheiro que a gente ganhava dava. E mais a moto, que eu usava como táxi, que eu vendi, logo depois que fui preso, para quitar o carro.

9) E dinheiro guardado, tinhas algum? Tinhas conta bancária com limite, cartão de crédito ou alguma forma de acesso a empréstimo? Conhecias pessoas que pudessem te emprestar dinheiro? Havia dívidas? E atualmente, em liberdade?

Além disso não tinha mais nada de valor, nem dinheiro guardado. Quando eu saí da prisão meu patrimônio era o mesmo, mas como fiquei com muitas dívidas, porque a renda caiu muito quando fiquei preso, tive que vender o Gol e comprar um outro carro mais barato, e com o dinheiro que recebi de volta eu quitei parte das dívidas. Eram dívidas de dinheiro que a gente pedia emprestado para a família da minha esposa. Mês passado nós conseguimos quitar tudo, não devemos mais nada. Agora que saí em liberdade ficou mais fácil de trabalhar e ganhar um pouco mais, porque no serviço externo o preso tem pouco tempo para produzir. Eu tinha conta em banco, sim, na época da prisão, inclusive perdi ela quando fui preso. Eu estava montando um negócio de peixe com um amigo meu e nós tínhamos pego algum dinheiro com o banco, aí com a prisão parou tudo, e essa dívida existe até hoje, e agora quero ver se consigo negociar com o banco. Hoje em dia quase não trabalho com banco, só tenho uma conta na CEF na qual recebo minha aposentadoria, mas não tenho cheque, limite, essas coisas. Eu fiz, uns meses atrás, um empréstimo na

CEF, com desconto em folha, porque a gente precisava consertar umas coisas em casa. A minha esposa foi quem realmente me ajudou muito, e a família dela também, que nos emprestou dinheiro.

10) Vocês enfrentavam, naquela época, quando da tua prisão, algum problema de saúde? Tu e/ou algum membro da família enfrentava problemas com o consumo de drogas e/ou álcool? Recebiam assistência à saúde por parte do Estado? Possuíam algum plano de saúde? E atualmente?

Graças a Deus nunca tivemos nada, ano passado, na prisão, é que tive uma pedra nos rins, e tive que ser operado. Fui várias vezes no pronto-socorro com crise, foi bem difícil. A cirurgia deu problema, e eu fui obrigado a fazer várias intervenções em um mês. Problema de droga e álcool também não. Mas meu pai e vários irmãos são usuários de drogas, inclusive fiquei sabendo que meu pai está usando o crack. Eu nunca tive problema com drogas, usei maconha por um bom tempo, depois que conheci meu pai, e também usava álcool, mas não era dependente, aquilo não chegava a atrapalhar minha vida. Dos meus irmãos por parte de pai vários tem problemas com drogas e álcool, inclusive um deles já morreu, era soropositivo. Quando fui preso não tinha plano de saúde, se precisasse era tudo no SUS. Hoje nós temos o DescontSaúde, que é muito bom. A gente paga R\$ 25,00 por mês, mais uns R\$ 10,00 por consulta. Porque a situação dos hospitais tá um horror, eu sei porque toda semana passo por eles recolhendo papelão, que eu uso para fazer as caixas. Eles me dão de graça, fora a Santa Casa, que me vende. Se eu não ganhasse esse material não conseguiria trabalhar com artesanato, não valeria a pena.

11) Na época da tua primeira prisão, tu já disseste que podias contar, em caso de necessidade, com a família da tua esposa? Além disso, participavas de algum clube, associação, seita religiosa ou outra forma de convivência comunitária organizada? Durante a prisão, tiveste acesso a estes contatos?

Nunca participei de nada, era só família e os jogos do Brasil de Pelotas. Nuca fui de muito ajuntamento. No período que fiquei na cadeia me converti para a religião evangélica, e desde então tenho frequentado os cultos, inclusive estou estudando para fazer evangelização, o que faço só por prazer, não me dá renda nenhuma. Mas

o ingresso dos pastores na cadeia é muito difícil, cheio de restrições. Eles vão sempre, sábados e domingos, mas às vezes a administração tranca.

12) Durante a prisão, tiveste contato com outras formas de associação, afora a cooperativa de trabalho, tais como instituições de auxílio à saúde e à dependência de drogas e álcool, dentre outras? Após retornar à liberdade, estes contatos foram mantidos?

Não tive nenhum contato, pois não precisei.

13) Quando da tua prisão, de que forma tu e tua família tentavam superar as dificuldades que enfrentavam? Quais eram teus planos, estratégias para melhorar de vida?

Eu estava trabalhando com o artesanato, o que faço há 15 anos, e estava no moto-táxi, que me dava uma renda extra, e eu apostava naquilo ali. Quando meu pai foi preso eu parei de trabalhar com o táxi, segui só com as caixas, me dei conta de que não valia a pena, mas já era tarde. Naquela época meu plano era seguir com as caixas e montar um negócio próprio, uma retífica, com um amigo meu que trabalhava numa empresa de retífica aqui de Pelotas. A gente entra com o projeto no banco, abre uma firma e consegue o financiamento para comprar as máquinas. A gente coloca nosso patrimônio como garantia, e o banco dá um ano de carência para pagar. Esse ainda é meu plano, não é fácil de conseguir, mas tendo as coisas e a firma direitinho consegue.

14) De que forma tu tentaste manter contato e ajudar a família durante a prisão? Como tua família ficou enquanto estavas preso?

Como já disse, as coisas ficaram difíceis, porque minha renda caiu muito, e minha mulher ficou desempregada, mas não chegou a faltar comida. Eu mandava pelo menos o pouco que ganhava com a cooperativa, e minha mulher teve que pedir dinheiro emprestado para a família. A minha mulher sempre veio me visitar aqui na cadeia.

15) Quando saíste para o trabalho externo e para o em livramento condicional, enfrentaste muito preconceito?

Em duas lojas que eu vendo minhas caixas eu senti a resistência, vieram puxar conversa para saber qual era minha situação. O fato de ser presidiário dificulta muito o meu trabalho, porque é complicado o dono de uma loja fazer negócio com um preso, não? Mas eu não tenho como colocar alguém para trabalhar para mim, então tem que seguir em frente. Mas não cheguei a perder serviço, graças a Deus tenho trabalho até demais.

16) Durante estes anos todos preso, gozaste de quais benefícios legais na execução da pena?

Tive tudo direito. Trabalho interno, externo, saídas temporárias, recebi remições, e depois livramento condicional. Nunca tive qualquer problema de disciplina na cadeia. Apenas uma vez tive uma discussão com um agente porque eu estava com problema de saúde, a pedra nos rins que operei ano passado, e o médico disse, na época, que eu tinha que ser internado, e o agente não queria, dizia que era para eu ir para Porto Alegre. Mas no final a gente conseguiu resolver aquilo e o assunto ficou superado. Pedi desculpa para ele, porque me alterei, e ele desculpou. Hoje encontro ele na rua e a gente se respeita, se cumprimenta.

17) Tu já disseste que tua família sempre dependeu dos serviços públicos de saúde e educação, até a pouco, quando fizeste um plano de saúde? E benefício previdenciário, recebes algum, desde quando?

Eu estou encostado desde 1999, e me aposentei por invalidez em 2002, e recebo aposentadoria até hoje. Nunca recebi outro benefício, mas meu filho mais velho recebia a bolsa-família, mas agora parou, não sei porque.

18) Recebiam auxílio de alguma associação em geral (fundações, ONG's, sindicatos, órgãos paraestatais, instituições beneficentes, religiosas, etc) para conseguir melhores condições de vida, na época da tua prisão? Como funcionaram em prol da família durante a prisão? E após o retorno à liberdade?

Quando fui preso eu ia à igreja esporadicamente, como já disse, e depois comecei a participar mesmo, na prisão, e mantenho a participação até hoje, vou diariamente à igreja, às vezes mais de uma vez, a faço evangelização. Na cadeia tive ajuda do Conselho da Comunidade, por meio da Irmã Sunta, que me apoiou muito, inclusive me abriu as portas da cooperativa dos trabalhadores e me ofereceu cursos, como

esse que vou fazer, de farmácia. Meus contatos foram esses, Cooperativa, Conselho da Comunidade e a Igreja Evangélica, todos me ajudaram bastante para pagar minha pena.

19)Quais são as perspectivas de emprego e trabalho para ti e tua família, dentro da realidade do local onde vivem? O que é necessário, na tua opinião, para conseguir melhores condições de vida?

Eu vejo perspectivas para mim e minha família. Estou me dedicando mais ao trabalho de artesanato e tenho tido retorno, estou trabalhando bastante. Hoje trabalho com 17 lojas, tenho uma encomenda para Porto Alegre, de trezentas caixas para bem-casados. Fazendo a caminhada certa tem oportunidade. Acho que para um futuro melhor só dependo de mim. Quero abrir a retífica, e acho que vai dar certo.

20)A prisão atrapalhou teus projetos de vida? De que forma?

É uma experiência muito ruim, não tem nada de bom lá dentro. Se a gente não tem uma cabeça boa é muito difícil não se desencaminhar, porque todo mundo quer te prejudicar. Só dá preso pensando em sair em liberdade para voltar a fazer coisa errada, por isso que de cada 10 uns 8 voltam para a cadeia. É um horror ficar na galeria, porque a prefeitura te obriga a sustentar o vício deles, e se tu não faz dá rebelião, apanha, ameaçam a família. Se tu não ajuda eles te roubam os tênis, ventilador, comida, vão te tirando as coisas. Os viciados fazem de tudo para manter o vício, às vezes vendem a própria mulher, o próprio corpo. E o cara que tá no fundo da galeria não tem acesso nem aos agentes, não pode nem chegar muito perto da grade. Para ir na enfermaria é um inferno, porque a prefeitura acha que tu vai entregar algo. Tem muito traficante que prefere ficar lá do que na rua, vende mais e ainda tem comida e tudo. Eu tive a sorte de ficar pouco na galeria, e ir para os trabalhadores. Hoje em dia nem quero passar perto da cadeia. O pastor me convidou para fazer evangelização lá, mas eu não quis continuar a conviver naquele ambiente. A prisão também é um fardo para a família, que sofre mais que a gente que tá preso. A gente fica contando as horas na cadeia, esperando algo que não acontece nunca, eu entrei até em depressão. Teve uma época que a choque entrou três vezes em três meses, apanhei três vezes, a gente fica numa tensão bárbara. Apanha todo mundo, porque a prefeitura não aceita a revista, quer enfrentar.

21) Como foi e o que significou para ti a experiência prisional?

Quando fui preso eu parei e refleti: o que fiz de certo até agora, aos 33 anos? Não fiz nada certo até agora. O que posso cobrar dos meus filhos se quiserem seguir o mesmo caminho? Comecei a ler muito, não deixei eles virem me visitar. Passei a me preocupar mais com o futuro, meu e dos meus filhos, não quero mais voltar para a cadeia. Procuro dar conselhos para eles, não usar drogas, álcool, estudar bastante.

22) Como cidadão, o que achas que pode ser feito na prisão para ajudar os presos a não cometer novos crimes e conseguir melhores condições de vida em liberdade?

Oportunidade existe dentro da prisão, eu só aprendi o que era bom lá, o que era errado eu deixei para trás. Lá os presos acham que quando tu saís da galeria para os trabalhadores tu vai trabalhar para a polícia. Eu trabalhei para mim, para puxar minha pena, ganhar remição. A cooperativa também precisa melhorar, pois quando tu te associa eles dizem que vão te ajudar, se precisares, dar remédio, ajudar a família, só que isso não acontecia. Quando eu fiquei doente e precisei de remédio eles até compraram, mas me descontaram. É preciso psicólogo que converse com os presos mais seguidamente, de quinze em quinze dias, também com a família do preso, isso é muito importante. E o próprio preso também precisa querer se ajudar. Tem preso, talvez a maioria, que consegue um trabalho na cadeia e fica dois, três dias, e pede para voltar para a galeria. O preso que se interessa em trabalhar consegue. Falta lugar para tratamento dos drogados, não tem para onde levar dentro do presídio, tem droga em tudo quanto é lugar. Difícil é acabar com o poder das prefeituras, aquilo é uma máfia. Toda hora os comandos estão mandando outros para fazer isso e aquilo dentro da cadeia e na rua, é um terror. Para ter uma idéia, uma vez um preso me abordou e perguntou se eu era filho do Vilmar, meu pai. Eu disse que sim, e ele me perguntou se eu não queria que ele desse um fim nele, Por R\$ 200,00 eu mato ele, vou sair agora em temporária e pego ele na rua. Me apavorei.

ENTREVISTA DE LEOPOLDO

1) Na época do fato pelo qual tu foste condenado, em 2005, como era tua vida?

Eu era mototaxista, e como todo mototaxista ou taxista, sabia que estava carregando droga. Chegou um dia em que um cara que eu fazia as corridas me pediu para buscar um pacote e trazer para ele, só que ele já tinha sido preso e a conversa estava sendo gravada, aí eu fui preso em flagrante. A polícia disse para ele que se ele entregasse alguém ele ficava livre, e foi o que aconteceu. Nunca tinha me envolvido com polícia. Que nem fazem com qualquer pobre infeliz que vai preso a polícia disse que eu fazia todo o tráfico de Pelotas. Normalmente esse cliente ia junto comigo na moto, que tinha prefixo e tudo, só que naquele dia ele não foi. Ele pagava a corrida pelo preço normal, só dava umas gorjetas a mais. Acabei aceitando porque estava passando dificuldade, só eu trabalhando em casa, com três filhos, como é até hoje. O que aparecia de corrida eu fazia, e por isso peguei. Eu morava na COHAB II, com minha família.

2) Naquela época, quanto ganhavas? Qual era a renda e o padrão de vida familiar?

Era variável, um dia dava R\$30,00, outro R\$ 20,00, outro R\$ 40,00, o que dava uma média de R\$ 600,00 por mês. Estava levando a vida normal, até acontecer o problema. Enquanto fiquei preso a família se uniu e me ajudou muito, para manter a mulher e os filhos.

3) E quando saíste em livramento condicional, no que fostes trabalhar? E o padrão de vida da família, como ficou?

Antes de sair em livramento eu recebi autorização para trabalho externo, e então entrei com uma carta de emprego para vender cucas e pães na rua, pois eu sempre tive forno e material em casa, então foi o que eu fiz. Uns meses depois que saí em livramento, em 2007, é que meu pai conseguiu me ajudar a comprar uma moto, porque eles ficaram no vermelho por um bom tempo, para voltar a trabalhar de mototáxi, consegui voltar para o ponto que eu estava antes, no Fragata. Venho

pagando a moto, que é financiada pelo Banrisul, pois meu pai é aposentado da BM. Desde então venho ganhando um pouco mais, por volta de uns R\$ 900,00 por mês. E também faço teleentrega na Churrascaria Lobão, nos domingos e feriados. Mas quero ver se consigo um emprego de carteira assinada, como porteiro, para trabalhar 12h e folgar 36h, e tentar fazer outra coisa nas horas vagas, como fazer as cucas e pães, para aumentar a renda. O salário fixo é de R\$ 850,00. Eu sempre fui à luta, só que tive aquele momento ruim, mas agora estou até numa fase melhor, porque tem aparecido mais corridas, porque o mototáxi é um transporte barato, e com essa falta de segurança e o crack nas ruas as pessoas não querem ficar caminhando por aí, ou parada esperando o ônibus.

4) Com quantos anos começaste a trabalhar? Como era a condição financeira dos teus pais?

Eu comecei a trabalhar com 09 anos de idade, vendendo esfiha na rua, mesmo sem precisar, porque meu pai era militar, ele não ganhava um monte de dinheiro, mas tinha uma vida confortável, nunca faltou nada. Acho que ele ganhava, em valores de hoje, uns R\$ 2000,00 ou R\$ 3000,00. Já minha mãe era dona-de-casa. E eu era filho único. Mas eu sempre gostei de trabalhar para ter o meu dinheiro, para fazer as minhas festas e tal.

5) Qual teu nível de instrução? Tens alguma qualificação profissional? Recebeste algum tipo de estudo ou curso de capacitação profissional na prisão?

Eu terminei o primeiro grau e fiz um supletivo para o segundo grau, mas não terminei. Sempre estudei em colégio público, depois passei para o UNI e por fim fiz as provas da DEE, mas não passei em todas matérias, faltam ainda quatro. Fiz curso de garçom, inclusive trabalhei no Lobão, curso de informática e de datilografia. Dentro da prisão até me ofereceram algum curso, mas acabei não fazendo nada, queria apenas puxar minha cadeia na minha, sem me envolver em nada, para poder seguir minha vida.

6) Naquela época, além das casas, tu, tua mãe e teu irmão tinham algum bem de maior valor, como terreno, campo, animais, máquinas, meio de transporte, negócio próprio ou familiar, dentre outros? E atualmente, após o retorno à liberdade?

O que eu tinha era a minha casa, que eu tenho até hoje. Na época da prisão eu tinha uma moto também, financiada, que eu acabei perdendo para o banco, porque não consegui pagar as prestações, por causa da prisão. Hoje eu tenho outra moto, também financiada, que eu uso para trabalhar no mototáxi, que eu comprei bem depois, em 2007. Além dessas coisas eu não tinha mais nada de valor.

7) E dinheiro guardado, tinhas algum? Tinhas conta bancária com limite, cartão de crédito ou alguma forma de acesso a empréstimo? Conhecias pessoas que pudessem te emprestar dinheiro? Havia dívidas? E atualmente, em liberdade?

Não tínhamos dinheiro guardado. Quando fui preso tinha conta no Banco do Brasil, com limite, e por causa da minha prisão esculhambou tudo, não consegui pagar as contas do Ourocard e virou um bola-de-neve, que não consegui pagar até hoje. Estou esperando eles me procurarem para negociar, porque não adianta eu ir até eles porque eles vão me apresentar uma conta deste tamanho que não vou ter condições de pagar. Graças ao sindicato do mototaxistas, que faz uma declaração dizendo que a gente ganha tanto, eu consegui fazer crediário em várias lojas, como Renner, Brascon, porque pagar tudo à vista é muito difícil. Eu comprava tudo sob controle, de acordo com o que eu ganhava, tanto que estava tudo em dia quanto fui preso. Mas hoje não tenho mais crédito, nem conta em banco, por causa das dívidas que não paguei, em especial o Ourocard e a Brascon. Meu pai tentou pagar umas duas ou três parcelas quando fui preso, mas não conseguiu continuar, por causa das despesas com minha família. Na época da prisão, fora o crédito no banco e nas lojas, quem podia me ajudar era a família, em especial meu pai. Já amigo ou conhecido para emprestar dinheiro é complicado.

8) Tu já disseste que moras com a esposa e os três filhos? Todos dependem financeiramente de ti?

Sim, só eu trabalho. Minha mulher é formada professora, mas fez o estágio e parou, não chegou a trabalhar, só ensinou meus filhos. Fora o curso de magistério ela também não estudou mais nada. Os filhos ainda não trabalham, mas já estão se encaminhando, o guri mais velho via entrar no NPOR e a guria quer começar a trabalhar como modelo.

9) Na época do delito tua família enfrentava algum problema de saúde grave? Tu e/ou algum membro da família enfrentava problemas com o consumo de drogas e/ou álcool? Recebiam assistência à saúde por parte do Estado? Possuíam algum plano de saúde? E atualmente?

Quando fui preso eu tinha uma problema de hérnia, que surgiu de uma operação de apendicite mal feita, que inflamou. Então em 2005 eu tinha que operar essa hérnia. Mas consegui operar só depois que eu saí para o externo. Passei quase toda a cadeia com a hérnia, que me doía muito. Tentei marcar a operação, mas a casa dizia que não tinha efetivo para me levar. Fiz pelo SUS, porque não tenho plano de saúde, sempre que minha família precisa de algo é pelo SUS. Não tenho do que reclamar, sempre que precisamos funcionou bem, inclusive a operação. Problema de álcool e drogas nunca tivemos, eu usei maconha um período, principalmente na prisão, mas não era viciado, tanto que quando saí parei. Na cadeia é difícil não fumar, tu te chapa só com o cheiro.

10) Participavas de algum clube, associação, seita religiosa ou outra forma de convivência comunitária organizada? Durante a prisão, tiveste acesso a estes contatos?

A única associação que participava era dos mototáxis, nós éramos mais de 300 motos laranjas, fazíamos reuniões, churrascos. Mas não tinham encontros regulares. Religião nunca fomos praticados, íamos de vez em quando na missa. Quando fui preso não tive ajuda do sindicato, alguns colegas até me ajudaram um pouco, mas, sabe como é, cada um está na luta por si.

11) Durante a prisão, recebeste auxílio médico, psicológico e jurídico por parte do Estado? Tiveste contato com outras formas de associação, como cooperativas de trabalho para presos e egressos e instituições de auxílio à saúde e à dependência de drogas e álcool, dentre outras? Após retornar à liberdade, estes contatos foram mantidos?

Só tive contato com a cooperativa, enquanto estava na ala dos trabalhadores, mas não cheguei a trabalhar com eles. Não chegaram a me oferecer vaga, porque meu trabalho era diferente, era com a cozinha, com o pagamento de comida, que é distribuir as refeições.

12) De que forma tu e tua família tentavam superar as dificuldades que enfrentavam naquela época? Quais eram teus planos para melhorar de vida? E hoje, os problemas e os planos são os mesmos?

Meu plano de vida, quando fui preso, era seguir trabalhando como mototáxi, construindo a minha casa, que até hoje não está pronta. Ainda hoje estou fazendo uma coisa e outra nela. Além disso eu queria manter meus filhos no colégio. Eu tinha moto laranja, prefixo, alvará da prefeitura, tudo direitinho. Quando saí em livramento eu queria conseguir um emprego com carteira assinada, para ter mais segurança, um INSS melhor. Hoje nem estou recolhendo o INSS, mas quando tinha o alvará eu recolhia. Hoje a atividade não está regulamentada, está em discussão no Congresso. Mas fora o mototáxi quero ver se consigo o emprego de porteiro, que é fixo e vale a pena.

13) De que forma tu tentaste manter contato e ajudar a família durante a prisão?

Como tua família ficou enquanto estavas preso?

Quando fui preso toda a família se mobilizou, porque minha mulher não trabalha. Ela já trabalhou, é professora, mas a gente resolveu que ela cuidaria dos filhos, para eles poderem estudar. Graças a deus eles estão crescendo na vida, meu filho mais velho vai entrar no NPOR, a filha quer seguir a carreira de modelo, ela tem porte e tudo, e o pequeno de nove anos está estudando, na terceira série. Os tios, meus pais, meu pai é militar reformado, a mãe dela, conhecidos, todo mundo se uniu e ajudou minha mulher e os filhos, até eu sair. A prisão mexe com a vida da gente, mas se tu tinhas um comportamento de vida correto antes a tua família vai te apoiar. Meu pai no início tinha vergonha de sair para a rua, foi me visitar só depois de dois meses. Mas ele sempre me ajudou, desde o início. Todo mundo me visitou, menos meus filhos, que eu queria evitar que fossem lá.

14) Após sair em liberdade, enfrentaste preconceito por ser ex-presidiário?

Eu não senti muito, porque as pessoas me conheciam, sabiam o meu caráter, quem eu era. O preconceito é maior com os presos que vão e vem, aí as pessoas tem medo de serem roubadas e tal. Eu acho que não vou ter problema para conseguir emprego e outras coisas porque já paguei minha pena, e não consta mais nada no

meu sistema, e eu não vou contar o que eu passei para as pessoas, o que passou, passou. Já paguei o que eu devo.

15) Nestes anos todos, desde a época do fato que levou à prisão até o retorno à liberdade, houve algum casamento ou união estável tua ou de algum familiar teu? Terminou algum casamento ou união estável? Nasceram filhos? Mudaram de moradia e/ou de cidade?

Não, permanece tudo igual. Não mudou nada.

16) Tu e tua família recebiam assistência do Estado em termos de saúde, educação e outros serviços básicos? Como eram estes serviços? Recebiam algum benefício previdenciário? Como ficou esta ajuda durante a prisão? E depois do retorno à liberdade?

Como já disse, as coisas de saúde sempre foram pelo SUS, e tanto eu, minha esposa como os filhos estudamos em colégio público. Quando fui preso a gente recebia a bolsa-família, que a gente recebe até hoje. Outro benefício nunca recebi, até porque recolhi o INSS por pouco tempo.

17) Durante a prisão, gozaste de algum benefício da execução, como trabalho interno ou externo, remição, saída temporária, livramento condicional etc?

Tive tudo normal.

18) Recebiam auxílio de alguma associação em geral (fundações, ONG's, sindicatos, órgãos paraestatais, instituições beneficentes, religiosas, etc) para conseguir melhores condições de vida? Como funcionaram em prol da família durante a prisão? E após o retorno à liberdade?

Não, nada.

19) Quais são as perspectivas de emprego e trabalho para ti e tua família, dentro da realidade do local onde vivem? O que é necessário, na tua opinião, para conseguir melhores condições de vida? A prisão atrapalhou teus projetos de vida? De que forma?

É um campo difícil de entrar, ainda mais com 40 anos. Já não é fácil para quem é moço, imagina para quem já tem uma certa idade. Mas acho que a gente tem que

seguir fazendo o que aparece. Eu tenho parentes em Santa Catarina, e se eu não conseguir um emprego por aqui eu estou pensando em ir para lá, porque o campo lá é bem melhor do que aqui. Em Pelotas é preciso criar firmas, firmas mesmo, que antes existiam e hoje não mais. Várias empresas quiseram vir para cá e não tiveram nenhum incentivo do governo. Em vez de chamar eles mandam embora. No meu caso, acho que o estudo não adianta mais, tudo tem um tempo na vida. Se eu conseguir um emprego com carteira assinada já vai ser uma vitória, porque eu não me dediquei ao estudo quando podia.

20) Como foi e o que significou para ti a experiência prisional?

A prisão foi um temporal que passou na minha vida, que eu nunca imaginei que ia passar. Mas eu soube enfrentar, porque na cadeia tu tens duas opções: ou tu te matas ou tu aguenta. Ou senão entra de cabeça nas drogas. Se tu tens uma cabeça boa tu pega as coisas positivas, senão....Infelizmente não são todos que pensam assim. Mas perdi um ano da minha vida, tive que começar tudo de novo. Se eu fosse um cara com ideias maldosas, imagina? Aquilo lá é um colégio de coisa errada. Não aprendi nada de bom.

21) Como cidadão, o que achas que pode ser feito na prisão para ajudar os presos a não cometer novos crimes e conseguir melhores condições de vida em liberdade?

Se tivesse mais ocupações dentro da cadeia seria possível que alguns se recuperassem, mas não todos. Tem que ter um incentivo para aqueles presos que estão em cima do muro, entre cair para os vagabundos ou seguir o caminho do trabalho. Muitos querem trabalhar e não tem aonde. Precisa uma segurança maior, para não entrar tanta droga, celular. Porque para entrar tanta coisa tem que ter auxílio, facilitação, da guarda.

ENTREVISTA DE MATIAS

1) Na época do fato pelo qual tu foste condenado, como era tua vida?

Eu fui condenado em setembro de 2005, por tráfico de drogas, a uma pena de 04 anos e seis meses. Fiquei preso até setembro de 2009, quando entrei em livramento condicional, no qual estou até hoje. Eu sempre trabalhei em comércio informal, como camelô. Na época do fato eu estava passando por aperto de dinheiro e um conhecido me ofereceu para levar uma caixa com drogas, para receber um certo valor em dinheiro, e eu aceitei. E deu errado, cheguei na rodoviária e a polícia me prendeu em flagrante. Foi a única vez que eu fiz. Nem era grande negócio, ia ganhar R\$ 500,00. Como disse, sempre fui camelô, já tive banca aqui no centro, e sempre trabalho na época de verão, na temporada, de dezembro a março, no Chuí, colocando banca ali na avenida internacional, pois eu sou natural de lá. Já trabalhei com CD's, que hoje são muito perseguidos pela polícia, com cigarro, vendo roupa da estação, o que estiver com saída. Na época do fato eu morava em pelotas, mas no verão sempre fui trabalhar no Chuí, e ficava na casa da minha mãe. Eu morava com minha esposa e meu filho mais novo, de quinze anos. Tenho no total seis filhos, três do primeiro casamento, que moram com a mãe em Córdoba, na Argentina, e mais dois que moram aqui em Pelotas, sozinhos, quase se formando no CEFET.

2) Naquela época, quanto ganhavas? Qual era a renda e o padrão de vida familiar?

Variava bastante, como sempre, mas dava numa média de R\$ 1000,00 e alguma coisa. Sempre ganhei nessa média. Teve uma época que eu trazia cigarro para várias bancas do camelódromo de Pelotas, e aí ganhava um pouco mais.

3) E depois, quando saíste em liberdade condicional, no que trabalhaste? E o padrão de vida da família, com ficou?

Eu consegui uma carta de emprego, que era necessária para o livramento, em uma farmácia, para um serviço burocrático, de levar e trazer coisas na rua, porque não poderia trabalhar direto no comércio informal. Consegui com um pessoal conhecido meu, por intermédio de meu advogado. Era mais para me ajudar, ganhava pouco,

cerca de R\$ 600,00. Eu comecei neste emprego ainda preso, como trabalho externo, e me ajudou bastante, porque eu precisava de uma coisa formal, documentada, aqui em Pelotas, não poderia ir por Chuí e trabalhar como camelô, por exemplo. Mas em termos financeiros era bem pior. Hoje meu irmão tem um bar do lado uruguaio, com jogos eletrônicos, bilhar, essas coisas, e eu estou pensando em ir trabalhar com ele lá, porque já terminou minha pena. Quero trabalhar com ele no inverno, para manter uma renda razoável, e no verão montar minha banca, pois sempre tem bom movimento, e o ganho é muito bom. Dá para montar com dinheiro próprio, comprando as mercadorias para revender, ou trabalhando para donos de atacados, e aí tu ganha de acordo com o que vendeu, mas não precisa de patrimônio para começar. No momento é o que eu vou fazer, porque não tenho recurso.

4) Com quantos anos começaste a trabalhar? Como era a condição financeira dos teus pais?

Comecei bem cedo, como quase todo mundo de lá. Com 11, 12 anos já vendia sorvete, pastel, essas coisas. Quando criança minha mãe trabalhava na fábrica de fumo que existia naquela época. Meu pai também sempre foi da área de contrabando, trazendo coisas de um lado para o outro, para revender. Nossa condição financeira era muito dura, difícil mesmo, passávamos bastante necessidade. Várias e várias noites que a gente dormia sem comer. Sempre foi muito duro. Cinema mesmo eu fui quando tinha 21 anos. Éramos oito irmãos, e morávamos todos ali. Eu sou o mais velho. Meus pais não tinham qualquer estudo, minha mãe, infelizmente, vai morrer sem saber ler ou escrever. Meu pai sabia ler e escrever, mas muito pouco. Meus pais se separaram há uns trinta anos atrás. Meu pai tinha problema com a bebida, muito sério, e quem lutou mais para criar os filhos foi minha mãe. Morreu por causa da bebida, atropelado por um carro.

5) Estudaste até a terceira série. Além disso, tens alguma qualificação profissional? Recebeste algum tipo de estudo ou curso de capacitação profissional na prisão?

Nunca fiz curso nenhum. Na prisão, graças a Deus, nas galerias, fiquei só sete meses. Não ia aguentar ficar mais tempo. A convivência ali é impossível. Sinceramente, se fosse para a prisão hoje, de novo, me mataria, porque não suportaria. Como sempre tive uma boa imagem, e sempre fui trabalhador e honesto, não bebo e nem fumo, quando fechou sete meses o administrador do presídio me

chamou e me convidou para trabalhar. Daí me mudei para a ala dos trabalhadores. Não suportava mais a galeria, aquele abuso de drogas.. E então fiquei com os trabalhadores até sair em condicional. Nunca fiz nenhum curso lá dentro, só trabalhei. Naquela época não me ofereceram nada de estudo.

6) Como era a vida nas galerias?

Aquilo era pior que um hospício. A maioria dos presos é viciado em drogas, e o próprio sistema da cadeia incentiva isso. Os chefes das galerias, os chefes, extorquem os demais, que não tem como se oporem. Eles exigem que os outros vendam drogas, usem, roubem, é um horror. Eu graças a Deus não tive muito problema, pois alguns presos me conheciam e pediram para pegar leve comigo. As instalações eram terríveis, eram 11 numa cela pequena, parecia uma oca. Não tem higiene, a comida é ruim, isso quando come, porque muitas vezes a prefeitura pega a comida do preso. Quem comanda passa bem. Acredito que até vem comida para o presídio, o problema é a distribuição.

7) Na época da tua prisão, tu e tua esposa tinham algum bem de maior valor, como casa, terreno, campo, animais, máquinas, meio de transporte, negócio próprio ou familiar, dentre outros? E atualmente, após o retorno à liberdade?

Eu tinha uma casa aqui em Pelotas, onde morávamos eu, minha esposa e o filho mais novo. Naquela época eu recém tinha montado uma lancheria com moto-táxi, mas a moto era do meu cunhado. Lá no Chuí temos a casa da minha mãe, que fica em um terreno grande, no qual vários irmãos fizeram suas casas. Eu não cheguei a construir, mas sempre há espaço para ficar, mas é um patrimônio da minha mãe. Carro, moto, essas coisas, não tínhamos nada. Banca de camelô também não, só montava na época do verão. Quando saí em liberdade condicional tinha o mesmo patrimônio, que era essa casa aqui em Pelotas. Pouco depois nós vendemos, porque meus filhos precisavam de dinheiro para terminar os estudos, Como eram filhos de um relacionamento anterior, eu não queria prejudicar minha esposa, e fizemos assim: vendemos e dividimos o dinheiro, sendo que minha parte eu dei para os filhos. A gente dividiu aquele bem, mas não nos separamos. Hoje em dia não tenho mais nada, moramos em um imóvel da minha sogra.

8) E dinheiro guardado, tinhas algum? Tinhas conta bancária com limite, cartão de crédito ou alguma forma de acesso a empréstimo? Conhecias pessoas que pudessem te emprestar dinheiro? Havia dívidas? E atualmente, em liberdade?

Tanto naquela época como hoje, em liberdade, nunca tivemos dinheiro guardado. Também nunca lidei com banco, porque em geral o castelhano não usa cheque. Empréstimo nunca fiz. Pessoas que pudessem ajudar era complicado, talvez a família da minha esposa pudesse ajudar um pouco, porque amigos para isso não havia. Na verdade devo muito à minha esposa. Da minha família ninguém tem condições.

9) Já disseste que moras com a mulher e o filho mais novo? Alguém mais mora com vocês? Quem depende financeiramente de ti?

Moramos só nós três. Minha mulher não trabalha, ela recebe apenas uma pensão desse filho que mora conosco, de aproximadamente R\$ 300,00, que na verdade não é meu, mas eu crio como se fosse, quase desde que nasceu. Ela faz alguns biscates, de limpeza e tal, mas nada fixo. E este filho dela que mora com a gente, que considero meu filho, não trabalha, só estuda, depende de mim.

10) Qual o nível de instrução e qualificação profissional da tua esposa?

Ela estudou até a quinta série. Ela fez uma curso básico de costura do SENAC, para poder trabalhar com uma vizinha nossa que tinha uma microempresa de costura. Enquanto eu estava preso ela trabalhou um bom período com essa senhora, que conhecia a situação.

11) Vocês enfrentavam, quando da tua prisão, algum problema de saúde? Tu e/ou algum membro da família enfrentava problemas com o consumo de drogas e/ou álcool? Recebiam assistência à saúde por parte do Estado? Possuíam algum plano de saúde? E atualmente?

Minha mulher teve que fazer várias cirurgias, mas coisas normais. Problemas de saúde, mesmo, a gente não tinha, e nem plano de saúde. Como já disse, nunca me envolvi com drogas e álcool, nem minha esposa, apenas teve uma fase na vida que eu tive vício de jogo, mas faz dez anos que parei. Se precisasse de médico tinha que ir para a fila, dormir no chão, sem cama, pelos corredores. Se não briga,

não grita, morre a pessoa. Hoje segue a mesma coisa para nós, tudo igual. Mas agora eu sou tratado no Uruguai, e a saúde lá é mais respeitada. É outra coisa, e tudo gratuito. Eu fiz minha carteira há pouco, porque antes nunca precisei, mas minha mulher e filho não podem consultar lá, pois são brasileiros.

12) Participavas de algum clube, associação, seita religiosa ou outra forma de convivência comunitária organizada? Durante a prisão, tiveste acesso a estes contatos?

A gente frequentava uma igreja pequena lá do Areal, uma igreja evangélica. Aqueles encontros sempre me fizeram bem, e ainda hoje eu participo, três vezes por semana. Na prisão eu participava dos cultos, quando o pastor ia lá. Não era a mesma igreja, mas eu participava assim mesmo, porque gostava. Só depois que eu saí que voltei a frequentar a igreja do Areal. Além disso sempre joguei futebol, desde guri, e frequento até hoje o clube de futebol lá do Chuí, Clube Social Peñarol, quando estou por lá, mas não sou sócio, vou como visitante.

13) Durante a prisão, recebeste auxílio médico, psicológico e jurídico por parte do Estado? Tiveste contato com outras formas de associação, como cooperativas de trabalho para presos e egressos e instituições de auxílio à saúde e à dependência de drogas e álcool, dentre outras? Após retornar à liberdade, estes contatos foram mantidos?

Sempre que precisei de médico, assistência psicológica ou jurídica, dentro do PRP, nunca tive problema, pois tinha um bom contato com os agentes. Como nunca tive problema com droga e álcool, não tive de nenhum contato com estas instituições. Eu trabalhei um tempo na Cooperativa, junto de um preso que trabalha com couros, mas a remuneração é muito baixa, desmotivadora, apenas R\$ 25,00 por mês. É uma coisa insignificante, que não vai te ajudar em nada. Então eu passei a trabalhar com a administração, que sempre confiou em mim, pelo meu comportamento.

14) Por que a cooperativa não alcança uma remuneração melhor aos presos, na tua opinião? O que está faltando para ter melhores resultados?

Olha, na verdade eu não sei. Talvez a administração dela não seja muito voltada para o preso. Na minha época até tinha bastante vaga, um bom número de presos trabalhando, o problema é que a maioria não quer trabalhar.

15) De que forma tu e tua família tentavam superar as dificuldades que enfrentavam na época da tua prisão? Quais eram teus planos para melhorar de vida? E hoje, os problemas e os planos são os mesmos?

Meu maior objetivo era formar meus filhos, e agora falta pouco para isso. Em termos de trabalho, minha ideia sempre foi trabalhar como camelô, que é o que sei fazer. Não tenho estudo, na minha idade, o que vou fazer?

16) De que forma tu tentaste manter contato e ajudar a família durante a prisão? Como tua família ficou enquanto estavas preso?

Eu tinha a lancheria quando fui para a cadeia, então ela ficou tocando o negócio. E também trabalhava com confecções, o que faz até hoje, graças a Deus até em volume maior. Acredito que elas não passaram necessidade, embora eu não conseguisse mandar nada de dinheiro enquanto estava preso no regime fechado. Recebi visita da minha mãe, por duas vezes, e minha esposa sempre me visitou, cerca de duas vezes por semana. Meu irmão também me visitou.

17) Após sair em liberdade, enfrentaste preconceito por ser ex-presidiário?

Para falar a verdade, eu é que sinto vergonha de mim mesmo, eu me sinto mal. Por isso eu espero nunca mais cometer esse erro. Da parte dos outros eu não sinto preconceito, muito pelo contrário, tenho recebido várias oportunidades, por exemplo, de um empresário do ramo de roupas, aqui de Pelotas, que também trabalha no Chuí, de um empresário do ramo de móveis, lá de Caxias, que me convidou para trabalhar, oferecendo oportunidade de meus filhos lá estudarem, se quiserem. Sigo vivendo normal, frequentando os mesmos lugares, nunca ninguém me discriminou por ser ex-presos. Acho que não tive problemas porque as pessoas me conhecem, nunca fui de fazer sacanagem, violência.

18) A prisão atrapalhou teus projetos de vida?

Atrapalhou bastante. Se eu não tivesse sido preso minha vida estaria bem diferente, com certeza. Meus filhos, principalmente os do primeiro casamento, que eu ajudava bastante, ficaram mal. Não chegaram a se envolver com drogas, mas passaram dificuldade. O guri teve que trabalhar no lixão, morar num galpão, convivendo com rato. Eles tiveram que sair da casa que alugavam, porque não tinham dinheiro para

pagar. Mas meu negócio a prisão não chegou a atrapalhar muito, porque qualquer pessoa que queira trabalhar como camelô, na fronteira de Jaguarão, é só querer, basta vontade.

19) Tu e tua família recebiam assistência do Estado em termos de saúde, educação e outros serviços básicos? Como eram estes serviços? Recebiam algum benefício previdenciário? Como ficou esta ajuda durante a prisão? E depois do retorno à liberdade?

Meus filhos sempre estudaram em escolas públicas, apenas o meu filho que agora está no Objetivo, se preparando para o vestibular, enquanto minha filha está se formando no CEFET agora no final do ano. Já o guri mais novo está no Ginásio do Areal, e faz um curso profissionalizante de manutenção de computadores. Nunca recebemos benefício do INSS, pois nunca tive carteira assinada, mas bolsa-família minha mulher recebe, acho que há vários anos.

20) Durante a prisão, gozaste de quais benefícios da execução, como trabalho interno ou externo, remição, saída temporária, livramento condicional etc?

Como falei, tive trabalho interno, depois externo, recebi saídas temporárias e remição. Por fim fiquei um tempo em livramento condicional, que recém acabou.

21) Recebiam auxílio de alguma associação em geral (fundações, ONG's, sindicatos, órgãos paraestatais, instituições beneficentes, religiosas, etc) para conseguir melhores condições de vida? Como funcionaram em prol da família durante a prisão? E após o retorno à liberdade?

Não tive contato nenhum, só com a igreja, que aliás não era a mesma, mas eu gostava de participar dos cultos. A igreja nunca nos ajudou com nada, assim, material, a gente recebe é ajuda espiritual, para não ficar tão agitado, preocupado. A igreja tem um depósito de materiais do dia-a-dia, como comida, e quem precisasse podia pegar e repor quando pudesse. A fábrica de biscoitos Zezé, que fica perto de casa, também ajuda muita gente.

22) Quais são as perspectivas de emprego e trabalho para ti e tua família, dentro da realidade de Pelotas e Chuí? O que é necessário, na tua opinião, para conseguir melhores condições de vida?

Com certeza meus filhos não vão para o Chuí, isso é certo, porque não quero que eles levem a vida que eu levei. Dentro da minha realidade de vida, desde criança, o que eu achei para sobreviver foi o que eu fiz, mas eles não precisam passar por isso. Minha filha ou vai para Curitiba, Porto Alegre ou Caxias, pois ela se forma e as empresas já convidam para trabalhar. Em Pelotas e Chuí não tem emprego para eles trabalharem. Falta indústria, a gente tinha a Cica, a Coca-Cola, mas nossos governantes cobram muitos impostos e as empresas vão embora. Falta emprego principalmente para quem não tem estudo, tu vê minha mulher: pouco estudo e trabalhou na Cica, na Suprarroz. Hoje a tecnologia diminuiu muito a necessidade dessa mão-de-obra.

23) Como foi e o que significou para ti a experiência prisional?

Foi a pior experiência possível. Com toda a sinceridade, se um dia eu cair na cadeia de novo eu não fico lá. Eu não suporto, é uma coisa completamente negativa. A convivência lá é terrível. O crack é um baita problema, que tem de ter fim. Tem gente ali que vende a irmã, a mãe por causa da droga. É muito difícil ficar na prisão, porque não tem segurança, ou tu entras no esquema ou principalmente para quem não quer entrar no esquema, que vai sofrer o tempo inteiro.

24) Como cidadão, o que achas que pode ser feito na prisão para ajudar os presos a não cometer novos crimes e conseguir melhores condições de vida em liberdade?

Com toda a honestidade, tinha que acabar com o comando dentro da cadeia, que é o mais difícil. Os agentes nem entram na cadeia, não abrem nem porta para preso. Lá é o preso que faz tudo. Agente só entra na galeria para fazer uma revista quando os presos estão no pátio. Na minha opinião, tem que ajudar, dar oportunidade, a quem quer trabalhar. Não podemos colocar todos no mesmo saco, ali tem gente boa, enquanto quem é bandido é bandido, não vai mudar. Acho que falta mão-de-obra para a administração retomar o comando da casa. Mas talvez uma revista mais rígida, mais controle na entrada de droga também ajude no funcionamento do presídio. Tem que controlar o uso de celulares, também, que é o meio usado pelo comando para controlar a casa e a rua. Quantas pessoas são presas por tráfico de drogas por estarem obrigadas pelo comando? Tu vai sair no semiaberto hoje? Então tens que trazer isso, senão não entra mais.

ENTREVISTA COM JUÍZA DE DIREITO

1) Em que ano foi construído o PRP?

Em 1958.

2) E desde então, houve ampliações ou melhorias no prédio?

Nos 12 anos em que estou trabalhando como juíza da vara de execuções criminais em Pelotas foram construídas 3 novas galerias, todas no período anterior ao governo estadual da Yeda Crusius. Foram 156 vagas novas, só que o que aconteceu a partir daí? O PRP tinha de tudo antes: tinha uma enfermaria, no primeiro governo municipal do Marroni, que era quase um hospital, uma maravilha, melhor do que muito hospital público. Tinha uma médica que atuava dia e noite lá, havia uma biblioteca também, instalada em uma sala boa, com muitos livros, bons livros, tudo muito bem feito, e conseguimos construir a galeria feminina, sendo que tudo sempre foi conseguido mediante pressão, determinando a interdição do presídio. Porém, para criar essas 156 vagas, todos espaços que eram utilizados para desenvolver as atividades dirigidas à capacitação dos presos viraram celas, então, hoje, não tem mais espaço para criar nada, trabalho, interno, qualificação profissional, ensino, nada.

3) E nessa estrutura atual, não há como aumentar mais ainda o PRP, criando novas vagas?

O terreno do PRP tem 1 hectare e meio. Não é possível fazer mais nada a não ser colocar mais gente dentro das celas. Não temos trabalho nenhum, não temos mais aulas: antes, costumávamos ter duas professoras dando aula, voluntariamente. Na medida em que aumentou a população carcerária, todos espaços que não eram celas se transformaram em celas. Hoje, estamos com 850 presos ali.

4) E quantos presos haviam no PRP antes da construção das novas galerias?

Nas primeiras interdições, em meados de 2002, nós tínhamos 380 presos. Com o crescimento da população carcerária e a construção de novas celas, não se tem espaço para mais nada, somente para celas e mais celas.

5) E como a Sra. vê a disposição, pelo menos em discurso, do Estado de transferir o presídio para outro lugar, visando a criar novas vagas e espaço para atividades dirigidas à qualificação dos presos? O que de concreto tem acontecido nos últimos tempos?

Nada. Não acontece nada, só vejo discurso e mais nada, é só retórica, tudo é politicagem, principalmente agora, em ano eleitoral. Muito pouco acontece, nem o projeto para os presos provisórios votarem aconteceu, aqui em Pelotas, tamanha a falta de estrutura. Eu já encontrei o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, não lembro o nome do deputado, que veio visitar o PRP, e ele não conheceu o PRP, só ficou na sala do administrador, era visível que estava incomodado de estar ali. A política prisional segue nesse ritmo, como acontece com a educação pública, que nunca está em primeiro lugar. Mesmo dentro da área da Segurança Pública, primeiro eles investem nos salários para os policiais, boas delegacias, instrumentos de trabalho, viaturas, que são necessários, mas o PRP está em último lugar, e em razão disso só fazem algo quando está tudo “arrebentando”, aí eles dão uma remendada. Essas 3 galerias que aumentaram em 156 vagas o PRP são resultado de uma luta de 4 anos, em que pressionávamos o poder público. Tudo era difícil e trancava a obra: empreiteiro abandonava a obra porque o Estado não pagava. Havia 4 presos que trabalhavam ali, mas também não recebiam. Infelizmente, as coisas só funcionam abaixo de pressão, interdição e imprensa.

6) Quando o governo estadual e federal fala, hoje em dia: vamos investir! Tu interpreta esse discurso como proposta de investimento só em celas, novas vagas, incremento da segurança, ou percebes preocupação com outros aspectos, como oportunizar ao preso lugar para ensino, trabalho, etc?

Eu, na verdade, vejo só discurso, eu nunca vi nada de concreto. Até mesmo por parte do governo federal, que tem todo um projeto para a área da segurança pública, tudo é somente teórico, nunca vi nada efetivo. É tanta burocracia para implementar os projetos, exigem tanta coisa, que nunca se faz nada. Por exemplo, o terreno da

prefeitura que estamos pleiteando para instalar o novo PRP: se o Prefeito fizesse tudo que tem que fazer, se nós conseguíssemos sair aqui do âmbito municipal e o projeto fosse para o governo estadual, eles iriam dizer: “falta isso”, que “isso não é assim”, aquilo “não está bom”, eles exigem coisas impossíveis de se cumprir. Tudo não passa de discurso. Eu tenho duas fases nesse trabalho junto dos presídios. Até 97 eu trabalhei em Jaguarão, em um momento político diferente, e depois, de 98 até então, em outro momento político completamente distinto. Naquela fase de Jaguarão, de 89 a 97, a gente conseguiu muita coisa porque fazíamos parcerias com a prefeitura e a comunidade.

7) Eles tinham mais disposição?

O governo não atrapalhava, ao menos. Fizemos muita coisa lá, aumentamos o presídio, instalamos um curtume e uma fábrica de sabão. A prefeitura fez um convênio conosco: ela fornecia a matéria-prima e o presídio a mão-de-obra, sendo que a prefeitura ficava com metade da produção e a outra metade a própria prefeitura comprava, e o lucro era dos apenados. Era muito bom, pois toda comunidade estava envolvida. O Conselho da Comunidade era composto por assistente social da prefeitura, psicóloga da prefeitura, etc., e eles realizavam diversas atividades, como os exames para progressão de regime. Chegou um momento, no fim de 1997, em que nós tínhamos um projeto de utilizar uma praça que havia na frente do presídio para construir um canil para abrigar os cães sem dono, uma coisa pequena, para 20 cachorros, o que seria bom para cidade e daria trabalho para os presos. A partir dali nós sentimos a mudança do governo. Começaram os entraves burocráticos, ao passo que enquanto tínhamos liberdade de realizar os projetos de modo mais informal, em conjunto com a comunidade, toda a cidade se empenhava em fazer. A partir dessa época, tudo virou burocracia, tem que pedir permissão, não anda nada, como a galeria que estávamos fazendo para os drogaditos, com recursos da comunidade. O governo, além de não ajudar, acabou parando a obra por entraves burocráticas, enquanto os presos estão sem serem atendidos. Assim é como eu vejo o cenário atual.

8) E a situação da superlotação, como está?

Cada vez pior.

9) Qual a proporção de vagas disponíveis para o número de presos existentes?

Nós estamos com 850 presos para 426 vagas, aproximadamente.

10) E em razão disso, como é a realidade das galerias e celas?

É um inferno, os poucos colchões e camas que existem são utilizados pelos mais “graduados” lá dentro, enquanto os mais pobres dormem no chão ou em cima de tábuas. Fazem rede elétrica clandestina. Os poderosos, que comandam as galerias, pressionam os parentes para inserir créditos nos telefones celulares. Existe preso que sequer tem acesso aos guardas. Por exemplo, na revista realizada recentemente com o apoio da BM, na qual foram removidos 26 presos, foi apreendida uma quantidade enorme de facções. No outro dia, por conta da revista teve briga entre facções, e os presos estavam todos armados de novo! Um dia depois da revista!

11) Como tu percebes o exercício do poder das chamadas “prefeituras” dentro do PRP? O que poderia ser feito para reverter essa situação?

Isso passa pela corrupção de alguns agentes penitenciários, que preferem largar a cadeia na mão do preso para não trabalhar, assim não se incomodam. O agente fica tomando chimarrão e o chefe de galeria cuida de tudo, mantém tudo calmo, mas ele faz o que quer com o resto dos presos. Não são nem prefeitos, são reis lá dentro e os agentes não se incomodam com isso, o que acaba por prejudicar muito os presos que não tem poder, mais pobres e menos violentos. Para acabar com isso seria necessário um grande investimento em material e pessoal, além de uma mudança na cultura dos agentes, que não estão preocupados com isso, desde que a ‘ordem’ seja mantida.

12) E o problema da corrupção do agente penitenciário, tu enxerga alguma solução, alguma forma de se combater isso?

Acredito que o problema do preso é bastante similar ao problema do agente. Se o agente que comete infrações recebesse a punição adequada, coisa que nunca vi, eles nunca iriam reincidir. Mas os agentes muitas vezes agem mal e não acontece nada. A SUSEPE transfere os agentes assim como os presos.

13) Qual a origem do problema das prefeituras, na tua visão?

Vem da superlotação dos presídios e do baixo número de agentes trabalhando. Por exemplo, se nós tivéssemos o número suficiente de agentes não aconteceria isso, pois há 15 anos atrás não era assim, quando o número de presos era bem menor e o de agentes quase o mesmo que atualmente. Não é mais o agente que manda nas galerias, é o preso que abre e fecha a porta.

14) E o reflexo desse poder para o preso que não tem poder nenhum, que está lá do fundo da galeria?

Ele sofre duplamente, pelo castigo da prisão aplicada pelo Estado e pela tortura do chefe da galeria que obriga ele a fazer coisa que o prejudicam. Eles não têm acesso às visitas, ao atendimento psicológico porque o chefe da galeria não deixa ninguém entrar na galeria. É uma situação muito perversa.

15) Como a Sra. enxerga as questões relativas a saúde a higiene no interior do PRP, hoje em dia?

Agora a casa prisional possui um médico, porque o governo está com a faca no pescoço: quando tem pressão, o governo contrata um por 6 meses. Material de higiene não há nenhum. As panelas da cozinha estão furadas, extintores de incêndio vencidos e não fazem a desratização do presídio, para combater um dos principais focos de doença, afora a superlotação.

16) Como está o trabalho do corpo técnico do PRP, psicólogos, assistente sociais?

Acho que eles estão cheios de boa vontade, mas sofrem com a falta de tudo. É um grupo pequeno de técnicos para cada vez mais presos, uma desproporção enorme. Para conseguirem tratar alguém, o 'prefeito' da galeria tem que liberar. O corpo técnico sofre muito com isso também: não ter acesso ao preso para prestar a assistência que tanto precisa.

17) O corpo técnico possui um lugar para trabalhar no interior do presídio ou eles também não têm espaço físico?

Não sei te dizer ao certo como está agora, mas até dois meses atrás eram 03 profissionais numa sala. Eles não têm nada, nem segurança, nem apoio, quem dirá espaço.

18) E a assistência jurídica?

Agora, embora a Defensoria Pública esteja se aparelhando, não assiste o preso no PAD, por exemplo. Então, se houver um preso com curso de Direito, ou os presos e agentes penitenciários mais esclarecidos, tentam ajudar os presos.

19) E quando os presos precisam fazer o pedido de um benefício legal, por exemplo?

Não há assistência, e por causa disso o juiz acaba por aceitar o pedido feito pelo próprio preso, ou por um familiar, muitas vezes escrito à mão em um pedaço de papel.

20) E o problema do crack, qual sua extensão no PRP? Afeta grande parte da população carcerária?

Ele é maior do que qualquer pessoa de fora, que não trabalhe com isso, possa imaginar.

21) Essa situação ocorre por quê?

A droga entra pela visita, pelo agente corrupto e pelo preso que sai em temporária ou para trabalhar. A situação vai melhorar um pouquinho, talvez, quando conseguirmos separar o albergue do presídio. O preso do regime semiaberto não vai mais ser obrigado a trazer droga para o preso do fechado.

22) O preso que quer se tratar da dependência do crack, existe tratamento para ele?

Apenas precariamente. Um grupo do CAEX dentro do PRP faz reuniões com os viciados, mas isso é muito pouco. Em caso de desintoxicação e tratamento não há para onde mandar. E o IPF não aceita, porque também estão superlotados lá.

23) E na cidade de Pelotas, há algum lugar que receba os presos para tratamento?

Não existe nada, nem para preso nem para ninguém. Só particular. Quem tem dinheiro paga o Hospital Espírita, e o tratamento muitas vezes não é como deveria ser por causa da superlotação.

24) Atualmente, existe algum programa no PRP para ministrar o ensino fundamental e médio e cursos profissionalizantes?

Acabou tudo, antigamente havia, mas agora não existe mais. Alguns presos fazem curso à distância. Antes havia salas de aula com professoras, cursos profissionalizantes em andamento. Mas hoje até a padaria está precária, os equipamentos estão caindo aos pedaços.

25) Pode-se dizer que não há espaço para nada?

Não tem espaço para nada, nem a marcenaria existe mais.

26) Mas se houvesse espaço, o Estado forneceria mão-de-obra e material?

27) Não acredito, pois, por exemplo, as professoras que tínhamos eram cedidas pelo município. Mas se houvesse espaço e não enfrentássemos a superlotação a comunidade ajudaria. Tem gente interessada em dar cursos gratuitos, mas não existe agente para dar a segurança necessária.

28) A precariedade do trabalho interno também tem conexão com a falta de agentes para segurança?

Sim, como não há espaço e nem segurança, o trabalho interno é limitado ao mínimo e a seleção dos presos acaba sendo feito por meio de acordos com os agentes, que muitas vezes não leva em consideração critérios objetivos.

29) E para diversificar e ampliar o trabalho interno, criando novas vagas, o que se pode fazer?

Tudo esbarra na questão do espaço. Hoje não há como fazer mais nada. Fora a manutenção da casa, existe algum trabalho interno funcionando precariamente ali na cooperativa, por meio da Irmã Sunta, onde havia algumas oficinas.

30) E como está atualmente o trabalho da cooperativa de trabalhadores (COOSOPEL)?

A cooperativa decolou, comprou equipamentos, mas aí começou o tráfico de drogas em razão do entrar e sair de caminhões e matéria-prima. Além disso, a rotatividade dos presos é muito grande, e a gente não consegue manter o mesmo preso trabalhando, ele acaba aprendendo o ofício e sai ou nem chega a aprender. A cooperativa tinha que sair fora do presídio, para os presos dos regimes semiaberto e aberto trabalharem na cooperativa fora dos muros prisionais. Eu queria muito um

local fora do PRP para os presos trabalharem. Eles tem que ter uma certa liberdade para fazer o trabalho, em um ambiente mais saudável. Mas, assim como para o PRP e o albergue, falta terreno para cooperativa também.

31) E a questão do trabalho externo? Hoje em dia a gente percebe que o preso não tem quase oportunidade de emprego. Como fazer para criar canais de cooperação com a comunidade, empresas e poder público, para viabilizar empregos? E o PAC, por que não é mais uma realidade?

Falta vontade política. Já tivemos, antigamente, PACs com a prefeitura municipal que empregavam cerca de 60 presos, com o apoio da comunidade.

32) E como alterar esse quadro?

É preciso mudar essa consciência política, principalmente por meio de pressão, por meio da imprensa, por exemplo.

33) Diante das carências todas que a Sra. relatou, tem algum incremento que é possível de fazer, como medida urgente, viável, para oportunizar ao preso egressar da cadeia mais capacitado para melhorar sua condição de vida?

Olha, tem que diminuir a população carcerária e aumentar a assistência geral ao preso. Eu comecei um projeto com apenados em livramento condicional para que, em vez de comparecer ao cartório da VEC para assinar todo mês, eu os chamava para conversar. Eles não sabem coisas básicas. Mas a dificuldade gira em torno da superpopulação carcerária. Se tivéssemos o número adequado de agentes, teríamos condições de fazer muita coisa pelo preso. Encaminhar o preso para conquistar direitos de cidadania, inscrevê-lo no SINE, dar-lhe acesso à informação, por exemplo.

34) E como contornar a superlotação?

Acho que é preciso limitar a pena de prisão apenas aos crimes mais graves, acho ótimo a pena alternativa, tanto que no cartório da VEC trabalham prestadores de serviços à comunidade. Mas tudo depende da política, do Poder Executivo, nós estamos na mão deles, e eu não vejo, hoje, solução dar mais trabalho ao preso, capacitá-lo, pelo contrário, vejo que estamos tirando eles da sociedade por um período de tempo, e eles saem piores.

35) Qual a causa da grande criminalidade atual, na tua percepção?

Com exceção dos psicopatas, a imensa maioria dos crimes cometidos decorrem de um realidade cultural e econômica muito desfavorável, muitas vezes já é a terceira geração envolvida com a crime. O avô era preso, o pai era preso...

36) São pessoas que se tivessem um emprego estável, com remuneração adequada às necessidades básicas, talvez não estivessem delinquindo?

Eu acredito nisso. Vamos supor que um apenado em livramento condicional não tem dinheiro para nada. Ora, ao sair da cadeia ele vai voltar a delinquir, porque não vai ter como alimentar seus filhos. O indivíduo sai e a sociedade, na verdade, fica só esperando ele voltar. Ele sai desmoralizado, enfraquecido, raivoso e logo ali adiante volta.

ENTREVISTA AGENTE PENITENCIÁRIO

1) Há quantos anos trabalha como agente penitenciário?

No sistema prisional há 25 anos e, em Pelotas, há 10 anos.

2) Trabalhou em quais presídios antes de vir para o PRP?

Passei por Camaquã, Santa Maria, Arroio Grande, Porto Alegre, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar. Eu fazia plantões de 15 dias, então andei por todo lado, tudo que é tipo de presídio. Para não dizer que conheço todas cadeias do estado, uma das maiores que não conheci foi a de Caxias, essa nova cadeia, que tem um novo modo de administração, é quase uma cadeia voltada só para a disciplina.

3) É um presídio basicamente de contenção?

Isso, uma cadeia mais regradada que as demais, nas outras o problema está na estrutura física, que é deficiente em todos os sentidos.

4) Aqui no PRP, tu és o agente mais antigo?

Sim.

5) Tu sabes quando foi a construção do PRP?

Foi construído no final da década de 60, quase 1970.

6) E desde então passou por reformulações, reformas, foi sendo ampliado?

Aos poucos, conforme a necessidade foi sendo ampliado, só que, se não me falha a memória, hoje não existe o que existia antigamente na SUSEPE, uma equipe de engenharia que planejava a estrutura física dos prédios, das cadeias. Certa feita, conversando com eles, o pessoal da engenharia, perguntei o porquê desse modelo que existe hoje nas moduladas, cela-pátio/pátio-cela, e por que não aplicar o sistema de segurança das moduladas, que é muito bom, nas outras casas prisionais, e a resposta foi: “nós fazemos conforme a necessidade do momento”. Então quer

dizer, não existe um planejamento, eles não escutam os funcionários, quanto às questões de segurança e funcionamento dos presídios em si.

7) As reformas partem de cima para baixo e pronto?

Claro, eles escutam alguma coisa, dizem que vão fazer tal coisa, e não fazem 50% daquilo que disseram que iam fazer.

8) E quando foi a última reforma aqui?

A construção da nova galeria essa, há dois anos e pouco.

9) Qual a capacidade da casa prisional? Quantas vagas?

Em torno de 380, 440 vagas, isso seria o ideal, daí sobraria espaço para os trabalhos internos que podem ser desenvolvidos.

10) E quantos presos tem no PRP hoje?

Em torno de 510, hoje, na área do presídio, fora o albergue. Mais quase 200 do albergue, dá quase 700 presos.

11) Então quase a metade dos presos fica improvisada, correto?

Sim, improvisada, sem condições adequadas de higiene, alimentação, saúde, sem que haja agentes e material suficientes. Além da estrutura, temos o problema da questão da manutenção que é muito difícil, porque ela é feita por presos, não tem o profissional qualificado, os presos não tem habilidade para fazer o serviço.

12) Não teria como qualificar essa mão-de-obra carcerária?

O problema do treinamento dos presos é conciliar o trabalho prisional, a convivência entre presos e a segurança.

13) Trazer profissionais de fora do sistema prisional não é uma possibilidade?

Há um problema, a segurança da casa. Não se pode descuidar, uma fuga de dois presos já é um “baque”. Então, caminha tudo na lentidão, tu vais reformar 3 ou 4 celas: onde é que vais colocar os presos? Hoje nós temos no PRP duas celas interditadas para conserto, que já estão sendo consertadas, mas antes de terminar a obra já estão sendo colocados presos lá. Assim não tem como.

14) E funcionários, quantos são na casa prisional?

Em torno de 70 funcionários, entre pessoal do administrativo, corpo técnico e equipe de segurança.

15) Todo esse pessoal faz parte da SUSEPE?

Sim, todos da SUSEPE.

16) Normalmente, quantos são por turno?

São 10 por turno, na área da segurança.

17) E técnicos, quantos são?

São 7, se não me engano, aí dá aquele problema das férias, licença-prêmio, biometria, etc., pois sempre tem alguém que não pode trabalhar. Normalmente, a casa trabalha com 8 a 12 agentes na segurança.

18) A situação aqui do PRP é parecida com a dos demais presídios?

Ela se torna pior por duas coisas: a nossa comarca tem 4 varas criminais, mais a Justiça Federal e a Justiça do Trabalho, então o número de audiências é muito alto, em comparação às outras comarcas. Aqui nos teríamos um número de presos aproximado ao de Rio Grande, que tem em torno de 35% menos audiências do que Pelotas.

19) E o número de funcionários é o mesmo?

Praticamente, e a população carcerária também. Tem dias que temos 15, 16 audiências, aí são necessários 5 funcionários só para carregar esse número de presos por dia. Acontece que tem dias que só tem 1 ou 2 funcionários para isso. Sem falar que nós atendemos toda região, Arroio Grande, São Lourenço do Sul, etc. É muito trabalhoso, nem se vê o passar dos dias, e sempre tentando trabalhar bem, superar as dificuldades das casas.

20) E como está o ensino e o atendimento médico e psicológico no interior do PRP?

O atendimento médico é precário, raras vezes temos médico aqui, porque depende de muita burocracia, acordos com secretarias de saúde e convênios com o estado.

21) Acontece de o próprio médico não quer trabalhar com esse público?

Muitas vezes, sim, pelo risco e pela população com a qual vai lidar. Então ocorre que, duas ou três vezes no dia, tem que se levar algum preso no hospital.

22) E reivindicar médicos à SUSEPE, não adianta?

Já se pediu inúmeras vezes, mas não funciona, nunca vem.

23) A demanda por atendimento médico é muito grande no interior da casa prisional?

É, pelas deficiências de pessoal para segurança e deslocamento, temos que avaliar o que é prioridade para levar ao hospital. Além disso, sempre tem algum preso internado no hospital, o que demanda escolta, diminuindo a segurança da casa.

24) É oferecida educação formal aos apenados?

Tem uma professora há 20 e tantos anos.

25) Quais matérias e cursos essa professora leciona? Ela é voluntária?

Sim, ela ajuda os presos por solidariedade. Ela alfabetiza, prepara para supletivo, na única sala de aula que temos.

26) E qual o público?

Os interessados são poucos, porque geralmente o preso quer fazer algo que seja na rua. Mas tem bastante gente que faz para poder passar no supletivo. Mas aí chega no dia da prova e cai no mesmo dia da visita, aí eles deixam de fazer a prova para poder receber a visita, por exemplo.

27) A questão da visita é muito importante para o preso?

Para eles é muito importante, sim, questão de extrema necessidade.

28) Porque tu achas que a maioria dos presos não procura estudar? Por que não querem?

Olha, eu acho que frequentar a aula é uma coisa, e querer estudar é outra. Acho que falta consciência do preso quanto à necessidade do estudo para melhorar de vida,

porque o nível cultural da população que a gente tem aqui é muito baixo. Além disso, o sistema hoje empregado dentro das cadeias para garantir a ordem, por meio das “prefeituras”, prejudica muito o preso que quer estudar, trabalhar, construir outra vida. Eu acho que as “prefeituras” não tinham que existir, aliás, eu tenho dito para a Corregedoria da SUSEPE que esse sistema é um câncer no seio do sistema penitenciário. Não se pode admitir isso dentro do sistema. Por quê? Na minha ótica, se o indivíduo não tem capacidade de se gerenciar na rua, para viver honestamente e não delinquir, como é que vai administrar uma galeria com 60, 80 pessoas?

29) Acontece de algum preso ter uma reclamação, uma necessidade, e não chegar até o conhecimento da direção ou autoridade em virtude da interferência da “prefeitura” da galeria?

Sim, muitas vezes não chega, o agente perde contato com o preso, por isso digo que é um câncer. Isso tem que terminar.

30) Esse sistema está presente em todas casas prisionais do estado?

Sim, e vai ter que terminar. Sem o sistema das “prefeituras”, não vai mais ter tanto celular lá dentro, a disciplina vai melhorar muito porque vai ter funcionário tomando conta, efetivamente. Hoje quem manda é o chefe da galeria, o “prefeito”. Se meia dúzia de presos da galeria disser que ali não entra tal preso, tal preso não entra e não adianta. É o maior câncer do sistema penitenciário. Tanto que em Caxias não existe a prefeitura, existe o representante de galeria, que vai dizer quem precisa de assistente social, advogado, nada mais do que isso, é um preso como qualquer outro. Quem vai decidir se coloca o preso na galeria, ou não, é a administração da casa. Se houver problema de incompatibilidade sério, a administração toma as medidas necessárias.

31) E um problema dessas prefeituras é o preso do “fundão” da galeria que muitas vezes não é ouvido, fica esquecido lá, não tem acesso nem a comida, correto?

Exatamente, acaba tendo um tratamento bem pior do que os demais, tanto ele quanto a sua família. Qualquer atendimento ou contato para chegar no preso tem que passar pela “prefeitura” para ver o que pode e o que não pode. É uma aberração, na minha opinião. Ocorre, muitas vezes, que um preso não é bem quisto e desce da galeria para se proteger, pressionado pela “prefeitura”, e daí as galerias

comunicam-se entre si e o preso não sobe para mais nenhuma. Daí, então, surge o famoso seguro, para isolar esses que não tem mais “espaço” na cadeia, que são muitos, que correm inclusive risco de vida. O problema da “prefeitura” é esse, o domínio da galeria, o poder de decidir qualquer coisa lá dentro.

32) E a SUSEPE não enfrenta esse problema?

Exatamente, porque não tem pessoal suficiente para desmanchar a prefeitura e manter a segurança, o que demanda efetivo adequado. Por isso, o funcionamento da cadeia com segurança é um grande problema, pela falta de apoio da SUSEPE à administração. A administração não pode enfrentar esse problema sozinha, e ao solicitar apoio à SUSEPE eles dizem: “não, deixa isso de lado, vai criar problema...”.

33) Os psicólogos e assistentes sociais dão conta da demanda? O preso tem acesso ao corpo técnico?

Em geral, sim, porém tem o problema da própria estrutura, pois no presídio não há sala adequada para eles trabalharem, e além disso há problemas de comunicação interna, locomoção, etc. Dentro do possível eles fazem o trabalho deles, mas não atingem 50% do necessário diante da demanda dos presos.

34) Se tivesse um efetivo maior, o atendimento seria melhor?

Sim, às vezes, pela falta de pessoal, não se consegue nem mexer com determinado preso, e tal.

35) Quanto à questão do trabalho interno? O que é mais problemático?

Muitos presos querem trabalhar e não podem. Mais uma vez, eu vejo que o trabalho interno esbarra na estrutura, não temos salas para trabalho, falta espaço. Não há monitores que ministrem cursos profissionalizantes, rápidos que sejam.

36) Criar oficinas ministradas por pessoas da comunidade não é viável?

O problema interno é o espaço, a estrutura, os espaços são todos ocupados por presos, por conta da superlotação. E aqui no PRP temos 4 dias por semana de visita, resta para trabalhar segunda, quinta e sexta, porque dia de visita a cadeia fica parada, por questão de segurança. A falta de pessoal é tão grande que há desvio de função, pois às vezes o agente administrativo está fazendo escolta.

37) E como está o trabalho interno atualmente?

Aqui existe o básico: a cozinha, a limpeza da casa, só o que é necessário para o funcionamento da casa.

38) Quantos presos trabalham nessas funções?

Em torno de 60 presos.

39) Como é feita a escolha dos presos? Há trabalho para todos que manifestam interesse?

Não tem trabalho para todos, pelos problemas que falei. Normalmente são escolhidos aqueles que manifestam interesse, sim, mas há o problema da “prefeitura”, que indica quem vai trabalhar nas galerias.

40) Para implantar espaços de trabalho, oficinas, a fim de produzir algo para vender e dar renda aos presos, qual seria o caminho mais fácil a trilhar, já que não há estrutura, nem pessoal? O que seria viável, ainda que precariamente?

O problema é conciliar a quantidade de presos interessados, a estrutura física, a falta de agentes e o tipo de trabalho. Ali dentro tudo é difícil: é necessário revistar os fornecedores, a matéria-prima que entra, os presos que saem para negociar, etc. Acaba tudo esbarrando na falta de pessoal, de segurança. Por isso direcionamos o trabalho todo para a área externa, no pátio, o que melhora a qualidade de vida dos presos, na questão de higiene, educação, convivência. Na área externa é que dá para desenvolver melhorias, ampliar o trabalho. Na área interna acho possível que haja cursos profissionalizantes, ensino.

41) E para deslocar com o pessoal da galeria até o trabalho no pátio, é muito complicado?

É assim ó: tem galeria que é só deles, só dos trabalhadores. A gente agrupa os trabalhadores porque facilita a segurança, porque eles são mais confiáveis, mais disciplinados. Dentro das outras galerias, acredito que só funcionariam cursos de pintura, solda, etc.

41) Os presos que trabalham intramuros, sob qual regime prisional estão?

Não há uma regra, vai de acordo com a periculosidade do preso. Colocamos para trabalhar aqueles que não causam problema.

42) Tem espaço para mais gente trabalhar na área intramuros?

Até tem. Na minha opinião. Nunca deu problema grave na cooperativa, apenas uma fuga isolada, causada pela negligência de um funcionário. O pessoal que já trabalha mantém a coisa equilibrada.

43) Na parte intramuros, o que é possível melhorar em termos de trabalho? Olaria? Produção de artefatos de concreto? Uma espécie de metalúrgica?

Dá para colocar essas atividades, mas falta condição financeira para pôr em prática.

44) E se, por exemplo, uma empresa custeasse esse investimento, através de uma parceria?

Aí dá para fazer, espaço tem. Até a Prefeitura Municipal de Pelotas tem planos nesse sentido, parece, espero que dê certo. Mas o que me preocupa mais é o trabalho lá dentro, pois se vamos fazer um curso lá dentro, por exemplo, tem que ter um respaldo ao pessoal que vai dar o curso, em termos de segurança, o que dá muito trabalho para a administração, pois é difícil coordenar isso com o resto das atividades.

45) Como é que está a relação entre o trabalho desenvolvido pela COOSOPEL juntamente com o Conselho da Comunidade?

Está bem, estão engrenando, acertando, já fizeram reunião e tal. Há uma dificuldade entre o trabalho que se faz no PRP e o escoamento desta produção na rua.

46) Quem faz essa ligação com os distribuidores e consumidores?

O Conselho, a direção da cooperativa e outros voluntários.

47) O que necessita a cooperativa para poder produzir outras coisas? E produzir mais?

Sobretudo qualificação para a massa carcerária, pois não tem quem saiba os ofícios. Tem que ter instrução lá dentro das galerias para depois o preso ingressar na cooperativa e produzir. Falta capital humano.

48) E falta participação da sociedade?

Sim, tem preciso vir gente de fora investindo lá dentro. Esse desentrosamento entre Conselho, administração da casa e agentes de segurança é um problema. O PRP é um barril de pólvora, que só não explode em razão da existência do trabalho intramuros, em razão da remição.

49) Para o crescimento da cooperativa, o que mais precisa?

Gente qualificada e investimento constante, porque a rotatividade de presos é grande, gente com pena pequena fica pouco tempo. Quando aprende o ofício vai embora.

50) E para a segurança, não é possível o preso da galeria trabalhar intramuros e depois voltar para a galeria?

Não, porque ele desce e tem que fazer algo para os caras da galeria, senão não volta mais, tem que ir para a galeria dos trabalhadores. Pega 5 presos das galerias que não trabalham e 5 que trabalham: a diferença entre eles é grande, os 5 que trabalham confiam em ti, os outros acham que tu queres tirar algo dele. Depois de trabalhar intramuros, poucos voltam para galeria.

51) E o problema do albergue, que está superlotado?

Muitos presos que estão no regime semiaberto e aberto não vão para o albergue, ficam na galeria por causa da superlotação, pois não tem vaga. E lá no albergue não se trabalha também, porque lá tem essa cultura de não trabalhar, porque vêem o trabalho no PRP como trabalho para a polícia, o que não pode. O preso ruim faz isso e o bom também tem que fazer, acatar, senão vai se incompatibilizar.

52) É possível algum sistema que atraia empresas para investir no PRP, que queiram aproveitar a mão-de-obra do preso e o espaço físico do presídio para desenvolver alguma atividade? Como seria possível construir uma ponte entre a comunidade em geral e a mão-de-obra do preso?

Isso, hoje, esbarra novamente na segurança, pois a rotatividade, o movimento diário de entrada e saída de pessoas e produtos exigiria mais pessoal. E pessoal com autonomia, porque hoje eu só tenho autonomia na base do grito.

53) É possível fazer um levantamento dos presos em regime semiaberto que estão nas galerias, e que já têm carta de emprego e tudo, mas não têm vaga no albergue? Não é possível destinar uma galeria só deles, ao invés de ficarem distribuídos entre todas, para permitir que saiam para trabalhar?

O problema cai na incompatibilidade entre os presos, que já vem da rua.

54) Mas se dissessem para o preso o seguinte: existe uma galeria nova, que é uma galeria de quem quer trabalhar, sair daqui, andar na linha. O apenado resolvendo ir para lá, a fim de imprimir novo rumo à sua vida, não seria viável, já que ele estaria disposto a superar a incompatibilidade com os demais?

É muito difícil, pela falta de espaço, a estrutura física não permite. A própria galeria dos trabalhadores é metade dos trabalhadores e metade do “seguro”. A galeria imaginada teria que se adequar ao funcionamento das demais, o horário é diferente do albergue, o albergue é para o pessoal que sai para rua, é bem diferente.

55) E qual seria a solução, na tua opinião?

O aumento do albergue. E outra coisa a ser feita: a Secretaria de Educação Municipal poderia recrutar trabalho prisional para as escolas, fazer uma parceria entre o PRP e as escolas que já tem uma certa autonomia.

56) E a remuneração, como seria? Com empresas é um pouco mais fácil, mas a prefeitura não seria necessário um PAC?

É, acho que sim, mas temos que tentar de tudo, alguma coisa tem que dar certo.

57) O que falta, na tua opinião, para que se consiga fazer com que o preso saia da cadeia melhor do que entrou, mais capaz de lidar com as dificuldades da vida e conseguir uma melhor condição de vida?

Cursos internos de capacitação, tornar aquele que não sabe nada em electricista, encanador hidráulico, etc. Lá dentro eles teriam um aprendizado e treinariam, para em liberdade ter uma profissão na construção civil, etc. Cursos de pintor, soldador, há espaço para isso aí, investir em profissões que carecem de menos qualificação, capazes de resultados mais rápidos, com os quais o preso possa sustentar a família.

ENTREVISTA COM PSICÓLOGOS DO PRP

01) Atualmente, no PRP, há quantos funcionários no total?

Psicólogo 01: Em torno de 50, mas nem todos estão aqui, trabalhando, todos os dias. Deste total, 37 são agentes penitenciários, em torno de 5 são agentes administrativos e 08 compõem o corpo técnico, entre psicólogos, assistentes sociais e nutricionista.

02) E não há assistente judiciário? O preso tem acesso a defensor habilitado?

Psicólogo 01: Até tem, só que é pautado, por lista, os presos passam os nomes para os agentes e, como não tem advogado lá dentro, pedem para o serviço social entregar para um agente penitenciário que é advogado e está atendendo toda região, ou para a Defensoria Pública, que atende uma vez por semana. Não tem advogado dentro do PRP.

03) Há quanto tempo vocês trabalham aqui?

Psicólogo 02: Há 10 anos.

04) Começaram juntos?

Psicólogo 02: Sim, entramos no mesmo concurso.

05) Houve muitas mudanças na casa prisional neste período?

Psicólogo 01: Bastante.

06) Para pior ou melhor? Como vocês enxergam as mudanças?

Psicólogo 02: Tem vários fatores envolvidos, e então há mudanças tanto para pior quanto para melhor. Na parte de relações internas, melhorou bastante, mas em termos de estrutura, piorou muito. E, politicamente, na época do PT era muito melhor para o preso, depois que saiu o PT da Prefeitura Municipal de Pelotas foi uma confusão para todo mundo. Agora com essa nova administração estadual do PSDB, um pouco preocupada com as relações humanas, está melhorando, mas

acontece que há muitas variáveis. Em 2001, por exemplo, podíamos fazer grupos de trabalho, ter um contato mais próximo e constante com os presos, mas o que aconteceu? Aumentou o número de presos, a casa prisional continua a mesma, diminuiu o número de agentes e, com o advento do CRACK em 2003, acabou o tratamento penal. Podemos estimar que 60% do presos do PRP usa drogas, e é impossível melhorar a fiscalização do relativa à entrada de drogas em razão do número de agentes de que dispomos. Por tudo isso, a reincidência antes era muito menor do que é hoje.

07) Hoje em dia o contato de vocês com o preso, a fim de estabelecer uma relação e viabilizar um tratamento, como ocorre?

Psicólogo 01: Eles nos chamam, ou nós chamamos eles, diariamente. Nos dividimos em equipes, uma que faz avaliações de conduta, e outra que faz tratamento de presos e acompanhamento psicológico dos que têm interesse. Não há sequer sala para fazermos grupos, e não tem segurança suficiente para o deslocamento dos presos em grupo. Nós temos um projeto de construção de uma galeria só para drogados que queiram tratamento, o qual estava indo muito bem até que veio a engenharia da SUSEPE e disse que precisaríamos de planta hidráulica, planta baixa, planta original do PRP, enfim, um monte de burocracia, que travou totalmente a evolução da obra, até hoje. Isso que nós temos todo o concreto para a obra, e tudo o que foi feito até então foi com recursos da comunidade.

08) Qual a proposta deste projeto?

Psicólogo 02: É para aquele preso que diz assim: “Dra., eu quero parar de usar droga mas eu não posso ver alguém usando do meu lado todos dias”. A ideia era construir um lugar para acolher 18 apenados que desejam se libertar do vício, em um ambiente no qual não podem fumar, precisam se adequar às regras, cozinhar, limpar. Inclusive, para viabilizar a construção civil, implantamos um curso de pedreiro, com presos que já estavam até trabalhando na galeria.

09) E depois de o preso melhorar, responder ao tratamento e superar a abstinência, ele volta para galeria onde a droga está presente?

Psicólogo 01: Pensamos nisso já, e nossa proposta seria assim: quando ficar pronto o novo presídio, que o governo estadual diz que quer fazer logo, seria destinado a

acolher os presos condenados a penas mais longas, referentes a crimes mais graves, hediondos, ou seja, gente com maior periculosidade, deixando o espaço atual do PRP para os demais, em especial os drogados que querem tratamento.

10) Isso seria o ideal, mas, caso haja a construção do novo presídio regional e a desativação do atual? Como ficaria a situação do preso que se submeteu ao tratamento: volta para a galeria infestada de drogas?

Psicólogo 02: Então, nós estávamos planejando reservar uma galeria do presídio atual para este tipo de preso.

11) Mas isso não esbarraria nos problemas de convivência entre os presos, gerados pelas relações anteriores ao encarceramento, envolvendo inimizadas, gangues rivais? E também não haveria empecilho quanto à segurança da casa?

Psicólogos 01: É, hoje, não tem pessoal para implantar mesmo, e sempre que um preso vai melhorar de condição, outro preso faz algo para prejudicá-lo, para que seja instaurado um PAD e regredido seu regime prisional para o fechado, por exemplo. E eu vejo uma semelhança, a grosso modo, nas circunstâncias que trouxeram aquela pessoa para dentro dos muros prisionais: a maioria não teve a figura paterna, crescendo, pois, sem limites, educação, disciplina... Os presos não tem a moral bem definida, e diante das privações que sofreram no decorrer da juventude, são levados a delinquir.

12) Existe carência de pessoal no corpo técnico? É muito grande?

Psicólogo 02: Em termos de pessoal, estamos bem, o problema é a estrutura física: salas, agentes para a segurança do corpo técnico, salas mais seguras, etc. Já aconteceu, em terapias de grupo, de presos se desentenderem e brigarem diante do coordenador que, sozinho, sem qualquer apoio, ficou sem reação, claro, pelo risco que corria.

13) A questão do trabalho interno, como está? Há trabalho nas galerias? Abrange um número razoável de presos? Dá para aumentar?

Psicólogos 01: Eu penso que é complicado, os agentes ficam muito ansiosos com a movimentação de presos, mesmo trabalhadores, porque não tem como garantir que eles não façam uma “caminhada” em favor dos presos da galeria. Em razão disso, a

administração coloca o número mínimo de presos para o trabalho, inclusive sobrecarregando-os. Tudo esbarra na questão da falta de pessoal, na falta de segurança. Se um preso foge, o agente responde administrativamente em uma sindicância, há uma série de consequências que vêm em seu prejuízo. Então, quando eles pensam na possibilidade de alguém fugir, imediatamente não querem tomar parte nessas atividades de caráter social, voltadas ao tratamento penal, que envolvam risco à segurança.

14) A cooperativa dos presos trabalhadores, a COOSOPEL, esbarra nesse problema também?

Psicólogo 01: Sim, com certeza, os presos que trabalham na cooperativa estão na área externa, no pátio, em contato com a rua, com os muros, tendo a possibilidade de pegar droga, trazer ferramentas para dentro da galeria. A situação realmente é crítica, se eles (presos) resolvem que todos vão foragir, todos vão foragir, ninguém segura. Há um tempo atrás, um grupo de 6 presos derrubou uma porta de ferro, e também há sempre o risco de incendiar uma galeria.

15) Como vocês vislumbram a possibilidade de estabelecer parcerias entre a comunidade em geral, por meio de empresas privadas, associações e os entes públicos, a os presos, a fim de construir oportunidades de trabalho, qualificação profissional e crescimento pessoal?

Psicólogo 02: Se voltasse o PAC seria uma maravilha, mas falta vontade política. Porque na hora em que o prefeito quiser, ele faz.

16) Há alguma ajuda de empresas? Interesse delas em investir no PRP?

Psicólogo 01: Olha, algumas até fazem doação de material, mas emprego não. Os presos conseguem trabalho por meio de suas relações pessoais. Há escolas públicas que pedem presos para trabalhar, mas poderiam pedir mais, e somos nós que fazemos a seleção dos apenados. O problema é que a sociedade pensa assim: “o preso é um problema do Estado, e nessa hora eu não sou o Estado, eu sou um cidadão comum, e esse é problema do Estado. Eu pago meus impostos para o Estado corrigir os presos, então o ele tem que manter os presos longe do convívio social”.

17) Nas suas opiniões, quais medidas podem ser colocadas em prática para minimizar a condição fragilizada dos apenados, a fim de que possam sair mais fortalecidos do cárcere, diante das deficiências da estrutura atual?

Psicólogo 01: Tentamos nos valer da nossa relação com o preso, com o nosso poder de convencimento, de poder confrontar a realidade que ele tem hoje e o que ele pode esperar da vida no futuro. Poder sensibilizá-los, despertar neles a expectativa de um futuro melhor, longe das drogas e da criminalidade. Muitos deles pensam nisso e querem seguir esse caminho que nós indicamos. Infelizmente, isso nós fazíamos com os grupos, que não existem mais em decorrência dos problemas que já relatamos.

18) E como vocês vêem os resultados desse trabalho?

Psicólogo 02: É muito positivo, com certeza. Por exemplo, eu atendo um rapaz, que já está por sair em serviço externo e que mora atrás da minha casa, que nunca teve uma relação afetiva estável, trabalho fixo, etc., mas que, diante do nosso trabalho, elabora planos otimistas e adequados à sua realidade social.

19) E com relação às drogas, existe alguma solução emergencial possível?

Psicólogo 01: Precisamos, prioritariamente, de uma sala para terapia em grupo, de um psiquiatra para receitar medicação e a volta dos PACs, fundamentais para oportunizar trabalho aos presos.

20) Alguma casa prisional do estado possui psiquiatra?

Psicólogo 02: Só o IPF.

21) A casa carcerária não tem médico?

Psicólogo 01: Tinha, mas ninguém aguenta o salário baixo que o governo paga. Eles (médicos) chegam e em seguida vão embora.

22) E a questão do ensino formal e da qualificação profissional dos presos, como está no PRP?

Psicólogo 02: Tem uma professora voluntária que alfabetiza os presos, ministra aula para supletivo, etc., mas nós precisaríamos de cursos profissionalizantes, que preparassem realmente os presos para o mundo de fora.

23) E os presos tem interesse nisso?

Psicólogo 02: Sim, com certeza.

24) Como vocês enxergam o problema do poder paralelo das “prefeituras das galerias”? Como se pode minimizar o problema?

Psicólogo 01: É muito complicado mesmo, porque as “prefeituras” reproduzem, lá dentro, a sociedade que temos aqui fora. Eles criam um Estado paralelo lá dentro, com uma forma de funcionamento perverso.

25) Há como minimizar o poder deles, fazer com que a SUSEPE retome o controle das casas prisionais?

Psicólogo 02: Uma medida importante seria classificar os presos, separar os bons dos maus.

26) Fazer uma ala daqueles que querem outra vida, longe das drogas e da criminalidade?

Psicólogo 01: Há anos que falamos isso, mas não adianta. Os presos, em geral, entram lá com a figura paterna muito tênue, senão ausente, e vão se juntar com quem? Com o chefe de galeria, com a liderança negativa do interior da casa. Precisa de um confronto da SUSEPE contra a prefeitura, que é dramático mas necessário, senão não tem saída.

27) E quanto à construção de uma casa para o egresso do sistema penitenciário? Existem planos neste sentido?

Psicólogo 02: Já enviamos um projeto, mas a SUSEPE e o Estado como um todo quer manter a coisa como está, não tem interesse em implantar. Até hoje, não existe um projeto de tratamento penal, algo realmente voltada para a qualificação do preso para enfrentar os problemas sociais.